UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Amon Narciso de Barros

UMA NARRATIVA SOBRE A HISTÓRIA DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?

Belo Horizonte
2013

AMON NARCISO DE BARROS

UMA NARRATIVA SOBRE A HISTÓRIA DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Belo Horizonte
2013

Ficha catalográfica

Barros, Amon Narciso de.
B277n Uma narrativa sobre a história dos cursos de administração da
2013 FACE-UFMG [manuscrito]: às margens do mundo e à sombra da FGV? / Amon Narciso de Barros, 2013.
186 f.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (p. 169-87).

1. Administração – Historia – Teses. 2. Administração – Currículos – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658.009

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – LVR/014/2013

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **AMON NARCISO DE BARROS**, REGISTRO Nº 90/2013. No dia 11 de março de 2013, às 15:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 07 de março de 2013, para julgar o trabalho final intitulado **"Uma Narrativa sobre a História dos Cursos de Administração da FACE-UFMG: Às margens do mundo e à sombra da FGV?"**, requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade** . Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVAÇÃO;

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

( ) REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 11 de março de 2013.

NOMES	ASSINATURAS
Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)	.....
Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva (CEPEAD/UFMG)	.....
Prof. Dr. João Antônio de Paula (CEDEPLAR/UFMG)	.....
Prof. Dr. Rafael Alcadipani da Silveira (FGV/SP)	.....
Profª Drª Talita Ribeiro da Luz (Faculdade Novos Horizontes/ MG)	.....

À Ana Diniz, amor transubstanciado em mulher que exerce função de estrela polar em minha vida. E, mais do que isso, já no terreno do inexprimível.

AGRADECIMENTOS

Agradecer àqueles e àquelas que contribuíram, direta ou indiretamente, com nosso trabalho é uma tarefa fácil à primeira vista, mas que se torna um pouco mais complexa à medida que refletimos sobre ela. Primeiro, há sempre o risco de deixar alguém de lado e, segundo, as palavras nem sempre são suficientes e tampouco o é este espaço protocolar. Contudo, faço meu melhor para render homenagem às pessoas importantes nesta trajetória.

Ao professor Alexandre Carrieri, pelo apoio dado durante todo o percurso do doutorado (e do mestrado), principalmente após termos iniciado a relação de orientação. A convivência amigável foi importante para fazer esta jornada menos árdua e as nossas discussões foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

À minha amada, Ana Diniz, por ter me suportado (*lato sensu*) durante o doutorado. Sem seu apoio, conselhos e carinho, tenho certeza que este trabalho não teria sido realizado e, também, eu não seria uma pessoa realizada.

Aos professores que contribuíram com este trabalho já no primeiro "teste" e que aceitaram contribuir mais uma vez: Luiz Alex Saraiva, João Antônio de Paula, Talita Luz e Marcus Taborda deram valiosos conselhos na banca de defesa do projeto e aceitaram participar novamente da avaliação final do trabalho, embora o professor Marcus não tenha conseguido participar da banca da tese. Dá-me grande satisfação contar com contribuições advindas de um grupo tão distinto. Também saliento a contribuição dos professores que concederam entrevistas ou aceitaram conversar sobre o objeto do trabalho (os quais são apontados no corpo do texto).

Aos professores Rafael Alcadipani, que aceitou fazer parte da banca de defesa da tese, e Bill Cooke, que não está presente porque *ainda* não lê em português. Ambos pesquisam temas afins e se mostraram sempre dispostos a dividir achados e impressões, tanto na academia quanto fora dela. Bill foi um novo amigo que tornou a minha estadia em Lancaster muito mais prazerosa, além de ter trazido contribuições para o desenvolvimento do trabalho.

À professora Ana Paula Paes de Paula, que me acompanhou durante os primeiros anos do doutorado e confiou no meu potencial desde o início de minha trajetória na academia.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), especialmente na pessoa da analista de projetos Cláudia Miriam Alves. Sem a bolsa de estudos concedida e o apoio para a realização do estágio na *Lancaster University Management School*, este trabalho não seria possível.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram e me deram todo o suporte para que eu pudesse seguir o caminho que escolhi. Meus pais, Jeannine e Ricardo, e minha irmã, Rita, mas também meus avós, Chiquito e Áurea, Barros e Lili, e meus tios, especialmente Érika e Marcelo, Viviane (Xu), Cláudio e Dinho. Também menciono aqui meu sogro, Marcos, e minha sogra, Ivete, que me receberam com muito carinho em Sete Lagoas, além das "tias" Irani e Iza, todos os "primos" e João Paulo, meu cunhado.

Aos meus amigos que também contribuíram sobremaneira, na medida em que se esforçavam para me fazer "dar um tempo" nos trabalhos. Correndo o risco de esquecer alguns nomes, menciono aqui, primeiramente, aqueles que deixaram de ser apenas "colegas", para se tornarem mais do que isso, como a Carol Riente, Fernanda Tarabal, Lud e Wescley, mas também aqueles que foram colegas em outros momentos de CEPEAD e nunca deixaram de ser amigos, como Daniel ("*Grandpa*"), Caésio, Rafaela, Elcemir e Felipe.

Aos montes-clarenses Bruno, Flavinho, Isabela, João Paulo, Lívia (prima!), Luísa Luz, Marcelo (Mick), Nuno, Pablo, Sérgio e William (Picky), camaradas de sempre e aos amigos que fiz em BH, mas que são como "de sempre" David, Cida, Paulo Sanches, Luciano, Pedro, Mari, Thiago Alvim, João e Fran(cisco). E, por último, mas não menos importantes, Paulo Augusto, Carol "Bonds" e os arquitetos – dava o nome de uma banda, mas tinha que ser uma fanfarra para caber todo mundo.

Por fim, aos membros do CEPEAD e da FACE (principalmente Carminha, Fátima e Jandra, além da secretaria do CEPEAD), que me ajudaram com as "burocracias" e permitiram e facilitaram o acesso a diversas informações que foram cruciais na execução deste trabalho.

Estou certo de que várias pessoas não foram mencionadas e que muitas outras mereceriam reconhecimento mais efusivo. A ambos os grupos espero poder demonstrar minha gratidão em oportunidade menos sisuda.

Tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda e num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou.

[...]

Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala.

[...]

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balance, de se remexerem nos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado.

(João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo explicitar o desenvolvimento dos cursos de Administração da FACE, de sua criação em 1952 até sua unificação, em 1968. Inicialmente buscamos nos debruçar sobre os documentos relativos aos cursos, para apurar informações sobre o estabelecimento dessas graduações. Descobrimos que, na verdade, eram três os cursos ligados a discussões relacionadas ao campo da Administração, dado que o curso de Sociologia e Política se ligava ao de Administração Pública e ambos se somavam ao de Administração de empresas. As questões que surgiram nesse levantamento inicial conduziram o desenvolvimento posterior do trabalho. Inicialmente optamos por apresentar a inserção desta tese no campo que vem construindo a chamada "virada histórica", uma interseção entre os estudos organizacionais e a História no interior da disciplina de Administração. Na sequência, apresentamos uma discussão sobre a formação da Administração enquanto campo de saber e sua exportação para outros países no âmbito da Guerra-Fria. Salientamos que existe uma interação entre a disciplina e o ambiente político em que ela se insere e que isso deve ser considerado detidamente. Na terceira seção, discutimos as relações entre o Brasil e os Estados Unidos com foco nos acordos técnicos que subsidiaram a exportação e a importação da Administração para o Brasil, no quadro de hegemonia estadunidense. Posteriormente, apresentamos uma discussão sobre as Escolas de Comércio no Brasil, que foram um ambiente importante por onde os saberes administrativos circulavam, especialmente antes da disseminação dos cursos superiores. A disseminação desses cursos é o foco da quarta seção, que enfoca também o estabelecimento do ensino superior em Administração no Brasil. Após essa apresentação, discorremos mais propriamente sobre os cursos de Administração da FACE em seus contextos social, econômico e institucional. Concluímos que os cursos de administração da FACE-UFMG sofreram influências das escolas da FGV e do modelo estadunidense, mas desenvolveram-se especialmente em interação com a realidade local em que se inseriam.

Palavras-chave: virada histórica, história da administração, cursos de administração da FACE, americanismo.

ABSTRACT

This study aimed to clarify the development of FACE management courses, from its creation in 1952 until its unification in 1968. Initially we analyzed documents about the Faculty's undergraduate courses on management or related to that theme. We found that there were three courses on the subject at FACE, since the course on Sociology and Politics were attached to the Public Administration baccalaureate. The questions which emerged from this first contact with the data conducted further developments in this work. We chose, initially, to present a discussion that seeks to insert this thesis in an intersection between organizational studies and history within the discipline of Management and Organization Studies. Then, we present the formation of Management as a field of knowledge and its export to other countries during the Cold War. We enforce that there is an interaction between the discipline and the political environment in which it develops and claim that this should be considered carefully. In the third section, we show the relations between Brazil and the United States with a focus on technical agreements that supported the exportation and importation of Management for Brazil, under U.S. hegemony. Subsequently, we focus the Schools of Commerce in Brazil, which were an important institution in the environment where administrative knowledge circulated, especially before the dissemination of undergraduate courses. The spread of the undergraduate courses is the focus of the fourth section, which also gives attention to the establishment of higher education courses in Management in Brazil. After this presentation, we discus more precisely the FACE Management courses in its social, economic and institutional contexts. We conclude that FACE-UFMG undergraduate courses in management suffered influences from FGV schools and the U.S. models, but developed mainly in interaction with the local reality in which they belonged.

Keywords: historic turn, management history, FACE undergraduate courses, Americanism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACI — Administração da Cooperação Internacional
- AP — Administração Pública
- CCAP — Comissão Consultiva de Administração Pública
- CMBEU — Comissão Mista Brasil Estados Unidos
- CMS — *Critical Management Studies*
- CPDOC — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- DASP — Departamento Administrativo do Serviço Público.
- EAESP — Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- EBAP — Escola Brasileira de Administração Pública
- EBAPE — Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
- ESAN — Escola Superior de Administração e Negócios
- EUA — Estados Unidos da América
- FACE — Faculdade de Ciências Econômicas
- FNA — Faculdade Nacional de Administração
- FGV — Fundação Getúlio Vargas
- FEI — Fundação Educacional Inaciana
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDORT — Instituto de Organização Racional do Trabalho
- MEC — Ministério da Educação e Cultura
- NPA — *National Planning Association*
- O&M — Organização e Métodos
- OCIAA — *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*
- OIAA — *Office of Inter-American Affairs*
- ONU — Organização das Nações Unidas
- OPA — Operação Pan-Americana
- PIB — Produto Interno Bruto
- PRONAPA — Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores da Administração Pública

- SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
- SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- UMG — Universidade de Minas Gerais
- UFBA — Universidade Federal da Bahia
- UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais
- UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UMG — Universidade de Minas Gerais
- UNESCO — *United Nations Educational Scientific And Cultural Organization*
- URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- USAID — *United States Agency for International Development*
- USP — Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
2. A PESQUISA HISTÓRICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: MAPEAMENTO DO CAMPO E DE ONDE PARTIMOS 27

2.1 Um Mapa dos estudos em História e Estudos Organizacionais 27

2.2 Alguns pontos de partida 36

3. ASPECTOS DA FORMULAÇÃO DAS TEORIAS ADMINISTRATIVAS E OS PROJETOS DE DISSEMINAÇÃO DESTES SABERES 50

3.1 A teoria da administração e seus efeitos na exportação de modelos de ensino, saberes e práticas estadunidenses 50

3.2 As relações entre o Brasil e os Estados Unidos e os programas de apoio estadunidenses 63

4. DAS ESCOLAS DE COMÉRCIO ÀS FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL 85

4.1 Sobre o desenvolvimento das Escolas de Comércio brasileiras 85

4.2 A institucionalização das faculdades e cursos de ensino superior em Administração no Brasil 92

5. OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FACE-UFMG 109
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 157
Referências 169

1. INTRODUÇÃO

Há algumas coisas que devem ser esclarecidas antes de iniciar propriamente a discussão à qual esta tese se refere. A primeira delas é referente ao uso da primeira pessoa do plural. Embora por questões de hábito tenda a achar a escrita na terceira pessoa mais elegante, não nos valemos dela. A terceira pessoa evoca a ideia de uma neutralidade na qual não acredito, ainda que disso não decorra a minha descrença na objetividade. Além disso, não fiz a tese só, como se fosse uma ilha. Tenho a convicção de que muitas vozes (ou discursos) "falam" por mim neste texto. E, ainda que acredite que a escrita e a defesa da tese marcam um momento importante no qual o pesquisador fica "autorizado" a falar por si, o acadêmico não pode ignorar sua existência nos contextos social e histórico, que "autorizam" e possibilitam a vocalização de suas posições. Este é o motivo que levará ao uso da primeira pessoa do plural quando esta se fizer necessária.

O tema e o objeto da tese, por sua vez, não foram escolhidos desde o princípio da trajetória no doutorado. Foram "encontrados" após uma primeira tentativa frustrada de repetir o tema de pesquisa que moveu a dissertação de mestrado. Essa primeira experiência, apesar de ter consumido um tempo precioso do período do doutorado, foi importante para que tivéssemos mais clareza sobre que tipo de trabalho gostaríamos de desenvolver (e sobre qual não gostaríamos).

Pesquisa realizada no NEOS com caixeiros viajantes, mascates e tropeiros deixou ainda mais evidente o valor de se buscar entender o passado para alargar os olhares a partir dos quais se encara o presente (*e*.g. CARRIERI, 2009; BARROS et al. 2011). Em tal pesquisa, o interesse foi evidenciar que os comerciantes mineiros de meados do século passado não eram parvos ou desprovidos de conhecimentos técnicos, estratégicos e conceituais, aos quais chamamos nos referimos como seus "saberes". Este trabalho aguçou a curiosidade acerca da história dos saberes administrativos no Brasil, especialmente a partir da leitura do trabalho de Curado (2001) que trata do desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo.

Foi então que surgiu a primeira ideia que conduziu este trabalho: entender o que havia de "brasileiro" ou "autêntico" neste campo de estudos, partindo do trabalho, decorrente, em parte dos motivos supracitados. Ao tomar contato com a discussão estabelecida por Shenhav

(2003), acreditamos que seria mais assertivo delimitar a discussão em torno dos estudos organizacionais brasileiros, que nos pareceu um objeto mais facilmente delineável. Foi neste sentido que os primeiros passos foram dados, vislumbrando, inclusive, uma futura pesquisa empírica que varreria as revistas acadêmicas da área no Brasil a fim de traçar o desenvolvimento teórico da área.

Imergimos então em leituras que se propunham a delinear o campo e a questionar suas origens e os caminhos por ele trilhados. Contudo, ficou claro que existe consenso em relação à largamente apontada "americanização" do campo de estudos, embora esta, em geral, não seja discutida a fundo. Ainda que existam trabalhos sobre a influência estadunidense, especialmente nas publicações acadêmicas (*e.g.* RODRIGUES; CARRIERI, 2001; BERTERO; KEINERT, 1994; VERGARA; PINTO, 2001), percebemos a necessidade de se discutir mais detidamente essa condição.

Ao buscar entender as possíveis causas dessa "americanização" que apontassem para além do fato consumado, ficou evidente que não poderia ser de outra maneira já que boa parte das primeiras escolas de Administração de nível superior recebeu apoio daquele país, seja na forma de recursos financeiros, de apoio de pessoal ou de ambos. Mais do que isso, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), que buscava reproduzir os cursos daquele país, foi escolhida como modelo em 1966, no momento da regulamentação do curso superior em administração de empresas.

Outro elemento chamou atenção: a ausência de menção ao curso de administração pública e Sociologia e Política (que, embora, separados na teoria, eram na prática cursos "geminados"), aprovados na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade de Minas Gerais[1] (UMG), em 1952, e ao Curso de Administração de Empresa, aprovado em 1954. Este silêncio incomodou ainda mais pela escola não ser mencionada em trabalhos que tratam da história do curso no País, ainda que seus cursos possam reivindicar o "título" de terem se iniciado em conjunto com aqueles oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O silenciamento da história dos cursos da FACE é sinal de que as histórias da FGV obscureceram outras.

---

[1] A Universidade de Minas Gerais (UMG) passou a se chamar Universidade Federal de Minas Gerais apenas em 1965, por decreto do governo militar, que uniformizava os nomes das universidades federais brasileiras (CUNHA, 2007). Optamos por chamá-la genericamente de UFMG, usando UMG apenas quando necessário.

Nesse momento, estava consolidada a ideia de que concluir que os estudos organizacionais brasileiros são influenciados por ideias importadas dos Estados Unidos da América (EUA) seria um truísmo. Toda a área de Administração foi formada sob influência estadunidense. Assim, parece que a questão deveria ser entender como essa interação se estabeleceu ao longo do tempo, e não afirmar a sua existência como se fosse alvo novo (embora os estudos que apontam essa influência sejam importantes por mensurar a sua extensão ainda na atualidade). Optamos, assim, por estudar o que consideramos um objeto sub-representado na área: o curso ou, como achamos melhor num segundo momento, os cursos de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE-UFMG).

O trabalho se iniciou sob a ideia de que a história do curso era ofuscada pelo papel preponderante que as escolas da FGV assumiram no campo. Além disso, logo depois de iniciarmos a coleta de dados documentais, sobre os cursos de administração, nas atas da congregação da faculdade, eis que nos deparamos com elementos que nos levaram de novo a refletir acerca da influência estadunidense e sobre como ela influenciava os cursos FACE: um professor estadunidense veio ao Brasil para ajudar no estabelecimento do curso de Administração Pública, embora sua participação seja pouco mencionada nas atas; havia o registro de um acordo com os EUA, que foi rejeitado; e um aluno que escreveu dizeres contra a Fundação Ford, que teve papel importante no estabelecimento do curso da EAESP, sofreu forte represália da parte da direção da faculdade. Somado a isso Machado (1966) aponta que os cursos da FACE são os únicos, entre os que foram criados antes de 1960, que não receberam apoio dos EUA.

Desde o início, fizemos buscas que pudessem nos trazer, então, não apenas informações sobre os cursos de Administração, mas também sobre quais relações foram mantidas com os governos e agências estadunidenses. Foi uma tarefa árdua, uma vez que existem poucas informações disponíveis, seja nos arquivos da FACE, seja na internet e. Por muito tempo, chegamos a pensar que as informações citadas acima tinham menor importância. Contudo, prosseguimos pesquisando e buscamos e analisamos diversos documentos que tratavam dos mais variados acordos e que estavam disponíveis na internet. Por muito tempo a ausência de dados era o dado mais completo de que dispúnhamos.

Contudo, em certo momento, começamos a encontrar alguns indícios das relações entre a FACE e programas de apoio estadunidense e fomos construindo nossa base de dados a partir

das informações dispersas que recolhíamos. Ao mesmo tempo, também permanecemos com dificuldade de encontrar documentos ou pessoas que pudessem nos dar informações sobre os cursos de Administração durante o período que escolhemos pesquisar depois de nos dar conta de que uma história do curso do seu princípio até os dias de hoje teria que abarcar muitos assuntos diversos entre si, o que comprometeria a possibilidade de a pesquisa ser finalizada no prazo disponível.

Assim, resolvemos orientar a pesquisa para discutir os dezesseis anos iniciais dos cursos de Administração da FACE-UFMG. Buscamos responder ao seguinte problema: como e em qual contexto se deu o estabelecimento e o desenvolvimento dos cursos de administração da FACE até o momento em que deram lugar ao Curso de Administração, em 1968? Esta pergunta nos permitiu explorar não apenas a trajetória da faculdade, mas também sua inserção no seio de outros movimentos de força que extrapolavam a própria instituição.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho ficou definido como sendo: Traçar um quadro que permita avaliar o estabelecimento dos cursos de Administração da FACE, de sua criação até o momento de sua unificação, em 1968, e sua inserção em relação ao cenário no qual a o curso e própria área se inserem.

Os objetivos específicos que buscamos alcançar foram:

- Refletir sobre o desenvolvimento da Administração enquanto campo de ensino de nível superior.
- Discutir a formação deste campo no Brasil, atentando-nos para o contexto no qual esta se dava.
- Apresentar dados que nos permitissem lançar luz sobre a história dos cursos por meio da narrativa aqui apresentada.

A pesquisa foi delineada buscando traçar um quadro no qual o curso de Administração da FACE se sobrepusesse às características do cenário em que se inseria. Esperamos que ao final, o leitor consiga concordar que a intenção foi realizada. Apontados estes primeiros pontos preliminares e norteadores do trabalho que realizamos, nos dedicaremos agora a apresentar, em sequência, alguns posicionamentos acerca de temas que permeiam a discussão e uma visão geral da tese, bem como a apresentação dos tópicos abordados.

Nesse sentido, aclaramos que a *administração* é uma palavra de sentido bastante abrangente, referindo-se tanto a um grupo social (os gestores, administradores), a um corpo de saberes e, por vezes, às próprias práticas administrativas. Quando falamos em administração neste trabalho, nos preocupamos principalmente com seu corpo de saberes e suas técnicas (que mantêm interações), a menos que indiquemos o contrário (cf. BARROS, et al., 2011).

Diferentes trabalhos partem da ideia de que tal atividade sempre foi levada a cabo, desde os primeiros agrupamentos humanos que se organizavam para coordenar esforços coletivos. Ainda que isso seja verdadeiro, equivaler os significados que essa palavra assume hoje a diversas outras atividades que tinham características parecidas é correr o risco de favorecer aquilo que é comum (em nível abstrato) em detrimento do que é singular, e não faz jus às vicissitudes pelas quais passaram as próprias organizações humanas. Incorre-se, assim, no "presentismo", já que não há como pensar as práticas de outros tempos a partir delas mesmas, o que nos leva sempre a julgá-las a partir de nossos próprios referentes.

Acreditamos que uma forma específica de administração se desenvolve ao longo do tempo, especificamente com a formação dos Estados nacionais, por exemplo, e com o advento do racionalismo iluminista, que abre espaço para novas formas de conceber e analisar as atividades humanas, como outras formas de se avaliar meios e fins, por exemplo. Temos ainda que considerar, principalmente, o advento da Revolução Industrial e do capitalismo, que, numa fase mais avançada, acaba por ter que lidar com a separação entre a posse do capital e a sua gestão, além de colocar diversos desafios à coordenação do trabalho em atividades rotineiras de larga escala.

Além disso, consideramos que em meados do século XX a Administração passou por transformações intensas, que fizeram com que ela adquirisse os traços que permanecem delineando-a atualmente, sendo, assim, algo diferente daquilo que existia antes deste período. A ciência e a técnica que passam a ocupar espaço mais importante na sociedade, também vão afetar a Administração em todos os seus aspectos. O que contemporaneamente é chamado de "administração" assumiu uma forma específica, deixando de abarcar apenas um conjunto de práticas referentes principalmente à organização do trabalho na fábrica, sobre o que versava Frederick Taylor, por exemplo. Atualmente, de forma genérica, a Administração se relaciona a modos de organizar e administrar quase tudo, constituindo um dos elementos importantes da sociedade atual, sendo elemento constitutivo da visão de mundo que hoje predomina (ver

PARKER, 2002, sobre uma crítica pertinente da generalização da ideia de que tudo é administrável). Em outras palavras, a Administração é componente ativo de uma nova ideologia, que vai se solidificar especialmente nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos. Nela, a ideia do direito de mando, advindo, principalmente, da consanguinidade, pela noção de mérito advindo da preparação técnica, é um dos elementos importantes[2].

Assim, consideramos que a Administração passou por diversas mudanças internas até se tornar um corpo de saberes especializados, com características específicas e abrangentes. As mudanças internas desses saberes aconteceram no momento em que eles transitaram de um conjunto de práticas para um corpo de conhecimentos chancelados pela cientificidade. A Administração ganhou independência em relação a outros conhecimentos, especialmente das Ciências Sociais (notadamente Economia, Sociologia e Psicologia) e da Matemática, para se constituir numa ciência social aplicada com regras mais ou menos estabelecidas para se estabelecer uma verdade "científica". A abstração a partir das experiências empíricas imediatas foi valorizada na formulação de conhecimentos generalistas, muitas vezes, considerados como se fossem leis.

Esse movimento aconteceu primeiramente nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, momento em que aquela sociedade adquiriu preponderância sobre as outras nações do mundo, em decorrência das perdas sofridas por uns países e dos ganhos expressivos que obtiveram durante o período de conflito, mas também dos acúmulos que vinham se dando desde o início de sua segunda Revolução Industrial, ainda no século XIX. Neste momento, cristalizou-se o desenvolvimento da Administração enquanto conjunto de conhecimentos que visavam, especialmente, à eficiência medida em retorno sobre capital investido.

A Administração é, idealmente, conduzida por pessoas especialmente preparadas para assumir as funções de coordenar os investimentos em capital e organizar o trabalho nas empresas, especialmente.[3] Os administradores atuam como elemento que mediam as relações entre

---

[2] Não ignoramos que o que é "mérito" é fruto de disputas políticas e ideológicas, com efeitos sobre ambas.

[3] Alguns de nossos trabalhos se voltaram a criticar a legitimação (ou não) de detentores de saberes administrativos. Eles são oriundos do projeto que estudou os caixeiros viajantes, mascates e tropeiros de Minas Gerais (cf. *e. g.* CARRIERI, 2009; BARROS, *et al.* 2012).

capital e trabalho e que, em certo sentido, realizam as teorias de controle, que são elaboradas teoricamente e também reelaboradas a partir das ações dos praticantes.

Desse modo, salientamos que a Administração que nos é contemporânea e que coincide com o que alguns autores chamam de *management* tem ligações com as técnicas desenvolvidas já antes de meados do século XX nos EUA e em outros países. Contudo, é diferente, por ter se consolidado enquanto corpo de conhecimentos independentes, que podiam ser transmitidos institucionalmente por meio do ensino universitário. E, assim, nossa discussão sobre o estabelecimento dos cursos de graduação em Administração da FACE se relaciona com estes desenvolvimentos rapidamente rascunhados anteriormente.

No Brasil, a Administração entendida como o esforço metódico e racional de maximização na alocação de recursos, provavelmente, já existia desde, pelo menos, o início da exploração portuguesa. Como negar a racionalidade econômica (e política) à empreitada dos latifúndios de cana-de-açúcar? A Administração Pública no País, por sua vez, se fortaleceu com a chegada da corte imperial, em 1808, que "trouxe" o Estado à colônia e impactou também a administração dos negócios, que deviam se orientar numa sociedade mais complexa do que a anterior. Esse momento trouxe novas configurações à sociedade brasileira ao orientar o eixo geográfico de poder que passou de Lisboa para o Rio de Janeiro, o qual passou a ter uma ligação mais direta com Londres, fiadora do imperialismo português (FURTADO, 2000).

Como se discutirá ao longo do texto, no Brasil, como em outros países, o ensino da Administração ficava, inicialmente, a cargo das Escolas de Comércio, especialmente na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, uma breve discussão sobre as Escolas de Comércio se mostrou interessante, na medida em que não apenas no Brasil, mas também em vários outros países, elas foram as primeiras responsáveis pela transmissão de saberes relacionados à Administração, mas também à Economia e à Contabilidade. Que elas tenham caído no esquecimento não é sinal de pouca importância histórica, já que várias escolas de Administração que hoje atualmente formam bacharéis tiveram seu início vinculado às escolas de comércio, como é o caso da Faculdade de Economia, Administração e Finanças, que funcionava anexa a uma escola comercial e, juntamente com outra faculdade belo-horizontina, deu origem à FACE.

Discutimos que no contexto histórico em que se estabeleceram as Escolas de Comércio e, posteriormente, os cursos superiores recobrar seu papel histórico é relevante, por mostrar que a transição entre o ensino de aspecto prático-profissionalizante e o ensino de caráter acadêmico-teórico, que não se dá de forma imediata, acontece concomitantemente no Brasil e em outras partes do mundo, mesmo nos EUA. A compreensão deste aspecto nos parece relevante para salientar que os Estados Unidos não eram (como não são hodiernamente) o único polo ativo no desenvolvimento dos saberes administrativos, embora, certamente, detenham a hegemonia neste campo e tenham silenciado outros desenvolvimentos após ocuparem posição central na produção e disseminação dos conhecimentos em Administração (*e.g.* FRENKEL, 2009).

Cabe adiantar, contudo, que até pelo menos a segunda década do século XX a industrialização no Brasil era ainda muito incipiente e o mercado interno era extremamente restrito, o que colocava poucas demandas à formação de quadros administrativos. A descentralização do poder do Estado no período que ficou conhecido como "República Velha" também limitava a pressão por funcionários especializados, já que o Estado ocupava um lugar na sociedade que era menos importante do que o que teria depois.

Este cenário começou a se modificar após o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder, em 1930, dando fim à República Velha e iniciando uma reformulação do papel do poder central. Nesse mesmo momento, a crise de 1929 ensejava transformações estruturais na economia brasileira, que, em parte devido à crise no balanço de pagamentos, viu contrair sua capacidade de importação e a expandir as de indústrias que visavam atender ao mercado interno (FURTADO, 2000). A isso se somava a crise no preço do café, que estimulava o investimento no setor fabril, contribuindo para o início da lenta transição entre uma sociedade agrícola e uma sociedade fabril.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil conquistou mais espaço no mercado externo, especialmente como exportador de matérias-primas para o esforço de guerra, tendo assegurado investimentos importantes, – por exemplo, no setor de siderurgia – que visavam garantir o suprimento aos países aliados. Nesse momento, o governo de Minas Gerais já se esforçava para estimular a implantação de indústrias no estado, que vinha de longo período de atraso relativo, especialmente em relação ao Rio de Janeiro (então estado da Guanabara, onde ficava a capital do Brasil) e a São Paulo, polo dinâmico da economia nacional.

Nesse período histórico, mais precisamente em 1941 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, que deu origem à Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais (FACE), a qual intentava transmitir conhecimentos nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas e Contabilidade. A FACE se estabeleceu em um momento de importantes transformações regionais e nacionais, mantendo interações com diversas tendências sociais, especialmente aquelas que visavam ao desenvolvimento econômico e ao aprimoramento da capacidade administrativa do Estado. Seguia um padrão comum à escolas brasileiras, tendo se originado da fusão de duas escolas direcionadas ao ensino comercial.

O primeiro dos cursos de Administração que a FACE abriga se estabeleceu em 1952, com os cursos de Administração Pública e Sociologia e Política, criados pouco depois de ter sido aprovado um curso de Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). A unidade dos dois cursos oferecia certo caráter de especificidade à área de Administração Pública da instituição. Contudo, ao passo que o curso da EBAP recebeu, desde o princípio, massivo apoio do governo dos EUA, os cursos da FACE se desenvolveram menos integradamente ao cenário internacional, com a importante exceção da visita de um professor-consultor estadunidense à escola em 1953.

Um primeiro aspecto que nos chama a atenção é a precocidade com que são criados os cursos de Administração da FACE, iniciando-se sempre em conjunto com aqueles ministrados pelas escolas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Isso porque o curso de Administração de Empresas se iniciou também no mesmo período que o da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1955. Este pioneirismo é também relevante pelo silenciamento em torno dos cursos, uma vez que pouca coisa foi encontrada em relação a sua história.

Reforçamos que os cursos da Administração não estavam descolados, mas se relacionavam tanto com a instituição que abrigava os cursos quanto com os contextos social, econômico e escolar no qual ambos, cursos e instituição, se inseriam. A pesquisa toca, assim, discussões que extrapolam a realidade imediata do curso e da instituição. Para a compreensão do contexto, foi importante discutir um pouco dos cenários mineiro e brasileiro à época do desenvolvimento dos cursos. Eis aí um dos aspectos que permeiam a construção do objeto e

da narrativa desta tese, dado que buscamos sempre considerar os cursos na realidade em que se inseriam.

Examinar o papel que os Estados Unidos desempenharam (ou buscaram desempenhar) enquanto apoiavam a consolidação dos cursos de Administração também se mostrou de grande valia para esclarecer o contexto dos cursos, mas também da época. O suporte estadunidense à implantação de cursos de Administração se deu em vários países, inserindo-se no contexto de disputa com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a "Guerra-Fria" (ALCADIPANI; BERTERO, 2012; KIPPING; ENGWALL; ÜSDIKEM, 2009; ÜSDIKEM; ÇETIN, 2001). Para aprofundar nessa discussão, foi importante nossa estadia na Inglaterra, que permitiu maior contato com a literatura que aborda os efeitos desse momento histórico na conformação do pensamento administrativo pós-Segunda Guerra.

Entretanto, deixamos claro que os cursos de Administração da FACE não decorrem diretamente da disputa entre EUA e URSS, já que refletem a vontade de seus membros que, por sua vez, possivelmente, traduziam demandas por profissionais da área de Administração existentes na sociedade entre os anos de 1940 e 1950, quando o curso foi criado. Os cursos de Administração se inseriam em um contexto mundial de alastramento da disciplina pelo mundo. Sustentado por programas de apoio direto financiado pelos Estados Unidos, com apoio da ONU ou de fundações, estes cursos superiores eram um dos elementos que compunham o vasto campo de batalha ideológica estimulado pela Guerra-Fria. Foi neste contexto que o curso se estabeleceu. Portanto, foi importante dar atenção às características daquele momento histórico.

O trabalho se aproveita de uma conjuntura favorável, que abre espaço para a aproximação entre os estudos organizacionais e a História. Ainda que tal movimento seja mais intenso fora do país, é possível observar que também aqui são feitos esforços nesse sentido. Ainda temos relativamente poucos trabalhos que fazem essa aproximação, embora a criação desta área temática nos encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) possa contribuir como canal de fomento e divulgação de pesquisas neste campo no Brasil. Assim, este trabalho é também um esforço no sentido de contribuir com essa aproximação, tentando demonstrar como a perspectiva histórica pode enriquecer a apreensão dos objetos de estudo. Neste sentido, fez-se importante a contextualização da discussão sobre a aproximação entre Estudos Organizacionais e História dentro da área não

apenas para situar o leitor, mas, principalmente, para situar o trabalho entre as abordagens que se desenham. Buscamos, ainda, estabelecer alguns pontos de partida a partir dos quais nosso interesse pela história e a construção da narrativa histórica se desenvolveram.

Ressaltamos que o atual curso de bacharel em Administração da FACE – estabelecido em 1968 após o fim dos cursos de Administração Pública e Sociologia e Política, fundados em 1952, e do curso de Administração de Empresa, fundado em 1954, – não tem uma causalidade única ou suficiente: foram diversos os fatores que contribuíram para o estabelecimento deste curso. Na gênese dele, certamente, estão o curso de Administração Pública e o de Sociologia e Política, bem como o de Administração de Empresa de 1954. Dentre estes diversos fatores, não é possível desconsiderar, por exemplo, a participação de Orlando M. de Carvalho, professor da UFMG, na Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU[4]) – que, possivelmente, facilitou o atendimento do pedido por um professor estadunidense, feito pela instituição –, o dinamismo do ex-diretor da FACE Yvon Leite de Magalhães Pinto e a criação do Curso de Administração similar na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no mesmo ano. Como afirma Castro (1953), o curso foi criado sob inspiração daquela iniciativa acontecida no Rio de Janeiro.

Muitos outros elementos contribuiriam para que os cursos se estabelecessem, inclusive os aspectos socioeconômicos do estado. Dentre eles, podemos destacar o processo de industrialização de Minas Gerais, com iniciativas como a Cidade Industrial de Contagem, que, além de ser reflexo do surgimento de uma nova classe empresarial em Minas Gerais, estimulou seu desenvolvimento posterior. Colocamos, também, em evidência a demanda por mão de obra qualificada para gerir os negócios nascentes. Outro fator foi o desenvolvimento e aumento da complexidade do aparato estatal mineiro, que passava a demandar a formação de pessoal com perfil técnico de forma mais vigorosa, especialmente para poder assumir a tarefa de conduzir o desenvolvimento do estado.

Nesse sentido, a simbiose entre o curso de Administração Pública e o curso de Sociologia e Política é um sinal do papel que ocupava a reflexão sobre o estado na FACE. Ao longo da pesquisa, pareceu-nos cada vez mais relevante abrir espaço para discutir, ainda que

---

[4] Em ingles: *Joint Brazil-United States Technical Comission.*

brevemente, elementos ligados ao curso de Sociologia e Política. Essa experiência singular que unia as discussões de ambos os cursos nos pareceu uma maneira interessante de se aproximar de um objeto tão multifacetado quanto o Estado e as temáticas que lhe são correlatas, todos com suas próprias especificidades, que podem vir a ser mais bem compreendidas a partir de um olhar que relacione o pensamento técnico ao saber teórico.

No intuito de cumprir com os objetivos traçados e visando esmiuçar os pontos abordados sumariamente nesta introdução, o presente trabalho foi divido em outras cinco seções. Na primeira delas, discutimos a aproximação entre os estudos organizacionais e a História, apresentando os recentes desenvolvimentos e o quadro geral desta área, no que vêm sendo designado como "virada histórica". Também apresentamos alguns elementos, que consideramos "pontos de partida" a partir dos quais escrevemos este trabalho.

Em seguida, discutimos elementos que caracterizaram a construção dos saberes administrativos. Abordamos especialmente aqueles de matiz estadunidense que serviram de modelo, sendo posteriormente ativamente exportados e importados, muitas vezes, sem que elementos contextuais que influenciaram na formulação destes conhecimentos fossem considerados. Dentre outras coisas, a legitimidade adquirida pela Administração produzida nos EUA contribuiu para sua aceitação em outras partes, como neste País. Também caracterizamos as relações entre o Brasil e os EUA, concentrando-nos em apresentar o quadro no qual se estabeleceram os acordos e programas de apoio estadunidenses que contribuíram para que a Administração à "americana" fosse disseminada no Brasil.

Posteriormente, apresentamos a seção que apresenta o desenvolvimento do ensino comercial no Brasil e os laços que o liga ao ensino superior em Administração. Discorremos sobre a formação dos primeiros cursos brasileiros, abordando seu desenvolvimento e a relação que estabeleceram com o modelo predominante oriundo dos EUA. Na sequência, dedicamo-nos à apresentação detida do curso de administração da FACE trazendo um conjunto de informações que permitiram que delineássemos seu desenvolvimento. As discussões estabelecidas nesta seção subsidiaram as escolhas que indicaram os caminhos trilhados anteriormente ao mesmo tempo em que neles se fundamentam.

Por fim, apresentamos as considerações finais do trabalho, buscando retomar as discussões estabelecidas reforçando as suas relações. Também refletimos sobre o próprio trabalho, ao

mesmo tempo em que apontamos para desenvolvimentos possíveis decorrentes de sua realização.

2. A PESQUISA HISTÓRICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: MAPEAMENTO DO CAMPO E DE ONDE PARTIMOS

2.1 Um Mapa dos estudos em História e Estudos Organizacionais

O objetivo desta seção é apresentar ao leitor a discussão em torno do uso da História nos estudos organizacionais. Não pretendemos nos estender sobre todas as possíveis ramificações decorrentes da aproximação entre essa área da Administração, na qual este trabalho se situa, e o campo da História. Intentamos, de outro lado, discutir de maneira não exaustiva a maneira a partir da qual os estudos organizacionais se abriram para que os aportes históricos ocupassem um espaço cada vez mais importante.

Destacamos que os delineamentos sobre os desenvolvimentos na interação entre os campos foram elaborados como um rascunho um de mapa, para se explicitar as linhas teórico-interpretativas que influenciaram mais diretamente os estudos organizacionais. Não intentamos exaurir as possibilidades de desenvolvimento teórico dentro do campo. O universo de trabalhos que incorporam a História aos estudos organizacionais abrange uma miríade de influências, o que torna um inventário impossível. Dentre elas, destacamos a importância de trabalhos influenciados pela obra de Fernand Braudel, Karl Marx e Michel Foucault, acrescidas dos autores que sucederam e aprimoraram as ideias de Leopold Von Ranke. Mas essas não são as únicas perspectivas existentes no campo; apenas as de maior destaque. Há outras abordagens, como a microhistória (*e. g.* GINZBURG, 1987) com potencial para inspirar trabalhos na área.

Os espaços ocupados pela pesquisa histórica vêm se ampliando nos últimos anos, passando a assumir um lugar importante nos estudos organizacionais com a publicação de periódicos especializados, como o *Management & Organizational History* e o *Jornal of Management History*. Seja pelos estudos que buscam retomar o desenvolvimento da área ao longo do tempo, seja pela valorização do passado na compreensão do presente ou seja pelos trabalhos

sobre a história das organizações, as questões históricas se tornaram mais frequentes nas discussões estabelecidas entre os teóricos organizacionais.

A atenção crescente que a História vem recebendo se deve, em grande parte, a uma reação ao modo a-histórico de desenvolvimento da Administração, principalmente devido ao cientificismo estadunidense que dominou o campo após 1950 e, com mais força, após 1960 (ÜSDIKEM; KIESER, 2004). A partir da análise de Clark e Rowlison (2004), é possível afirmar que ao longo do tempo uma visão evolucionista da história, na qual se apontava a situação presente de um objeto como superior à passada, foi sendo abandonada em favor de análises que consideram a especificidade dos contextos históricos sem hierarquizá-los.

Lawrence (1984[5]) chama a atenção para o peso que a perspectiva evolucionista tem na compreensão da história, uma vez que grande parte dos autores entende o desenrolar da história como a superação de um estado inferior para se alcançar um estado superior, numa teleologia. Esta postura é, em larga medida, tributária da perspectiva positivista nos estudos históricos e da grande importância das ideias de Leopold Von Ranke[6] (LAWRENCE, 1984; CURADO, 2001), que ganharam espaço nos estudos históricos pela necessidade de estes se legitimarem ante outras áreas da ciência (WEATHERBEE, 2012). Gramsci (2002a, p. 34) critica essa postura e aponta que a ideia de que "todo o desenvolvimento histórico é documento de si mesmo" e de que "o presente ilumina e justifica o passado", é mecanizada, exteriorizada e reduz a História a uma lei determinista de caráter retilíneo e "unilinear".

Salientamos ainda que os estudos evolucionistas diminuem a importância da História e a anexam aos argumentos defendidos de forma alegórica ou como mera curiosidade ilustrativa.[7] Nesse contexto, a importância dos processos históricos na constituição do objeto é deixada de lado, uma vez que se estabelece que a forma presente é fruto de um processo de evolução "natural", inscrito na essência do objeto analisado. Tal posicionamento contribui, ainda, para que pesquisadores se eximam de se posicionar diante dos acontecimentos e incitam a

---

[5] Chamamos a atenção para o fato de que o texto da autora é relativamente antigo e, acreditamos, foi um dos primeiros a se debruçar sobre a questão, no âmbito da Administração, por um viés diferente do *business history*.

[6] Leopold Von Ranke é uma das mais importantes figuras da pesquisa historiográfica de base empírica com cunho positivista, permanecendo como uma influência importante nos estudos históricos.

[7] Entendimento próximo ao que Üsdikem e Kieser (2004) chamam de "abordagem suplementarista".

construção de uma história que se dá pelo encadeamento de fatos que supostamente falariam por si.

É importante destacar, contudo, que ao criticarmos essa abordagem não refutamos a importância do rigor na coleta de elementos empíricos na construção de um texto sobre a história. Apenas rejeitamos que haja um encadeamento subsumido a qualquer racionalidade ditando o destino dos objetos de pesquisa. Acreditamos, ainda, ser ingênuo partir de uma forma dada para explicar como ela já estava contida no passado e como se desenvolveu de maneira coerente para atingir a forma atual.

Jacques (2006) enfatiza a necessidade de rigor científico nas análises históricas realizadas no campo dos estudos organizacionais de maneira geral, sem, contudo, adotar necessariamente uma postura positivista. O autor evidencia que, ainda que existam elementos que são comuns a diversas teorias acerca das organizações e que seja possível notar questões que se mantêm ou que se repetem ao longo da história, não devemos analisar os movimentos históricos como se houvesse qualquer centelha evolucionária a determinar seus desenvolvimentos, o que seria um retorno a um idealismo extremado, ainda que mascarado pelo empirismo. Em outras palavras: não devemos abandonar os dados para fazer a pesquisa historiográfica nem rejeitar a importância do método na coleta dessas informações, mas é importante que o trabalho histórico seja reflexivo e rejeite o presente como único "destino" possível para o passado.

No que concerne aos estudos organizacionais, o pouco apreço ainda existente em relação aos conhecimentos que podem ser construídos com apoio da História relaciona-se com a longa hegemonia exercida pelos estudos funcionalistas e positivistas, como apontam, dentre outros, Vizeu (2010) e Matitz e Vizeu (2010). Nessa corrente de análise, a empiria prepondera sobre a teorização, e a História é analisada como se fosse um conjunto de fatos brutos, desprovidos de significados concorrentes (SARAIVA; COSTA, 2010). No funcionalismo, o passado é visto, basicamente, como um apêndice das teorias contemporâneas, servindo principalmente para corroborar teses ou para exemplificá-las, uma vez que se busca a construção de teorias gerais ou de leis de funcionamento da sociedade.

Uma vez que o funcionalismo e o positivismo são as bases das principais teorias que estruturam o conhecimento em Administração, não é surpreendente que os primeiros estudos que abordavam aspectos históricos tenham se constituído sob essas mesmas bases. A principal

área que estabeleceu ligações entre o estudo de organizações e seus aspectos históricos foi a *Business History* (História dos Negócios), que Ponzomi e Boersma (2011) apontam como uma subdisciplina da História Econômica. Por sua vez, o subcampo História de Corporações – que está mais próximo ao campo dos Estudos Organizacionais – situa-se como um ramo específico dessa disciplina, muitas vezes, com pesquisas patrocinadas pelas próprias empresas estudadas, o que faz emergir conflitos de interesses e questões sobre o fato de tais trabalhos atenderem às expectativas de um trabalho acadêmico (PONZOMI; BOERSMA, 2011).

Weatherbee (2012) afirma que a disciplina *Business History* teve início com a coleta sistematizada de casos de ensino, visando permitir que se aprendesse com experiências de ações tomadas anteriormente. Contudo, o empirismo que guiava os pesquisadores na coleta de dados, especialmente nos anos de 1920, foi paulatinamente dando lugar a novas teorias mais refinadas e que fugiam da mera análise de práticas, orientadas para reflexões mais profundas acerca da condução dos negócios. Para o autor, foi apenas a partir do trabalho de Alfred Chandler que as relações entre Administração e História se revigoraram novamente, embora ainda sem discutir teorias relacionadas à apreensão da história.

Saraiva e Costa (2010) salientam a orientação para a manutenção do *status quo* presente na disciplina *Business History*. Para os autores, esse segmento da história econômica

> [...] apresenta-se como uma abordagem que, via de regra, sob o argumento de arregimentar informações sobre o passado, se apresenta de forma pouco crítica, despolitizando a dinâmica organizacional ao longo do tempo, e manipulando a memória de forma a construir um passado pretendido (SARAIVA; COSTA, 2010, p. 6).

Esses estudos servem, principalmente, para legitimar determinadas narrativas referenciadas no *mainstream*. Além disso, frequentemente, funcionam como uma construção que sustenta e justifica as práticas contemporâneas, reiterando a ideia de que essas práticas sempre aconteceram e de que têm suas origens em um passado longínquo. Problemas concretos, como o surgimento da Administração, em sua especificidade atual, poderiam retroceder ao Egito antigo ou, mesmo, antes, desprezando a singularidade, em busca de um momento mítico de surgimento de práticas que são hoje chamadas "administrativas". Os trabalhos desta corrente se concentram principalmente no estudo de figuras individuais ou de grandes empresas, trazendo relatos, muitas vezes, incontroversos, em uma espécie de "História chancelada", mas que se quer factual. Os personagens aparecem em grande parte das vezes como heróis,

construindo uma "História fetichista" (GRAMSCI, 2002a), que é protagonizada por personagens abstratos e míticos.

Weatherbee (2012) aponta, ainda, para outra questão importante a ser verificada nesses estudos: a não distinção entre passado e história.

> O emprego mais comum da *história* nos estudos administrativos e organizacionais segue uma lógica que assume a existência de um passado exterior que é descobrível, onde a "verdade" é encontrada por meio da correspondência de referenciais comuns entre os "fatos" e o passado – nos quais *passado* e *história* são sinônimos (WEATHERBEE, 2012, p. 205, tradução livre, grifos no original).

Ao mesmo tempo, boa parte das pesquisas históricas que têm como objeto organizações se vale dos arquivos das instituições ou das empresas estudadas como a principal fonte de informações, muitas vezes, desconsiderando as disputas de poder que dão origem a certo documento em lugar de outro (SARAIVA; COSTA, 2010) e, assim, ignorando os conflitos de interesse apontados por Ponzomi e Boersma (2011). Ou seja, não é incomum que, ao utilizar os arquivos pessoais ou das organizações estudadas, os pesquisadores não questionem o *status* dos documentos que lhes chegam às mãos. Dessa maneira, acabam por contar a história a partir de uma perspectiva específica como se estivessem elencando fatos inquestionáveis.

A *Business History* pode ser, assim, entendida como uma aproximação da História que busca, majoritariamente, legitimar a ordem vigente, reforçando aquilo que é tido como dado, ao negligenciar os embates por meio dos quais os documentos foram construídos. Segundo Clark e Rowlinson (2004), devemos considerar a possibilidade de se retomar a História a partir de outras perspectivas que não a *Business History*. Os autores apontam, ainda, que uma guinada em direção à História permite colocar em questão as elaborações feitas até o momento, que, por várias vezes, tomavam os relatos históricos como unívocos, levando em conta apenas as versões oficiais da História. Para eles, os aportes de outras áreas contribuem de maneira acentuada para o fortalecimento da visão histórica nos estudos organizacionais.

Weatherbee (2012) aponta a importância que a ruptura provocada pelo pós-estruturalismo e pelo pós-modernismo trouxe às Ciências Sociais na década de 1960. Ao passo que essas inovações só conseguiriam romper com o cientificismo de base metodológica empirista e de epistemologia positivista cerca de vinte anos depois de surgirem, eles foram importantes na

retomada da importância da história, justamente por romper com cânones da ciência estabelecida.

A abordagem funcionalista, representada pelos estudos da *Business History* dentre um conjunto de outros trabalhos no campo de estudos organizacionais, começou a abrir espaço para outras perspectivas entre os anos de 1960 e de 1970. Isso se deu, principalmente, com o aporte de teorias de outras áreas, como a Filosofia e a Sociologia. Um marco importante para essa abertura foi a publicação do livro *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*: *elements of the sociology of corporate life*, de Burrel e Morgan (1979), que, apesar de não ser a primeira publicação a fugir do *mainstream*, consolidou uma miríade de abordagens possíveis para se analisar as organizações. Nessa publicação, Burrel e Morgan (1979) apontam para a existência de outras correntes analíticas, que até então eram obscurecidas pelo funcionalismo hegemônico. Isso não quer dizer que o funcionalismo tenha, desde então, perdido seu caráter de *mainstream*, mas que as outras perspectivas ganharam espaço.

Reed (1996), por sua vez, elenca outras duas abordagens da História que foram importantes no campo dos estudos organizacionais nos anos de 1970 e de 1980. A materialista, baseada nos trabalhos de Karl Marx, foi hegemônica até os anos de 1980, quando a perspectiva culturalista tomou seu lugar, tendo se mantido forte nos anos de 1990 – e ainda hoje –, parcialmente devido aos aportes foucaultianos. A última corrente, que se fortaleceu com a publicação do livro de Alvesson e Willmot (1992), marca o início do grupo denominado "*Critical Management Studies*" (CMS). O CMS retomou grandemente a importância dos aspectos históricos a partir de abordagens distantes da hegemônica, que se espalharam, primeiro, pela Europa e, depois pelos Estados Unidos (WEATHERBEE, 2012; FOURNIER; GREY, 2000).

Clark e Rowlinson (2004) denominam a crescente importância da História na Administração em geral e nos estudos organizacionais especificamente como "virada histórica" (*historic turn*). Os autores salientam que esta abordagem, que ainda está se consolidando, representa alterações nos estudos organizacionais, na medida em que novos elementos passam a ser analisados na elaboração de teorias, com a adoção de novas metodologias e perspectivas diante do passado e da história. Para eles, ao tomar a história como um elemento a ser considerado, pode-se colocar em questão o cientificismo que permeia a área, o que contribui para impulsionar olhares mais diversificados no interior da Administração. Booth e

Rowlinson (2006) acrescentam que a virada histórica envolve mais reflexões críticas e pode trazer discussões importantes sobre questões éticas.

Leblebici e Shah (2004) argumentam que na virada histórica existem pelo menos duas abordagens mais consolidadas em torno de como se vê a História que fogem à inspiração rankeana. A História pode ser vista como o relato objetivo de algo que de fato aconteceu em um período de tempo específico ou como a tentativa do historiador de reconstruir os acontecimentos a partir de determinado prisma interpretativo. No primeiro caso, os autores salientam a influência de Fernand Braudel e da chamada "Nova História".

Leblebici e Shah (2004) afirmam que para Braudel a posição daquele que conta a história não é entendida como um elemento que intervém na narrativa apresentada. A História é relatada de forma coerente e cronológica, em uma sucessão de fatos. Contudo, isso não quer dizer que o autor francês advogue a teleologia ou um empirismo à moda de Ranke, mas que ele posiciona o autor do texto histórico como sujeito relativamente distante do texto que produz.

No segundo caso, Leblebici e Shah (2004) enfatizam os trabalhos de inspiração foucaultiana, nos quais a História é vista como uma narrativa construída por aquele que a conta. Nessa perspectiva, a apresentação da história atende a determinados objetivos e se insere dentro das tramas dos jogos de poder. Para os autores, qualquer uma das abordagens apresenta questões que devem ser consideradas quando se pretende aproximar os estudos organizacionais da História. Nas abordagens em que se observa uma clivagem entre o historiador e a pesquisa realizada, pode-se escorregar para o mesmo empirismo que dominava o campo, sem considerar a conjuntura a partir da qual o relato histórico é escrito. No outro caso, a radicalização da noção de que o historiador é apenas formulador de uma narrativa pode diminuir a importância dos dados colhidos, na medida em que a teoria seria fruto exclusivo das escolhas subjetivas do pesquisador.

Nossa posição é a de que é impossível desconsiderar o autor do texto histórico elaborado. Os sujeitos são, todos eles, fruto da relação do eu com o social, sendo os próprios "eus" o constituinte do social. Além disso, a História é escrita no presente e endereçada a certos leitores, o que também é um fator a se considerar na produção dos textos históricos. De lado, refutamos a noção de que a veracidade de uma narrativa se dá meramente pela coerência interna do trabalho apresentado. Esse é um aspecto do trabalho de escrita histórica que,

entretanto, não anula a importância das fontes históricas na elaboração do texto. Isto se dá, ainda que consideremos as limitações apresentadas por cada uma das fontes, como as vicissitudes da memória e o papel de monumento inerente aos documentos, por exemplo.

Na medida em que o debate contemporâneo se concentra na influência de Michel Foucault e na discussão modernismo *versus* pós-estruturalismo e pós-modernismo e suas relações com os estudos organizacionais, a percepção de Reed (1996) permanece válida. Michel Foucault se mantém atualmente como importante influência dos trabalhos realizados no campo, como se pode perceber nas descrições dos trabalhos presentes no campo realizadas por Jacques (2006), Üsdiken e Kieser (2004) e Kieser (1994). Carter, McKinlay e Rowlinson (2002) reiteram que o fortalecimento dessa perspectiva histórica está ligado ao interesse dos teóricos dos estudos organizacionais quanto à compreensão de como o campo de saber se desenvolveu e quanto aos subsídios que o aporte foucaultiano oferece para esse tipo de pesquisa, com destaque para a genealogia (ÜSDIKEM; KIESER, 2004).

Üsdikem e Kieser (2004), na busca por traçar um mapa das abordagens no campo, classificam os trabalhos que se valem de elementos históricos em três correntes distintas, de acordo com o modo como elas se utilizam dos elementos do passado: suplementarista, integracionista e reorientacionista.

A suplementarista se caracteriza por tomar os estudos organizacionais como um empreendimento científico no qual a História pode assumir o lugar de confirmar e refinar teorias gerais, contribuindo para a seleção de variáveis e para a criação de hipóteses. Esta corrente usa a História apenas como um apêndice das teorias que querem sustentar. As abordagens evolucionista e funcionalista destacadas, de modo geral, podem ser enquadradas dentro dessa primeira corrente.

A posição integracionista busca enriquecer a teorização organizacional por meio de análises históricas, valendo-se da integração entre as Ciências Sociais e a História (VIZEU, 2010). Para Costa, Barros e Martins (2010, p. 294), nessa perspectiva

> a análise histórica não substituiria as teorias existentes, mas enriqueceria a compreensão do contexto atual por meio de conexões com as disciplinas humanísticas. Adotar a posição integracionista significa reconhecer que eventos do passado atuam no presente, sendo úteis para a identificação e escolha de oportunidades atuais.

Üsdikem e Kieser (2004) destacam que esta perspectiva permanece aferrada a certos modelos de ciência e de cientificidade, como a utilização de "tipos ideais".

O rompimento com o modelo de ciência preconizado pela ciência social é feito pelos estudos que os autores classificam como "reorientacionistas", os quais "propõem uma nova agenda de pesquisa para os estudos organizacionais, dada pela constatação do caráter a-histórico predominante no campo, que condiciona as concepções do pesquisador sobre a realidade organizacional e influencia seus interesses de pesquisa" (VIZEU, 2010, p. 41, com base em ÜSDIKEM; KIESER, 2004).

Especialmente trabalhos mais próximos ao que Üsdikem e Kieser (2004) chamam de "perspectiva integracionista" se consolidaram como opção de pesquisas e publicações. Os trabalhos reorientacionistas também ganharam espaço, mesmo com sua abordagem mais radicalizada da História. É importante destacar que a virada histórica, a nosso ver, está influenciando também autores nacionais alinhados a uma perspectiva aproximada do que Üsdikem e Kieser (2004) descrevem como "integracionista". É o caso dos trabalhos de Curado (2001), Sauerbronn e Faria (2009), Costa, Barros e Martins (2010) e Vizeu (2008; 2010).

Uma vez que toda classificação é um ato de poder, a que foi elaborada por Üsdikem e Kieser (2004) também o é. Inclusive, a recorrência com que esse trabalho é citado aponta para a aceitação dessas ideias, que podem engessar as análises acerca da multiplicidade de abordagens possíveis e do campo teórico em que elas se encontram. Nesse sentido, embora acreditemos que tal mapeamento tenha méritos relevantes, não subscrevemos o presente trabalho a nenhuma dessas linhas classificações, pelo fato de as considerarmos exclusivamente em relação ao seu valor heurístico em face do desenvolvimento e da configuração da interação entre estudos organizacionais e História, contudo não negamos nossa afiliação a determinadas teorias, como apresentaremos e discutiremos adiante.

A existência de outras classificações a partir de outras perspectivas, como a elaborada por Durepos, Mills e Weatherbee (2012), evidencia que, ao invés de tomar estes trabalhos como definitivos, é mais frutífero utilizá-los como mapas que se complementam. Durepos, Mills e Weatherbee (2012) trazem três grupos distintos, aos quais se afiliariam os estudos históricos voltados à representação dos acontecimentos: os que se filiam ao realismo e advogam um

passado que pode ser resgatado como reconstrução objetiva do acontecimento (como, para os autores, no empirismo e no marxismo); o relativismo, que compreende as visões mais subjetivistas que veem a escrita da história como a elaboração de narrativas (de que seriam exemplos os autores pós-estruturalistas e pós-modernos); e o "relacionalismo" (*"relationalism"*), que considera diferentes níveis de análise referentes a distintas interações entre os atores que construíram o passado (abarcado, especialmente, na visão dos autores, pelos trabalhos da teoria ator-rede).

Neste trabalho, acreditamos que o passado não é passível de reconstrução em um texto. Nos sempre tomamos contato com ele por meio de narrativas históricas, que são formuladas, inquestionavelmente, a partir da perspectiva do autor e de sua relação com seus leitores (pretensos e de fato). Assim, os autores selecionam traços e informações para construir sua narrativa. Algumas informações são "objetivas" e "inquestionáveis" como a data de fundação de um curso presente em uma ata. Contudo, mesmo estes dados podem ser colocados em questão se interrogamos, por exemplo, de quando vem o anseio e como se deram as articulações que fizeram com que uma data e não outra fosse o momento da "fundação". Para nos aprofundar nesta discussão, faremos um breve incurso sobre alguns pontos que tiveram influências no delineamento deste trabalho.

2.2 Alguns pontos de partida

Neste trabalho, é inegável a influência de trabalhos acadêmicos da área de História nas escolhas que fizemos no formato de apresentação da pesquisa e de seus resultados. Entretanto, ao invés de assumir um trabalho puramente historiográfico, percebemos que o desenho final trouxe à luz um "híbrido" entre o que se vê regularmente nas teses de Administração e nas teses de História, com preponderância para a primeira área. Este "desenho" é fruto da tentativa, que se espera frutífera, de abraçar a História ainda dentro dos estudos organizacionais.

Consideramos interessante apontar alguns elementos que serviram de quadro no interior do qual nossos pensamentos posteriores foram construídos. Partimos do pressuposto de que todo

conhecimento se insere em uma relação complexa com a realidade social. Não é nunca meramente uma observação descompromissada da realidade, porque qualquer saber é um ponto no interior de uma teia que permitiu sua elaboração e na qual ele influirá. No nível do pesquisador, estes aspectos sobressaíram, na medida em que os próprios sujeitos se constituem também no interior de múltiplas e, por vezes, inconscientes relações que abarcam os mais variados compromissos.

O conhecimento sobre um dado objeto nunca será definitivo, mas fruto de aspectos contextuais, que podem se modificar ao longo do tempo. Dessa maneira, compartilhamos com Gramsci (*e. g.* 2007a) a noção de que a verdade é contingente em relação aos consensos sociais que a chancelam, inclusive em relação à sua cientificidade. Com isso, o autor reconhece que o ser humano é social e histórico e também o são os conhecimentos sobre ele e a realidade que o cerca. Ambos são, ao mesmo tempo, elementos ativos e passivos na formação de hegemonias e nas batalhas políticas que continuamente vão dando formas à realidade humana.

Consideramos que a universidade enquanto instituição social contribui para a produção de saberes e consensos que interferem de forma mediada nas relações de forças estabelecidas no interior da sociedade. É um local privilegiado de disputas tanto mais quanto maior a importância da ciência e da técnica na formatação da sociedade analisada. Não ressaltamos a academia pelos debates imediatamente políticos que lá podem acontecer, mas porque o interior do aparelho escolar se destaca enquanto local de produção, circulação e transformação de saberes.

Gramsci (2007b) aponta que toda relação pedagógica é uma relação de hegemonia. Decorre daí que é um momento no qual um grupo transmite seus valores e sua visão de mundo, que está entranhada nos próprios conhecimentos disseminados. De outro lado, o contrário também é verdadeiro e quando uma relação de poder se estabelece pela via da dominação também se instaura uma relação de ensino. As relações de troca de conhecimento nunca são estabelecidas em um ambiente livre de coerções e estão sempre situadas no campo da disputa política. Essa noção é parte importante das nossas elaborações.

Como afirma Gramsci (2007b), o ser humano não é um ser acabado, mas uma entidade em constante formação. É resultado de elaborações que o precederam, mas produtor de novas

subjetividades. O autor afirma que a "'natureza' do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida" (GRAMSCI, 2007b, p. 51). Ou seja: os seres humanos não possuem qualquer natureza se por isso se entende uma essência que seja fixa, mas é resultado das diversas relações sociais que contrai com ou sem o seu conhecimento e consentimento. Para esses homens e mulheres, o mundo se abre para o conhecimento, em uma interação entre as ações práticas nas quais se engajam, as relações sociais nas quais se inserem e os temas que tomam conhecimento a partir de processos pedagógicos diversos. Gramsci (2007a, p. 356) entende que:

> A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma "natureza humana" abstrata, fixa, imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica.

Nesse mesmo sentido, nenhuma instituição e nenhum corpo de saberes tem definições essenciais que lhe constituem o ser. Instituições, pessoas e saberes são construções históricas, que remetem a aspectos culturais, simbólicos, ideológicos e políticos que constituem o espaço social. Os elementos históricos não se apresentam como simples registro de fatos do passado, mas como maneira privilegiada de se compreender de forma ampla os processos que se desenvolvem no presente. Essa é uma alternativa de se apreender, ainda que sempre de forma incompleta, os diversos objetos e processos sociais observáveis pelo pesquisador. Para Gramsci (*e. g.* 2002b; 2006b; 2007b), o mundo se dá a conhecer a partir da ação humana. Contudo, essa ação não acontece no vazio, mas se insere em um ambiente complexo que a permeia e por ela é constituída.

As ideologias exercem um papel importante na dinâmica política da sociedade, não podendo ser igualadas ao erro ou à "falsa consciência", como se vê em outras formulações teóricas. Na medida em que produzem efeitos práticos, as ideologias são consideradas reais e teoricamente verdadeiras, dado que capazes de produzir resultados: "não existe, para Gramsci, uma crítica da ideologia no sentido racionalista: oposição entre a verdade da ciência e a falsificação ideológica" (ROUANET, 1978, p. 57). A ideologia em Gramsci não assume o aspecto de uma formação eternizada e imutável, mas sempre é vista como uma elaboração histórica que possui força material (COUTINHO, 2003). Não equivale ao erro – exatamente por sua crítica à ideologia não ser de cunho epistemológico, como a formulada por Louis Althusser –, mas

está calcada na política (ROUANET, 1978; FREITAG, 2005). Assim, seguindo Rouanet (1978), percebemos que Gramsci se preocupa não com a questão da verdade e do erro, mas com as lutas políticas em torno do estabelecimento da hegemonia.

Para Buci-Glucksmann (1980, p. 83-84), Gramsci possui uma visão privilegiada do que seja a ideologia. A autora aponta:

> Rompendo resolutamente com uma concepção de ideologia como ideologia-ilusão ou como simples sistema de ideias, Gramsci estende a análise dos aspectos mais conscientes das ideologias a seus aspectos inconscientes, implícitos, materializados nas práticas, às normas culturais aceitas ou impostas. As ideologias funcionam como agentes de unificação social [...] (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 83-84).

A ideologia não precisa ser necessariamente uma elaboração consciente de um grupo para que possa produzir efeitos materiais. Ela não se resume a um momento gnosiológico de conhecer o mundo, mas constitui o próprio mundo sobre o qual o homem age e que ele (re)conhece a partir de sua práxis. As formações ideológicas se encontram dispersas pelo tecido social, assumindo uma forma de construção coerente, especialmente na elaboração dos intelectuais orgânicos de cada grupo social. Rouanet (1978, p. 53) aponta que "o homem conhece o real na exata medida em que este é histórico, em que é o produto da atividade histórica do homem".

O conhecimento na visão gramsciana é historicamente construído e está historicamente situado, inserindo-se nas disputas por hegemonia a partir de diferentes posições ao longo do tempo. Como aponta o autor, é um erro julgar outros tempos históricos a partir das concepções de hoje, uma vez que elas não existiam naquele momento (GRAMSCI, 2006a). Gramsci (2002b, p. 362) também refuta a noção de verdade atemporal, afirmando que "[...] toda 'verdade' tida como eterna e absoluta tem origens práticas e representou ou representa um valor provisório".

Nesse sentido, uma característica que diferencia a epistemologia gramsciana de outras prende-se ao fato de esta negar explicitamente a neutralidade do conhecimento. Ao mesmo tempo, Gramsci amarra os desenvolvimentos intelectuais de uma dada época ao momento das relações sociais de produção. Dessa forma, o autor reforça o caráter temporal, que tanto constitui quanto demarca o conhecimento e as suas possibilidades. Assim, para Gramsci

(2002a, p. 36), "a história do passado só pode ser escrita com os interesses e para os interesses atuais".

Ao mesmo tempo, assumimos desde logo que a busca pela gênese de qualquer processo é tarefa irrealizável, uma vez que os processos se intercalam ao longo da história e se influenciam mutuamente, restando, dessa maneira, ao pesquisador contentar-se em tornar consciente a falta presente em sua busca. Além disso, as instituições e estruturas sociais se estabelecem no interior de disputas de poder que envolvem também a produção de conhecimentos. Apesar de considerar que tal postura é coerente com Gramsci (*e. g.* 2002a), devemos salientar que nos atentamos para ela de maneira determinante após a leitura de textos de Foucault (cf. 2008).

Para Foucault (2008, p. 55), importa "não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam". Foucault (2009, p. 45) questiona:

> O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e apropriação do discurso com seus poderes e saberes?

Vemos uma aproximação entre os posicionamentos de Foucault acerca da verdade com as discussões de Gramsci que elencamos acima. Pontifica Candiotto (2010, p. 50): "Aquilo que entre as ciências do homem é convencionado como verdadeiro para Michel Foucault configura a justificação racional de sistemas excludentes de poder que atuam nas práticas institucionais e científicas". Neste trabalho, acreditamos que a Administração, então, foi produzida como discurso que engendrou práticas diversas e contribuiu para a formação de um sistema de ensino com suas instituições especificamente moldadas e adaptadas para transmitir determinados saberes. Ao mesmo tempo, ela refletirá em sua constituição estruturas sociais que conformam os conhecimentos produzidos.

Em resumo, entendemos que para compreender o objeto delineado neste trabalho faz-se necessário não apenas nos debruçar sobre os dados do próprio objeto; importa também analisar os contextos intelectual e conjuntural nos quais os cursos de administração da FACE se inseriam. Só assim uma visão mais completa dos cursos e de sua inserção nas dinâmicas sociais se fez possível. Salientamos que isso não se refere à aproximação ou não das teorias

administrativas. Afirmar um desligamento dos acadêmicos com as práticas é ignorar que o próprio fazer acadêmico é uma prática que produz seus efeitos sobre outras práticas. Ao mesmo tempo, teoria e prática não guardam uma relação especular entre si e tampouco uma relação linear de determinação de uma sobre a outra. Haverá sempre mediações entre ambas. Salientamos, todavia, que o ambiente de produção dos saberes é um dos elementos que devem ser considerados, exatamente por seus reflexos materiais, ao habilitar práticas ou chancelar certas estruturas institucionais e não outras, por exemplo.

Para alcançar o intento da pesquisa, a abordagem do objeto escolhido foi feita a partir da inserção dos cursos em seu contexto, buscando entender de que maneira pode ser percebida a interação entre as características estruturais nas quais o curso se desenvolveu e as vicissitudes pelas quais passou. Assim, foi necessário que a pesquisa abarcasse características da sociedade daquele momento, de modo a permitir análises mais acuradas acerca do desenvolvimento do curso de graduação em Administração da FACE-UFMG.

Ao escrevermos nossa versão da história, olhamos para o passado nos termos do presente. Ou, como diz Gramsci (2002a, p. 37), "escrever história significa fazer história do presente". Na mesma linha, Foucault (1988, p. 30) afirmava não desejar "fazer a história do passado nos termos do presente", mas "fazer a história do presente". Assim, o autor busca evitar o problema incontornável de recontar uma história em uma linguagem diferente daquela em que foi escrita, mas ir atrás de elementos que permitam compreender por que os objetos se tornaram o que são. Tanto Gramsci (*e. g.* 2002a) como Foucault (*e. g.*1988) reconhecem que as leituras do passado se dão por meio de lentes fornecidas pelo presente e não desejam contornar essa característica. Intentam, ao contrário, ir ao encontro dos elementos que permitiram a construção do presente.

Consideramos que este trabalho se aproxima dos outros que vêm valorizando os estudos com perspectiva histórica na Administração e, em particular, no âmbito dos estudos organizacionais. Buscamos executar uma aproximação entre os estudos organizacionais e os estudos históricos, mas sem reduzir um ao outro. Na medida em que nos deparamos com inúmeras explicações concorrentes e complementares para o desenvolvimento da administração, percebemos que não importa apenas referenciar "fatos" ocorridos ao longo do tempo, mas tentar entender de que maneira eles contribuíram para o desenvolvimento da área.

É importante evidenciar ao leitor como se chegou aos dados e às conclusões apresentadas, ainda que não se tenha por objetivo promover a separação entre o momento de construção "teórica" da tese e o momento da coleta de dados, mesmo porque eles se confundiram e sobrepuseram durante boa parte da pesquisa. Após a definição geral de qual seria o objeto da pesquisa, iniciou-se uma pesquisa bibliográfica visando levantar o estado da arte das relações entre estudos organizacionais e História. Além disso, estudos que abordavam especificamente aspectos históricos do desenvolvimento de cursos de Administração e do campo também foram exaustivamente buscados e analisados.

Posteriormente, procedeu-se à leitura de todas as atas da congregação da Faculdade de Ciências Econômicas no período de 1945 a 1972. Os documentos foram lidos e os pontos considerados principais para o entendimento não só da evolução do curso de Administração Pública, do curso de Administração de Empresa e do curso de Sociologia e Política, como também da Faculdade foram transcritos ou fotografados. O livro de documentos do curso de Administração, compêndio elaborado pela secretaria do curso, foi também consultado.[8] Alguns pontos relevantes e que não apresentavam muitas informações foram ressaltados como foco para aprofundamentos posteriores da pesquisa. Os principais deles foram: presença de um professor estadunidense na FACE em 1953; recusa de bolsas para estudar no exterior por parte dos professores da faculdade em 1952; sobreposição dos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública; recusa do ex-diretor Yvon Leite de Magalhães Pinto de um acordo com o Ponto IV, em 1959; a punição a um aluno que se manifestou contra a Fundação Ford, em 1964; e encerramento dos cursos de Sociologia e Política e de Administração Pública, cuja data não estava bem demarcada nos documentos consultados, embora saibamos agora que a última entrada no curso de Sociologia e Política foi em 1964 e que o curso de Administração Pública foi encerrado em 1968.[9]

De posse dessas indicações e com amparo na Lei de Acesso à Informação, um conjunto de documentos referentes a estes e outros tópicos relevantes para a pesquisa, que totalizaram cerca de 300 páginas, foi solicitado à FACE. Estes papéis versavam, contudo, principalmente

---

[8] A partir destes documentos chegou-se a elaborar as grades curriculares dos cursos de graduação e salientar as modificações que estes sofreram ao longo do tempo. Contudo, concluímos que a mera observação das listas de disciplinas trazia poucas informações à discussão proposta neste trabalho e que para que tal conteúdo fosse analisado seria necessário abordar as teorias do currículo (ver, *e.g.* MARANHÃO, 2010), o que demandaria um trabalho específico.

[9] Destes, apenas a recusa às bolsas de estudos, em 1952, não ficou esclarecido.

sobre os rumos da sociedade civil que deu origem à Faculdade, o que se mostrou de pouco interesse para o trabalho. Foram também solicitados outros documentos sob os auspícios da mesma lei ao Ministério da Educação e ao Ministério das Relações Exteriores. Também analisamos a "Revista da Faculdade de Ciências Econômicas", números 2 (o primeiro não se encontra na biblioteca) a 12 (quando esta se encerra). Nela, buscamos textos que pudessem informar sobre as discussões teóricas existentes no campo da Administração, além de material documental. Foi feita, ainda, uma busca na revista da Universidade de Minas Gerais entre 1950 e 1960, visando colher informações especificamente sobre os cursos de Administração da FACE, e outra em todos os números da Revista Brasileira de Ciências Sociais, editada pela FACE, entre 1961 e 1966.

Contamos também com o apoio do professor Bill Cooke, que, em sua viagem para visitar os arquivos da *Michigan State University* (MSU), localizou três documentos que se referiam ao acordo não assinado entre esta universidade e a FACE. Ao mesmo tempo, o professor Rafael Alcadipani nos transmitiu informações sobre a FACE que se encontravam nos arquivos da EAESP restritos ao público e que coadunam com aquelas apresentadas por Taylor (1968).[10]

Após identificar que uma das questões que mereciam maior esclarecimento no que concerne ao desenvolvimento do curso era a existência ou não da ajuda dos Estados Unidos, foi efetuada extensiva pesquisa, por meio do mecanismo busca do Google, nos arquivos publicados *online* da *United States Agency for International Development* (USAID), onde se encontram depositados também informações das fundações que financiavam projetos em outros países, como a *Ford Foundation* e a *Rockfeller Foundation*. No caso destas duas fundações, os documentos trazem, principalmente, a informação de que nos períodos buscados (entre 1952 e 1970) o curso de administração da FACE não recebeu auxílio financeiro, ao contrário dos cursos da EBAP, EAESP, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Também foram realizados levantamentos menos específicos, mas valendo-se de palavras-chave refinadas após o contato com os dados anteriores (por exemplo: "public administration"

---

[10] Somos, obviamente, muito gratos a ambos os professores pelas contribuições ao trabalho.

+ USAID + "Faculdade de Ciências Econômicas" + "Universidade de Minas Gerais" e OCIAA + "Universidade de Minas Gerais"). Valemo-nos também da ferramenta de busca do Google para encontrar informações potencialmente relevantes sobre diversos nomes citados nos documentos encontrados previamente.

Nestes levantamentos, foram identificados tanto documentos quanto artigos e teses acadêmicas que tratavam dos temas abordados neste trabalho ou de assuntos correlatos. Uma decisão de aspecto controverso fez-se necessária, que era a forma de apresentação dos documentos. Embora acreditemos que seria mais interessante trazê-los em destaque, as normas da biblioteca da FACE pedem que sejam trazidos conjuntamente com as referências ao final do texto, com exceção daqueles não publicados ou de acesso restrito, que devem vir em nota (BARROCA; RESENDE, 2012)[11]. Os documentos, quando em língua estrangeira, aparecem traduzidos no texto, enquanto o texto original aparece em notas de pé de página. Evitando o número excessivo delas, os excertos de textos científicos não trazem o original.

Foram também gravadas entrevistas com anteriores e os atuais professores da escola, por acreditarmos que eles nos traçariam uma imagem mais precisa da dinâmica da FACE, até pela sua permanência na instituição. Foram entrevistados os ex-professores Raimundo Peixoto (2011), Edson Durão Júdice (2012), Fernando Coutinho (2011) e Talita Luz (2011) e Moema Siqueira (2012, 2013). Entrevistamos também Marco Aurélio Rodrigues (2011), Fausto Brito (2012) e José Alberto Magno de Carvalho (2012, em entrevista) que permanecem ligados à instituição, os dois primeiros como professores e o último ligado à Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Ocorreram diálogos que não foram gravados, mas dos quais foram tomadas notas, dos quais salientamos aqueles mantidos os professores João Antonio de Paula (2011) e Alexandre Cunha (2012), ambos do Departamento de Economia. Também utilizamos entrevistas, citadas nas referências e disponíveis *online*, realizadas com ex-professores e/ou alunos: Aluísio Pimenta (2010), ex-reitor da UFMG, Cláudio de Moura Castro (2001), Edmar Bacha (1998), Elisa Reis (2002); Fábio Wanderley Reis (2002; 2004; 2010), Herbert de Souza (1991), José Murilo de Carvalho

---

[11] Assim, foram citados entre as referências elementos documentais, tais como relatórios, leis, circulares, atas, edições do Diário Oficial e materiais de divulgação, além dos documentos de organismos internacionais disponíveis *online*.

(1997; 2010), José Alberto Magno de Carvalho (2007), Simon Schwartzman (1977; 1978; 1988; 1989; 1997).

Todas as conversas serviram para nos trazer elementos que contribuíram diretamente para a tese na forma de dados, mas também ajudaram a traçar um cenário do ambiente que estudamos. Logo, mesmo os depoimentos que são pouco citados no decorrer do trabalho foram de indelével valia para a construção do trabalho final. Contribuíram, ainda, para a busca por novas informações e auxiliando interpretações de dados já recolhidos. Neste sentido, foi importante também como fonte de informações sobre a Faculdade a palestra proferida pelo professor João Antonio de Paula (2011) na comemoração dos setenta anos da FACE, bem como as entrevistas com Peter Bell (2012), acerca da ida da Fundação Ford à FACE, e Gabriel Cohn (2008), sobre as ciências sociais no Brasil.

As narrativas fundamentadas nas memórias não são a reconstituição precisa dos acontecimentos do passado. Isso tanto porque tal reconstituição é impossível quanto porque os sujeitos estarão sempre cerceados pela suas limitações na percepção dos eventos e pelos filtros e interpretações que agem sobre a memória e a tornam, principalmente, uma construção subjetiva. Sabemos disso, mas acreditamos que esta é uma característica intrínseca à narrativa como reelaboração de algo que já passou.

Ao mesmo tempo, boa parte das pesquisas históricas que tinham como objeto organizações se valem dos arquivos das instituições ou empresas estudadas como principal fonte de informações, desconsiderando as disputas de poder que dão origem a certo documento em lugar de outro (SARAIVA; COSTA, 2010). Ou seja, não é incomum que, ao utilizar os arquivos pessoais ou os das organizações estudadas, os pesquisadores não questionem o *status* dos documentos que lhes chegam às mãos. Dessa maneira, acabam por contar a história a partir de uma perspectiva específica como se estivessem elencando fatos inquestionáveis.

Contudo, por outro lado, como apontam Vizeu (2008; 2010) e Curado (2001), no Brasil são escassas as organizações que preservam seus documentos internos com cuidado. Nesse sentido, Curado (2001, p. 6) afirma que, dada a carência de fontes documentais, "é interessante utilizar diversas fontes, como, por exemplo, depoimentos e narrativas de história oral, buscando verificar as características das organizações, de seus processos e das atividades administrativas, no período estudado". Nesse contexto, apesar da aproximação entre a

Administração e a História ter se dado em outros países principalmente sob um viés oficialista, no Brasil ainda não há muitos trabalhos de vulto que tenham conseguido se apoiar em documentos escritos.

Tal conjugação de fontes não é necessariamente problemática. Ela, inclusive, se impõe como uma necessidade não apenas devido à ausência de material documental, mas também pela necessidade de se buscar elementos que possam indicar contradições na história oficial, no documento tornado monumento ao passado, que, por isso, deve ser tratado com cautela (LE GOFF, 2003). Se ele lança luz sobre alguns aspectos dos acontecimentos, certamente, oculta diversos ângulos possíveis para um mesmo objeto. Os documentos são parte essencial da argumentação aqui construída, já que fazem o registro do passado e permitem algum conhecimento sobre a matéria acerca da qual versam.

Muitas vezes, estes questionamentos feitos a partir de ângulos singulares demandam fontes diversificadas para serem respondidos (CURADO, 2001). Além disso, como enfatizam Saraiva e Costa (2010), o documento não é uma fonte neutra, isenta de embates de poder. Ele, em verdade, reflete, em alguma medida, a disposição das forças que conseguiu inscrever-se na memória. Estamos de acordo com Costa, Barros e Martins (2010, p. 291) quando afirmam:

> Com relação ao tempo, contra a versão da época que define o passado como um dado rígido, não alterável, esses historiadores [da nova história] advogam a ideia da história como dominada pelo presente, onde toda história é história contemporânea. Dito de outra maneira, por mais afastados no tempo que pareçam estar os acontecimentos, na realidade, a história liga-se às necessidades e às situações de um presente onde tais acontecimentos têm ressonância.

Os documentos também ressoam no presente as demandas e ideologias daqueles que estão narrando os acontecimentos. Nesse sentido, é possível afirmar que uma perspectiva histórica que analisa os documentos sem considerar essa característica acaba por participar da legitimação das ideologias refletidas e refratadas nos documentos em questão. Ao mesmo tempo, as escolhas feitas pelo pesquisador entre o que realçar e o que deixar de lado refletem também seus interesses e suas escolhas, sendo que o objeto de pesquisa é construído parcialmente pelo olhar do analista.

Assim, fica claro que não apenas as fontes documentais devem ser vistas com cuidados, mas toda e qualquer fonte histórica. Se o documento não é, por si só, portador da "verdade", também não o é a memória dos indivíduos que experimentaram um dado contexto. Entretanto,

o confronto e o cruzamento de diversas fontes têm maior potencial de dirimir dúvidas e permite a compreensão mais ampla do objeto em questão, embora a reconstituição do que se passou permaneça sempre uma impossibilidade.

Rago (1995, p. 78, grifos presentes no original) afirma que "[t]rabalhar então os documentos enquanto *monumentos* significará recusar a crença na transparência da linguagem e a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual". Todo relato pode se tornar documento, dependendo do olhar do pesquisador e do tratamento recebido. Todo documento pode ser considerado um monumento, embora não possa sempre ser identificado *a priori*. "Tomar o enunciado como monumento e não como documento significa que ele não está lá no lugar de algo mais profundo e essencial, demandando interpretações" (ARAÚJO, 2008, p. 58), mas que já tem significados que lhe foram atribuídos por seus criadores.

Foucault (2008, p. 8) aponta que "[o] documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória, a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa". É o registro da permanência de determinado discurso, e não de outro qualquer. Também, neste sentido, a narrativa apresenta determinada seleção de enunciados no lugar de outras possíveis, sendo as escolhas elementos importantes no momento da análise.

Acrescentamos a isso que, ao olhar para o passado, o pesquisador sempre o analisa a partir de uma perspectiva que é estranha ao tempo que está sob análise. Mesmo os modos como acontecimentos são rememorados são, também, fruto de disputas em torno da significação que se quer atribuir àquilo que se considera histórico. Neste sentido, Saraiva e Costa (2010, p. 2) afirmam que: "nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro". Nem mesmo a memória individual pode ser vista como um depósito vazio que é preenchido pelos acontecimentos vividos, pois, por vezes, as lembranças são memórias de histórias ouvidas, mas nunca vivenciadas, mesmo que a memória seja de um grupo, como aponta Bosi (2003).

Além desses apontamentos, devemos deixar claro desde já para o leitor que este trabalho foi desenvolvido se valendo, diversas vezes, de aproximações. Isso porque a escassez de dados referentes especificamente aos cursos de Administração Pública e de Administração de

Empresa foi, em certo sentido, surpreendente.[12] Assim, nos valemos de análises referentes principalmente às escolas da Fundação Getúlio Vargas, ambas com cursos contemporâneos aos da FACE e também a estudos e dados que não se referiam diretamente aos cursos em tela, mas que de alguma maneira permitissem desenvolver raciocínios acerca daqueles. Isso se deu especialmente a partir das entrevistas e trabalhos que abordavam a criação do Departamento de Ciência Política da UFMG e também os egressos da FACE que atuaram na fundação deste organismo.

Nesse sentido, advogamos uma pesquisa que reconhece que as versões dos fatos apresentadas não são neutras como um princípio epistemológico e que busque o passado com vistas a se pensar o presente e as múltiplas forças que o constituem, embora ciente de que o passado já se perdeu e dele só nos resta as narrativas da história. Partimos também da não neutralidade dos documentos postos sob análise, entendendo-os não como portadores de uma "verdade" em si, mas como monumentos a serem trabalhados pelo pesquisador. E, ao reconhecer a não neutralidade das fontes de análise histórica, enfatizamos a necessidade de utilizar dados diversificados, ainda que para criar uma perspectiva que se sabe contingente.

Acreditamos que, assim, o pesquisador irá evidenciar, tanto quanto possível, a complexidade inerente à História e demonstrar a confluência de forças múltiplas e contraditórias que a conformam. Somamos a isso que, pautado em tal perspectiva, o pesquisador destacará no retrato histórico construído os embates de poder que também caracterizam a História, ressoando tanto o discurso oficial quanto os não oficiais e, desse modo, dando voz a versões da História até então marginalizadas.

Reforçamos que as informações transmitidas pelos sujeitos é que dão vida ao objeto na medida em que dele se fala ou em que o insere em determinadas práticas. Bosi (2003) nos alerta, entretanto, para que não busquemos extrair a verdade dos depoimentos que colhemos. A autora questiona nossa capacidade de julgar e afirma que sempre estaremos distantes dos fatos que nos propomos a estudar. "Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a

---

[12] Além do descuido com documentos históricos que permeia parte de nossas instituições, como discutido anteriormente, outra possibilidade para essa ausência, conforme o professor João Antonio de Paula (2013, informação oral), é o papel que os professores catedráticos tinham na organização das disciplinas e dos cursos, ocupando um espaço pedagógico e administrativo que confundia arquivos pessoais e institucionais.

verdade. Ele, como todos nós, conta a *sua* verdade" (BOSI, 2003, p. 65, grifos no original). E essa verdade que tentamos fazer dialogar com a narrativa que construímos neste trabalho.

Apesar de a memória correr o risco de ser um reflexo do passado instituído, a narrativa permanece capaz de lançar luz sobre a complexidade dos acontecimentos (BOSI, 2003). Acrescentamos que os documentos que registram formalmente a História, por sua vez, tendem a conter uma narrativa linear, da qual os conflitos, as digressões e os vaivens são escamoteados tanto quanto possível.

Como aponta Bosi (2003, p. 17),

> [as] atas de reuniões oficiais suprimem as dissonâncias como impertinências, e os conflitos são apagados como digressões inúteis. [...]. Tais registros não refletem a microssociologia do poder, as redes de influência e não captam a "atmosfera" do grupo: o campo mutuamente compartilhado dos gestaltistas cujos contornos são definidos pelos olhares e expressões faciais.

Pollak (1989) nos chama a atenção para o caráter político que tem a memória. Na medida em que ela serve também para reforçar laços de filiação a um passado que é reconhecido como o correto e o factual, muitas vezes, sob a chancela da história oficial, acaba por contribuir para que a memória seja enquadrada nos moldes de uma narrativa estruturada e que pode ter força coercitiva. Tal ideia se aproxima, como aponta o próprio Pollak (1989), das concepções durkheimianas de Halbwachs (2004), que, entretanto, vê nisso principalmente o aspecto positivo da construção da coesão social. Essas memórias compartilhadas são para Halbwachs (2004) um elemento importante na tessitura de um universo de coisas compartilhadas que ajuda a possibilitar a formação de um grupo social.[13]

---

[13] Nesta pesquisa, o aspecto que tornou mais evidente estas características de coesão social e de posicionamento político que influem na construção das memórias foi a atuação do ex-diretor da FACE Yvon Leite de Magalhães Pinto. Sua postura inflexível e a extensão do controle que exercia sobre a Faculdade são recorrentemente citadas nas entrevistas e conversas mantidas. Contudo, quando confrontados diretamente acerca de uma opinião sobre a gestão do ex-diretor, há certa unanimidade em torno de um argumento próximo à defesa da "necessidade histórica" da atuação de Yvon Leite de Magalhães Pinto.

3. ASPECTOS DA FORMULAÇÃO DAS TEORIAS ADMINISTRATIVAS E OS PROJETOS DE DISSEMINAÇÃO DESTES SABERES

3.1 A teoria da administração e seus efeitos na exportação de modelos de ensino, saberes e práticas estadunidenses

A história "oficial" dos saberes administrativos é a História, principalmente, de seu desenvolvimento nos Estados Unidos da América. Os desenvolvimentos que a Administração teve nesse país são, muitas vezes, ensinados como se cobrissem a história da área em todo o mundo, deixando de lado perspectivas estabelecidas em outros países e também as transformações que a Administração e as teorias administrativas sofrem ao serem incorporadas a novos contextos, como mostram, por exemplo, Vargas (1999; 1995), Zanetti e Vargas (2007) e Frenkel e Shenhav (2006; 2003). Graham (1965) nota que a transposição de técnicas de gestão que aconteceu no Brasil ignorou as especificidades do país, enquanto, ao mesmo tempo, refletiu a realidade dos EUA, sem buscar mediações para seu estabelecimento aqui.

As contribuições das teorias e do modelo de ensino estadunidense se espalharam pelo mundo, em parte, pelo esforço em promover suas práticas, mas também pelo fato de outros países terem buscado mimetizar as elaborações lá realizadas no campo tanto do ensino quanto das técnicas. Contudo, os conteúdos transmitidos tendem a ignorar os aspectos políticos que cercam a produção de qualquer conhecimento. Assim, os conhecimentos são importados, muitas vezes, sem que haja reflexões mais aprofundadas sobre as especificidades do contexto no qual foram elaborados e sobre o modo como interagem com contextos diversos.

Nesta seção, buscaremos apontar como elementos do contexto estadunidense favoreceram a construção e disseminação de determinadas teorias administrativas. Especificamente, é de

nosso interesse salientar os efeitos que a Guerra-Fria teve sobre a formulação dos conhecimentos nos EUA. Isso porque as interações estabelecidas entre a Administração, enquanto corpo teórico, e o ambiente de disputa ideológica entre os EUA e a URSS foram importantes para avaliar a forma que esses saberes assumiram no momento em que foram ativamente exportados para outros países por meio de programas de apoio técnico patrocinados pelos EUA e pela ONU. Tais teorias ajudaram, posteriormente, a fundamentar a criação de um curso superior específico que pudesse ministrar esse corpo de saberes, o qual também foi disseminado com a ajuda desses programas.

A realidade estadunidense não é universalizável. Como aponta Grey (2010, p. 681, tradução livre), "nós podemos dizer que o desenvolvimento da pesquisa gerencial e organizacional é inseparável do contexto macropolítico em que se insere". Abrahamson (1997) acrescenta que a retórica nas relações empregador-empregado são influenciadas e também influenciam mudanças no cenário macropolítico e macroeconômico. E, acrescentamos, essas relações se dão de diferentes maneiras em países diversos. Entretanto, no contexto de hegemonia cultural estadunidense, perspectivas que atendam mais fielmente aos valores dominantes nos Estados Unidos tendem a ser mais valorizadas e a se reproduzirem com maior facilidade, dominando o campo e deixando outras elaborações às margens.

Entendemos, também, que as teorias administrativas se constroem enquanto discursos que visam se tornar hegemônicos. Não se assentam apenas nas "coisas como elas são" ou em elementos de linguagem com vistas a "iludir" seus leitores. Para além de ser "verdadeiro", tem "efeito de verdade", validando os parâmetros que permitem uma asserção ser considerada verdadeira ou falsa. Ao incluir a realidade em sua representação, contribui para moldá-la, reafirmá-la e (re)construí-la, conforme aponta Foucault (2009; 2008).

Essa aproximação é compartilhada por Barley e Kunda (1992), que consideram que as teorias, por vezes, "criam realidades", engendrando discursivamente os lugares que devem ocupar, dentre outros, "o gerente", "o funcionário", "o consultor" e "a empresa". Não desejamos com isso estabelecer a ideia de que bastaria que algo fosse dito para que se tornasse verificável, mas que os discursos são estabelecidos em relação às práticas: "a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica" (FOUCAULT, 2008, p. 185-186). Ou seja: além de a elaboração da Administração não acontecer de maneira descolada da conjuntura em que emerge, ela se constrói

dialogicamente em relação a critérios que permitem a classificação de saberes como verdadeiros, superiores ou falsos e inferiores (cf. BARROS *et al.*, 2011).

A Administração não surge na metade do século XX. Teorias que lidavam com a otimização da exploração de recursos materiais e humanos dentro dos marcos da industrialização capitalista vinham se desenvolvendo, especialmente nos EUA, desde a segunda metade do século XIX, a partir de elaborações que tratavam as empresas como máquinas que poderiam ser calibradas para que se extraíssem mais lucros com a implantação de novas técnicas de administração e com a transferência do controle do trabalho do chão de fábrica para os gerentes (BRAVERMAN, 1979; SHENHAV, 1999).

Entretanto, é no início do século XX que a administração racional, se disseminou. Shenhav e Weitz (2000), Jacques (1996) e Shenhav (1995), dentre outros, apontam que nesse momento havia uma tentativa de calar debates entre capital e trabalho com base em argumentos brandidos como técnicos. As técnicas e o discurso administrativo ganharam espaço, a fim de se fazer frente à agitação entre os trabalhadores, apoiado na ideia de que o conflito entre capital e trabalho é fruto de uma má administração, já que ambos os polos teriam interesses confluentes. Certamente, essa não foi a única causa da ascensão da administração, nesta primeira forma mais elaborada, nesse momento, mas é interessante observar como a "racionalização" foi utilizada como ferramenta política, embora as conclusões advindas de tal análise fujam do escopo deste trabalho.

Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento administrativo estadunidense se valia, basicamente, da ideia de sistema (mecânico), emprestada da Engenharia, para analisar a organização como uma máquina que poderia ser aperfeiçoada (SHENHAV, 2002). Aliás, a defesa da harmonia entre capital e trabalho era um dos elementos presentes no pensamento de Frederick Taylor. Nelson (1980), biógrafo do engenheiro estadunidense, aponta que Taylor acreditava estar melhorando as condições e o ambiente de trabalho com suas iniciativas, as quais considerava exclusivamente técnicas e capazes de reduzir custos, ampliar mercados e, em última instância, beneficiar também os trabalhadores.

Por volta da metade do século XX, o desenvolvimento das teorias administrativas ganhou novos impulsos com a incorporação de conhecimentos desenvolvidos em outros campos científicos. Com isso, o que chamamos de "Administração Moderna" se estabeleceu e

conquistou maior penetração. A ciência e a tecnologia passaram a ser vistas e utilizadas como instrumentos para lidar com transformações pelas quais a sociedade passava, em relação a questões tantp econômicas quanto políticas ou sociais (WEATHERBEE, 2012). Contudo, isso não quer dizer que não havia pesquisas visando construir saberes administrativos antes dessa época, mas que elas mudaram para um perfil mais "científico".

Aponta McLaren (2011, p. 415, tradução livre):

> Ao passo que a formalização da teoria administrativa enquanto ciência tem suas raízes na Segunda Guerra Mundial e nos momentos posteriores, pesquisas sobre eficiência no ambiente de trabalho já vinha tendo impacto no modo como as organizações eram administradas. Os trabalhos de Frederick Taylor e Frank e Lilian Gilbreth sobre a administração científica, combinado com as tecnologias produtivas tanto da primeira quanto da segunda Revolução Industrial conduziram a uma divisão de trabalho extremamente detalhada e definida (McLAREN, 2011, p. 415, tradução livre).

Scott (2004) chama a atenção para a influência dos trabalhos de Max Weber no processo de aproximação da administração de construções científicas. Weber foi importante para que os primeiros teóricos da disciplina, principalmente a partir da interpretação parsoniana do autor alemão, pudessem construir conceitos mais genéricos. A interpretação dada por Talcott Parsons ao autor é, na visão de Domingues (2004), marcada por um intenso funcionalismo, que acaba por adequar o posicionamento de Weber ao pensamento de seu intérprete. Durepos, Mills e Weatherbee (2012) apontam que nem Parsons nem o revisor de seu trabalho de tradução tinham extenso conhecimento sobre a obra weberiana. Assim, para os autores, as revisões e modificações feitas na tradução de Parsons também contribuíram para que a obra fosse lida sob o viés funcionalista.

Para Shenhav (2003), essa tradução ocorre num ambiente propício para a sua aceitação e apropriação, no qual já havia uma tentativa por parte de engenheiros de delimitar esse objeto "organização". Shenhav (2003) e Scott (2004) concordam em relação à importância que teve no campo a recepção da obra weberiana, que facilitou a disseminação de teorias administrativas ao relacioná-las ao conceito anódino de "organização burocrática", que abarca praticamente todos os conjuntos de pessoas coordenados, a fim de atingir certos fins.

Tanto Scott (2004) quanto Shenhav (2003) afirmam que a aceitação do pensamento de Max Weber nos Estados Unidos se deu de forma profundamente enviesada, de modo a legitimar a formalização e prescrição de modelos organizativos. Ou seja, as ideias do autor alemão foram

apreendidas a partir de um aparato compreensivo eivado de peculiaridades sociais, culturais e ideológicas que devem ser levadas em consideração para a melhor compreensão do desenvolvimento da Administração. Ao tomar o tipo ideal como modelo, diversos teóricos estadunidenses contribuíram para deixar de lado as relações que as empresas estabeleciam com o ambiente em que se inseriam e postular como universais formações sociais que eram específicas.

O tipo ideal weberiano perdeu seu aspecto de ferramenta metodológica, que intentava facilitar a compreensão de um objeto, para se tornar elemento classificatório daquilo que seria uma forma ótima. Assim, uma operação intelectual permitiria que se abstraísse das especificidades dos objetos analisados para tomá-lo como representante imperfeito de um tipo idealizado (e não mais ideal), que poderia ser aperfeiçoado usando técnicas administrativas. As teorias sobre organizações se estabeleceram como pertinentes para a compreensão de quaisquer grupos, deixando de lado quaisquer especificidades.

Carrieri e Paço-Cunha (2009, p. 5) afirmam:

> Somente quando a organização se livrou das especificidades empíricas, somente quando ela assumiu a forma abstrata de "organização burocrática" – e não mais estado, fábrica, sindicato, etc. – estavam dadas as condições intelectuais sobre as quais se desenvolveram os estudos organizacionais.

Paço-Cunha (2008, p. 13) afirma que "o que define os estudos organizacionais é precisamente a organização isolada, abnegada, separada das suas condições". Extrapolando a citação, acreditamos que a própria Administração busca se estabelecer distanciada do contexto que a engendra, sendo esse elemento de extrema importância para a posterior dispersão desse corpo de conhecimentos por realidades díspares daquelas em que foi construído.

De acordo com Shenhav (2003), a interpretação do pensamento de Max Weber se deu no sentido de explicar as práticas já existentes, além de, posteriormente, ter servido como instrumento nas disputas pela hegemonia no interior do campo de conhecimento. Nesse sentido, a obra weberiana ocupou um espaço lacunar, – ou seja, que já existia no interior do campo que se formava – e serviu para robustecer argumentos que construíam a cientificidade das teorias da administração desenvolvidas nos EUA a partir de sua suposta aplicabilidade universal. Outro elemento importante para essa operação foi a incorporação da Matemática (LOCKE, 1989).

A dinâmica que fortaleceu a busca por se estabelecer uma equivalência entre os estudos em Administração e a produção estadunidense na área é uma prática importante nas disputas pela hegemonia. Além disso, contribuiu, e ainda contribui, de forma acentuada para minimizar os processos de hibridização, mantendo a purificação, como observado por Frenkel e Shenhav (2003). Os autores afirmam:

> Por hibridização nos referimos à mistura de práticas entre os colonizadores e os colonizados, para a transformação de textos e práticas das colônias para as metrópoles e vice-versa. Por purificação, nos referimos aos mecanismos que constroem colonizadores e colonizados como duas zonas ontológicas distintas e incomensuráveis (FRENKEL; SHENHAV, 2003, p. 27, tradução livre).

Assim, para os autores, a teoria se estabelece como se fosse uma só em diferentes contextos, embora ela sofra modificações que permitam sua efetividade em diferentes cenários. Contudo, tais modificações são escamoteadas, mantendo-se o aspecto unitário da teoria que permite que ela continue advogando sua aplicabilidade universal. Essa operação, que ocorre dinamicamente, também influencia os saberes que são produzidos e circulam nessas regiões, muitas vezes, para que eles assumam características presentes do lado dos "colonizadores".

Mesmo assim, Grey (2010) nota que não há muito espaço para trabalhos que coloquem em evidência os estudos produzidos em outros lugares que não sejam os países centrais: a Europa central e, principalmente, os Estados Unidos. Nesse sentido, a história do desenvolvimento dos estudos organizacionais e da Administração se torna a história desses campos de conhecimento a partir do prisma estadunidense, abafando outras realidades e também inadequações dessa visão universalista da Administração (IBARRA-COLADO, 2006), ao mesmo tempo em que os aspectos históricos que conformaram a teoria são deixados de lado.

Nos EUA, na década de 1940, a utilização de técnicas administrativas para lidar com conflitos sociais é novamente enfatizada. De acordo com Grant e Mills (2006), nesse momento, observava-se uma crescente tensão entre os movimentos sindicais e a gerência em torno do direito da última de não ter seu arbítrio questionado pelos primeiros. A partir da defesa de que a Administração se limitava à aplicação de técnicas racionais, justificadas pelas vias utilitaristas de alcançar um bem maior para um maior número usando menos recursos, os administradores buscavam fundamentar racionalmente suas pretensões ao controle da fábrica. Durante esse momento, foram observadas tentativas por parte dos gestores de reposicionar a discussão entre capital e trabalho em termos que lhes fossem mais favoráveis, apontando para

a gerência como uma espécie de terceiro elemento nessa relação (GRANT; MILL, 2006; LANDAU, 2006).

Nesse contexto, reforçou-se ainda mais a ideia do "excepcionalismo estadunidense", segundo a qual se advogava que os EUA são um país diferente dos outros e que têm a missão de exportar sua cultura superior para o mundo (JACQUES, 1996; SHENHAV, 1995). Defendia-se, por exemplo, a não existência de conflito de classes no país. A Administração era, assim, apresentada como isenta de vieses, uma vez que não beneficiava especificamente um ou outro lado da luta política. Essa era, ainda, apresentada como o produto de uma sociedade sem conflitos, um corpo de conhecimentos e de técnicas neutro, embora tido como eminentemente *americano* (LANDAU, 2006). Nos mesmos termos, posteriormente, se deu a exportação do *management* como artefato neutro, mas que podia contribuir para que os países que o adotassem se tornassem mais próximos ao ideal estadunidense *(e. g.* COOKE, 2010; 2004; FRENKEL; SHENHAV, 2006; 2003).

Grey (2010) observa que muito do sucesso dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra é atribuído aos modos de gerenciar presentes no país, em um movimento de legitimação das práticas e saberes lá desenvolvidos em relação aos outros. Sustentava-se, assim, que o "'verdadeiro' gerenciamento é o estadunidense e que a 'verdadeira' pesquisa gerencial é feita nos EUA" (GREY, 2010, p. 681, tradução livre). Essa construção sobre a superioridade do saberes produzidos nos EUA contribuiu para a legitimação de programas de importação ativa desses conhecimentos por outros países. Embora não consiga lidar com a alteridade, ou eliminá-la, tal processo de consolidação da hegemonia estabeleceu padrões de pensamento que são estranhos a outras partes do mundo e enquadrou realidades múltiplas dentro de um prisma estadunidense (IBARRA-COLADO, 2006).

O contexto da Guerra-Fria[14] influenciou profundamente a estruturação da Administração, assim como todo o ambiente intelectual estadunidense da época (McLAREN; MILLS, 2008; COOKE; MILLS, 2008; GRANT; MILLS, 2006). Nesse período, a Administração fortaleceu seus laços com a academia, ampliando a sofisticação das teorias do *management*, seja pela

[14] Embora possa haver divergências em relação a quando exatamente o conflito "velado" começou, em geral, o período da Guerra-Fria pode ser compreendido, segundo A. Silva (1992), entre 1947, após o término da Segunda Guerra Mundial e a breve aliança entre Estados Unidos e União Soviética, e 1989, ano em que caiu o Muro de Berlim. Seu recrudescimento nos Estados Unidos é marcado pela explosão da bomba atômica soviética em 1949 e pelo início da Guerra da Coreia, em 1950.

incorporação de teorias advindas de outros campos do saber, seja pelo desenvolvimento de pesquisas mais rigorosas na área (KHURANA; SPENCER, 2012; WEATHERBEE, 2012; McLAREN, 2011; MARCH, 2007; AUGIER; MARCH; SULLIVAN, 2006; LOCKE, 1996). Durante o período, que compreende também o ápice do macarthismo (que vigorou do fim dos anos de 1940 a meados dos anos de 1950), tornaram-se comuns as sanções ao pensamento considerado de esquerda, por meio do silenciamento direto ou do indireto de suas influências e de seus defensores (COOKE; MILLS, 2008; COOKE; MILLS; KELLEY, 2005).

A crescente demanda para que o ensino da Administração e as teorias administrativas se tornassem mais efetivas ao mesmo tempo em que incorporavam elementos "americanos" vinha se fortalecendo na área durante toda as décadas de 1940 e de 1950. A Administração assumiu um lugar mais importante na dinâmica social e deveria se adequar, abandonando a ênfase quase exclusiva na "prática" com um ensino vocacional. Com esse objetivo, durante as décadas de 1950 e de 1960, as fundações Ford e Carnegie passaram a conceder recursos para cursos da área, a fim de torná-los mais adequados ao ambiente universitário, alinhá-los ao ideário científico e a fazê-los de modelo para outras graduações nos EUA e no exterior (AUGIER; MARCH; SULLIVAN, 2005; MARCH, 2007; KHURANA; SPENDER, 2012).

Khurana, Kimura e Fourcade (2011) apontam que a Fundação Ford suportava a ideia de que o livre mercado e o aperfeiçoamento dos gestores eram elementos importantes na sustentação do capitalismo à moda dos EUA e serviria como contraponto ao comunismo. Além disso, a Fundação Ford valorizava as pesquisas de base quantitativa, exaltando o uso de estatística aplicada e de modelos matemáticos aplicados a problemas administrativos. Esta abordagem se desenvolveu durante os anos 1950 e foi aplicada primeiramente a algumas escolas que serviram de modelo para o desenvolvimento dos padrões a serem disseminados posteriormente (KHURANA; SPENDER, 2012).

Essa iniciativa se cristalizou e passou a novo patamar com a publicação dos relatórios sobre o ensino superior elaborados separadamente pela Fundação Ford e pela Fundação Carnegie em 1959. O relatório patrocinado pela Fundação Ford, intitulado *Higher Education for Business* tem como autores Robert Aaron Gordon e James Edwin Howell (ficando também conhecido como "Relatório Gordon-Howell"). Zimmerman (2001) aponta que a Fundação Ford se interessou por estimular a Administração nos EUA e seu ensino durante a Guerra da Coreia. Almejava-se que estes estímulos servissem como meio de combater o comunismo ao

fortalecer o ideário administrativo. "Uma série de artigos e relatórios, culminando com o Relatório Gordon-Howell de 1959, descrevia a educação em Administração [nos EUA] como uma coleção de escolas de comércios às quais faltavam bases científicas" (ZIMMERMAN, 2001, p. 2, tradução livre).

O texto patrocinado pela Fundação Carnegie *The Education of American Businessmen: A Study of University-College Programmes in Business Administration* foi escrito por Frank Pierson (KHURANA; SPENDER, 2012). Umas das principais críticas presentes em ambos os relatórios se refere à estreiteza das reflexões conduzidas, muitas vezes, restritas a questões relacionadas exclusivamente a práticas profissionais do dia a dia (ZIMMERMAN, 2001). Além disso, Zimmerman (2001) argumenta que os relatórios apontavam que os alunos das escolas de Administração deveriam ser mais bem preparados para toda a vida, e não para conseguir um emprego imediatamente após formarem.

Reforçamos que estes trabalhos não marcam o início, e sim o aprofundamento, dessas mudanças no ensino dos EUA, umas vez que as discussões que culminaram na publicação de ambos os textos já vinham se desenvolvendo. Esses questionamentos ao sistema de ensino dos EUA se davam concomitantemente à exportação dos conhecimentos e das técnicas lá produzidos para outras partes do mundo (ANDERSON, 1987). Assim, os relatórios da Fundação Ford e da Fundação Carnegie serviram para consolidar diretrizes para a organização dos cursos superiores e para direcionar a construção dos saberes, reforçando aspectos que seriam exportados posteriormente (KHURANA; SPENDER, 2012; BARLEY; KUNDA, 1992).

Em conformidade com o diagnóstico feito pelas fundações Ford e Carnegie uma nova forma de organizar as escolas que transmitiam o saber relacionado à Administração se consolidou, bem como novas estratégias de construção e legitimação de conhecimentos. A Administração passou a ser uma disciplina universitária, que poderia se aperfeiçoar se seguisse o modelo de organização de outras áreas mais estabelecidas, como com a existência de professores de dedicação integral e preparados para a docência e a pesquisa. Aqui, é importante pontuar que a área e beneficiou amplamente dessa reorganização, passando a produzir conhecimentos mais adequados às concepções de ciência existentes do que os que advinham da mera experiência empírica descolada de métodos e conhecimentos cientificamente elaborados.

Em conjunto com os estímulos para pesquisas mais "científicas", os efeitos de disputas ideológicas se faziam sentir, e certas abordagens e temas eram instigados enquanto outros eram bloqueados (COOKE; MILLS; KELLEY, 2005; COOKE; MILSS, 2008). Os temas discutidos nas escolas eram restringidos, já que, em geral, os professores não queriam ser penalizados por lidar com temas subversivos.

Foi nesse contexto que surgiram, também, as teorias que ainda estão entre as mais difundidas no campo, como a teoria sistêmica (de base biológica) e a teoria da contingência. Ambas se consolidaram entre as décadas de 1940 e de 1960, período em que a Guerra-Fria era um discurso especialmente presente na realidade, principalmente dos Estados Unidos, berço de ambas (KELLEY; MILLS; COOKE, 2006). Czarniawska (2007) aponta que a incorporação da teoria dos sistemas, desenvolvida por Ludwig Von Bertanlanffy teve para a área de administração influência decisiva sobre as elaborações teóricas desde a década de 1950. Landau (2006) salienta que embora a teoria dos sistemas se erija sob uma retórica apolítica, ela pode ser considerada fruto da interação entre as condições sociais, políticas e econômicas daquela época, com destaque para a Guerra-Fria, dado, inclusive, o caráter normativo-regulador inerente às abordagens que transitam entre a biologia e o social.

Cooke, Mills e Kelley (2005) destacam, ainda, que teorias como a de Abraham Maslow, na área de Recursos Humanos ou, de Igor Ansoff, na área de Estratégia, foram diretamente influenciadas pela disputa ideológica entre os EUA e a URSS. Assim, como é possível verificar, os saberes, ainda que construídos a partir de cânones científicos, não refletem um conhecimento descompromissado. Fundamentando os valores enraizados na sociedade estadunidense que foram incorporados aos saberes administrativos, estavam os conhecimentos produzidos em outras ciências mais estabelecidas (como a Psicologia, a Sociologia e a Economia). Esses valores refletiam ainda outras estruturas presentes na sociedade estadunidense, como a naturalização do livre mercado e da concorrência, da subordinação das mulheres aos homens, da sustentação de uma inconteste autoridade gerencial e de certo apelo à religiosidade, que se contrapunha ao ateísmo comunista (RUNTÉ; MILLS, 2006; SPECTOR, 2006; GRANT; MILLS, 2006).

No momento histórico em questão, é possível notar transformações na cultura política estadunidense, apontando para o recrudescimento da intolerância em relação a qualquer coisa que pudesse remeter ao comunismo ou, quase a mesma coisa, que pudesse ser antiamericano

(LANDAU, 2006). Ainda que possuidor de contradições internas, o *American way of life* passou a pautar os esforços governamentais, criando a imagem de uma cultura americana específica, que excluía todo o resto como sendo "antiamericano" ou não americano, classificação que servia para hierarquizar desde pessoas até culturas inteiras (COOKE; MILLS; KELLEY, 2005). Ao mesmo tempo, quaisquer elementos que remetessem à "esquerda" tendiam a ser expurgados das teorias (COOKE, 1999).

Newton (2010) alerta também para a importância da disseminação dos cursos de business nos Estados Unidos entre a década de 1960 e de 1970 para que se possa compreender o desenvolvimento da Administração naquele período e, mesmo, atualmente. Nessa época, a porcentagem de estudantes estadunidenses matriculados em cursos de graduação em Administração já chegava a 17% do total, embora a oferta de cursos MBA tenha deslanchado apenas após 1960 (LOCKE, 1996).

Deve-se considerar, ainda, o apelo da "Administração para o Desenvolvimento" que foi doutrina importante especialmente no apoio ao estabelecimento de cursos de Administração Pública em países considerados subdesenvolvidos, a fim de aprimorar a capacidade administrativa do Estado (RIBEIRO, 2006; DWIVEDI; NEF, 1982). No decorrer dos anos após 1950, as fronteiras entre a Administração Pública e a Administração de Empresas (ou *management*) foram apagadas, reforçando-se a inexistência de diferença entre ambas. Locke (1996) remonta esse movimento à primeira metade dos anos de 1950, quando a mentalidade em torno da importância de um Estado grande teria se tornado minoritária nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a separação entre Administração e Política parecia demandar que a primeira fosse tida exclusivamente como técnica, que não se diferenciava de setor para setor.

Nesse mesmo período, é importante lembrar o Programa de Recuperação Europeia, mais conhecido por "Plano Marshall", que teve início em 1948 e influenciaria a abordagem estadunidense relacionada à Administração Pública e à exportação de modelos administrativos (cf. LOCKE, 1996). Locke (1996) aponta que o Plano Marshall foi um impulsionador da exportação de saberes técnicos estadunidenses, principalmente o *management*, para países partícipes. Assim, os Estados Unidos começaram a atuar ativamente na exportação de seu modelo de Administração e, com ele, das formas que as Escolas de Administração assumiram nesse país. A disseminação da ajuda técnica por parte dos EUA aos

países devastados pela guerra também foi um elemento a se considerar nas modificações sofridas pela Administração e na sua exportação para outros países.

Esse movimento é visto tanto como um modo de impulsionar o desenvolvimento e a capacidade técnico-administrativa dos outros países do "bloco ocidental" como, ao mesmo tempo, de afastar a ameaça de ideias comunistas ou consideradas subversivas. Esse esforço contará especialmente com o apoio das Nações Unidas, da Fundação Ford e da Fundação Rockfeller, dentre outras, que contribuíram com o financiamento de escolas e de pessoal para instituições de ensino em Administração em vários países do mundo (SRINIVAS, 2012; ALCADIPANI; BERTERO, 2012; BERTERO, 2009; LOCKE, 1996). Tal esforço se intensificou após 1949 (LOCKE, 1996) e, segundo notam Kipping, Üsdikem e Puig (2004), se estendeu de forma vigorosa por toda a década de 1950, período em que a exportação dos modelos de *management* é politicamente influenciada, de acordo com Kipping, Engwall e Üsdikem (2009).

Kieser (2004, p. 93, tradução livre) aponta que o Plano Marshall dedicava grande atenção ao convencimento dos praticantes da Administração, ao mesmo tempo em que fundou instituições para treinar novos administradores familiares com as abordagens desenvolvidas nos Estados Unidos:

> Após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall se tornou a plataforma a partir da qual os Estados Unidos tentaram transformar as estruturas das economias europeias e o comportamento de seus atores. [...] O principal objetivo do Plano Marshall era a recuperação econômica da Europa aliada ao anticomunismo.

Contudo, Motta (1972, p. 40) aponta:

> A administração para o desenvolvimento, como uma disciplina acadêmica, tornou-se um conjunto de diagnósticos e prognósticos administrativos, limitados não só pela visão conceitual de administração, refletida no modelo weberiano ocidental, mas também pelas dimensões da realidade administrativa das nações mais desenvolvidas. [...] Neste sentido, a evolução da teoria da administração para o desenvolvimento tem sido o reflexo da evolução da teoria administrativa e organizacional nos países mais desenvolvidos.

Para Motta (1972), a Administração para o Desenvolvimento possuía duas limitações. A primeira delas se referia ao contraste estabelecido entre a Administração tradicional e a Administração moderna. Esta diferenciação tinha como premissa que a Administração considerada moderna era a presente nos países desenvolvidos, o que restringiu o potencial de

se formular soluções adequadas a diferentes realidades, uma vez que a regra era replicar os modelos já estabelecidos. A segunda limitação diz respeito à busca exclusiva pela eficiência e pela eficácia organizacionais, sem considerar a ideia de efetividade, que, para o autor, se refere ao alcance de objetivos ligados ao desenvolvimento econômico e social. Correr-se-ia, assim, o risco de se estabelecer, mesmo para organizações públicas, objetivos não condizentes com as necessidades da sociedade que abrigava essas organizações.

Motta (1972) entende que a visão dominante que classificava o estado da Administração em outros países em estágios de desenvolvimento administrativo tendia a mirar a transferência de características presentes na racionalidade administrativa burocrática, de cunho weberiano, presente nos países desenvolvidos. Assim, a "modernidade" das teorias se referia muito mais à sua conformação a um determinado cânone do que à sua adequação ao contexto aplicado.

Com os esforços adotados para sua disseminação, as ideias administrativas de origem estadunidense ganharam espaço paulatinamente em toda a sociedade e contribuíram para a formação de pessoas mais afeitas não apenas às técnicas, mas também aos valores desse país. A transferência de instituições, ou a adaptação de formatos institucionais, é um expediente largamente utilizado para garantir o domínio de certas nações ou grupos sobre outros (COOKE, 2004; STOLER, 2010). Sob esta ótica, para garantir a hegemonia é mais importante construir e reformar instituições do que assegurar o domínio direto, pela via militar, por exemplo. Esta abordagem era utilizada pelos Estados Unidos, que fomentavam a estruturação de instituições que fossem "racionais", como mostra o livro de referências de Blase (1986), e buscavam, assim, facilitar a penetração do ideário americanista.

No entanto, como enfatiza Zeitlin (2000), embora seja verdade que os EUA tenham buscado ativamente exportar seus modelos de administração e formatos institucionais, os países que receberam apoio do Plano Marshall resistiram de diferentes formas ao americanismo. Segundo o autor, essa resistência não se deu puramente em bases socioculturais, mas também por razões estratégicas. Assim, mesmo nos países considerados desenvolvidos, ainda que boa parte das narrativas assuma a americanização sem questionar sua extensão, ela se deu em diferentes níveis e de diferentes maneiras nas diversas regiões nas quais foi incentivada. A hibridização e purificação de que falam Frenkel e Shenhav (2003) também operou na

construção das narrativas sobre a transferência do ideário estadunidense para os países desenvolvidos.[15]

Assim, apesar de haver influência dos modelos formulados nos EUA, percebe-se que eles são afetados por idiossincrasias ao desembarcar em cada país. Os modelos estadunidenses para a construção do saber e para a conformação das instituições acadêmicas nos mais diversos países interagem em boa parte dessas nações com formas que haviam sido previamente implantadas. Também assume expressiva relevância a compreensão do estágio de desenvolvimento tanto do aparato estatal quanto o "grau de modernidade" das forças produtivas em cada país, que influenciam sua aptidão em abraçar as ideias estrangeiras.

É claro, também, que as influências estadunidenses não devem ser vista sob um viés maniqueísta, como se atores presentes nos cenários nacionais não estivessem dispostos a receber os conhecimentos estadunidenses (e a ajuda em forma de mão de obra e recursos financeiros), como enfatiza Zeitlin (2000). Contudo, e por outro lado, é importante notar que após o início da Guerra-Fria a transmissão destes conhecimentos se tornou parte do esforço de guerra ideológica dos EUA contra a URSS.

Sabendo dessas especificidades e da importância dos diversos acordos que os EUA traçaram com diferentes países, nos propomos, na seção seguinte, a estabelecer uma discussão que aborde as relações desse país com o Brasil e os acordos estabelecidos entre as nações. Dessa maneira, pretendemos estender um pouco mais a discussão sobre a exportação/importação dos saberes administrativos, com foco nos acordos que fomentaram seu desembarque no cenário brasileiro.

3.2 As relações entre o Brasil e os Estados Unidos e os programas de apoio estadunidenses

---

[15] Aliás, como Zeitlin (2000) aponta, a uniformidade de narrativa sobre o americanismo não condiz com as diferenças internas presentes nos EUA. Ainda assim, acreditamos que ela opera como uma força uniformizadora no campo da Administração.

Após termos apresentado o contexto no qual os saberes administrativos se formaram e foram transferidos para o Brasil, intentamos nesta seção discutir os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos e as relações entre ambos os países. Esses acordos tiveram importante papel em diferentes aspectos da melhoria da capacidade administrativa brasileira, traçando diagnósticos da economia e preparando pessoal capacitado para planejar e executar ações no país. Mais importante ainda, para nós, é o fato de esses acordos terem sido os veículos por meio dos quais foram trazidos professores e oferecidos recursos para os cursos de Administração brasileiros.

Ao discorrermos sobre as relações entre ambos os países, buscamos apresentar ao leitor o quadro no qual os acordos que contribuíram com a instalação das escolas de Administração no Brasil se deram. Assim, fazemos breves apresentações sobre os governos que conduziram o País durante o período de nosso interesse, intentando fornecer mais subsídios para se compreender a conjuntura do País no momento em que os cursos de Administração passaram a ser patrocinados pelos Estados Unidos.

Destacaremos, ainda, os dois principais programas que pautaram a aproximação entre os EUA e a América Latina e o Brasil: o Ponto IV e a Aliança para o Progresso. Em relação ao ensino da Administração, especificamente, os principais acordos se deram sob a influência do Ponto IV, enunciado por Harry Truman, como é o caso da vinda do professor estadunidense Elwyn A. Mauck a Belo Horizonte para contribuir com o curso de Administração Pública da FACE.

Ambos os acordos se deram em um cenário no qual o Brasil buscava apoio para financiar sua industrialização e colocar o País no rol das nações desenvolvidas. Ao mesmo tempo, os EUA concentravam seus esforços em deter o avanço do comunismo, muitas vezes, condicionando o apoio técnico oferecido às necessidades oriundas das disputas com a URSS. O Brasil tinha iniciado a industrialização há relativamente pouco tempo e seus sucessivos governos encaravam esse desafio como uma questão central para o País.

Um momento considerado um marco na industrialização brasileira é o ano de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder e rompeu os acordos que sustentavam a política do "Café com leite", a qual assegurava a Minas Gerais e São Paulo o exercício alternado da presidência durante toda a República Velha. A ascensão de Getúlio Vargas, que ficaria no poder até 1945, é sinal de um momento de transição pelo qual o Brasil passava. O discurso e a postura

centralizadores adotados pelo presidente teriam ainda como traço o esforço industrializante e a busca pela modernização do País. O apoio estatal à industrialização brasileira entre os anos de 1930 e de 1950, todavia, pode ser considerado tímido em relação à forma que assumiu após 1950, com especial atenção ao papel que teve o Banco Nacional do Desenvolvimento e a adoção de algumas medidas protecionistas (SUZIGAN, 1988).

A tomada de poder por Getúlio Vargas, estendendo seu governo até 1945, é importante por ser esse o momento pelo qual a economia brasileira passou por intensas transformações, bem como pelas novas configurações que o Estado assumiu. O governo de Vargas, iniciado um ano após a crise de 1929, marcou o início de reformas modernizadoras no Brasil. A crise estimulou o processo de substituição de importações já em curso na economia e o desenvolvimento do mercado interno e sua consequente diversificação e fortalecimento (R. PAULA, 2002). A economia nacional e sua integração, que antes tinham como vetor o cenário externo, numa economia exportadora principalmente de café e produtos primários (FURTADO, 2000), passou a se orientar mais para o mercado interno.

As estruturas existentes da sociedade centrada na oligarquia rural começaram a ser modificadas e dar algum lugar à burguesia industrial nascente. Esse cenário foi de grande importância para que as novas técnicas de administração, que prometiam um passaporte à modernidade, fossem buscadas e implementadas por organizações, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), ou a partir de iniciativas do estado, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Não acreditamos que seja por acaso, também, que os cursos superiores em assuntos ligados à Administração e Economia tenham se iniciado por volta dessa época, como apresentaremos adiante.

O IDORT, estabelecido em 1931, era dedicado à disseminação de conhecimentos relacionados à administração científica de base taylorista, que, por sua vez, segundo aponta Vizeu (2008), influenciou o estabelecimento do próprio DASP. Este órgão tem lugar de destaque no desenvolvimento da administração racionalizada no setor público. Conforme Vizeu (2008) e Coelho (2006), o DASP buscava adaptar as técnicas de racionalização do trabalho diretamente para o serviço público, ainda que a conformação da burocracia estatal brasileira colocasse desafios específicos à implementação das técnicas administrativas.

O DASP serviu ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e concentrava grande poder em torno de seu pessoal, que deveria formar a elite técnica do serviço público brasileiro. Embora haja argumentações de que a implementação de um serviço público que visava espelhar o norte-americano não tenha sido muito bem sucedida (GRAHAM, 1965; ANDERSON, 1987), os procedimentos e técnicas tidos como "apolíticos" serviam como justificativa para a adoção de determinadas práticas pelo governo de então. Este aspecto é interessante, pois afronta a noção de que o DASP era meramente um órgão público criado pelo governo de Getúlio Vargas para aprimorar a organização e a execução do trabalho no Estado. Este tinha, também, uma função política, na medida em que "fundamentava" as decisões políticas do governo.

Durante o governo de Vargas, o Brasil se integrou ao esforço de guerra aliado e recebeu apoios estadunidenses, que contribuíram com a industrialização do País. Além disso, os EUA financiaram a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e auxiliaram na criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1941 e 1942, respectivamente. Ambas as empresas eram estratégicas para o fornecimento de matérias-primas importantes para a fabricação de armas e equipamentos para a guerra. Outra ação destacada é o diagnóstico macroeconômico da economia brasileira, desenvolvido, em 1942, pela missão Cooke, que visava construir informações que fundamentassem a adoção de medidas para o desenvolvimento econômico nacional, contribuindo para a organização da economia do País, de modo que ela pudesse atender aos interesses estadunidenses.

Esses apoios se deram, também, no contexto de ampliação da atuação dos EUA na América Latina. Após 1940, as ações dos EUA no hemisfério sul do continente americano passaram a ser mais coordenadas, buscando contrapor as influências nazifascistas na região (TOTA, 2005). Essa mudança é demarcada pela criação do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas*, sob direção do milionário Nelson Aldrich Rockefeller, que depois, em 1941, passou a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) e, por fim, em 1945 passou a *Office of Inter-American Affairs* (OIAA) (EUA, 1945), que Tota (2000) chama de "fábrica de ideologias".

Esse escritório foi responsável por coordenar os acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos, que trouxeram os primeiros consultores e professores ao Brasil no princípio da década de 1950 por meio, por exemplo, do Acordo Básico de Cooperação Técnica e do Acordo Sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais (BRASIL, 1953).

Além disso, os Estados Unidos passaram a adotar a política de "boa vizinhança", conjuntamente com uma espécie de pan-americanismo, visando substituir a política de intervenção direta conhecida como *Big Stick* (GALDIOLI, 2008).

Fischer (1985) aponta que a cooperação técnico-financeira entre o Brasil e os Estados Unidos para o desenvolvimento da Administração teve início em 1945, embora as primeiras bolsas de estudos para brasileiros já tenham sido concedidas em 1942, segundo a autora. A data apontada pela USAID (1986) para os primeiros contratos de assistência ao Brasil coincide com os apontamentos de Fischer (1985), embora as bolsas não sejam mencionadas. Fischer (1985) afirma que o primeiro acordo entre o Brasil e os EUA, datado de 1946, tinha por intuito equiparar escolas técnicas de diferentes estados do País. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial durou de 1946 a 1962, quando foi extinta pelo governo de João Goulart. Na visão de Amorim (2007), esse acordo fez parte dos primeiros esforços coordenados dos EUA para disseminar o americanismo no Brasil. Outros acordos sucederam a esse e permitiram o envio de técnicos estadunidenses para o País, treinamento de pessoal no Brasil e concessões de bolsas nos EUA.

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) buscou ampliar a abertura do País durante seu mandato, mas teve de fazer concessões, especialmente pela dificuldade crônica do Brasil em relação ao seu volume de reservas cambiais (AMORIM, 2007). Isso se deu numa economia que havia passado por um momento de tensionamento decorrente das transformações impostas pela Segunda Guerra Mundial (FURTADO, 2000). Raposo (2010) aponta que a partir desse momento é possível notar uma tentativa maior do Estado de direcionar os rumos da economia nacional, embora sem obter muito sucesso. Os planos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram importância na formulação de planejamentos de longo prazo por parte dos governos brasileiros e de seus técnicos.

Após a Segunda Guerra Mundial, havia por parte dos governos da América Latina

> [...] expectativas bastante fortes no sentido de obter assistência econômica dos EUA, vista como uma continuidade natural do tipo de cooperação econômica que havia se inaugurado no hemisfério durante a Segunda Guerra, e mesmo, como um "prêmio" ao inequívoco apoio político e militar da maioria dos governos latino-americanos à causa aliada. Em segundo lugar, a visão (e as práticas governamentais a ela subjacentes) que os países da região mantinham a respeito do próprio desenvolvimento econômico diferia em muito, e mesmo se opunha, àquela que os EUA buscavam impor. Para muitos destes países, este desenvolvimento era concebido justamente em termos de industrialização,

> protecionismo e maior controle do Estado sobre a economia, numa visão que privilegiava o crescimento do mercado interno e a diversificação da estrutura primário-exportadora (MELLO e SILVA, 1992, p. 6-7).

Embora o Brasil e os Estados Unidos tenham celebrado acordos de cooperação durante a Segunda Guerra Mundial, as relações bilaterais se esfriaram depois que ela terminou. Devido tanto a mudanças no foco da política externa estadunidense quanto a posicionamentos e deficiências do próprio Brasil, as expectativas de que haveria um tratamento especial ao País como reconhecimento pelos serviços prestados durante o conflito foram rapidamente esvaziadas (HILTON, 1981).

Como aponta Tota (2005), "quando o perigo nazista já estava pratiçamente contido e os aliados faziam planos para o mundo pós-guerra, a América Latina deixou de ser alvo prioritário na política americana". Enquanto os países latinos tinham, em sua maioria, uma agenda que se consolidava em torno da ideia de desenvolvimento, os EUA se ocupavam principalmente das questões militares (DALIO; MIYAMOTO, 2010) e das crises em outros pontos do globo. Além disso, um grande volume de recursos e de pessoal foi mobilizado para a reconstrução da Europa e do Japão, por meio do Plano Marshall mencionado, o que fez com que os países da América Latina, especialmente o Brasil, se sentissem alijados, mesmo após terem contribuído com a guerra.

Segundo Hilton (1981), especialmente após o término da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, nos sucessivos governos brasileiros, as divergências com os EUA acirraram-se, muito em razão de o Brasil não gozar de lugar privilegiado na política externa estadunidense. Moniz Bandeira (2011) acrescenta que, salvo por um breve período durante o governo Castelo Branco (1964-1967), que buscou um amplo alinhamento entre o Brasil e os Estados Unidos, a relação entre os dois países foi marcada por disputas durante todo o período estudado. Mesmo sob a ditadura, a harmonia entre os interesses dos países era difícil, dado que, muitas vezes, essa se chocava com as pretensões do próprio governo militar, que mirava o Brasil inserido dentre o grupo de países industrializados, e também dos capitalistas locais. Como Heines (1989) destaca, os EUA almejavam que o desenvolvimento brasileiro não implicasse a perda de espaço de seus produtos no Brasil ou em outros mercados mundiais, o que gerava interesses díspares entre as duas nações.

Assim, nos parece incorreta a noção de que o País serviu sempre e somente como joguete dos interesses estadunidenses no mundo e, mais especificamente, para a região da América do Sul. Os governos brasileiros não adotavam exclusivamente posturas que atendessem aos interesses dos EUA, embora precisassem do apoio dos estadunidenses. Observamos também que durante o período analisado há permanentes disputas entre vertentes desenvolvimentistas sobre como estimular a "modernização" do País. Essas oscilavam entre o liberalismo econômico, que se alinhava às políticas estadunidenses, e o nacionalismo, que questionava a interferência externa no desenvolvimento brasileiro.

Os governos estadunidenses tinham, ainda, certa dificuldade em separar o "esquerdismo" do estatismo presentes do comunismo, impactando negativamente as relações entre os países (HEINES, 1989; MONIZ BANDEIRA, 2011; 2007; TOTA, 2005; HILTON, 1981). No entanto, conforme Motta (2007), a preocupação estadunidense com o posicionamento dos governos brasileiros não fazia sentido, pelo menos até o governo Kubitschek, quando se viu no estreitamento das relações com o bloco soviético boas oportunidades comerciais. Para Motta (2007), a "Guerra-Fria" brasileira se iniciou em 1946, com a perseguição à esquerda no País.

Explica o autor:

> O sentimento anticomunista estava ativo e bem assentado nos valores das elites e das classes médias [...] A Guerra-Fria forneceu aos grupos de direita nacionais suporte internacional para apoiar seus intentos repressivos, mas é equivocado o argumento de que a situação interna foi determinada pela externa. O anticomunismo não precisava ser importado dos Estados Unidos, ele já existia previamente e possuía aderentes inflamados (MOTTA, 2007, p. 236).

A interpretação de que a postura dos dirigentes brasileiros era de esquerda ou próxima a qualquer ideal comunista era um sinal da miopia estadunidense, parcialmente decorrente do período da Guerra-Fria.

> Internamente, no Brasil, também se lutava contra o comunismo. Luta combatida com as mais variadas armas. Sabemos que o governo brasileiro estava preocupado com as agitações sociais nas diferentes fases da democracia pós-Estado Novo. Amplos setores das classes dominantes apoiavam as manifestações anticomunistas dos americanos. Nisto parecia, muitas vezes, haver uma coincidência com a política americana, basta lembrar a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek. No entanto, havia uma diferença entre o ponto de vista dos EUA e o brasileiro. Se para os EUA era uma questão de defesa do hemisfério, para o Brasil uma invasão soviética era impensável. Estávamos buscando, isto sim e principalmente, acelerar o processo de industrialização e expansão econômica (TOTA, 2005, p. 115).

É bem possível que as acusações de "comunismo" fossem mera cortina de fumaça para defender o interesse das multinacionais sediadas nos EUA. Moniz Bandeira (2011, p. 123) afirma: "Os matizes e as profundas diferenças, no caso, pouco importavam aos Estados Unidos, uma vez que o nacionalismo ou o comunismo se lhes equivaliam, na medida em que ambos contrariavam os interesses dos seus capitais privados no estrangeiro". Essa posição é ilustrada por um trecho de um relatório sobre a América Latina (DEPARTMENT OF STATE, 1958, s. p.):

> c. Problema de ultranacionalismo. Agitação por grupos ultranacionalistas, particularmente no Brasil e na Argentina ajudou a encorajar a adoção ou a manutenção de políticas protecionistas que retardam o desenvolvimento econômico em vários países, *e. g.*, o monopólio estatal do petróleo. Este ultranacionalismo se tornou mais sério por causa dos temas fortemente anti EUA e porque os comunistas conseguiram se alinhar com grupos ultranacionalistas e encorajar ou dirigir seus programas em uma linha "yankefóbica". Ao fazer isso os comunistas conseguiram, muita vezes, posar como patriotas locais. Ainda há oportunidades para os Estados Unidos desenvolverem um programa efetivo que vise prevenir que estes sentimentos nacionalistas na América Latina se tornem o foco de um fervor anti-EUA, como já aconteceu em outras partes do mundo[16].

Hilton (1981) aponta que as dificuldades brasileiras em atender a exigências formais e administrativas dificultava a assinatura de contratos entre o País e os Estados Unidos. O autor, assim como Hayne (1989), salienta que o governo dos Estados Unidos via como extremamente importante ampliar a capacidade administrativa do Brasil, a fim de que o país pudesse gerir recursos recebidos e avançar na liberalização da sua economia. O plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE), realizado durante o governo Dutra com a colaboração de técnicos do DASP, previa apoio estadunidense nessas áreas. O plano, que foi apresentado em 1948 e descontinuado em 1951, teve poucos efeitos práticos (SARAIVA, 2004; REZENDE, 2011). Ainda assim, contribuiu para a construção de uma visão acerca da importância do planejamento e da capacidade administrativa, a fim de orientar o desenvolvimento nas áreas em que se concentrava (MONTEIRO; CUNHA, 1974).

---

[16] No original: c. *Problems of Ultra-Nationalism. Agitation by ultra-nationalist groups, particularly in Brazil and Argentina, has helped encourage adoption or continuance of protectionist policies which hinder economic development in several of the countries, e. g., state oil monopolies. This ultra-nationalist agitation has become more serious because of the strong anti-U.S. themes developed, and because the communists have been able to align themselves with ultra-nationalist groups and encourage or direct their programs into a "Yankeephobia" line. In so doing, the communists have been able in many cases to pose as local patriots. Opportunities still exist for the United States to develop an effective program to prevent these nationalist feelings in Latin America from becoming the focus of anti-U.S. fervor which they are in certain other underdeveloped countries of the world.*

No final do governo Dutra, havia negociações em andamento para que fossem estabelecidos acordos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, parcialmente motivados pelos protestos brasileiros face aos poucos recursos recebidos pelo Brasil em relação à magnitude do Plano Marshall que era conduzido na Europa.

Moniz Bandeira (2007) destaca que em 1948 o Governo Dutra aprovou a instalação de uma Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) para traçar um programa de desenvolvimento para o País. Na visão da USAID (1986), a missão "Abbink/Bulhões"[17] foi responsável por parte relevante dos projetos de maior alcance desenvolvidos pelo Brasil, tendo sido considerado um sucesso por ter contribuído para a formação da maioria das pessoas que assumiram, posteriormente, a liderança no país em relação a assuntos econômicos. Além disso, o Relatório Abbink, elaborado no âmbito dessa missão, serviu como importante diagnóstico da economia do País nos governos vindouros, até pelos espaços que Bulhões continuou ocupando.

As propostas trazidas pelos membros estadunidenses da CMBEU, sob o comando de John Abbink, giravam, basicamente, em torno da recomendação para maior abertura brasileira aos capitais privados (HILTON, 1981). O Relatório Abbink serviu de norte para as conversas mantidas entre os países (DALIO; MIYAMOTO, 2010). Contudo, embora tenha aceitado o programa de apoio, era claro que ele não atendia às principais revindicações do governo brasileiro, que enfrentava no princípio da década de 1950 graves problemas em sua balança de pagamentos (MONIZ BANDERA, 2011; RIBEIRO, 2006).

Entretanto, foi com o Ponto IV, anunciado por Harry Truman em 1949, que as ações de cooperação bilateral dos Estados Unidos com o Brasil saíram do marasmo em que se encontravam no período pós-guerra. O programa foi estimulado tanto pela crença estadunidense na sua capacidade técnica quanto pelas novas demandas geradas pela invasão chinesa à Coreia (RIBEIRO, 2006). Assim, o Ponto IV foi desenhado para um cenário de escassez de recursos financeiros que seriam compensados pelos apoios técnicos oferecidos. Isso fica evidente no documento do Departamento de Estado dos EUA (DEPARTMENT OF STATE, 1951) que explica o programa:

---

[17] Posteriormente, Otávio Gouveia Bulhões assumiu o Ministério da Fazenda, durante o Governo Castelo Branco.

> O programa do ponto IV, que é operado sob a direção da *Technical Cooperation Administration*, é um empreendimento de longo termo de relativamente baixo custo. Ele foi elaborado para levar experiência e *know-how* americanos diretamente para outros povos de países subdesenvolvidos. Nós estamos procedendo num ritmo moderado, enquanto tateamos nosso caminho com cuidado. Técnicas devem ser desenvolvidas e técnicos adequados devem ser encontrados para as mais diferentes condições.[18]

O presidente dos Estados Unidos à época, Harry Truman (1951), em discurso sobre o programa em 1951, afirmou: "O programa do Ponto IV é parte da defesa do mundo livre".[19] Ou seja, o interesse principal dos Estados Unidos não era somente a promoção do desenvolvimento dos países que recebiam o apoio, mas também abafar o apelo comunista nos países sob a esfera de influência dos EUA: "o comunismo não pode ser detido apenas com instrumentos de guerra. Uma de suas armas mais poderosas é o falso apelo que faz a pessoas que estão sobrecarregadas pela fome, doença, pobreza e ignorância"[20] (TRUMAN, 1951). Como enfatizam Dalio e Myiamoto (2010, p. 152), as negociações entre o Brasil e os EUA para o incremento do apoio econômico e militar, iniciadas no governo Dutra, assumiram "caráter de urgência no começo de 1951, motivado pela Guerra da Coreia (25.06.50 a 27.07.1953), pelas demandas militares norte-americanas e pelas insistentes reivindicações brasileiras".

Foi nesse período que o CMBEU iniciou seus trabalhos, de fato, já sob o segundo governo de Getúlio Vargas em 1951. Vargas reorientou o Estado para uma postura menos liberalizante do que a adotada por Eurico Gaspar Dutra, assumindo novamente o compromisso com a industrialização do País. Para Suzigan (1984), apesar de o Estado ter feito intervenções pontuais na economia para estimular a industrialização, pelo menos desde 1930 (o que aconteceu especialmente em São Paulo), até a década de 1950 não se podia verificar, ainda, um esforço organizado e coordenado para fortalecer o setor industrial. O segundo mandato de

---

[18] No original: "*The Point 4 program, which is operated under the direction of the Technical Cooperation Administration, is a relativey low-cost, long-term undertaking. It is designed to take American experience and know-how directly to the peoples of underdeveloped countries. We are proceeding at a moderate pace, while we feel our way with care. Techniques must be developed and suitable technicians found for widely different conditions.*"

[19] No original: "*The point 4 program is part of the defense of the free world.*"

[20] No original: "*communism cannot be stopped by arms alone. One of its most dangerous weapons is its false appeal to people who are burdened with hunger, disease, poverty, and ignorance.*"

Getúlio Vargas (1951-1954), buscou estabelecer um Estado mais ativo na busca de desenvolvimento em bases nacionalistas.

A Comissão era composta pelos seguintes membros (grifos nossos)[21]:

> Seção Brasileira: Presidente, Engenheiro Ari Frederico Vazes; Representante do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Abelardo Bueno do Prado; Conselheiros: Srs. Valentim Bouças, Roberto Campos, Lucas Lopes [que tinha laços com a FACE] e Glycon de Paiva; Assessores: Eng. Paulo de Brito, Clóvis Cortes, Othon A. Lima; Secretário-Geral, Sr. Vítor da Silva. Seção Americana: Presidente, Embaixador Merwin L. Bohan; Conselheiros: Srs. Philip W. Claessner, Oakley W. Brooks, W. R. Mother e L. Hassiley: Técnico em transportes, Sr. Dele Barber; Técnico em indústria, Sr. Kirke Paulding III. Técnicos agrícolas, Srs. William Lodwiek, John Greene W. Palmer. Serão representantes do International Bank na Comissão, os Srs. Sidney Wheelock e William Ladd.

Os EUA queriam que o apoio fosse centrado em parceiras técnicas para áreas que consideravam estratégicas, além de buscar atuar de modo a "guiar e controlar o desenvolvimento industrial brasileiro a fim de beneficiar as corporações dos Estados Unidos e adequar o Brasil aos seus próprios planos regionais" (HEINES, 1989, p. 115, tradução livre[22]). Os brasileiros, por sua vez, exigiam recursos estadunidenses para financiar o desenvolvimento do País (MONIZ BANDEIRA, 2011; 2007; HEINES, 1989; HILTON, 1981). Contudo, a administração de Eisenhower se mostrava pouco aberta à flexibilização de suas exigências para facilitar o crédito ao Brasil: os EUA demandava reformas que liberalizassem o mercado e restringia empréstimos de governo para governo, facilitando somente os financiamentos que fossem empregados para fortalecer os setores privados.

No âmbito mais geral, o Ponto IV não trouxe o que o governo brasileiro esperava: uma injeção direta de capitais. Dalio e Miyamoto (2010) e Ribeiro (2006) apontam que o período de administração do republicano Dwight Eisenhower (1953-1961) foi de latência nas iniciativas de apoio estadunidenses, entre 1953 e 1960. Contudo, ainda assim, a CMBEU, na visão de Ribeiro (2006, p. 40), ensejou mudanças importantes:

---

[21] Julgamos interessante apontar os nomes dos membros da Comissão para tornar os mais explícitos possíveis os vínculos entre os membros da comissão e outros aspectos históricos comentados no texto. Contudo, não aprofundaremos a análise desta rede.

[22] No original: "Washington tried to guide and control Brazilian industrial development for the benefit of U.S. corporations and to fit Brazil into its regional economic plans".

> a) ajudou a criar um ambiente intelectual no qual era defensável a ideia (sic) do papel decisivo do setor público no investimento infra-estrutural (sic) e no crescimento econômico em geral. b) contribuiu para a acumulação de experiência técnica e científica do país na área do planejamento setorial. c) influenciou decisivamente na criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

A abordagem que buscava impedir o avanço do comunismo tendo por base acordos de assistência técnica influenciou, também, programas estabelecidos pela ONU. Os esforços da organização se concentraram na área de administração pública. Diversos países além do Brasil obtiveram apoio dos Estados Unidos e da ONU para implantar os primeiros cursos de administração. Essa iniciativa, que se fortaleceu nos primeiros anos da década de 1950, teve início, na verdade, em 1948, com a resolução 246 (III) da Assembleia Geral (ONU, 1951).

A partir desta resolução, a ONU estabeleceu um programa de apoio técnico que intentava exportar práticas de administração. O foco desses acordos era a transferência de conhecimentos e práticas desenvolvidas nos países centrais, que deveriam ser reproduzidas nos países do "Terceiro Mundo", de acordo com os preceitos da "Administração para o Desenvolvimento". Já em 1949, iniciou-se a concessão de bolsas a funcionários públicos de alguns dos países membros, com vistas a transmitir conhecimentos técnicos e preparar o ambiente para futuro centros de treinamento locais.[23] O projeto *The United Nations Programme on Public Administration, Finance and Development* ou *United Nations Programme on Public Administration or the Programme* permanence ativo ainda hoje.

> Uma das principais atividades do Programa das Nações Unidas em Administração Pública foi estabelecer centros de Administração Pública, em sua maioria para propósitos de treinamento, a níveis nacional e regional. Durante a primeira metade dos anos 1950, vários centros de treinamento e institutos de Administração Pública foram criados nacional e localmente. [...] No final dos anos 1950, mais de 40 institutos nacionais de Administração Pública já estavam ativos em todo o mundo e no princípio dos anos 1960 esse número já tinha dobrado para quase 80. As Nações Unidas proveram assistência

---

[23] ONU (2008) aponta que uma das primeiras "missões" foi enviada à Bolívia a pedido daquele governo em 1949. A missão se dedicou a elencar as necessidades do país e os recursos dos quais dispunha, inclusive os relacionados à capacidade da administração pública. Um dado relevante apresentado no programa é que entre os anos de 1950 e 1951, 90% dos "*experts*" enviados foram para países da América Latina, enquanto a África começou a receber apoio em 1953. Desde então, o balanço entre uma e outra região se alterou, passando a ser a África o maior foco de atuação. Entre 1951 e 1959, a ONU enviou cerca de 700 técnicos a 40 países, sendo quem na década de 1960 o número de nações receptoras de ajuda passou para 70, ao passo que o número de técnicos foi a 2.145. Estas informações coincidem com aquelas apresentadas em documento produzido sob os auspícios da UNESCO por Wu (1969).

> para 24 dos 80 institutos, aproximadamente um terço daqueles em existência. (ONU, 2008, p.47-48, tradução livre).

Com isso, ressaltamos que não apenas no Brasil a trajetória do ensino superior em Administração ficou marcada por saberes advindos dos Estados Unidos, muitas vezes exportados com o auxílio da ONU. Isso pode ser observado, por exemplo, nos modelos de escola que se queria replicar, no ambiente de formação dos professores e nos autores utilizados na elaboração de argumentos "científicos". No Brasil, com efeito, pode-se dizer que o marco inicial da transferência de conhecimentos se dá por meio dos auxílios dos EUA e da ONU para a criação da graduação da EBAP, em 1952. Contudo, os primeiros acordos com esse objetivo datam de 1951, enquanto as discussões para o estabelecimento da escola remontam a 1949 quando, em Lake Success (EUA), foi realizada uma reunião sob os auspícios da ONU para discutir a sua criação (FGV, 1974).

Destacamos que as verbas da ONU para a disseminação do ensino de Administração Pública eram alocadas na mesma rubrica da assistência para o desenvolvimento econômico. Outro ponto relevante ressaltado (ONU, 1952?, p. 373, tradução livre) é o posicionamento de os governos brasileiro e costa-riquenho, nomeadamente, em relação à impossibilidade dos capitais privados serem suficientes para financiar o desenvolvimento dos países "subdesenvolvidos": "os representantes do Brasil e da Costa Rica, entre outros, enfatizaram de novo que não é realista se apoiar em capitais privados – doméstico ou nacional – para financiar os serviços públicos".[24]

Essa postura do governo brasileiro era frontalmente divergente da apregoada pelas administrações estadunidenses da época. Ao apontar sua contrariedade à participação de capitais privados na prestação de serviços públicos, o Brasil deixava claro que, apesar de aceitar os apoios técnicos oferecidos, mantinha sua posição em relação ao papel do Estado na sociedade. Essa postura do governo brasileiro é um dos aspectos "culturais" que seriam alvo de investidas estadunidenses em busca de sua reversão.

Além da defesa do continente, os apoios ao estabelecimento de escolas que ministrassem cursos de Administração também tinham a função de disseminar o ideário estadunidense,

---

24 No original: "*The representatives of Brazil and Costa Rica, among others, again stressed that it was unrealistic to rely on private capital—either foreign or domestic—to finance public utilities.*"

especialmente a defesa do livre mercado mencionada. Como vimos, esses pontos são elementos indissociáveis das teorias administrativas que foram elaboradas nos Estados Unidos. A disseminação de escolas e do ideário administrativo seguia, assim, um programa considerado de sucesso: o Plano Marshall (SPINK, 2005), o qual contribuiu para a abertura de mercados aos produtos estadunidenses, a disseminação da administração nos moldes concebidos naquele país e a defesa do continente europeu (ocidental) contra o comunismo.

Havia, contudo, dificuldade por parte do governo dos EUA de concentrar seus esforços nos aspectos de convencimento da sua hegemonia. Elementos coercitivos tendiam sempre a ganhar espaço. Esse aspecto foi discutido em um trabalho financiado pela Fundação Ford e desenvolvido pela organização não governamental *National Planning Association* (NPA), o qual enfocava as ajudas externas aos países latinos. A NPA (1955) desenvolveu um diagnóstico acerca dos programas de cooperação técnica e apontou que havia ainda grande falta de coordenação no que concerne à concessão de ajuda e ao lugar que esta ocupava na política externa dos EUA.

NPA (1955), assim como Ribeiro (2006), dá especial destaque para a sobreposição que havia entre a ajuda técnica disponibilizada e os objetivos militares dos Estados Unidos. No relatório do NPA (1955), afirma-se que os fins militares subjugavam e ofuscavam as proposições de apoio ao desenvolvimento econômico, dificultando a percepção positiva dos programas na América Latina. Além disso, diversos *lobbies* atuavam a fim de garantir que a ajuda estadunidense não ferisse os interesses dos capitalistas no futuro.

As conclusões do estudo realizado pela NPA (1955), no âmbito do Ponto IV, adiantam questões discutidas por Ribeiro (2006) sobre a Aliança para o Progresso, programa de apoio a ser tratado a seguir. Ribeiro (2006) salienta que a Aliança para o Progresso só veio à luz devido à percepção de uma ameaça militar real advinda da possível "captura" da América Latina pela esquerda comunista, especialmente após a Revolução Cubana. Depois de sua implementação, o programa ficaria sempre em disputa entre alas mais militaristas e outras mais afeitas à "Administração para o Desenvolvimento". A questão sobre qual ator governamental deveria administrar os programas de apoio técnico, na visão da NPA, já era candente e viera à tona na implantação do Programa Aliança para o Progresso, como discutido posteriormente.

Embora em meio a essas contradições e disputas, os programas de apoio eram bem recebidos entre os governos da América Latina. No documento *Report to Congress on the Mutual Security Program* (1955), dentre diversos outros apoios, é apontado o interesse crescente de repúblicas desses países por programas em Administração Pública. Auxílios técnicos já haviam sido solicitados por 15 países em 1955. No Brasil, o Acordo Básico de Cooperação Técnica (BRASIL, 1950) e o Acordo Sobre Serviços Técnicos Especiais (1953), que o complementa, trouxeram professores e técnicos ao Brasil para ajudar na criação dos cursos de Administração Pública em instituições brasileiras (FISCHER, 1985). Isso, segundo Fischer (1985), antes de tais acordos terem sido homologados pelo Congresso, o que só ocorreu em 1959, como mostram a mensagem de recebimento do decreto e sua data de publicação, o qual foi modificado em 1961 (BRASIL, 1959a; b; c; 1961). A autora afirma que "a partir de 1950, definem-se já os *agreements for technical cooperation* atingindo ensino de nível superior" (FISCHER, 1985, p. 166).

No programa que se estabeleceu para tratar especificamente de questões ligadas à Administração Pública, a Comissão Consultiva de Administração Pública (BRASIL, 1953[25]), presidida por Luiz Simões Lopes, presidente da FGV, com um participante da UMG (Orlando M. Carvalho[26]), lê-se:

> A Comissão Consultiva de Administração Pública (C.C.A.P.) composta de personalidades brasileiras ligadas a entidades governamentais e instituições educativas, tem como objetivo promover a melhoria da Administração Pública no Brasil, em todos os níveis de governo. [...] trabalha a Comissão em estreita colaboração com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico e com as autoridades administrativas de todos os órgãos governamentais que desejem utilizar seus serviços.

Foi por meio dessa Comissão que a solicitação de envio de professor estadunidense para o curso de Administração Pública da FACE/UMG se efetivou.

No entendimento de Corrêa (2007), o Plano de Governo de Juscelino Kubitschek, que teve Lucas Lopes – que ocupou o posto de professor da FACE por alguns anos – como um de seus

---

[25] Brasil. Comissão Consultiva de Administração Pública. **Programa da Comissão Consultiva de Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro. 1° de março de 1953. 35 fol.

[26] O professor Orlando Carvalho participou ainda de comissão de seleção, por parte da prefeitura de Belo Horizonte, de quatro candidatos a bolsa de estudos nos EUA (BELO HORIZONTE, 1956a; 1956b).

colaboradores, sofreu influências das discussões que ocorreram no âmbito da CMBEU, da qual Lopes também participou.[27] Corrêa (2007) aponta que no Governo JK técnicos posicionados na máquina estatal assumiram um papel mais importante no comando do Estado, movimento que dava continuidade ao processo iniciado ainda no primeiro governo Vargas (CORRÊA, 2008).

Para Suzigan (1988), o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que sucedeu o breve Governo Café Filho (1954-1955), teve papel importante na consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro. A partir de uma política industrial mais bem definida e mais facilmente implementável, que se fazia notar pela articulação entre o capital internacional, o capital nacional e o Estado, a industrialização no País avançou. Para que essa articulação acontecesse, foi importante a existência de um plano de desenvolvimento inserido no Plano de Metas e relacionado com o desenvolvimento de grupos que se responsabilizavam pela implantação de indústrias específicas.

Se o Governo Vargas assumiu a defesa da industrialização com o desenvolvimento mais autônomo do País, Kubitschek se alinhava principalmente a um desenvolvimentismo associado, que seria posteriormente retomado de forma radicalizada durante o governo Castelo Branco (1964-1967) (RIBEIRO, 2006; MONIZ BANDEIRA 2011; 2007; COVRE, 1991). O desenvolvimento capitalista brasileiro também colocava a necessidade de se equilibrar o investimento estrangeiro e a ação do Estado para otimizar o processo desenvolvimentista (MONIZ BANDEIRA 2007; 2011). Contudo, a ação do Estado brasileiro na economia ia contra os interesses das empresas privadas dos EUA, como as petrolíferas e as mineradoras (MONIZ BANDEIRA, 2007; HEINES, 1989).

Kubitschek também buscou ativamente por mais protagonismo da diplomacia brasileira e por uma revisão das bases da relação entre os Estados Unidos e a América Latina (LESSA, 2008). Essa postura se refletiu na Operação Pan-Americana (OPA), iniciativa de resultados modestos, mas que influenciou a elaboração da Aliança para o Progresso, que na década de 1960 viria a se tornar o principal instrumento da política externa estadunidense para a América Latina. A iniciativa diplomática do Governo de Juscelino Kubitschek foi levada a

---

[27] A CMBEU apresentou seus resultados durante o Governo Café Filho.

cabo após o então vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, ter sido recebido de forma hostil em sua visita à América do Sul (em 1958). Esse episódio, que serviu como importante marco nas relações entre os países e na inserção do Brasil no cenário internacional e demonstrou a existência de um sentimento antiamericano que viria a ser combatido na América do Sul (cf. MELLO e SILVA, 1992[28]).

No Governo Jânio Quadros (1961-1961) e no governo João Goulart (1961-1964), todavia, a diplomacia brasileira se afastou dos posicionamentos dos Estados Unidos, buscando atuar de forma mais independente (RIBEIRO, 2006). Essa postura influenciou o andamento dos acordos entre os países, uma vez que o governo brasileiro parecia estar menos disposto a aceitar o apoio dos EUA nos termos e com as condicionantes que este país oferecia. Além disso, nos anos em que Kennedy e Lindon Johnson presidiram os EUA havia um acirramento de tensões nos cenários político e social no Brasil, com o recrudescimento de posições tanto à esquerda quanto à direita, como bem retratado no livro de Wanderley Guilherme dos Santos, de 1962, recorrentemente citado, "Quem dará o golpe no Brasil?". Haveria um golpe. Só não se sabia por parte de quem.

Nesse cenário, desembarca no Brasil a Aliança para o Progresso, programa de ajuda internacional elaborado pela equipe de John Kennedy. Durante o mandato do presidente estadunidense, entre 1961 e 1963, a Aliança para o Progresso se transformou em uma peça central nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina, embora após a sua morte tenha se transformado e perdido sua importância. Propagada como uma ruptura em relação às posturas adotadas pelos EUA em governos anteriores, a Aliança enfrentou diversas dificuldades desde o seu princípio. Internamente, relacionavam-se com as constantes disputas dentro do governo estadunidense sobre os contornos que esse apoio tomaria e sobre quem administraria o programa; e externamente, diziam respeito às resistências encontradas pelo programa em sua recepção nos diversos países da América Latina (cf. RIBEIRO, 2006; SILVA, 1992). Ribeiro (2006) aponta que a recepção do programa Aliança para o Progresso não se dá de forma entusiástica em nenhum momento, talvez com um breve lapso durante o Governo Castelo Branco.

---

[28] Lessa (2008) traz um conjunto de referências sobre o tema.

A Aliança para o Progresso é um dos programas que insere o Brasil em uma relação com Estados, na qual o lado brasileiro é receptor de ajuda. Como Silva (2008) ressalta, o estágio de desenvolvimento econômico em que o Brasil se encontrava é descontextualizado em face de suas causas e colocado como mero índice de subdesenvolvimento. Defendia-se, que essa etapa seria suplantada se o País seguisse as orientações que o conduziriam no sentido de espelhar o desenvolvimento econômico estadunidense como sendo o modelo ideal, conforme pregava a "Administração para o Desenvolvimento".

Há, neste contexto, conforme Ribeiro (2006), uma dominância das ideias de W. W. Rostow, que chega ao Departamento de Estado e inspira os programas de ajuda dos EUA nesta época. Rostow, em seu livro *The Stages of Economic Growth: a non-Communist Manifesto*, de 1959, predicava a existência de cinco estágios relativamente fixos de desenvolvimento dos países: sociedade tradicional; sociedade transicional; decolagem ou *take off*; impulso para a maturidade; e alto consumo de massa. Rostow contribuiu para a crença de que poderia haver ações padronizadas que serviriam para levar os países ao desenvolvimento (definido de forma incontroversa) sem que fossem capturados pelo comunismo. Segundo Bresser-Pereira (1962), o Brasil se encontrava desde 1930 no momento de decolagem, que era o período mais suscetível ao comunismo, de acordo com a teoria.

Um dos remédios para superar o subdesenvolvimento e as práticas arcaicas consistia na importação de técnicas e procedimentos das empresas norte-americanas, que se igualavam àquilo que é moderno. Boa administração equivaleria, assim, à aplicação de técnicas importadas dos Estados Unidos, visando modernizar o País, ao mesmo tempo em que se combatia o comunismo (FRENKEL; SHENHAV, 2003). O estágio anterior de evolução poderia ser, dessa forma, superado com o apoio do governo dos EUA e de agências e instituições desse país.

A Aliança para o Progresso tinha como braço operativo a USAID. Essa agência substituiu em 1961 "a Administração da Cooperação Internacional (ACI), criada por Eisenhower, em 1955. A USAID constitui-se em um órgão semiautônomo dentro do Departamento de Estado, e a Aliança incorporou-se a esta nova agência naturalmente" (RIBEIRO, 2006, p. 86). Do momento em que foi criada, a USAID assumiu grande importância nas discussões sobre interferências dos EUA em outros países, uma vez que se tornou o agente mais central e visível na operação dos apoios americanos.

Os programas que antes eram de responsabilidade da ACI ficaram, a partir de 1961, sob responsabilidade da USAID, mantendo, muitas vezes, as referências ao Ponto IV. Estes programas buscavam, em geral, reorientar o foco da diplomacia estadunidense do mero apoio militar para o fortalecimento, em alguma medida, da capacidade administrativa e produtiva dos países auxiliados. Contudo, não se deve esquecer de que estes apoios se inscreviam no marco da Guerra-Fria e tinham um de seus principais focos nas forças de segurança (SÁ MOTTA, 2010). Além disso, como mencionado, não havia unanimidade nos órgãos diplomáticos estadunidenses, observando-se disputas internas pelo controle desses programas que envolviam, notadamente, o Departamento de Estado e outros órgãos do governo dos EUA (RIBEIRO, 2006; TOTA, 2005). Visões mais próximas ao militarismo e à manutenção da ordem se debatiam, principalmente, com as posturas mais "progressistas" advogadas pelo presidente John Kennedy, que defendia a manutenção da ordem, mas com uma abordagem mais sutil, especialmente depois do fracasso na Baía dos Porcos (RIBEIRO, 2006).

De acordo com Sá Motta (2010, p. 239), a USAID foi orientada para atuar sob a ótica do *nation building*.

> O objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina, com a meta de fomentar a modernização na esperança de que isso esvaziasse o apelo da Revolução. Na ótica das teorias da modernização, a revolução comunista representava ameaça maior nas áreas atrasadas, em que a pobreza e a desigualdade extremas serviam de estímulo ao questionamento radical da ordem social e política. Seu diagnóstico: se os países atrasados pudessem seguir a trilha da modernização, com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política, os defensores da revolução perderiam poder de convencimento.

No caso do Brasil, essa posição é explicitada em documento da própria agência (USAID, 1986). É apontado que enquanto o País fazia demandas em relação a capitais que financiassem o desenvolvimento nacional e acordos técnicos em nível superior, objetivando formar quadros que pudessem dirigir o desenvolvimento, a ajuda americana visava, principalmente, a injeção de capitais nas regiões mais pobres do País, especialmente o Nordeste. No relatório discute-se, ainda, que nos anos finais de sua atuação, a USAID tendeu a convergir mais com a postura adotada pelos governos brasileiros. Tal leitura de cenário é corroborada por Ribeiro (2006). Para o autor, programas assistencialistas visando conter o crescimento das esquerdas no nordeste por meio da adoção de medidas paliativas para os efeitos da pobreza concentraram boa parte dos recursos da agência estadunidense no princípio dos anos de 1960.

No período da instituição da Aliança para o Progresso, o cenário brasileiro se transformou, com reflexos no ambiente político, principalmente após os sindicatos começarem a sair da órbita governamental:

> Entre 1961 e o golpe militar, o país passou por uma grave crise financeira e cambial, bem como foi assolado por uma inflação a níveis até então desconhecidos e viu o crescimento do PIB desaparecer. Junte-se a estes ingredientes uma forte instabilidade política, um aumento da mobilização popular e uma perceptível aparição da luta de classes para se ter o ambiente nada encorajador no qual a Aliança desembarcou no Brasil (RIBEIRO, 2006, p. 159-160).

Após um período de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos durante o Governo Juscelino Kubitschek (RIBEIRO, 2006) e um breve Governo de Jânio Quadros, assumiu João Goulart, que não contava com a simpatia dos estadunidenses, como aponta Silva (2008). Além disso, havia países na América Latina que passaram por revoluções que colocaram o Estado sob controle de grupos de esquerda, como Cuba em 1959, Bolívia em 1952 e Guatemala em 1944. Ainda que nos dois últimos casos esse controle tenha sido temporário, esses eventos serviram para estimular os Estados Unidos a assumirem uma postura mais atenta em relação ao continente (SILVA, 2008).

Nesse contexto de turbulência política e de embates ideológicos, Silva (2008, p. 17) afirma que "a 'Aliança para o Progresso' desempenhou uma clara função ideológica, constituindo um importante instrumento de luta no combate ao comunismo e às esquerdas na América Latina". Os Estados Unidos fiavam-se nos programas de apoio para garantir sua influência no Brasil e sobre seus governos.

É também em meio ao embate ideológico e durante a Guerra-Fria que se dá a instauração dos cursos de Administração brasileiros. Os cursos contribuíam para a propagação do ideário estadunidense. Ao mesmo tempo, formavam mão de obra importante para o País e, em alguns casos, davam guarida a ideias e pessoas consideradas de esquerda (ALCADIPANI; BERTERO, 2012). Keinert (2000) acrescenta que a editora da FGV, que rapidamente se tornou a principal editora brasileira da área de Administração, também foi criada sob influência estadunidense, com recursos provenientes da Fundação Ford e da Aliança para o Progresso.

É interessante destacar que o investimento estadunidense via programas de auxílio externo e o desenvolvimento subalterno, visto, posteriormente, mostram que não se pode considerar a hegemonia conquistada pelos Estados Unidos (e pelos saberes administrativos oriundos de lá) como fruto de acasos ou de idiossincrasias especificamente nacionais. É fruto de estratégias específicas de disseminação do ideário produzido naquele país (CALDAS; ALCADIPANI, 2005; FRENKEL; SHENHAV, 2003; 2006), além de estar sustentada na sua posição de país capitalista hegemônico.

Tais acordos entre os EUA e o Brasil, contudo, não eram uma imposição unilateral por parte dos primeiros.

> Houve um projeto de americanização, quer dizer, ações deliberadas e planejadas visando a um objetivo. A existência desse projeto não exclui o processo de americanização conduzido pelas forças do mercado. Ao contrário, há evidências da imbricação dos dois processos. **Nossa americanização não se deu, obviamente, de forma passiva. Houve uma interação entre a cultura americana e a brasileira.** O "choque cultural" provocado pela forte presença dos meios de comunicação norte-americanos não destruiu nossa cultura, mas por certo, acabou produzindo novas formas de manifestação cultural. Para entender esse processo, lançar mão do conceito de resistência cultural é de grande valia, mas não suficiente (TOTA, 2000, p. 191, grifos nossos).

Ou seja, muitas vezes, a americanização atendia a anseios de ambas as partes, ainda que houvesse dissonâncias nas posições dos dois países, especialmente no que concerne ao papel do Estado na economia brasileira. Assim, por vezes, os governantes brasileiros se valiam da "ameaça comunista" mais como ferramenta de barganha com os estadunidenses do que como indício de uma possibilidade de fato. As composições do governo brasileiro até esse momento também não davam espaço para a esquerda radical ou para a radicalização da esquerda, com exceção do breve governo de João Goulart.

Contudo, grupos importantes na sociedade e dentro do Estado e dos diferentes governos demonstravam, pelo menos desde 1930, que eram avessos ao modelo de liberalismo proposto pelos EUA. Parecia não haver alternativa ao apoio estatal se o País quisesse se industrializar. Assim, o estatismo e o nível de liberalização da economia considerado inadequado pelas administrações estadunidenses eram características do País. Os EUA, por sua vez, pareciam ver nos programas de apoio técnico, especialmente naqueles voltados para a disseminação de saberes e práticas administrativas, uma maneira de tentar disseminar novos tipos de pensamento. Como discutimos no capítulo anterior, os saberes administrativos se

desenvolvem em interação com o ambiente estadunidense no qual se inserem e carregam consigo diversos valores pertencentes à sociedade dos EUA.

Esses saberes chegaram ao Brasil e passaram a interagir com as estruturas existentes até então. Dentre essas, destacaremos na seção subsequente as Escolas de Comércio, que eram as instituições responsáveis por disseminar a Administração antes da chegada dos cursos superiores. Estas escolas já eram influenciadas pelas ideias de Taylor, Ford e Fayol e se encaixavam no perfil das escolas vocacionais, que ensinavam uma profissão, ao invés de preparar seus alunos para se tornarem "administradores profissionais". Embora elas sejam extintas na década de 1960, foram responsáveis por dar origem à boa parte das instituições que levaram a cabo o ensino da Administração no País, como é o caso da FACE. Seu desenvolvimento e extinção também refletem, em certo sentido, as transformações pelas quais a economia brasileira passou.

4. DAS ESCOLAS DE COMÉRCIO ÀS FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

4.1 Sobre o desenvolvimento das Escolas de Comércio brasileiras

Antes de se estabelecerem no Brasil cursos regulares de Administração ou outros cursos, como Contabilidade ou Economia, as Escolas de Comércio representavam um papel importante na formação de pessoas que se dedicavam a administrar, conduzir e aperfeiçoar negócios públicos e privados. Dada a importância dessas escolas na primeira metade do século XX e sua relevância na primeira onda de disseminação de saberes administrativos, entendemos ser necessário buscar maiores informações sobre essa matéria, a fim de compreender melhor o desenvolvimento do ensino de Administração no País.

As Escolas de Comércio são relativamente esquecidas nas discussões que abordam o desenvolvimento da área de Administração. Poucos trabalhos chegam a mencionar a existência do ensino sistemático de tópicos referentes à Administração antes da instalação dos cursos superiores – exceções são os trabalhos de Nicolini (2003) e Coelho (2006), que não chegam a se aprofundar na temática. No decorrer do tempo, especialmente após a disseminação dos cursos superiores que tratam de assuntos correlatos e da reforma do ensino médio no governo militar, as Escolas de Comércio perderam importância no cotidiano brasileiro. Contudo, sua importância histórica é maior do que a atenção recebida por aqueles que se interessam pelo passado e atuam no campo da administração. Canabrava (1984) aponta que o desenvolvimento das Escolas de Comércio está diretamente ligado ao ensino na área de administração, economia e contabilidade, e que, por sua vez, a consolidação destas áreas se vincula ao desenvolvimento econômico do país.

Cabe salientar que não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, os primeiros cursos superiores em Administração não se situavam no interior das academias propriamente ditas, como é o caso das Escolas de Comércio brasileiras. Algumas delas chegaram a instituir o Curso Superior de Comércio, além de terem contribuído no debate e na criação das primeiras escolas destinadas ao ensino de Administração. Além disso, os cursos de Administração e Finanças que se estabeleceram no País, principalmente para a formação de gestores públicos, forneciam diplomas de bacharel em Ciências Econômicas, área à qual atividades administrativas se ligavam.

É importante reforçar, ainda, que, especialmente até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (BRASIL, 1961), o ensino no Brasil tinha um caráter explicitamente dualista. De um lado, cursos básicos e médios preparavam os alunos para o mercado de trabalho; de outro, um ensino propedêutico destinado a grupos mais abastados da sociedade visava permitir o acesso aos bacharelados. O ensino técnico comercial, o industrial e o agrícola não eram pensados para ser frequentados pelos membros das elites dirigentes do País e, sim, por grupos urbanos que experimentavam ascensão econômica. Tal observação explica, parcialmente, o fato de até 1931 não haver ainda um curso superior específico que formasse pessoas nas áreas econômica, administrativa ou contábil, já que esses não eram cursos direcionados aos filhos e filhas das elites. Tampouco, o ensino superior nacional estava sedimentado em bases sólidas até essa época, e nesse momento a indústria do País começava a ampliar sua importância. Depois dessa data, houve a criação de algumas faculdades que, por meio do Curso Superior de Administração e Finanças, formavam técnicos de nível superior nessas áreas. Isso porque as mudanças experimentadas na sociedade brasileira evidenciavam a necessidade de se aprimorar as técnicas de planejamento e administração disponíveis até então. Assim, a criação de cursos na área econômica refletia, em certo sentido, uma faceta do processo de modernização pelo qual passava o Brasil.

Como mencionado, as Escolas de Comércio, em certa medida, lançaram as bases para os Cursos Superiores em Administração que vieram posteriormente, além de terem possibilitado espaço para que boa parte dos primeiros docentes aproveitados nos cursos superiores exercessem essas funções. Tal ponto é evidente em Minas Gerais, dentre outros lugares, uma vez que a Faculdade de Ciências Econômicas, cujo Curso de Administração é objeto desta tese, surgiu com a fusão de duas Escolas de Comércio que lhe precederam no tempo.

A iniciativa que marca o princípio da educação comercial e superior no Brasil foi a chegada da família real ao país, em 1808. Nesse ano, foi criada a cadeira de Economia Política no Rio de Janeiro e, no ano posterior, foram introduzidas aulas de comércio (PELEIAS *et al.*, 2007), que já existiam em Portugal, fruto de reformas promovidas pelo iluminista marquês de Pombal (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2006). Essa primeira iniciativa da Coroa portuguesa foi substituída em 1856 pelo estabelecimento do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que dá início de fato ao ensino sistemático de técnicas comerciais no País. A transferência da capital do império português para o Rio de Janeiro certamente colocava à sociedade colonial novas possibilidades e desafios concernentes a diversos campos da vida social, mas especialmente nesse caso referentes à ampliação e do aumento da complexidade da economia de modo geral, que se via obrigada a suprir demandas anteriormente inexistentes.

Saas (1981) aponta que até meados do século XIX a maior parte do ensino comercial e administrativo se dava pelo estabelecimento de relações mestre-aprendiz. Contudo, com o passar do tempo, a complexidade dos negócios aumentava e havia maior necessidade de se formar cada vez mais pessoas aptas a exercerem atividades administrativas. Para o autor, essas são as justificativas para a implantação das primeiras Escolas de Comércio dos Estados Unidos. O processo estadunidense de instalação dessas escolas se deu na primeira metade do século XIX (BENSON, 2004), mesma época em que ocorreu em diversos outros países europeus (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2006).

No Brasil, o ensino comercial se desenvolveu de forma tímida ao longo dos anos do século XIX e só se institucionalizou definitivamente em 1905. Segundo Peleias *et al.* (2007), um decreto editado em 1905 declarou como de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Academia de Comércio de Juiz de Fora. A última havia sido fundada em 1894, tendo interrompido algumas vezes o ensino ministrado e encerrado suas atividades definitivamente em 1928, quando se fechou a última turma do curso Ensino Superior Comercial Noturno, inaugurado em 1906 (YAZBECK, 2001). Relevante apontar que Juiz de Fora foi um importante centro econômico durante todo o período em que a referida escola funcionou (*e. g.* BASTOS, 2002; R. PAULA, 2002). No mesmo decreto de 1905, também recebeu o reconhecimento estatal a Escola Prática de Comércio, de São Paulo (atualmente nomeada Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), fundada em 1902.

No decreto, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro foi apontada como o modelo a ser seguido obrigatoriamente pelas outras escolas brasileiras. Em 1905, era oferecido na instituição o Curso Geral, que formava técnicos em guarda-livros e perito judicial. Esse também habilitava a empregos no Ministério da Fazenda, além de permitir que os candidatos prosseguissem os estudos no ensino superior para formação de agentes consulares, atuários e contadores-chefe (CASTRO, 1991). Havia, até mesmo, um curso superior, nos termos da época, mas seus egressos não recebiam o título de bacharel, restrito aos formados em Direito, Engenharia e Medicina, situação que só se alteraria em 1931 com o decreto 20.158 (BRASIL, 1931), o qual estabelecia o ensino comercial como opção de ensino médio profissionalizante e como curso superior (ANDREOTTI, 2006).

Brito (2006) afirma que os alunos do ensino comercial e, também, do ensino normal, industrial e agrícola tinham restringidas suas possibilidades de acesso ao ensino superior. Os cursos que poderiam ser frequentados pelos egressos dessas modalidades de ensino médio eram apenas os designados pelas autoridades públicas da época, e não eram muitos. Além disso, os egressos dos cursos técnicos de comércio eram os únicos que poderiam obter títulos de formação superior na respectiva área. Mas, de outro lado, eles não poderiam seguir seus estudos em bacharelados ou outros cursos superiores. A obtenção de um diploma de nível superior na área comercial facultava o acesso a cargos médios no serviço público ou o exercício da função de contador, o que, em geral, indicava uma ascensão social, ainda que modesta. Sanson (2004) atesta que o modelo brasileiro era inspirado no alemão, o qual mantém diferenças claras entre o ensino técnico superior e o ensino universitário e segrega os alunos entre os que seguiram uma ou outra formação.

Comentando o desenvolvimento dos cursos no Brasil, a partir dos apontamentos de Castro (2001), Souza (2006, p. 380) afirma:

> Na década de 1910 foram criadas Escolas de Comércio em outros Estados, além de duas existentes no Paraná e uma em São Paulo. Até 1912 foram criadas escolas no Amazonas, Maranhão e Pernambuco. Segundo o IBGE, em 1907 havia 14 estabelecimentos de ensino no Brasil, com 155 docentes e 970 alunos matriculados (60 alunos diplomados). Em 1912 esse número passou, respectivamente, para 38, 326 e 3.645 (466 diplomados); em 1932 tinha-se 401, 3.186 e 19.268 (3.371 diplomados). Em 1942 percebe-se considerável evolução: 721 estabelecimentos de ensino, 5.316 professores, 67.672 alunos matriculados, com 13.871 alunos diplomados.

Assim, podemos notar que tal modalidade de ensino alcançou relevância no território nacional e se desenvolveu bastante ao longo das primeiras décadas do século XX. Como fatores que contribuíram para que tais escolas se disseminassem, Cintra (2009) destaca as demandas relacionadas ao desenvolvimento econômico.

O autor afirma:

> O comércio, de modo geral, como setor produtivo, nos anos 1930/1940, estava em franco desenvolvimento e caminhava a par das transformações socioeconômicas que incrementavam e diversificavam o setor industrial do país. E, nesse período, não por mera coincidência, o ensino técnico comercial estava entre os mais difundidos ensinos profissionais de nível secundário em todo o país, notadamente para o público masculino. A década de 1930 foi o seu principal período de destaque com o que muito colaborou a oficialização do ensino comercial (CINTRA, 2009, p. 241).

Nicollini (2004, p. 7) ressalta também as novas configurações sociais que eclodiram com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, as quais "demandavam a preparação de recursos humanos, na forma de técnicos e tecnólogos de várias especializações, assim como métodos de trabalho mais sofisticados". Observamos, assim, que a necessidade de formação de quadros constituiu um dos elementos relevantes para o estabelecimento do ensino de Administração no Brasil.

É importante notar que durante o Governo Provisório e o Estado Novo a concepção de Administração Pública adotada era vinculada à Administração em geral (KEINERT, 1994). Coelho (2006, p. 13) aponta que

> [...] nesse ensino prevalecia uma concepção mecanicista – de organizações e métodos (O&M) – que equiparava a repartição pública à organização privada. É essa concepção mecanicista – com modificações e aperfeiçoamentos, evidentemente – que despontará no Brasil em meados dos anos trinta por efeito do aporte das ideias da escola clássica da administração no país.

Como apontado, o modelo de ensino que foi estabelecido e durou formalmente até 1931 mantinha a relação de subordinação entre os cursos que, por sua vez, refletia a hierarquização presente na sociedade, oriunda também da própria anterioridade de certas áreas do saber em relação a outras. Assim, os cursos de Direito e ENGENHARIA, além de medicina, tendiam a ser frequentados por pessoas oriundas dos estratos de renda mais elevada. Isso contribuía para que seus egressos tivessem e mantivessem posição de dominância na sociedade. Os cursos comerciais atendiam principalmente a pessoas de renda intermediária ou entre média e baixa,

que conquistariam dali posições de nível técnico ou operacional no serviço público ou em empresas privadas (SANSON, 2004), servindo, muitas vezes, como garantia de manutenção desse nível de renda.

Destacamos que a formação de recursos humanos também capacitados para ocupar posições no Estado pode ser apontada como um dos fatores que contribuíram para a elaboração de políticas para o desenvolvimento do ensino comercial, políticas que, segundo Cintra (2009), ganharam maior espaço no Governo Getúlio Vargas. Neste sentido, Coelho (2006, p. 12) afirma que "[n]o ensino secundário o estudo de AP [Administração Pública] se deu implicitamente na instrução profissional das 'artes e ofícios' comerciais, da qual funcionários públicos e pretendentes a tal cargo se fizeram valer".

Em 1943, com a chamada "Lei Orgânica do Ensino Comercial" (BRASIL, 1943, s. p.) editada pelo ministro Gustavo Capanema, dois ciclos de ensino foram criados, sendo que o segundo era subdividido em cinco cursos comerciais técnicos:

> Art. 4°. O primeiro ciclo do ensino comercial compreenderá um só curso de formação: o curso comercial básico.
>
> Parágrafo único. O curso comercial básico, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a ministrar os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial.
>
> Art. 5°. O segundo ciclo do ensino comercial compreenderá cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos:
>
> 1. Curso de comércio e propaganda.
>
> 2. Curso de administração.
>
> 3. Curso de contabilidade.
>
> 4. Curso de estatística.
>
> 5. Curso de secretariado.
>
> Parágrafo único. Os cursos comerciais técnicos, cada qual com a duração de três anos, são destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter especial no comércio ou na administração dos negócios públicos e privados.

Era assegurado ao egresso desses cursos técnicos "a possibilidade de ingressar em estabelecimento de ensino superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso comercial técnico concluído" (BRASIL, 1943, s. p.). Castro (1991) reitera que, ao

estabelecer tais divisões, o ministro Gustavo Capanema tinha em mente a separação dos cursos superiores. O autor mostra, a partir do arquivo do ministro presente no CPDOC-FGV, que ele previa a "criação da Faculdade Nacional de Administração (FNA), que substituiria a Faculdade de Economia da Universidade do Brasil" (CASTRO, 1991, p. 24). Os cursos que fariam parte dessa faculdade seriam os de "Administração Pública, Administração Econômica, Contabilidade, Estatística, Atuária, Biblioteconomia e Arquivismo, Museologia e Jornalismo" (CASTRO, 1991, p. 24).

Contudo, cabe salientar que "o curso de Administração Econômica concederia o grau de bacharel em Ciências Econômicas" (CASTRO, 1991, p. 24), e não de bacharel em Administração, o que mostra que esses cursos se encontravam imbricados, com suas diferenças pouco definidas. Outra proposta, datada de 1942, propunha, a criação de três cursos na FNA: Ciências Sociais e Diplomacia, Administração e o Economia e Finanças, que, possivelmente, implicaria a concessão de diplomas diferentes para cada egresso.

De toda maneira, nenhuma dessas propostas se efetivou, sendo que apenas em 1945 um novo decreto lei passou a regular os cursos superiores vinculados ao ensino técnico comercial (BRASIL, 1945). No artigo 4° desse decreto, observa-se que o concluinte de quaisquer cursos comerciais técnicos poderia ser admitido nos cursos de Ciências Econômicas ou de Ciências Atuariais. Os cursos comerciais de nível técnico continuaram a ser regulados pela Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943.

Após o período do Estado Novo, uma das questões que merece ser ressaltada é que os estudantes que frequentavam o ensino básico ou estabelecimentos de ensino comercial, poderiam ingressar nos cursos clássicos ou científicos, desde que complementassem seus estudos.

Explica Canali (2009, p. 11):

> Em 1950, a Lei 1.076 flexibiliza o ingresso dos estudantes concluintes do primeiro ciclo dos ensinos industrial, comercial e agrícola a ingressarem no curso clássico ou científico seguindo algumas exigências de complementação de disciplinas. A Lei 1.826/1953 facultava o direito de ingresso em qualquer curso superior a todos que tivessem concluído o curso técnico em qualquer dos ramos de ensino observando-se exames de adaptação. Surge pela primeira vez uma possibilidade de aproximação entre o ramo secundário propedêutico e os cursos profissionalizantes de nível médio.

A autora, em concordância com Peres (s. d.), aponta que com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 foi eliminado formalmente o caráter dualista da educação nacional. Contudo, na acepção de Canali (2009), essa eliminação se deu apenas formalmente, uma vez que permaneceu havendo diferenças, já que os currículos das escolas pensadas para formar as elites do País privilegiavam a preparação para o processo seletivo de acesso ao ensino superior. Ou seja, afora a possibilidade de os egressos complementarem seus cursos, as bases do ensino técnico comercial instituídas em 1943 permaneceram mesmo após a Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Para Carvalho (1965 *apud* PERES, s. d.), o período que vai até o ano de 1971 é o ápice do ensino comercial no Brasil, contando com cerca de 270.000 alunos distribuídos entre 1.423 estabelecimentos de ensino no ano de 1964. Segundo Peres (s.d.), o ensino comercial começou a declinar após a reforma do ensino de 1971.

Castro (1991), Saes e Cytrynowicz (2001) e Peleias *et al.* (2007), dentre outros, afirmam que os cursos de Contabilidade, Economia e Administração se desenvolveram a partir das bases construídas nos estabelecimentos que ministravam o ensino comercial. Contudo, o primeiro curso superior que surge para atender à demanda por formação superior é o de "Administração e Finanças". Nesse sentido, na próxima seção, pretendemos abordar o desenvolvimento do ensino superior nas áreas de Economia, Contabilidade e Administração, deixando de lado outros possíveis desenvolvimentos, como o Curso Superior de Secretariado e o Curso Superior de Publicidade e Propaganda.

4.2 A institucionalização das faculdades e cursos de ensino superior em Administração no Brasil

No Brasil do século XIX, o ensino de Economia e Administração se dava, principalmente, nos cursos de Direito, como os presentes em Olinda e São Paulo (SANSON, 2004; PAULA, 1991). Paula (1991, p. 24) aponta que a "emancipação da ciência econômica, sua conformação como corpo doutrinário específico é processo que se dá durante o século XIX. Até então, as preocupações com os problemas econômicos são parte do que se chamava

Filosofia Moral" e refletia o lugar periférico que a economia ocupava na sociedade. Para o autor, as ciências econômicas só se constituem como campo específico no Brasil no século XX, tanto na forma de economia política, como na forma de Administração Pública e de empresas.

Keinert (1994) destaca que até o primeiro Governo Getúlio Vargas, em 1930, a abordagem em relação ao ensino que formasse administradores públicos, foco de boa parte das discussões da época, se dava principalmente por um viés legalista, o que pode também ser fruto de esta área de saber específica não estar ainda consolidada (PAULA, 1991). Coelho (2006) acrescenta que a ótica legalista se fez sentir no ensino de administração no Brasil desde o segundo império. Assim, não é de se estranhar o fato da cadeira de direito administrativo, presente nos cursos de direito, ser vista como parte das mais importantes no ensino de administração até, pelo menos, o período que se encerra em 1930. Nessa data, após o desenvolvimento do trabalho de Frederick Taylor e Henry Fayol e o princípio de sua disseminação no Brasil, também os cursos que formavam engenheiros passaram a ter disciplinas que abordavam questões administrativas (COELHO, 2006; SILVA, 1958).

Embora os cursos de Engenharia já tratassem de alguns assuntos relacionados à área de Economia desde a década de 1860, foi a partir dos anos 1930 que esses incluíram disciplinas como Teoria Econômica formal e Econometria (SANSON, 2004, p. 2), parcialmente impulsionados pela atuação de engenheiros na nascente "teoria da administração". Porém, em 1931 esse cenário começou a se modificar formalmente. O Governo Getúlio Vargas estabeleceu um Curso Superior de Administração e Finanças que poderia ser frequentado pelos egressos do ensino comercial.

A ampliação da atuação do Governo Federal em conjunto com as transformações que vinham se dando na economia colocava em evidência a necessidade de capacitar pessoal para levar adiante os negócios públicos e, também, os privados. A preocupação com a qualificação de uma elite no setor público se fortaleceu de forma marcante após Vargas assumir o poder em 1930. Ao fazê-lo, ele deu início a um processo de reorganização do Estado brasileiro, centralizando decisões e fortalecendo a unidade nacional em detrimento do aspecto fragmentário que assumia a federação durante a Primeira República (GRAHAM, 1965; COELHO, 1999). Essas reformas administrativas eram marcadas pela tônica da racionalização da gestão do Estado, que tinha importância crescente na vida nacional.

Coelho afirma (2006, p. 14):

> O "deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira" [FURTADO, 2000] para um sistema industrial, trazendo à tona o processo de urbanização, impeliu o Estado para investimentos na indústria de base, na infraestrutura de comunicações, transporte e energia e nas políticas sociais. Para se desincumbir destes encargos – residuais ou inexistentes anteriormente –, seguiram-se a criação de ministérios, autarquias e sociedades de economia mista, transformando as feições da administração pública para o fomento do desenvolvimento econômico-social. No âmago desse desponte do capitalismo industrial no país e da consequente (re)estruturação e expansão estatal é que a ciência da administração começou a ganhar espaço, importância e *status* como atividade profissional e campo de ensino e pesquisa.

A criação do Instituto de Desenvolvimento da Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1931, e do Departamento de Administração do Setor Público (DASP), em 1938, está relacionada ao novo papel que a administração científica de bases tayloristas, ou "administração racional", vinha ganhando na sociedade (NICOLINI, 2003; 2004; VIZEU, 2008). O IDORT buscava promover a racionalização em todos os âmbitos da vida social e individual, ao passo que o DASP se concentrava em racionalizar o serviço público e promover a meritocracia no Estado, dentre outras funções, como a de assessoria administrativa da Presidência (SPIANDORELO, 2008; COELHO, 2006).

Keinert (2000) aponta que no período entre as décadas de 1930 e 1950 havia um enfoque tecnicista e burocrático sobre a Administração Pública, o que reforçava o ideário da racionalização. Segundo a autora, as abordagens administrativas racionalistas sobre o serviço público eram marcadamente influenciadas pelas concepções de Frederick Taylor e Henry Fayol. Assim, se baseavam, principalmente, na importância da distribuição de tarefas e responsabilidades entre os membros das organizações.

Também na administração privada as ideias de Taylor, principalmente, e de Henry Ford se espalhavam no Brasil. Conforme apontam Zanetti e Vargas (2007) e Vargas (1999), essa disseminação se dava a partir de uma apropriação peculiar dos escritos desses autores que, muitas vezes, visava justificar posturas contrárias àquelas que eles defendiam. Certo é, contudo, que diferentes ideias administrativas passaram a circular com mais intensidade na sociedade brasileira.

Um dos aspectos, além da pressão advinda dos novos formatos organizacionais que se desenvolveram tanto no setor público quanto no privado, que justifica a difusão das ideias de

autores estadunidenses no Brasil pode ser inferido das semelhanças com o cenário traçado por Shenhav e Weitz (2000). Havia um conflito, por vezes latente, por vezes explícito, entre os empresários, que visavam assegurar suas posições, e os trabalhadores, que lutavam por melhorias diversas, como o direito a férias e ao descanso remunerado. Havia intensa agitação da parte das classes trabalhadoras, além das mudanças observáveis na configuração socioeconômica das elites do País. Os enfrentamentos eram reforçados pelo aumento da população urbana e operária, que já havia participado, ainda que de forma interrupta, de vários levantes pelo País desde o início do século XX (LINHARES, 1977; FAUSTO, 1974).

Spiandorello (2008) concorda com essa posição e afirma que, nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passava por um turbulento ambiente social e econômico, que não pode ser ignorado ao se pensar a força que as ideias administrativas alcançaram. Para ela, os embates entre os capitalistas e os trabalhadores impulsionaram a busca por elementos que permitissem eliminar ou atenuar tais conflitos. Nesse contexto, a noção de organização racional da sociedade emergiu como um ponto importante para a "modernização" do país e como uma possível mediação de conflitos entre capital e trabalho.

Considerando os apontamentos de Mignolo (2005), é possível argumentar que a racionalização tende a coincidir com a caracterização das formas de organizar presentes nos países ocidentais. Assim, as próprias medidas adotadas no intuito de criar uma "sociedade racional", espelhando outros países considerados "desenvolvidos", podem ter contribuído para a posterior adoção de modelos "estrangeiros" de Administração visando ao desenvolvimento brasileiro, o que coaduna com as propostas apresentadas anteriormente da "Administração para o Desenvolvimento". A ideia de que há uma trajetória inflexível em direção ao "desenvolvimento" e à modernidade acompanhava as discussões sobre os rumos que os países latinos, dentre eles o Brasil, deveriam tomar. Essa perspectiva permeou o desenvolvimento dos cursos de Administração no Brasil orientados pela busca da adequação entre a realidade nacional e um corpo de conhecimentos produzido alhures.

Entretanto, a mimetização de características e a emulação de técnicas e receitas que conduziriam à modernidade não se dão à revelia completa dos interesses do governo ou dos grupos que faziam parte dos grupos ocupantes do topo da hierarquia social do País.

> Um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação

> cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação. A assimilação cultural nunca ocorre em bloco. Um povo não aceita todos os elementos culturais do outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação envolve, portanto, uma escolha e uma recriação (TOTA, 2000, p. 193).

Essa escolha e essa recriação, certamente, não se dão de forma consciente ou com coerências internas. As afinidades seriam mais percebidas num recorte transversal que tentasse indicar o que foi apreendido, o que foi modificado e o que foi deixado de lado quando os conhecimentos embebidos na cultura estadunidense aportaram aqui. Desde já, podemos considerar que não é possível captar esses aspectos neste trabalho, nem mesmo exclusivamente em relação à Administração, uma vez que não buscamos e não dispomos de elementos necessários para construir uma análise desse tipo.

Nesse contexto, por meio do Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931 (BRASIL, 1931), foi criado o curso de Administração e Finanças, o qual na maior parte das vezes se estabeleceu em escolas anexas às escolas de comércio, contava com boa parte de seus professores oriundos de escolas de Direito. Espelhava, ainda, um ensino vocacional de temas relacionados à Administração, à Economia e à contabilidade, embora, muitas vezes, emulassem discursos presentes nos teóricos da "administração científica".

Os egressos dos cursos de Administração e Finanças recebiam o diploma de bacharel em CIÊNCIAS econômicas: "aos que concluírem o Curso Superior de Administração e Finanças será conferido o diploma de bacharel em ciências econômicas, e o título de doutor em ciências econômicas, se defenderem tese perante a respectiva congregação" (BRASIL, 1931, s. p.). Como se pode notar, para concessão de título de doutor a academia tinha configurações bastante diferentes das de hoje.

O curso de três anos foi, também, a primeira tentativa de formalizar um curso superior vinculado ao ensino de matérias administrativas. Magalhães Pinto (1953) aponta que, por força de Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, o curso de Administração e Finanças passou da jurisdição da Diretoria do Ensino Comercial para a da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação, o que mostrava a mudança de *status* que se buscava dar aos formandos do curso.

Posteriormente, em 1945, pelo Decreto-lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, o curso de Administração e Finanças foi extinto, ao mesmo tempo em que foi regulamentado "o ensino

superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais" (BRASIL, 1945, s. p.). Coelho (2006) aponta que essa primeira tentativa de se estabelecer o ensino sistemático de assuntos relacionados ao saber administrativo foi um fracasso. Silva (1958) entende que o curso de Administração e Finanças não havia conseguido arregimentar alunos, sendo, na visão do autor, essa a razão maior para sua extinção, em 1945:

> O Curso Superior de Administração e Finanças apresentava algumas características estranhas, até pilhéricas. Embora chamado de curso superior na lei, não era reconhecido como tal pelo Ministério da Educação. Era de Administração e Finanças, mas o diploma conferido aos que o concluíam era de bacharel em economia. Além disso, exigia dos candidatos, como requisito indispensável, a posse do diploma de perito-contador ou de atuário. Em última análise, era um dispositivo para transformar, legalmente, perito-contadores e atuários em economistas via Administração e Finanças (SILVA, 1958, p. 20).

Ao mesmo tempo em que essas primeiras experiências nos campos da Economia, Administração e Contabilidade vinham sendo conduzidas sem muito sucesso, uma instituição peculiar foi estabelecida em São Paulo: a Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN) da Fundação Educacional Inaciana (FEI), a qual se propunha ao ensino da Administração *stricto sensu* em nível superior desde 1941, embora não conferisse títulos reconhecidos pelo governo (GALVÃO, 1991; SPIANDORELO, 2008). Ainda que a escola aceitasse alunos que tivessem ou não completado o ensino médio, intencionava mimetizar o modelo da *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard. A ESAN teve seu curso superior reconhecido apenas em 1961, sendo que todos aqueles que concluíram um curso de ensino médio e o curso ofertado pela instituição passaram a ser considerados bacharéis (SPIANDORELO, 2008; GALVÃO, 1991).

Os cursos de Economia, Administração e Contabilidade que se estabeleceram posteriormente chancelados pelo Governo Federal foram criados com o desdobramento, especialização e aprimoramento da área de saber que se desenvolvia no País. Apesar de seu fracasso, o curso de Administração e Finanças serviu para dar impulso à articulação de escolas que posteriormente se proporiam a ministrar cursos específicos relacionados a cada área de saber. Com a extinção do curso de Administração e Finanças em 1945 (BRASIL, 1945), foram criados os cursos de Economia e Ciências Contábeis, o que ensejou a reorganização das faculdades que possuíam turmas de Administração e Finanças (PAULA, 1991).

Sanson (2004) afirma que apenas em 1945, quando as áreas de Contabilidade, Atuária e Economia foram separadas, é que elas passaram a estabelecer identidades em separado para

cada curso. Até aquele momento os diplomas concedidos eram sempre em Economia, o que pode ser observado pelas leis de 1931 e 1945 que regulamentavam a profissão (BRASIL, 1931; 1945).

A partir das novas diretrizes estabelecidas pelo Decreto-lei 7.988/45 (BRASIL, 1945), as matérias que estavam mais diretamente ligadas ao ensino de Administração passaram para o domínio dos cursos de Contabilidade, ao passo que, nos moldes estadunidenses, os cursos de Economia concentraram um grande número de disciplinas teóricas e de métodos quantitativos (SANSON; NICOLAU, 2006). Posteriormente, tal divisão propiciou aos administradores uma formação mais técnica e pragmática do que a oferecida aos economistas.

Coelho (2006) aponta que o ensino superior em Administração só se institucionalizou quando houve o deslocamento do modelo europeu, que enfatizava as ciências jurídicas, para o estadunidense, voltado para o ensino de técnicas administrativas. Tal mudança de foco contribuiu para a criação dos primeiros cursos superiores em Administração, que possuíam um enfoque mais técnico, visando a uma formação pragmática.

Ressaltamos, ainda, que nesse momento a ideia de que o ofício de administrador poderia ser aprendido, por meio do ensino de técnicas específicas, ganhou força. Como aponta Martins (1989, p. 665): "A institucionalização dos cursos de administração, na sociedade brasileira, iria contribuir para o estabelecimento de uma clivagem entre os 'autodidatas' e os 'administradores profissionais'", trazendo mudanças significativas para essa área de atuação e saber. A construção de espaços institucionais que poderiam e deveriam ser ocupados por profissionais formados em cursos superiores foi relevante para as mudanças que se efetivaram e consolidaram depois da metade do século XX.

Fischer (1985) aponta que em 1948 foi solicitado à ONU apoio para a instalação de um curso de Administração Pública no Brasil. Lembramos que foi nesse ano que a entidade aprovou a Resolução 246[29], no âmbito da "administração para o desenvolvimento".

Nicolini (2003, p. 46) afirma:

---

[29] Mencionada na seção anterior.

> A intensificação do uso de modelos estrangeiros na estruturação das organizações brasileiras e do ensino de Administração tornou-se mais forte em 1948, quando representantes da FGV visitaram diversos cursos de Administração Pública sediados em universidades norte-americanas, como resultado da cooperação técnica Brasil-Estados Unidos estabelecida após o fim da Segunda Guerra

Com suporte da ONU, a FGV estabeleceu um curso de treinamento em 1951, assim como a EBAP para ministrar cursos de graduação em Administração Pública em 1952.[30] A EBAP contava com recursos da ONU, e com dotação orçamentária da FGV e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), além de um fundo de bolsas mantido por governos estaduais, por empresas e pelo SENAC.

Além da EBAP, em 1952 foi criado também o Curso Extraordinário de Administração Pública, estabelecido na Universidade de Minas Gerais (UMG), contando com a promessa de apoio da CMBEU. O curso mineiro, assim como o estabelecido pela EBAP, iniciou suas aulas em 1953 e visava emular o modelo desse último. Contudo, o curso contava com um aspecto interessante: foi estabelecido em relação simbiótica ao curso de Sociologia e Política, o que garantia aos egressos uma sólida formação sociológica. Isso o aproximava sua abordagem mais da Ciência Política do que da Administração Pública ebapiana.

Alcadipani e Bertero (2012) apontam que já em 1952 uma discussão em torno da criação de uma Escola de Administração de empresas se estabeleceu no âmbito da FGV. Embora tenha enfrentado resistência de categorias profissionais, como advogados, engenheiros, economistas e contadores, além de empresários brasileiros, a FGV levou adiante seus planos de criação da escola, tendo solicitado auxílio do Ponto IV, em 1953. A *Michigan State University* respondeu positivamente ao pedido mediado pelo governo dos EUA, tendo, em 1954, enviado pessoas para apoiar o estabelecimento da escola.

O Departamento de Estado dos EUA (1958, s. p., tradução livre) aponta que, num contexto de crescente nacionalismo e antiamericanismo, passos

---

30 Os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* datam do final da década de 1960, com o Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores da Administração Pública (PRONAPA), conduzido pela EBAPE, entre 1966 e 1972, que formou 140 professores de 17 estados brasileiros (FGV, 1974). Podemos considerar que é com a criação da pós-graduação da FGV que o curso atinge um grau de maturidade que permite o desenvolvimento da área como parte da academia. Mas este período está fora do desenvolvimento de nosso trabalho.

> [...] importantes foram dados para fortalecer as instituições locais, para ajudar cidadãos locais a participar de tais instituições e empregar professores qualificados locais treinados em programas dos EUA e da ONU, em vez de usar técnicos americanos adicionais. Por exemplo, a Escola de Administração Pública em São Paulo [sic] está ajudando a fortalecer a comunidade de negócios no Brasil por pessoas de formação em habilidades gerenciais e administrativas.[31]

Alcadipani e Bertero (2012) atestam que o apoio estadunidense foi crucial para a implantação da EAESP, uma vez que aquele país disponibilizou recursos financeiros, financiou a vinda de professores e enviou brasileiros para serem treinados nos EUA, além de ter contribuído para a consolidação de sua biblioteca e a construção de seu prédio.

Os autores afirmam:

> O Ponto IV, adicionalmente, teve papel preponderante na direção da escola e nas decisões estratégicas, nos primeiros 10 anos de sua existência, porque dividia equitativamente o poder com a FGV no Conselho de Administração. Ao que tudo indica, o interesse dos EUA era criar uma escola de administração capaz de caminhar com suas próprias pernas, porém adotando o modelo norte-americano, e, ainda, que ela formasse profissionais que pensassem o desenvolvimento e a modernização com base em uma visão norte-americana (ALCADIPANI; BERTERO, 2012, p. 296).

Também em 1954, a FACE estabeleceu seu Curso de Administração de Empresas. Contudo, não contou com apoio exterior, com exceção de um plano para o curso que o consultor americano designado para contribuir com o curso de Administração Pública, Elwin A. Mauck, afirma ter rascunhado a pedido do diretor (MAUCK, 1954a). Contudo, a criação do curso de Administração Pública em concomitância com um congênere de uma das escolas da FGV indica que a Faculdade buscava seguir os passos da FGV no estabelecimento de graduações relacionadas ao ensino da Administração.

Assim, entre 1954 e 1959 apenas a ESAN, a EBAP, a FACE e a EAESP (*c. f.* MACHADO, 1966) contavam com cursos destinados à formação de administradores em nível superior, embora somente os cursos presentes nas três últimas instituições fossem formatados em conformidade com as normas do ensino superior vigente à época. Um dos óbices que impedia

---

31 No original: *"important steps have been taken to build up local institutions, to assist local nationals in attending these institutions and to employ qualified local teachers trained under U.S. and UN programs instead of using additional American technicians. For instance, the Public Administration School at Sao Paulo is helping to strengthen the business community in Brazil by training persons in managerial and administrative skills."*

a propagação dos cursos era o fato de a profissão não ser ainda regulada pelo Governo Federal, além de haver reticências quanto à necessidade de formação principalmente para o administrador de empresas.

A implantação de cursos de Administração ganhou novo impulso em 1959, quando foi assinado um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos que previa o repasse de recursos humanos e financeiros para a implantação e consolidação de cursos superiores em Administração em quatro instituições brasileiras.

Em relação a esse acordo, Fischer (2001, p. 124) destaca:

> Em 9 de março de 1959, foi assinado um convênio muito importante para a área de administração, de conformidade com o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, entre o Brasil e os Estados Unidos, firmado em 1953, designado por PBA-1.

A USAID (1968) aponta que a EBAP-FGV recebeu apoio da ONU de 1951 até 1958, quando foi assinado o acordo abordado por Fischer (2001). Assim, a partir de 1959 a agência estadunidense passou a apoiar a EBAP no âmbito de um programa mais amplo que concedeu auxílio também à EAESP e aos cursos de Administração presentes nas universidades federais do Rio Grande do Sul e da Bahia (USAID, 1967).[32]

A Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e o curso de Administração lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul contaram, também, com apoio da *Michigan State University*. Estes cursos foram suportados a fim de disseminarem determinado modelo de escola pelo Sul e pelo Norte-Nordeste do País, conforme Taylor (1968) e Anderson (1987). Segundo Anderson (1987), os professores da Bahia e do Rio Grade do Sul selecionados para obter bolsas de estudos nos Estados Unidos passavam por um período de pré-treinamento na EAESP ou na EBAP, o que as colocava como escolas modelo no Brasil.

Assim, o acordo iniciado em 1959 levava professores dos Estados Unidos para as escolas conveniadas, ao mesmo tempo em que financiava a ida de professores brasileiros aos Estados Unidos.

---

32 As datas apontadas no relatório divergem do texto elaborado pela ONU, que revela que 1956 foi o último ano do acordo com a EBAP (ONU, 2008).

Esses acordos também são relatados por Machado (1966, p. 35):

> Em 1959, a FGV, em vista da necessidade de acelerar a formação de administradores, obteve, por solicitação, assistência técnica do Ponto IV.
>
> No ano anterior o Prof. Henry Reining Jr. Diretor da Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia realizou um levantamento dos recursos brasileiros para a formação de administradores públicos e de empresas, após o qual, juntamente com o Dr. Alfred L. Seelye, Diretor da Escola de Administração Pública e de Empresas da Universidade de Michigan, procedeu a um estudo a fim de determinar a extensão em que a assistência técnica norte-americana resultaria em contribuição positiva para os estabelecimentos brasileiros de ensino de Administração Pública e de empresas. Em agôsto (sic) de 1959, chegou ao Brasil a Missão de Assistência Técnica da Universidade do Sul da Califórnia, contratada pelo Govêrno (sic) norte-americano, após a assinatura do convênio com o Governo do Brasil, conhecido pela sigla PBA-1, que visa a aceleração do desenvolvimento econômico.
>
> O referido convênio abrangeu as duas escolas da FGV, EBAP e EAESP, a Universidade do Rio Grande do Sul, a Universidade da Bahia e a Escola de Serviço Público do Dasp [...] O plano vigorou de 1959 a julho de 1965.

O relato de Machado (1966) coincide com o de Siegel (2010), que aponta para datas e personagens similares, mas traz alguns outros detalhes, como o fato de o programa brasileiro ter sido estabelecido nos mesmos moldes do que atendeu o Irã e o Paquistão para educação em Administração Pública. A

lém disso, Siegel (2010, p. 389, tradução livre[33]) afirma:

> Oito professores deveriam ser disponibilizados para trabalhar no Brasil e eles deveriam ser alocados da seguinte maneira: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro que serviria como o centro nacional de treinamento para Administração Pública (quatro professores); a Escola do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Rio de Janeiro (dois professores); a Universidade da Bahia [hoje UFBA], Salvador, e a Universidade do Rio Grande do Sul [atual UFRGS], Porto Alegre (um professor cada). A Universidade do Recife em Fortaleza (sic) foi selecionada, mas foi eliminada pela AID [USAID] devido à resistência do corpo estudantil.

A resistência dos estudantes e, mesmo, de parte do corpo docente aos acordos celebrados com instituições estadunidenses é mencionada também no relato de Taylor (1968). Aparentemente, tanto nas escolas da FGV quanto nas outras, com especial menção à Universidade (Federal)

---

33 No original: *"Eight professors were to be provided for service in Brazil and they were to be stationed as follows: The Brazilian School of Public Administration (EBAP) in Rio de Janeiro which served as the national training Center for public administration (four professors); the School of the Administrative Department of the Public Service (DASP), Rio de Janeiro (two professors); the Universities of Bahia, Salvador, and the University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre (one professor each). The University of Recife in Fortaleza was selected, but was eliminated by AID due to a resistive student body."*

de Pernambuco[34], em Recife, havia resistência à participação estadunidense. Contudo, em Pernambuco o acordo chegou a ser barrado em razão da rejeição a associações com os Estados Unidos, da qual também há fortes indícios em Belo Horizonte (sendo que a Universidade Federal em Minas Gerais foi excluída deste acordo, como se verá adiante). Taylor (1968) afirma que outras escolas sofreram influência direta ou indireta, via EAESP, UFRGS ou UFBA, para a criação de seus cursos. Alcadipani e Bertero (2012, p. 256) destacam: "Na realidade, o Ponto IV usou a EAESP como base para fornecer apoio para a criação de escolas de administração (dar assistência técnica) no Nordeste (UFBA) e Sul do Brasil (UFRGS)".

Ao mesmo tempo, um acordo estabelecido com a França em 1959 (BRASIL, 1959d) também para o intercâmbio de experiências e conhecimentos na área de Administração Pública, foi estabelecido, porém com pouco impacto. Conforme Lessa (2000), o acordo se resumia à previsão de apoio francês para a formação geral do funcionalismo brasileiro. Os acordos entre as universidades brasileiras e os EUA em 1959, de outro lado, marcaram um distanciamento mais acentuado do modelo de administração que vingaria no Brasil e moldaram o ensino da Administração no País.

Destacamos que, ainda que tenha enfrentado algumas dificuldades pontuais, como a rejeição sofrida em Minas Gerais e Pernambuco, a efetividade da estratégia estadunidense é difícil de ser colocada em xeque. A posição de dominância da EBAP no campo da Administração Pública e da EAESP na Administração de Empresas, principalmente, ampliou a disseminação de Escolas de Administração com cursos que veiculavam assuntos que estavam de acordo com o modelo estadunidense e que, muitas vezes, se fundamentavam em teorias repletas de referenciais positivos à cultura estadunidense.

A EAESP, principalmente, atuou ativamente para se colocar como modelo no estabelecimento das diretrizes curriculares mínimas do curso de Administração (TAYLOR, 1968;

---

34 Os pernambucanos, em 1962, elegeram Miguel Arraes para governador. O ex-governador do estado era visto como um simpatizante do Partido Comunista Brasileiro, o que mandava um sinal bastante negativo sobre a situação do Nordeste na ótica dos norte-americanos. Ribeiro (2006, p. 184) salienta que "isto não era visto como um fato isolado. Realmente era percebido um aumento da radicalização política em todo o país enquanto aproximavam-se as eleições estaduais de outubro de 62". Percebe-se esta tensão, também, com o encaminhamento de Jânio Quadros para capitalizar politicamente uma postura independente em relação à política externa dos Estados Unidos.

ALCADIPANI; BERTERO, 2012). Nesse sentido, Martins (1989, p. 667) aponta a ligação entre as escolas da FGV e instituições estrangeiras já estabelecidas nos Estados Unidos,

> [...] centro hegemônico, que ocupa uma situação central na produção e circulação de conhecimentos da área em questão, contribui para fornecer uma caução acadêmica a estas escolas, sobretudo em sua etapa inicial, permitindo-lhes ocupar, com o passar do tempo, uma posição dominante no funcionamento dos cursos de administração na sociedade brasileira.

Bertero (2009) salienta que a USP, ao projetar seu curso de Administração entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, calcou seu projeto nas escolas norte-americanas e na própria EAESP. Contudo, a USP só estabeleceu seu curso de administração depois que o Governo Federal regulamentou a área.

Diante do contexto de desenvolvimento dos primeiros cursos superiores de Administração no Brasil, Ribeiro e Sacramento (2006) afirmam que a contribuição estadunidense foi importante por apressar a implantação do ensino na área. Taylor (1968), contudo, dá mostras de que o modelo estabelecido na EAESP foi imposto pelos consultores dos Estados Unidos, dando pouca margem para diálogos sobre a organização do curso. Alcadipani e Bertero (2012) mostram que os brasileiros eram tratados nos documentos internos relacionados ao apoio técnico apenas como "pessoal", enquanto o título de "professor" era reservado aos estadunidenses. No trabalho de Taylor (1968), os professores e os métodos brasileiros são vistos unicamente como atrasados, raras vezes sendo colocados pelo autor em perspectiva.

Mudar a cultura do país receptor era um dos objetivos dos programas de ajuda, como apontam Taylor (1968) e Storm e Markey (1959). A transferência de conhecimentos se dá conjuntamente com ideais e concepções, perspectiva que é constantemente evidenciada no relato de Taylor (1968). Uma dessas ideias é a noção de que o progresso de um país estava vinculado à formação de quadros administrativos "modernos", sendo que o moderno era, basicamente, o oriundo dos EUA. Motta (1983) criticou os cursos de Administração brasileiros por se manterem aferrados ao modelo norte-americano nos quais se inspiraram.

Segundo Castro (1981), após o acordo com os EUA em 1959, os cursos de graduação em Administração experimentaram uma rápida expansão: de 3 (ou 4 se contada a ESAN) cursos superiores reconhecidos pelo governo em 1954, passou-se a 31 em 1967 e 244 em 1978. Entretanto, cabe lembrar que em 1965 a profissão foi reconhecida pelo Governo Federal e no ano seguinte foi aprovado um currículo mínimo para o curso, o que contribuiu para a

expansão da graduação em Administração. Alcadipani e Bertero (2012) afirmam que a EAESP enviou uma proposta de currículo mínimo ao escritório do Ponto IV no Brasil, que posteriormente influenciou o currículo estabelecido.

Para que uma profissão fosse regulamentada pelo Estado, era necessário que algum político apresentasse um projeto de lei nesse sentido, além de contar com o apoio do governo. No caso da profissão de técnico em administração, o deputado responsável pela lei foi Alberto Guerreiro Ramos[35], membro do DASP durante parte de sua vida (SPIANDORELLO, 2008). Como ressaltam Spiandorello (2008) e Coelho (2006), a emancipação dos cursos de Administração se deve, em boa parte, à atuação dos administradores públicos, uma vez que esses profissionais utilizavam de sua posição institucional para angariar reconhecimento para a profissão.

Até o momento em que a profissão de administrador fosse regulamentada, não havia fundamentos legais para que os praticantes reclamassem monopólio no exercício de quaisquer funções. A regulamentação de uma profissão servia para conferir direitos àqueles que ostentassem os títulos necessários, além de garantir mercados aos profissionais. Como aponta Coelho (1999), um curso que fosse regulamentado era reconhecido, passava a ser considerado como de interesse público e permitia privilégios àqueles que portavam os diplomas, além de atestar certo apoio oficial a sua regulamentação.

Assim, fica mais fácil compreender o esforço despendido por pioneiros do ensino de Administração no intuito de emancipá-la de vez das Ciências Econômicas e das Ciências Atuariais, o que só ocorreu de forma bastante tardia. Curado (1994) aponta que a regulamentação da profissão de administrador não era ponto pacífico na FGV. Contudo, durante o período em que a profissão não era regulamentada os egressos da escola enfrentaram diversos protestos na justiça, movidos por órgãos representativos de economistas, visando assegurar o monopólio do exercício da função.

---

35 O ex-parlamentar é importante autor na área de estudos organizacionais e é reconhecido como um pensador crítico. Seu mandato foi cassado em 1964, entre outros fatores, por ele ter defendido a legalização do Partido Comunista (SPIANDORELLO, 2008). Guerreiro Ramos teve também parte de seus estudos durante a década de 1960 custeados pela Fundação Ford (SCHERWOOD, 2002).

Taylor (1968) afirma que as associações de classe de economistas buscaram coibir a atuação de formados em Administração até a regulamentação da profissão. A tensão fica clara, por exemplo, nas discussões de Benedicto Silva (1958), um dos fundadores do Curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. O autor defende a emancipação do curso de Administração, ao mesmo tempo em que questiona as pretensões dos economistas de deterem o monopólio legal de quaisquer funções administrativas. O reconhecimento do curso e da profissão daria ao administrador profissional um campo de trabalho assegurado e colocaria restrições à possível atuação de outros profissionais no mesmo campo de ensino.

O governo reconheceu o primeiro curso de Administração em 1962 (BRASIL, 1962). Segundo Coelho (2006), em parte devido às pressões que os professores da EBAP exerceram para que a graduação da instituição fosse reconhecida. O autor aponta que outro elemento importante foi a disseminação dos cursos provocada pelo acordo assinado em 1959. A profissão chamada de "técnico de administração" foi regulamentada em 1965, pela Lei 4.769, de 9 de setembro (BRASIL, 1965). A atual denominação de "administrador" foi estabelecida oficialmente apenas pela lei 7.321, de 13 de junho de 1985 (BRASIL, 1985).

Em 1966, o currículo mínimo para o curso de Administração foi aprovado (BRASIL, 1966). Bertero (2009) aponta que o currículo foi inspirado pelas matérias que eram lecionadas em cursos da USP e no curso superior da própria EAESP. Existem evidências que apontam que o curso da FACE também foi consultado, conforme registrado em uma ata da congregação da Faculdade. Para Maranhão (2010, p. 157), o currículo se tornou um problema, já que o administrador "não é bem formado porque o currículo é inadequado às demandas das empresas brasileiras, cujo perfil não era o das grandes corporações [norte-americanas] que inspiraram a criação do curso nos anos 1950", já que as configurações das pequenas e médias empresas locais e das multinacionais diferiam bastante.

O risco de colonização da área de Administração, influenciada pelos programas de apoio técnico, aparecia já no parecer que estabeleceu os currículos mínimos da disciplina. A possibilidade de a disciplina vir a reunir um corpo de conhecimentos que, mimetizando condições específicas dos Estados Unidos, não se adequa às condições brasileiras, foi apontado pelo relator do MEC, Durmeval Trigueiro (1966).

> A influência americana tem sido bastante significativa, inclusive nos seus reflexos sobre a experiência brasileira. [...] No caso de Administração,

> corremos o risco de fixarmos sobre hipóteses transplantadas de fora para cá. As ciências psicossociais no currículo de Administração, destinadas a vincula-la às condições de cada país, passariam a ter efeito contrário se nos impusessem modelos inspirados em contextos diferentes dos nossos. Só o método de pesquisa, como meio de elaboração criadora, e a formação de um repertório bibliográfico próprio podem impedir as distorções que a assistência técnica e o material de informação, de procedência estrangeira, especialmente americana, seriam capazes de provocar em nosso país (TRIGUEIRO, 1966, s. p.).

Com base na discussão até aqui realizada, a americanização foi elemento constituinte do estabelecimento e disseminação dos cursos superiores em Administração no Brasil. Conforme aponta Coelho (2006), mesmo o malfadado Curso de Administração e Finanças era influenciado por ideias tayloristas. Além disso, desde o princípio a EBAP foi utilizada para espraiar seu modelo por outras escolas brasileiras e por outros países da América do Sul. Já no primeiro curso experimental, ministrado em 1951, diversos alunos eram oriundos de outros países. Bertrand (1952, p. 740) afirma que vários cursos foram organizados no Rio de Janeiro entre novembro de 1951 e março de 1952 a fim de difundir ideias relacionadas à Administração "moderna".

O ex-diretor da EAESP Gustavo de Sá e Silva (1971) concordava que havia princípios de administração que são universais, ao mesmo tempo em que comparava o ensino dos cursos nacionais àquele ministrado nos Estados Unidos. O autor equipara o modelo estadunidense ao que é moderno e traça paralelos entre o que se vê naquele país e o que pode ser observado no Brasil. A partir disso, propõe algumas ações para modernizar o ensino brasileiro, aproximando-o do proposto nos Estados Unidos.

> O Brasil, embora tardiamente, colocou-se na vanguarda das demais nações do mundo, exceção feita aos Estados Unidos da América onde o ensino universitário de administração de empresas começou nos fins do século passado, quando a Fundação Getúlio Vargas fundou em São Paulo a Escola de administração de empresas, em 1954 (G. SILVA, 1971, p. 11).

Claro que como dirigente da instituição é compreensível que ele, numa reunião oficial com membros do governo, como era o caso, exalte os feitos da instituição e do ensino da matéria para o qual a FGV deu realmente grandes contribuições, mas sua exaltação sem ressalvas do ensino nos EUA é índice da receptividade que as ideias de lá encontraram por aqui.

Para Bertero (2009, p. 6), "[n]ão resta dúvida que a administração chega ao Brasil num momento de expansão da influência norte-americana, seja diretamente, seja através da capacidade norte-americana de influenciar por vezes decisivamente organismos

internacionais". Maranhão (2010), no mesmo sentido, aponta a influência dos estadunidenses como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento do ensino superior brasileiro. Tal influência seria reforçada no final da década de 1960 quando a FGV estabelece os primeiros cursos de pós-graduação tanto em Administração Pública quanto em Administração de Empresas (MARTINS, 1989).

Contudo, entre a chegada das primeiras graduações o estabelecimento de programas de pós-graduação, mais de uma década e meia se passou. Neste intervalo, os cursos de administração da FACE foram estabelecidos e se desenvolveram. Isso se deu sob a, praticamente inevitável, influência estadunidense, mas também de forma idiossincrática, devido aos desafios e anseios específicos que a Faculdade, e seus cursos, confrontaram. Assim, na sequência deste trabalho discorreremos mais detidamente sobre o desenvolvimento dos cursos de Administração Pública e Sociologia e Política e de Administração de Empresas, buscando entender como se deu seu estabelecimento e seu desenvolvimento até 1968, ano em que passa a existir apenas o Curso de Graduação em Administração.

5. OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FACE-UFMG

Nesta seção pretendemos discutir em detalhe o desenvolvimento dos cursos de administração que se estabeleceram na FACE em 1952 e 1954. Encerraremos a discussão no momento em que os cursos de Administração Pública e Sociologia e Política desaparecem e o Curso de Administração de Empresa se torna Curso de Administração, somente. Para isso, apresentaremos brevemente o contexto do surgimento da UFMG e da FACE, para em seguida discorrer sobre os cursos, suas especificidades e os nexos estabelecidos com os contextos que se inseriam.

A Universidade de Minas Gerais surgiu formalmente em 1927 a partir da união de quatro faculdades isoladas que existiam em Belo Horizonte em torno de uma reitoria: a Faculdade de Direito, fundada em Ouro Preto em 1892 e transferida para Belo Horizonte em 1898; a Escola de Odontologia, inaugura da em 1907; a Faculdade de Medicina; e a Escola de Engenharia, ambas surgidas em 1911 (DIAS, 1997). A instituição contou com o apoio do estado de Minas Gerais para que pudesse atender às exigências que a lei de então demandava às novas universidades: estruturar-se administrativa e didaticamente nos moldes da Universidade do Rio de Janeiro e contar com um patrimônio mínimo, estipulado em contos de reis, comprovado por documentos.

A UMG atendia aos interesses dos políticos e das elites econômicas de Minas Gerais à época. Dias (1997, p. 82) aponta que

> [...] Belo Horizonte, como ficou dito, era sede de uma das mais prestigiosas oligarquias regionais constituídas na República Velha. Tais oligarquias estão em crise no final da década de 1920, mercê, dentre outros fatores, dos excessos da prática federalista e da carência de representatividade.

A implantação de uma universidade em Belo Horizonte atenderia a diferentes demandas, sejam elas de qualificação da mão de obra, de disputas por poder regional, mesmo, de âmbito nacional.[36] Forjaz (1984) lembra que, apesar de ter apoiado a chegada de Vargas ao poder, a

---

[36] As dificuldades de Minas Gerais datavam de vários anos. O estado observou um núcleo de desenvolvimento do café na região da Zona da Mata que, posteriormente, deu origem a indústrias que não conseguiam ultrapassar o âmbito regional. Posteriormente, com a ampliação do mercado interno brasileiro, ainda nas primeiras décadas

oligarquia mineira da época era eminentemente ruralista. Contudo, a autora salienta que a força política mineira era desproporcional em sua importância econômica, principalmente se comparada com o papel desempenhado por São Paulo. Esse poder era oriundo de sua influência sobre a administração do Estado e decorrente, ao menos parcialmente, do tamanho do colégio eleitoral mineiro e do número de cadeiras no Legislativo às quais o estado fazia jus.

A instituição foi oficializada durante o governo do presidente Antônio Carlos[37]. Apesar de, como citado, ter recebido aportes financeiros provenientes do estado de Minas Gerais, a Universidade de Minas Gerais poderia ser considerada uma universidade livre. Além das subvenções estatais, contava ainda com as cobranças aos alunos para se manter existindo. Às quatro instituições iniciais se juntaram, posteriormente, outras escolas e faculdades, como: a Escola de Arquitetura, em 1946; a Faculdade de Filosofia, em 1948; e a FACE, que estabelecida em 1941, também se integrou à UMG, em 1948.[38]

A criação da FACE aconteceu no momento da intensificação do processo de industrialização de Belo Horizonte e de suas regiões circunvizinhas (PAULA, 1991). A FACE surgiu num período de transformações em todos os âmbitos (local, estadual e nacional), que, ainda que em maior ou menor medida, certamente influenciaram o próprio estabelecimento da Faculdade, mas possivelmente também dos cursos que ela ofereceria ao longo dos anos. A FACE surgiu em um momento no qual Minas Gerais enfrentava dificuldades, na medida em que seu nível de desenvolvimento econômico relativo e, consequentemente, sua influência na federação vinham decaindo ao longo dos anos, embora o estado mantivesse boa parte de seu prestígio político. Esse processo se acentuou com o aumento da importância dos industriais estabelecidos em São Paulo.

Em Minas Gerais, na medida em que se observavam o crescimento da integração estadual e o fortalecimento do mercado interno, além dos projetos governamentais para fomentar a

---

do século XX, essa indústria nascente sucumbiu à concorrência de outras estabelecidas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Apenas com a consolidação da zona mineradora nos arredores da Capital e com a implementação de um plano de eletrificação mais estruturado é que o estado ganhará novamente algum espaço nos debates regionais.

[37] Cargo equivalente ao de governador.

[38] Em 1949, a instituição foi federalizada, com uma integração baixa entre as diversas escolas e faculdades, sendo que a autonomia administrativa significava quase um isolamento administrativo.

industrialização do Estado, havia a necessidade de formação de mão de obra especializada para atuar nos setores secundário e terciário, especialmente. Belo Horizonte, que havia experimentado um rápido crescimento demográfico, contava com pouco mais de 211 mil habitantes à época da fundação da Faculdade (PLAMBEL, 1979). A cidade, que tinha menos de cinquenta anos de existência, passava por transformações rápidas e crescia de forma acelerada.

No âmbito municipal, é possível destacar ainda os planos para a criação de uma cidade industrial nas cercanias da Capital mineira e as mudanças urbanas de sentido "modernizante" pelas quais Belo Horizonte passava, como a construção de diversos prédios em sua área central (BAHIA, 2005). Bahia (2005, p. 191-192) afirma que

> [...] a capital de Minas consolidou-se, a partir dos anos 1940, como centro urbano-industrial de projeção nacional. Seu desenvolvimento econômico esteve intimamente relacionado com a política econômica brasileira e a arrancada para a industrialização, condição necessária à modernidade, teve como fator primordial a instalação da indústria siderúrgica, incluindo as de grande porte, como Mannesmann, Mafersa etc. Se a industrialização foi condição essencial de modernização, a política sem dúvida viabilizou-a.

A Cidade Industrial foi oficialmente inaugurada em 20 de março de 1941 e se desenvolveu de forma lenta pelo menos até o final da década (PLAMBEL, 1979). O apoio do setor público em todas as esferas foi de fundamental importância para que a cidade pudesse expandir seu parque industrial durante as décadas seguintes à de 1930, como aponta Plambel (1979).

Como várias faculdades que ensinam atualmente Administração, Contabilidade e Economia, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais surgiu como instituição anexa à Escola Técnica de Comércio de Minas Gerais, em 1941. A FACE incorporou os seus cursos e os de outra Escola de Comércio em 1945, conforme aponta Pimentel (1997). Yvon Leite de Magalhães Pinto (1953) aponta que a reestruturação que extinguiu os cursos de Administração e Finanças foi importante para decidir a criação da nova instituição. O curso existente na FACE foi reestruturado devido às novas diretrizes para cursos superiores de Administração e Finanças que passaram a vigorar por recomendação do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1945):

> A integração do curso na categoria do ensino superior, com o acréscimo de exigências e fiscalização mais rigorosa levou os proprietários das duas referidas Faculdades a cogitar da sua extinção ou transferência para terceiros. [...] A 5 de março de 1945 foi organizada, sob a forma de **sociedade civil, sem caráter lucrativo**, conforme Estatutos, devidamente registrados, a FACULDADE DE

> CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE MINAS GERAIS, mediante a incorporação da antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Belo Horizonte, anexa à Escola Técnica de Comércio de Minas Gerais, e a absorvição da Faculdade de Economia, Administração e Finanças, anexa à Escola Técnica de Comércio de Belo Horizonte (PINTO, 1953, p. 17-18, grifos no original).

Um aspecto relevante destacado por Siqueira (2013, em entrevista) é que um dos fundadores da Faculdade, e que permaneceu entre seus professores após a criação da FACE foi o Prof. Idalmo Mota, dono da Escola de Comércio Inconfidência, que alojou a Faculdade por um tempo antes de ela ir para a sede permanente na Rua Curitiba[39].

Além disso, Cunha (1953, p. 18) destaca a importância do estabelecimento de uma sociedade civil com a finalidade de manutenção da nova faculdade que surgiu em 1945:

> Dezoito professores juntaram-se para a nova fundação, que teve a prestigiá-la o patrocínio e a assistência moral e financeira de 3 dos diretores dos maiores institutos bancários da capital. No mesmo ano de sua fundação foi remodelada em obediência aos termos do Decreto-lei 7.988, de 22 de Setembro de 1945, que extinguiu o antigo Curso Superior de Administração e Finanças, criando os novos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. Submetidos à prévia aprovação do Ministério da Educação e Saúde ficaram os seus cursos constituídos por 35 cátedras, com outros tantos titulares fundadores.

No entendimento de Paula (1991), a história da FACE se divide em algumas etapas, sendo que a primeira delas compreende os quatro primeiros anos de sua existência (de 1941 a 1945). Ao final desse período, como também apontado por Cunha (1953), podemos considerar que a Faculdade se estabeleceu em definitivo, passando a atender às novas regras instituídas pelo Ministério da Educação.

Embasando-se em Arruda (2001[1989]), Keinert e Silva (2010, p. 83) afirmam que o projeto de reformulação da Faculdade, no momento em que ela se consolida, é permeado por interesses de diversos grupos de Minas Gerais:

> Viabilizada por uma rede envolvendo empresários, técnicos do alto escalão governamental e políticos de envergadura nacional, a faculdade integrava os esforços despendidos no sentido de superar a situação de defasagem da economia mineira, meta que colocava na ordem do dia a preocupação com a formação de profissionais capacitados para lidar com as tarefas de gestão pública e privada.

---

[39] A compra de um terreno para posterior construção de uma sede permanente para a FACE é uma discussão recorrente nos primeiros anos da Faculdade.

Outras mudanças importantes ocorreram após 1945 como a doação de patrimônio à FACE pelo governo do estado de Minas Gerais e sua incorporação à UMG e posterior federalização.[40]

De acordo com Cunha (1953):

> A Faculdade de Ciências Econômicas organizara-se definitivamente a 5 de março de 1945, quando deliberou a fundação de uma sociedade civil de natureza cultural com a denominação indicada. Desde 20 de dezembro de 1941, no entanto, já se organizara como estabelecimento de ensino. Recebeu do Govêrno [sic] do Estado substancial patrimônio, por decreto lei sob o n°1955, de 16 de dezembro de 1946, sendo reconhecida pelo Govêrno [sic] Federal pelo decreto 24020, de 11 de novembro de 1947. Em sessão de 17 de fevereiro de 1948 deliberou o Conselho Universitário sua incorporação à Universidade.

Paula (1991) afirma que o período entre 1945 e 1949 marca uma segunda fase da Faculdade de Ciências Econômicas. Nesse momento se iniciou, também, a direção de Yvon Leite de Magalhães Pinto, que durou quinze anos. É também em 1945 que a Faculdade se reorganiza de modo a se estabelecer, em conformidade com a lei que estabeleceu os cursos superiores de Economia, Ciências Contábeis e Atuária, menos generalistas do que o curso de Administração e Finanças até então existente. Essas mudanças marcaram o início de uma etapa de consolidação da Faculdade e de ganho de legitimidade dentro da sociedade mineira. É também o princípio de um período no qual a direção da Faculdade consegue estabelecer com maior clareza os rumos que a instituição tomaria.

Canedo (2002) acredita que a FACE serviu de forma crescente aos propósitos de legitimar, a partir da transmissão da competência técnica, os grupos que dominaram o poder político em Minas Gerais. Para a autora, a Faculdade exerceu papel importante ao garantir que a ascensão de uma elite técnica aprimorasse a capacidade administrativa de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que garantiu que o poder permanecesse com os mesmos grupos políticos, que souberam incorporar as novas práticas e os novos praticantes à máquina estatal.

Arruda (1989) aponta que a atuação de políticos oriundos de Minas Gerais exerceu papel fundamental no estímulo à criação da Faculdade de Ciências Econômicas e a sua posterior federalização, em 1948 (dado que uma primeira proposta excluía a escola do processo). A

---

[40] A FACE foi incorporada pela Universidade de Minas Gerais em 1948, instituição que foi federalizada pela Lei 971, de 16 de dezembro de 1949 (BRASIL, 1949).

autora concorda com Canedo (2002) ao apontar para um processo mais ou menos consciente de preparação das elites no interior da Faculdade que contribuiriam para a manutenção do poder político do estado.

Assim, a FACE atendia a esses interesses na medida em que contribuía para a formação de quadros preparados para assumir posições importantes. Canedo (2009, p. 44) diferencia a FACE de outras escolas de ciências sociais e de ciências sociais aplicadas e atribui importância a sua estruturação em relação às diferentes administrações que passaram pelo governo de Minas Gerais, promovendo métodos "modernos" de gestão:

> Esta instituição não foi o resultado do trabalho de uma missão estrangeira, tais como aquelas do estado de São Paulo, mas de mudanças que ocorreram no estado depois das administrações Milton Campos [1947-1951] e Juscelino Kubitschek [1951-1955], financiadas pela Fundação Rockefeller. A modernização do aparelho administrativo foi promovido pelo recrutamento de pessoal com base no mérito, o que exigiu uma linha de ensino especial [...].

É importante ressaltar, contudo, que as elites do estado se interessaram pelo projeto da FACE principalmente após Yvon Leite de Magalhães Pinto ter assumido a direção da instituição. Paula (1991, p. 48) lembra que em 1945 a Faculdade de Ciências Econômicas recebeu "apoio decisivo das elites econômicas e políticas mineiras. Industriais, banqueiros, comerciantes e políticos vão dar o suporte, mais político que material, que a Faculdade utilizará para seu rápido processo de expansão e modernização". Marca disso são os nomes escolhidos para compor o Conselho da fundação mantenedora da FACE, dentre os quais despontam diversos banqueiros e Juscelino Kubitschek[41].

O professor João Antônio de Paula (2011, em palestra)[42] salienta que foi o apoio de diferentes instituições ligadas aos capitalistas locais que viabilizou o estabelecimento da Faculdade, que contou com o apoio de todos

> [...] os bancos mineiros, que eram dezenas, como vocês sabem [...] Esses bancos todos ajudarão na construção da Faculdade de Ciências Econômicas e também a Federação das Indústrias, a Associação Comercial e muito em função da presença e do papel do professor Yvon Leite de Magalhães Pinto. Ele era um sujeito capaz de articular não só politicamente, com os políticos, com os

---

[41] Juscelino Kubitschek, então prefeito de Belo Horizonte, que mais tarde pediria à Yvon Leite de Magalhães Pinto que integrasse a FACE aos esforços para a difusão do saber administrativo decorrente dos acordos com a MSU e com a SCU.

[42] João Antônio de Paula. **Palestra proferida na cerimônia comemorativa dos 70 anos da FACE.** Belo Horizonte, dezembro de 2011.

> governos do estado, com o governo federal, mas também de buscar apoio no setor empresarial. Aonde fosse possível ele buscava apoio para construiu a faculdade.

José Alberto Magno de Carvalho (2007) indica que o bom trânsito de Yvon Leite de Magalhães Pinto entre os banqueiros da Capital foi importante para o estabelecimento do sistema de bolsas e da própria Faculdade. José Murilo de Carvalho (2010, p. 227-228) afirma que a experiência dos bolsistas se dava em um ambiente de confinamento, uma vez que Yvon Leite de Magalhães Pinto acreditava na importância da disciplina rígida para formar os futuros professores:

> Foi algo pioneiro no Brasil nas escolas civis. Só as escolas militares sustentavam os alunos. Na Faculdade, havia todo ano concurso para bolsa em todos os cursos, Economia, Administração Pública, Administração de Empresas, Sociologia Política. Um andar inteiro do prédio era destinado a salas de bolsistas. Ficávamos praticamente trancados lá dentro, com vigia na porta e livro de ponto. [...] Controle quase militar. Além de estudar em tempo integral, os bolsistas eram obrigados a dar assistência aos colegas e a produzir todo ano uma memória.

Os bolsistas recebiam um valor mensal para que se dedicassem integralmente aos estudos. Os recursos para as bolsas vinham de contribuições de empresas e de outros órgãos, como sindicatos patronais. Como se discutirá adiante, este programa teve grande importância para a consolidação da FACE. Carvalho (2007) afirma ainda que posteriormente as demandas colocadas pelos planejamentos que visavam ordenar o desenvolvimento em Minas Gerais e a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) também foram importantes para que a instituição se firmasse:

> Belo Horizonte era um centro, era o centro [de instituições financeiras] mais importante do Brasil, os grandes bancos mineiros. [...] apesar do sobrenome Magalhães Pinto, ele não tinha nada a ver com política, [...] por causa do Magalhães Pinto [apesar dos laços ele não atuava na política]. E ele conseguia apoio, principalmente dos bancos [...] para manter esse pessoal em tempo integral aqui e os alunos bolsistas. Você percebe que havia uma relação muito grande entre a faculdade, principalmente e o sistema financeiro. [...] Havia uma demanda, logo em seguida veio o Estado também, que... [...] E Minas Gerais foi pioneiro [com os planos econômicos]. [com] O Banco de Desenvolvimento...

A capacidade de Yvon Leite de articular tanto empresários quanto elementos políticos em benefício da Faculdade (como fica claro, por exemplo, na atuação para viabilizar as bolsas de estudos que permitiam que alunos estudassem em tempo integral, discutida posteriormente, ou visando tornar realidade a sede própria da faculdade) o torna figura central durante sua gestão à frente da FACE, de 1945 a 1960. Siqueira (2012, em entrevista) afirma que "a

contribuição do Prof. Yvon para a legitimação da FACE na UFMG e, mesmo, entre as Escolas de Economia que estavam surgindo no Brasil foi significativa" (SIQUEIRA, 2012).

Mauck (1954a) aponta que, desde que assumiu, o diretor Yvon Leite de Magalhães Pinto intentava a implantação de um curso superior de Administração de Empresas, a fim de atender às necessidades do estado e do setor privado. Não se sabia qual o desenho que se configuraria para os cursos, mas a discussão acerca da importância de lecionar assuntos relacionados à Administração em nível superior realmente se faziam presentes no estatuto da sociedade civil mantenedora da FACE. A atuação do ex-diretor como uma figura que promoveu a modernização da Faculdade, adotando ideias inovadoras para a época, mas impondo seu controle autocrático, é certamente um aspecto fundamental e que mereceria outros aprofundamentos.

Uma imagem de Yvon Leite de Magalhães Pinto com a qual nos deparamos algumas vezes nas entrevistas é a de que ele era um "déspota esclarecido". Isso tanto por estabelecer o sistema de bolsas que possibilitaria um crescimento "orgânico" da Faculdade que possivelmente teria dificuldade em atrair outros professores de fora como por ter fomentado na escola um ambiente de pluralismo em termos de campos de saber (já que as informações sugerem que ele tinha pouca predileção pela diversidade de posicionamentos políticos).

Enfatiza José Murilo de Carvalho (2010):

> Era uma faculdade excepcional para os padrões brasileiros. Nunca encontrei no Brasil outra escola com organização tão boa. Tudo funcionava perfeitamente. Era dirigida por um déspota esclarecido, o Ivon [*sic*] Leite de Magalhães Pinto. Era déspota pela ênfase na disciplina, era esclarecido pela valorização dos jovens e por algumas inovações de grande impacto. Uma delas foi instituir a criação de bolsas para alunos de graduação com recursos que arrecadava de empresas.

Após cinco anos da direção de Yvon Leite de Magalhães Pinto, a Faculdade já havia se consolidado, ao mesmo tempo em que novas transformações eram gestadas. Em concomitância, Minas Gerais consolidava seu setor ligado à mineração e à geração de energia, colocando novas demandas de pessoal capacitado para atender as indústrias e o governo.

Assim, os cursos de Administração Pública, Sociologia e Política e, posteriormente, de Administração de Empresa se estabeleceram em conjunto com um marco da industrialização em Minas Gerais e da valorização da técnica na gestão. A criação da companhia Centrais

Elétricas de Minas Gerais S/A (CEMIG), em 1952, presidida por Lucas Lopes, que era membro da CMBEU e professor da FACE (DINIZ, 2008; FGV, 2001), foi um marco importante na modernização do estado. Segundo Godoy, Barbosa e Barbosa (2010), a CEMIG, criada durante o período de Juscelino Kubitschek à frente do governo de Minas Gerais, foi a primeira empresa de capital misto brasileira (mas de controle acionário estadual). Os autores afirmam, ainda:

> Embora pioneira, a Cemig não foi exclusiva; ainda na década de 1950, várias outras empresas públicas, mas de capital misto, foram fundadas em Minas Gerais. Essas empresas notabilizaram-se pelo alto perfil técnico, com ampla racionalidade administrativa, de forma divergente dos espaços tradicionais do poder público. Essa característica engendrou, a partir do princípio da década de 1960, tentativa de reforma administrativa no poder público mineiro, sob a gestão do então governador José de Magalhães Pinto[43] (*idem, ibidem,* p. 358).

Interessante apontar ainda que a criação da CEMIG, para Plambel (1979, p. 258), foi dos elementos mais marcantes para que a década de 1950 pudesse se desenvolver como a "década da industrialização", mediante a substituição de importações. Como aponta R. Paula (2002, p. 15), Belo Horizonte e a região mineradora nas suas proximidades ganham em importância em meados do século XX:

> Na década de 1950, quando ocorre no País uma transição industrial, passando da fase de industrialização restringida para a fase de industrialização pesada e, consequentemente, a transformação no padrão de acumulação no processo de integração do mercado nacional, o papel de Minas Gerais é de se especializar no setor mínerometalúrgico-siderúrgico. É neste momento que aumenta a participação do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento deste setor. É também nesse período, que a capital, Belo Horizonte e a microrregião na qual está inserida, ou seja, a Zona Metalúrgica, consolida sua inserção no processo de industrialização nacional, transformando-se também, no centro dinâmico da economia mineira, devido a um maior grau de desenvolvimento na exploração dos recursos naturais da região e da siderurgia.

Tanto o avanço da indústria no estado quanto o aprimoramento dos aparatos de gestão e planejamento estatal colocavam em evidência a necessidade de se formar técnicos preparados para assumir posições na indústria, mas não somente. Tornou-se ainda mais importante a consolidação de uma instituição que fosse capaz de formar os quadros que pudessem não apenas atender às demandas imediatamente ligadas às atividades de produção e técnico-

---

[43] Apesar de Yvon Leite de Magalhães Pinto e José Magalhães Pinto possuírem o mesmo sobrenome não tinham convivência familiar ou relações estreitas de parentesco. Para um arquivo com a árvore genealógica dessas famílias, conferir Monteiro de Barros (s.d).

administrativas, como também refletir sobre essas transformações que permeavam a sociedade.

Acreditamos que tais transformações no cenário econômico ampliaram a importância de assuntos relacionados às áreas que a FACE já abarcava, bem como aquelas que se visava abarcar. Para Paula (1991), o momento mais importante da Faculdade de Ciências Econômicas se situa no período de 1949 a 1954, quando foram criados os três cursos que são de interesse desta pesquisa: o de Administração Pública, o de Sociologia Política (ambos criados em 1952) e o de Administração de Empresa (criado em 1954). Paula (1991) ressalta, ainda, que naquele momento uma profusão de iniciativas importantes foram tomadas para consolidar a posição institucional da FACE. São exemplos a reforma do Regimento da Faculdade e a implantação dos "assistentes de ensino", dos "auxiliares de pesquisa" e das bolsas de estudo para os alunos. Esses passos foram importantes para a profissionalização da carreira docente, reduzindo parte do arbítrio dos catedráticos no controle do ensino das disciplinas.

O cargo de assistente de ensino foi implantado em 1950. A princípio, os escolhidos para os cargos eram responsáveis por lecionar disciplinas sob a supervisão dos catedráticos das respectivas cadeiras. O assistente de ensino deveria ser aprovado pela congregação e pelo catedrático da disciplina que lecionava. Foi pleiteado que cada catedrático tivesse um deles sob sua supervisão[44], o que daria um total de 20 assistentes. Contudo, não ficou claro por que, apenas 19 deles foram aprovados[45]. Havia a exigência de que no máximo em três anos os assistentes deveriam apresentar tese de livre-docência para que pudessem continuar lecionando. Isso contribuía para o avanço da qualidade do ensino da Faculdade, uma vez que os candidatos ao posto eram avaliados a partir de uma monografia que deveriam desenvolver com tema relacionado à disciplina em que lecionava.

Édson Durão Júdice é enfático ao afirmar que não era aceito que se postergasse a entrega desse trabalho e que vários assistentes foram dispensados por não terem entregado um trabalho ao final de três anos que os habilitasse como "livre docentes" (JÚDICE, 2012). "Esta

---

[44] Ata da 27ª Reunião da Congregação da FACE, 28 de novembro de 1949.

[45] Ata da 28ª Reunião da Congregação da FACE, 02 de março de 1950.

política, na prática, interditou a praxe destes assistentes de ensino serem indicados pelos catedráticos entre seus filhos, sobrinhos, genros, amigos, etc. como era comum em outras Faculdades" (PAULA, 2006, p. 338).

Ficou evidenciado a partir dos dados analisados que os assistentes seriam responsáveis por renovar o perfil dos docentes da Faculdade. Yvon Leite de Magalhães Pinto chega a salientar em reunião de colegiado que os professores da casa seriam preferencialmente recrutados entre os egressos. Nas atas da congregação da 29ª reunião[46] e da 30ª reunião[47], aparece ainda a ênfase de que o parentesco e amizade deveriam ser ignoradas na escolha dos assistentes, os quais teriam prioridade para assumir uma disciplina recém-aberta, intentando livrar a Faculdade de pressões de elementos "estranhos". Tal opção teria como vantagens a contratação de um professor mais habituado à leitura dos temas que teria que lecionar e, também, fortaleceria a instituição em relação a pressões políticas por apadrinhamento de pessoas nos cargos docentes.

Como mencionado, em 1952 foram criados outros dois cursos, o de Administração Pública e o de Sociologia e Política, que, embora estabelecidos separadamente, na prática funcionavam coligados.

> Nos termos da legislação federal, criou a Faculdade um Curso de Administração Pública, nos moldes postos em prática pela Fundação Getúlio Vargas. Já aprovado pelo Conselho Universitário, o novo curso será ensinado em 3 séries [anos], destinando-se ao preparo de profissionais de nível superior para o exercício de atividades administrativas federais, estaduais ou municipais (CUNHA, 1953, p. 19).

Na reunião de agosto de 1952,[48] que registra a reunião que confirmou o estabelecimento dos cursos de Administração Pública (como curso extraordinário) e de Sociologia e Política, é dito que estavam sendo mantidas conversas com a Universidade do Brasil e com a de São Paulo (USP, possivelmente) para que fosse estabelecido um currículo unificado para os cursos de Sociologia e Política dessas faculdades. Conforme a ata da reunião do Conselho Universitário de 29 de agosto de 1952, o curso de Sociologia e Política da UMG se estabeleceu com base no currículo mínimo que havia sido aprovado em 1946 (BRASIL, 1946).

---

[46] Ata da 29ª Reunião da Congregação da FACE, 07 de março de 1950.
[47] Ata da 30ª Reunião da Congregação da FACE, 26 de julho de 1950.
[48] Ata da 46ª Reunião da Congregação da FACE, de 1 de agosto de 1952.

No mesmo ano em que foi estabelecida a criação dos cursos de Sociologia e Política e de Administração Pública, 1952, há registro sobre conversas com a CMBEU nas atas da congregação do curso[49]. É afirmado que a Comissão Mista Brasil Estados Unidos havia colocado à disposição bolsas para estágio nos Estados Unidos. Contudo, os professores da casa não manifestaram interesse. Não há motivos claros para explicar essa recusa. Num primeiro momento, cogitamos a possibilidade do impedimento decorrente de um sentimento decorrente do "nacionalismo", o que não parece o caso devido aos acordos assinados com a CMBEU. Embora não tenhamos mais elementos para fazer uma declaração definitiva, supomos que a idade e a formação do corpo docente, com professores, muitas vezes, oriundos de outras áreas de conhecimento, podem ter contribuído para a recusa.

Entretanto, o apoio da CMBEU foi solicitado em outro sentido. Yvon Leite de Magalhães Pinto fez um pedido a Orlando M. de Carvalho, que à época era vice-reitor da instituição e partícipe da comissão, para solicitar à *Brazilian Board of Advisors on Public Administration* o apoio de um professor estrangeiro. Segundo J. Lyle Cunningham (1954), chefe da divisão de Administração Pública e de Empresas, o pedido foi protocolado no outono de 1952, quando foram iniciadas as negociações com o diretor Yvon Leite de Magalhães Pinto. A vinda do professor estrangeiro tinha por objetivo apoiar "a criação de um Departamento de Administração Pública na Universidade de Minas Gerais", como se podem observar no trecho a seguir:

> O Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, com inteiro apoio do Reitor da Universidade, está extremamente interessado na criação de um departamento de Administração Pública naquela Faculdade, tendo porém demonstrado que se tornam necessários os serviços de um professor competente e experimentado nesse setor, a fim de organizar e inaugurar o departamento, bem como acompanhar suas atividades durante pelo menos um ano. Nessas condições, submeteu ele um pedido oficial datado de 1° de dezembro de 1952, no sentido de que o Governo dos Estados Unidos, através do Ponto IV, fizesse vir ao Brasil um professor capaz de se encarregar da tarefa. Esse especialista servirá à Universidade de Minas Gerais, durante um ano letivo completo, formulará o programa de Administração Pública, servirá como Diretor do Departamento respectivo e ministrará os cursos não só de Administração Pública Geral como Municipal. Esse projeto, tendo sido aceito a 9 de dezembro de 1952 pela Comissão Consultiva e aprovado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico a 29 de dezembro de 1952 foi submetido pelo Diretor de Cooperação Técnica do I.I.A.A., a 20 do mesmo mês. Em virtude da aprovação do I.I.A.A, deverá o aludido professor chegar a Belo Horizonte no mês de julho de 1953 para cumprimento de sua missão (BRASIL, 1953).

---

[49] Ata da 43ª Reunião da Congregação da FACE, 30 de maio de 1952.

Em decorrência do acordo de cooperação entre Brasil e EUA inscrito sob o *Point Four*, o professor Elwyn A. Mauck[50] chegou à instituição em meados de 1953. Segundo ele, o acordo e suas motivações podem ser descritos da seguinte maneira:

> O programa de treinamento em Administração Pública na Universidade de Minas Gerais, Brasil, foi estabelecido como resultado de um projeto assinado em 12 de junho de 1953 entre Merwin L. Bohan, diretor de cooperação técnica no Brasil e Yvon Leite de Magalhães Pinto, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. O acordo declarou que a universidade desejava criar e conduzir um departamento de Administração Pública desde 1945, uma vez que o corpo docente da instituição acreditava que o estabelecimento de tal departamento atenderia não apenas uma necessidade de Minas Gerais, mas, ao servir de exemplo, estimularia desenvolvimentos similares em outras universidades brasileiras (MAUCK, 1954a, p. 5)[51].

No *Repport to Congress on the Mutual Security Program* de 1953 (WHITE HOUSE, 1953, grifos nossos, tradução livre) lemos que:

> O Comitê Brasileiro de Conselheiros em Administração Pública é o principal órgão responsável pelos aperfeiçoamentos na Administração Pública no Brasil. Técnicos dos Estados Unidos estão trabalhando com o Comitê Brasileiro em vários estudos sobre Administração Pública, como um estudo sobre a classificação de cargos no governo federal e no governo de São Paulo, assistência para a gestão orçamentária do estado de Minas Gerais, organização e gestão do Instituto para Aposentados e Pensionistas dos Empregados do Comércio **e o estabelecimento de uma escola e um instituto de administração na Universidade de Minas Gerais em Belo Horizonte**. Neste programa cooperativo, o governo brasileiro contribui com US$ 4 para cada US$ 1 dado pelos Estados Unidos.[52]

Mauck (1954a) aponta que a ideia de um curso de Administração para a área pública, pelo menos, era desenvolvida na FACE desde a segunda metade da década de 1940. Pode ser que a intenção só tenha sido passível de ser efetivada quando o curso da EBAPE foi criado e pôde

---

[50] Interessante notar que o mesmo professor foi também responsável pela implantação de uma escola de administração no Uruguai em 1959 e outra na Coreia do Sul em 1963. Ele também aparece em uma fotografia de assinatura de acordo entre a FGV e a ONU em 1956 (LOPES, 2006).

[51] No Original: The public administration training program at the University of Minas Gerais, Brazil, was established as the results of a project agreement signed June 12, 1953, between Merwin L. Bohan, Director of Technical Cooperation in Brazil, and Yvon Leite de Magalhães Pinto, Dean of the Faculty (School) of Economic Sciences, University of minas Gerais. The agreement declared that the university had desired to create and conduct a deparment of public administration since 1945, because the faculty and officials of the institution had believed that the establishment of such a department would not only fill an existing need in Minas Gerais, but, by serving as an example, it would stimulate similar developments in other Brazilian universities.

[52] No original: The Brazilian Board of Advisors on Public Administration is the main body responsible for improvements in public administration in Brazil. United States technicians are working with the Brazilian Board on various public administration studies, such as a position classification survey of the Federal Government and the State of Sao Paulo, budget management assistance for the State of Minas Gerais, organization and management study of the Institute for the Retirement and Pensions of Commercial Employees, and the establishment of a school and institute of public administration at the University of Minas Gerais in Belo Horizonte. In this cooperative program., the Brazilian Government contributes about $4 for every $1 contributed by the United States.

servir de modelo para a escola. Outra possibilidade é que o elemento crucial para tal estabelecimento tenha sido a promessa de que um técnico estadunidense viria à FACE, o que pode ter estimulado a criação do curso, ainda que ele tenha se iniciado seis meses antes da chegada de Mauck. Desde o princípio do projeto, o diretor e outros membros da Faculdade viram a necessidade de trazer um especialista para contribuir com a construção dos cursos:

> A fim de obter assistência técnica a faculdade solicitou inicialmente a vinda de dois professores estadunidenses que foram convidados ao Rio de Janeiro pelas Nações Unidas, a fim de que eles pudessem analisar e fazer recomendações em relação ao plano de estudos de administração. Pouco depois da visita dos professores e de ter recebido as recomendações, a faculdade assinou um contrato com o *Office of Inter-American Affairs* [...] no qual ficou acordado o envio de um professor de Administração Pública pelo período de um ano (MAUCK, 1954b, p. 76).

O professor, que era o próprio Mauck, não se limitou a discutir assuntos estritamente ligados ao curso. Ele também propôs cursos de curta duração que atenderiam os servidores públicos e as autoridades governamentais, além de ter indicado diversos títulos para a biblioteca (MAUCK, 1954a; b). Ele também sugeriu alterações no curso que foram registradas e adotadas pela instituição, como a mudança do curso para quatro anos e a inserção de algumas disciplinas.[53] Além disso, Mauck afirma ter contribuído com a escolha de servidores que iriam estudar nos Estados Unidos e de professores que estariam aptos a receber bolsas de estudos. Contudo, não há registros desses apoios nas atas consultadas.

Importante destacar que, como mencionado, o curso de Administração Pública, apesar de criado separadamente, era acoplado ao curso de Sociologia e Política, sendo que seus currículos, inclusive, aparecem conjuntamente nos documentos consultados. Reis (2012, comunicação por e-mail) afirmou:

> [...] meu bacharelado na FACE inclui Administração Pública, ao lado de Sociologia e Política, na verdade isso significa apenas que tive uma disciplina de Administração Pública a cada ano (num total de quatro disciplinas, portanto).

As disciplinas ministradas eram de Introdução a Administração Pública; Administração Pública; Administração de Pessoal e Material e; Contabilidade Pública.[54] Mauck (1954a) salienta que essa coligação dos cursos na prática cumpria um papel estratégico na Faculdade:

---

[53] Ata da 58ª Reunião da Congregação da FACE, 7 de dezembro de 1953.
[54] Departamento de Ciências Administrativas. **Histórico do Curso de Administração**. Volume 1 – 1952 à 1984. Belo Horizonte.

dar legitimidade ao curso de Administração Pública, que, contudo, acabou sendo ofuscado. Uma vez que tal era reconhecido oficialmente e que o profissional graduado não teria reconhecimento formal de sua titulação, uma saída encontrada pela universidade foi estimular e facilitar a matrícula concomitante em ambos os cursos. Isso porque o curso de Sociologia e Política graduava alunos que teriam o título formalmente reconhecido.

> Uma dificuldade importante, no que concerne ao aprimoramento dos currículos da Faculdade de Ciências Econômicas e em outros lugares no Brasil, se refere ao fato de que os cursos são rigidamente controlados pelo Ministério da Educação e da Saúde. Cursos não podem ser ofertados e lecionados na Faculdade sem tal aprovação, mas os graus ou diplomas obtidos pelos estudantes que escolhera o programa composto destes cursos [de Administração Pública] não tem *status* de graduado no memento em que buscam por emprego. Como solução provisória, a Faculdade assegurou uma legalidade para seu currículo em Sociologia e Política, mas não tentou fazer o mesmo para seu currículo em Administração Pública. Atualmente, os estudantes estão matriculados sob os dois currículos. Assim, eles têm a vantagem de buscar um diploma reconhecido ao mesmo tempo em que atendem ao curso de Administração Pública, que ainda está em processo de formulação. Quando a escola acreditar que não haverá mais modificações no currículo de Administração Pública, ela planeja buscar tomar as medidas necessárias para formalizar o programa. Este problema de formalizar o currículo, de todo modo, resulta na adoção de um processo que consome tempo (MAUCK, 1954a, p. 13, tradução livre[55]).

Observamos no trecho que, na visão de Mauck (1954a), a solução de coligar os cursos de Administração Pública e Sociologia e Política era temporária e seria resolvida assim que o currículo mínimo da disciplina fosse aprovado. Siqueira (2012, em entrevista), aluna dos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública ressalta:

> Na verdade, os dois cursos eram um só. Ao cursar uma mesma grade disciplinar, apenas com a introdução de umas poucas - duas? - disciplinas, obtínhamos os dois diplomas. Analisando a proposta, ainda hoje reconheço que não se pode falar em gestão pública a não ser com um referencial sociológico e principalmente político.

---

[55] No original: "A major difficulty in the problem of improving curricula in the School of Economic Sciences as elsewhere in Brazil, lies in the fact that the courses are rigidly controlled by the federal Ministry of Health and Education. Courses can be offered and taught in the School without such approval, but the degrees or diplomas obtained by students choosing a program composed of such courses have no status to assist the graduate subsequently when seeing employment; As in interim solution, the School has secured legal status for its curriculum in politics and sociology, but it has not attempted to secure similar recognition for its program in public administration. Currently the students are enrolled under both curricula. Thus they have the advantage of working for a recognized degree while taking the public administration courses still in process of formulation. When the School believes that no further changes in the public administration curriculum are imminent, it plans to seek the necessary action to formalize the program. This problem of formalization of curricula, however, results in the adoption of time-consuming processes."

Conforme aponta a professora Talita Ribeiro Luz (2012, em entrevista) era incomum que o aluno cursasse apenas um ou outro curso. Na prática, todos os estudantes se graduavam em Sociologia e Política e Administração Pública. Schwartzman (1977) afirma que a graduação criada na FACE em 1952 vem de uma vertente que é menos ligada ao Direito e mais próxima à economia, inspirada na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Além disso, havia valorização da interação entre a Administração e variáveis políticas, que eram muitas vezes, renegadas ou ignoradas na "administração para o desenvolvimento", tradicionalmente exportada, conforme apontam Dwivedi e Nef (1982), por exemplo. Fábio Wanderley Reis (2004, p. 2) acrescenta que

> [...] há algo de peculiar a destacar com relação especificamente à Faculdade de Ciências Econômicas: é o fato de que ali havia Economia. O curso de Sociologia e Política era um de vários cursos mantidos pela FACE, incluindo o curso de Economia e o de Administração de Empresas – e havia ainda o curso de Administração Pública, que funcionava acoplado ao de Sociologia e Política, com o acréscimo de disciplinas específicas de Administração ao elenco de disciplinas sociológicas. Assim, nós, sociólogos e cientistas políticos, éramos vizinhos dos economistas.

Para Keinert e Silva (2010), o estabelecimento de um curso de Sociologia e Política, em conjunto com os cursos de Administração Pública, de Administração de Empresas, Economia e Contabilidade pode ser considerado uma inovação importante da estrutura da FACE. Os autores apontam que, contando com uma formação pragmática e com a influência que aquelas áreas tinham no currículo, a Faculdade se tornou uma importante fornecedora de quadros para a burocracia pública de Minas Gerais.

Segundo Mauck (1954b), os esforços despendidos voltavam-se para o estabelecimento de um curso de Administração Pública que pudesse fazer frente às necessidades governamentais, ao mesmo tempo em que se diferenciava das áreas de Economia, esferas do Direito, Contabilidade e Administração de Empresas. Noutras palavras, buscava-se estabelecer uma Administração Pública muito mais próxima da Sociologia e da Ciência Política do que das áreas relacionadas à gestão de negócios (MAUCK, 1954a; b).

Mauck (1954b) não via grandes problemas na solução encontrada para a Faculdade para o funcionamento integrado dos cursos de Administração Pública e Sociologia e Política. O autor defendia que, na maioria dos casos, a Administração Pública estava ligada à Ciência Política, o que de fato acontecia na FACE, com a junção desses dois cursos na prática, como

já discutimos. Isso é interessante por divergir da postura que se tornou dominante e foi exportada pelo EUA a partir do fim da década de 1950.

> O diretor e os membros da faculdade, utilizando de conhecimentos adquiridos mediante estudos no exterior e utilizando também de todos os recursos disponíveis localmente, desenvolveram dois novos programas estranhos aos programas tradicionais das áreas de economia, contabilidade, matemáticas e direito – civil, constitucional e administrativo. O primeiro programa recebeu o título de Sociologia e Política, e o segundo foi nomeado de "Administração". O projeto da faculdade ao estabelecer estes dois novos planos de estudo era adaptar ao Brasil os conceitos mais novos dos estudos sociais que foram desenvolvidos com muito êxito na França, Inglaterra e Estados Unidos (MAUCK, 1954b, p. 75, tradução livre).

Os esforços de Mauck contribuíram para que os cursos de Administração Pública e Sociologia e Política funcionassem em conjunto, na prática. O plano era adaptar a administração aos estudos sociais, e não aos estudos administrativos. O consultor estadunidense chegou a afirmar que "os cursos de Administração Pública devem se basear integralmente no programa [curso] do novo departamento de Sociologia e Política" (MAUCK, 1954b, p. 80). Além disso, a preponderância que estes cursos adquiriram dentro da Faculdade, em conjunto com o curso de Economia, mostra que a estruturação realizada obteve sucesso ao estabelecer uma área que se consolidou rapidamente na FACE. Mauck (1954b, p. 75, tradução livre) afirma que "somente mediante os esforços constantes e incansáveis do diretor professor Yvon de Magalhães Pinto foi possível superar os obstáculos [colocados pela universidade e pelo Governo Federal] e os dois novos cursos entraram em vigência em 1953".

Entretanto, além da presença de Elwin A. Mawck para lecionar no curso de Administração Pública (1953),[56] no âmbito dos acordos estabelecidos entre a Universidade de Minas Gerais, a FACE e o OCIAA, poucos outros docentes poderiam ser considerados de posse de conhecimentos referentes ao campo específico da Administração Pública, da Sociologia ou Política na faculdade. Assim, novas demandas foram criadas em relação à formação do quadro docente da faculdade.

Para lidar com essa situação, as posições de bolsista, pesquisador auxiliar e assistente de ensino cumpriam um papel importante na formação de novos professores na FACE, visando atender à demanda por docentes especializados nos assuntos ensinados. Mauck (1954a)

---

[56] Ata 51ª Reunião da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, 6 de maio de 1953.

aponta que uma das maiores dificuldades para o aprimoramento do ensino superior na FACE era a ausência de professores de tempo integral. Peixoto (2011, em entrevista) afirma que no tempo em que lecionou na escola (que compreende todo o período aqui discutido) teve contato com poucos professores que não eram contratados por hora, como ele. Essa carência de professores em tempo integral, que tentava ser suprida com professores que acumulavam o cargo de pesquisador, era outro obstáculo ao desenvolvimento de discussões mais aprofundadas na Faculdade.

Mauck (1954a, p. 16) enfrentava dificuldades para selecionar docentes que pudessem ministrar os conteúdos relacionados à Administração Pública. Ele revela que assim que foi possível apontar dois professores para receber gratificações que permitiam que eles ficassem mais tempo por conta do curso um deles foi indicado para chefiar um Escritório de Administração Pública, que seria um ambiente vinculado à realização de pesquisas na área. Mauck (1954a) afirma também que este professor foi integrado no programa de desenvolvimento dè apoio à gestão orçamentária do estado de Minas Gerais e na elaboração de um manual sobre aspectos de Administração Pública para uso no estado.

O professor destaca sua experiência na procura por pessoas para lecionar disciplinas relacionadas à Administração Pública:

> Uma vez que o programa de Administração Pública envolveu muitos novos cursos, o que exigiu a contratação de instrutores adicionais, o problema principal seguinte consequentemente passou a ser o recrutamento de pessoal adequado. Embora tenha sido considerada a possibilidade de assegurar professores estrangeiros para ensinar alguns dos cursos, foi determinado que tais procedimentos poderiam simplesmente adiar a eventual necessidade de estabelecer uma base sólida sobre uma equipe brasileira. Só depois de um programa bem integrado de Administração Pública ter sido estabelecido, a Escola buscaria garantir professores convidados para ministrar cursos em suas respectivas áreas de especialização. Algumas tentativas foram feitas para ampliar a área de recrutamento para incluir todo o Brasil, mas tornou-se rapidamente evidente que os salários que poderiam ser oferecidos eram bastante inadequados para atrair pessoas de fora da comunidade. [...] Foi decidido que uma equipe jovem teria maior valor permanente para a Escola. O processo de entrevistar os vários candidatos para cada posição, bem como a investigação de suas experiências requereu vários meses. Eventualmente, dois instrutores foram selecionados para ensinar cursos em Administração Pública e um para cada um dos cursos de governo brasileiro, psicologia, direito internacional, política e direito público. Os outros cursos do programa deveriam continuar a ser ensinado por pessoas que já faziam parte da equipe (MAUCK, 1954a, p. 14).[57]

---

[57] No original: "Since the public administration program involved many new courses, which required the hiring of additional instructors, the next major problem consequently became that of recruitment of and adequate staff.

Após a escolha dos professores que lecionariam as disciplinas relativas ao curso de Administração Pública, Mauck (1954a) aponta que tanto eles quanto Magalhães Pinto se reuniram com os candidatos para estimulá-los a analisar os programas de disciplinas propostos. Aos novos contratados seria facultado o direito de opinar e eram chamados a delinear a maneira como pretendiam apresentar os assuntos. Tal prática visava harmonizar o conjunto de novas disciplinas ao curso de Administração Pública.

Além disso, outro ponto que deve ser salientado é o fato de a instituição ter estabelecido, em 1954 um regime especial de trabalho que permitia que professores contratados e assistentes de ensino estudassem os assuntos dos quais tratavam a fim de se especializarem.[58] Além disso, nessa data, foi feita proposta ao governo federal para que os professores catedráticos passassem a ter dedicação exclusiva à faculdade, pagando um salário extra para o docente que só trabalhasse na casa. Contudo, a proposta foi rejeitada pelo governo federal.

Na visão de Schwartzman (2010, p. 19-20), que foi aluno da FACE entre 1958 e 1961, as cátedras na FACE eram concedidas a pessoas pouco preparadas para suas atividades. Para o autor, "de modo geral, pelo menos na Faculdade de Ciências Econômicas, os catedráticos eram nomeados e, de modo geral, incompetentes [...]. não havia professores. O seu curso tinha mais tradição [o curso de farmácia do ex-reitor Aluísio Pimenta]".

Entretanto, a direção da FACE se esforçava para mudar o cenário. As regras estritas que deveriam ser cumpridas pelos ocupantes das posições de bolsista, auxiliar de pesquisa e professor auxiliar faziam parte do esforço da Faculdade para preencher a lacuna que existia

---

Although consideration was given to the possibility of securing foreign visiting professors to teach some of the courses, it was determined that such procedures might merely postpone the eventual necessity of establishing a sound basis upon a Brazilian Staff. Only after a well-integrated public administration program was established, would the School attempt to secure visiting professors to teach courses in their respective areas of specialization. Some attempts were made to broaden the area of recruitment to include all of Brazil, but it became quickly apparent that the salaries that could be offered were quite inadequate to attract persons from beyond the community. [...] It was decided that a young staff would be of greatest permanent value to the School. The process of interviewing the numerous candidates for each position, as well as the investigation of their backgrounds required several months. Eventually two instructors were selected to teach the courses in public administration and one each for the courses in Brazilian government, psychology, international law, politics, and administration law. The other courses in the program were to continue to be taught by persons already on the staff" (p. 14).

[58] Ata da 61ª Reunião da Congregação da FACE, 1 de junho de 1954.

devido à carência de profissionais formados, decorrente, inclusive, do pouco tempo de estabelecimento dos cursos. A amplitude de formações aceitas dentre os professores que foram inicialmente escolhidos para lecionar disciplinas nos cursos se justifica, ainda, pelos limites menos rígidos entres as disciplinas à época e pela carência também de formados nas áreas mais afins. Reis (2004, p. 3-4) afirma que via uma dominância dos professores oriundos do Direito na FACE:

> Um [fato] que pode talvez ser visto em parte como a manifestação das deficiências iniciais da área entre nós: refiro-me a certo "jurisdicismo", que se mostrava não só na inclusão de várias disciplinas de Direito no currículo [...], mas também no fato de que eram bacharéis a maior parte dos professores mesmo das demais disciplinas. [...]

Porém, a cadeira de Ciência da Administração na FACE não poderia ser ocupada por bacharéis em Direito. Esse é um aspecto que chama a atenção por ir de encontro às raízes jurídicas da Administração no Brasil. Na FACE, a Congregação da Faculdade decidiu que apenas os egressos dos cursos de Engenharia, Administração e Finanças, Contabilidade, Atuaria e Ciências Econômicas permitiam ao postulante ocupar tal cadeira.[59]

Interessante notar que na EBAPE alguns dos professores assistentes selecionados para "reter" os conhecimentos ministrados pelos professores estrangeiros também possuíam diplomas variados, dentre eles o de Direito. Isso porque mesmo as instituições que contaram com mais apoio estrangeiro para se estabelecer, como a EBAPE e a EAESP, enfrentavam algumas dificuldades advindas da falta de quadros que ministrassem as disciplinas dos novos cursos de Administração. Dentre os oito escolhidos em 1952 para receber treinamento no exterior na *University of Southern California*[60], boa parte vinha da área de Direito (STORM; MARKEY, 1959).[61]

---

[59] Ata da 55ª Reunião da Congregação da FACE, 28 de setembro de 1953.

[60] Um dos alunos que foi aos Estados Unidos por meio deste convênio com a USC foi o mineiro Paulo Neves de Carvalho, que posteriormente voltou à Minas Gerais onde lecionou na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e nas escolas de Engenharia e Direito da atual Universidade Federal de Minas Gerais (SALGADO, s.d.)A liberação de Paulo Neves de Carvalho, mantidos seus vencimentos, foi publicada em Brasil (1952).

[61] Neste contrato, os relatórios financeiros deveriam ser enviados ao *Institute of Inter American Affairs*, que mostra que o instituto coordenava também esta parceria entre a FGV e a universidade estadunidense.

Arruda (1989) salienta que a posição de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) de Belo Horizonte relativa ao Rio de Janeiro e a São Paulo colocava ainda mais dificuldades para a manutenção de quadros intelectuais em Minas Gerais. Segundo o autor, profissionais mais bem preparados do estado sofriam de certo atavismo, que os encaminhava para servir ao governo central no Rio de Janeiro ao invés de permanecer em Minas Gerais. Embora tal diagnóstico, que remete a certo intelectual errante que *precisa* se fixar fora, seja um pouco exagerado, é fato que havia mais facilidades para quem optasse por exercer suas atividades na Capital Federal da época ou na cidade mais industrializada do Brasil, com o que concorda Carvalho (1997, p. 366): "os grandes arquivos e bibliotecas estão no Rio de Janeiro. Trabalhar em Minas com temas nacionais, naquela época, sem Internet, era bastante difícil".

Uma iniciativa importante para enfrentar a carência de quadros preparados em todos os cursos presentes na Faculdade foi a implantação do sistema de bolsas, que recrutava alunos para estudar em tempo integral e abria caminho para que posteriormente eles se tornassem assistentes de ensino. O professor Elwyn A. Mauck atesta que ajudou a delinear, ainda em 1953, o programa de bolsas da FACE implementado por Yvon Leite de Magalhães Pinto:

> Um problema acadêmico não exclusivamente relacionado com o programa de formação em Administração Pública também foi trazido ao professor dos EUA para recomendações. A pedido do reitor da Faculdade de Ciências Econômicas, ele [Mauck] esboçou um plano de empréstimos para estudantes e bolsas de estudo com base em sua experiência e observações nas faculdades e universidades dos Estados Unidos. Nestas recomendações, ele propôs que um sistema, envolvendo bolsas de estudo e empréstimos, deve ser instituído pela escola para ajudar os alunos necessitados em garantir educação. Uma vez que praticamente todos os alunos precisavam de uma renda adequada para atender o custo total da sua manutenção, ele [Mauck] sugeriu que as bolsas e empréstimos fossem utilizados para permitir que pelo menos alguns deles passassem mais tempo em seus estudos. Recomendou-se que apenas os melhores alunos fossem considerados elegíveis para bolsas de estudo, a fim de que tais concessões pudessem trazer honra e distinção, mas que os empréstimos fossem estendidos a todos os estudantes de nível avançado fazendo um trabalho acadêmico aceitável. A conveniência de garantir contribuições privadas, se possível, ao invés de fundos públicos, para financiar o sistema de empréstimo bolsa também foi apontado nas recomendações.[62]

---

62 No original: "An academic problem not exclusively related to the public administration training program was also brought to the U.S. professor for recommendations. At the request of the Dean of the School of Economic Sciences, he outlined a plan of student loans and scholarships based on his experience and observations in the colleges and universities of the United States. In this recommendations, he proposed that a system involving both scholarships and loans should be instituted by the School to assist needy students in securing education. Since virtually all students required an income adequate to meet the full cost of their maintenance, he suggested that scholarships and loans be utilized to enable at least some of them to spend more time on their studies. It was recommended that only the better students be considered eligible for scholarships grants, in order that such

Essa colaboração não elimina, contudo, a importância do ex-diretor Yvon, que teve a elevada capacidade de articular com o setor empresarial mineiro o financiamento de bolsas de estudo. Yvon Leite de Magalhães Pinto aponta que recorreu a pessoas com as quais mantinham laço de amizade para desenvolver o programa de bolsas da Faculdade, que pagava cerca de um salário mínimo ao beneficiado (MAGALHÃES PINTO, 1963). Segundo ele, em 1960 12% dos alunos da FACE contavam com o auxílio financiado por setores privados. O programa de bolsas estabelecido obteve tanto sucesso que foi, posteriormente, nacionalizado e deu origem ao que hoje é conhecido como PET.

Keinert e Silva (2010) salientam a importância do sistema de bolsas implantado na FACE no processo de composição do corpo docente. Na medida em que o aluno bolsista se tornava sério candidato a assumir posteriormente o cargo de professor, isso contribuía para a formação de um espírito de corpo no interior da Faculdade e estabelecia fluidez no que concerne ao afluxo de novos docentes. Além disso, o programa de bolsas da FACE contribuía para a consolidação da área acadêmica e com a realização de pesquisas, que ajudaram, também, a fornecer elementos que conferiam certa especificidade à instituição.

O curso de Administração de Empresas, ou "Administração de Emprêsa" conforme a grafia da época foi aprovado em 11 de novembro de 1954.[63] Interessante notar que na Revista da Faculdade de Ciências Econômicas do primeiro semestre do ano anterior dois artigos diretamente ligados à discussão da administração de empresas foram publicados: Silva (1953) e Botelho (1953), além de um que se situa no campo da "Economia das Organizações" (ZAPPA, 1953).

Para a consolidação do curso havia a promessa, não realizada, da vinda de dois professores "americanos" para lecionar no curso, que seriam custeados pelo Instituto de Negócios Inter-Americanos. Foi deixada também em aberto a vinda de um professor italiano, que também

---

grants might carry honor and distinction, but that loans be extended to any advanced students doing acceptable academic work. The desirability of securing private contributions, if possible, rather than public funds, to finance the scholarship loan system also was pointed out in the recommendations."

[63] Ata da 61ª Reunião da Congregação da FACE, 01 de junho de 1954.

não veio. Mauck (1954a, p. 16) aponta que também teve participação no delineamento deste curso:

> O diretor da Faculdade fez outro pedido de assistência ao professor estadunidense [Mauck]. Ele requereu auxílio no planejamento de um programa de formação em administração de empresas. As recomendações posteriormente preparadas para serem submetidas a ele não estão incluídas aqui porque estão além do escopo deste relatório e podem constituir a base de um acordo para um projeto separado no futuro.[64]

Ou seja, pelo menos a princípio, a FACE contava com um projeto para o curso de Administração que foi inspirado por um consultor estadunidense. Assim é de se imaginar que tal curso estaria adequado às formas "modernas" que vinham sendo assumidas nos EUA, embora a *expertise* de Mauck estivesse mais ligada à Administração Pública. O esforço de subsidiar os estudos dos alunos se dava também para tentar solucionar aquilo que Mauck (1954a; 1954b) e Taylor (1968) apontavam como uma grande dificuldade para o ensino no Brasil se tornar mais similar aos modelos estadunidenses: a pequena quantidade de alunos que poderiam se dedicar integralmente aos estudos.

Luz (2011, em entrevista), que foi aluna no curso de Administração Pública e Sociologia e Política e, posteriormente, professora nos cursos de Administração comenta sobre sua experiência nessa posição de ser alguém que era preparada para assumir as funções de docência:

> A Faculdade tinha um programa de bolsas, alunos bolsistas, que eram os melhores alunos que se destacavam no curso. Eles recebiam uma bolsa, que era custeada com recursos da própria Faculdade. A gente ficava ali estudando o dia inteiro. Você tinha aula pela manhã e à tarde você tinha que cumprir atividades de bolsas, da bolsa, que, na verdade, era estudar, [seguindo a] orientação de professores.

Cláudio de Moura Castro (2001, p. 85-86) afirma que, na carência de professores mais qualificados, os bolsistas da instituição muitas vezes tinham que se desenvolver sozinhos:

> Éramos todos autodidatas, porque os professores também não sabiam quase nada; a partir do segundo ano, já sabíamos mais do que a metade deles. [...] ser bolsista me marcou muito, pois foram quatro anos de tempo integral no meio de um grupo de gente superintelectualizada, que se automotivava, criava seus

---

[64] No original: The Dean of the School made a further request for assistance from the U.S. professor in planning a program of training in business administration. The recommendations subsequently prepared for submissions to him are not included herein because they are beyond the scope of this report and may constitute the basis of a separate project agreement in the future (p. 13).

> próprios valores e estudava por iniciativa própria. Nos primeiros anos, estudávamos em livros franceses, que comprávamos por conta própria; nos últimos anos estudávamos todos em livros americanos. Os professores sequer liam em inglês.

Castro, posteriormente, foi o responsável por repetir a experiência com os bolsistas feita na FACE em outras instituições do País quando presidente da CAPES. Também se referindo à necessidade de os alunos desenvolverem seus conhecimento sem orientação dos professores, Edmar Lisboa Bacha (1998), que estudou na FACE entre 1960 e 1963, afirma

> Ali também [no sistema de bolsas] pude iniciar um processo de auto-aprendizado, já que os professores, com poucas exceções (Fernando Reis, Admardo Caldeira) pouco sabiam de economia moderna.

Essa dificuldade era então parcialmente superada pelo envolvimento dos alunos bolsistas que, na opinião de Castro (2001, p. 86), colhiam resultados impressionantes, colocando a FACE entre as melhores faculdades do País. De lá saíam acadêmicos e profissionais que posteriormente assumiriam posições importantes no cenário nacional, como é o caso do próprio Cláudio Castro.

Até a segunda metade da década de 1960 não havia cursos no Brasil de mestrado ou doutorado nas áreas em que a FACE atuava. Posteriormente, as primeiras experiências de pós-graduação surgiram no campo da Economia (com o próprio CEDEPLAR na FACE) e no da Administração (na FGV). Assim, não havia muitas opções para formar os professores no Brasil. A saída encontrada pelas escolas da FGV contemporâneas ao curso da FACE foi se valerem de acordos abrangentes, com a ONU e com os EUA, que permitiram a vinda de professores e o financiamento de bolsistas brasileiros no exterior. Contudo, a FACE contou apenas com a vinda de um professor e consultor estadunidense, conforme havia solicitado à CMBEU. Elwyn A. Mauck chegou à FACE em meados de 1953.

Durante a década de 1950, outros acordos, que envolviam órgãos públicos de Minas Gerais e o governo dos Estados Unidos, mas não contavam com a participação direta da FACE, estavam em curso. São exemplos o Decreto 367, de 10 de março de 1955 (BELO HORIZONTE, 1955a), que trata da seleção de bolsistas para cursos de aperfeiçoamento ofertados pelos EUA para servidores do município, e a Portaria 551, de 17 de março de 1955 (BELO HORIZONTE, 1955b), que nomeia representantes da Comissão de Seleção (tendo o

professor Adalmo de Araújo Andrade como representante do "Departamento" (sic) de Administração Pública).

Sem a efetivação de outros acordos, a FACE teve que contar apenas com seus programas internos de formação de docentes e de apoio à pesquisa. Após a implantação dos cargos de assistente de ensino e pesquisa e do programa de bolsas, a Faculdade passou a contar com um número razoável de pessoas que se dedicavam a estudar as disciplinas que ministrariam. Essa estratégia também permitia contornar um pouco do poder que os catedráticos exerciam sobre as disciplinas.

Contudo, Segundo José Alberto Magno de Carvalho (2012, em entrevista), a presença de alunos ligados aos cursos de Administração era pequena, especialmente daqueles relacionados ao curso de Administração de Empresas.

> do lado da Administração, naquela época [entre 1961 e 1964], no início, havia alguns bolsistas em tempo integral da Administração. Depois foi esvaziando, esvaziando e acabou que na minha época de bolsista – eu fui bolsista – havia só um ou dois de Administração, mais ligados à Administração Pública. Então o que parece – estou levantando hipótese, você tem que olhar isso – é que o curso de Administração não valorizava muito a parte acadêmica.

O perfil mais conservador dos estudantes do curso de Administração, ou pelo menos de seu baixo engajamento, também foi lembrado por outras pessoas que participaram da vida da Faculdade. Siqueira (2012, em entrevista) aponta: "Havia certo preconceito político em relação aos alunos da Administração de Empresas, considerados reacionários, num momento de grande efervescência política, de modo especial do movimento estudantil da FACE". José Alberto Carvalho (2012, em entrevista) afirma: "A orientação era totalmente diferente [do curso de Administração de Empresas]. E, na realidade, nós tínhamos um preconceito contra os administradores de empresa, e vice-versa. Estas coisas acontecem para os dois lados, é óbvio. [...] o contexto histórico [era] muito ideologizado".

Ao mesmo tempo em que os alunos de Administração de Empresas eram vistos como "reacionários", o sistema de bolsas concentrava os alunos mais engajados politicamente, principalmente aqueles ligados à esquerda.

Edmar Bacha (1998, p. 197) afirma:

> No sistema de bolsas também se encontravam os politicamente atuantes estudantes do curso de Sociologia e Política, Herbert de Souza, Ivan Ribeiro, Juarez, Teotônio dos Santos, Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, entre outros [como Cláudio Moura Castro e Paulo Haddad, citados por Bacha]. Havia também os "reacionários" do curso de Administração de Empresas.

Nesse contexto, é interessante que Yvon Leite de Magalhães Pinto (1963) aponta que ele se preocupava com a atuação que os bolsistas vinham tendo na política da Faculdade no final da década de 1950, uma vez que eles estariam deixando de lado os estudos para se juntar aos movimentos estudantis (ou "movimento estudantil", entre aspas, como o próprio denomina). O rigor disciplinar e o comportamento autocrático de Yvon são recorrentemente apontados como razões importantes que fizeram eclodir a greve que ele enfrentaria em 1960, que teve par importante dos bolsistas da escola.

Explica Carvalho (2010, p. 228)

> Por seu autoritarismo, Ivon [sic] foi expulso da Escola numa greve de alunos de que participaram o Betinho e o Vinicius Caldeira Brant, este depois presidente da UNE. Mas não se deve esquecer seu lado esclarecido. Os bolsistas eram selecionados em todos os cursos. Em geral se davam bem [...].

Uma mostra do comportamento controlador do ex-diretor, que, posteriormente, estimulou a revolta, é dada por Luz (2011, em entrevista) ao afirmar que o ex-diretor chegou a vetar seu nome para a posição de bolsista por ela ser mulher, só conseguindo uma posição na universidade quando uma outra oportunidade surgiu:

> Na verdade, eu não cheguei a ser bolsista, não. Eu fiz o concurso para ser bolsista, só que era a época do professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, e o professor Yvon, simplesmente, não admitia mulheres. Nem para dar aula, nem para ser bolsista. Para nada. Só tinha uma professora na escola, do curso de Economia, bem mais velha que eu. Era a única. E o resto dos professores eram todos homens. Eu passei no concurso de bolsa e ele não me deixou entrar. Ele falou: "Não. Moça não vai entrar como bolsista". Então, eu, como eu era muito boa aluna, apareceu naquela época a possibilidade de me tornar pesquisadora auxiliar. Era um cargo, isso já era um cargo. Mesmo no serviço público existia. Eles tinham que preencher este cargo senão eles iriam perder, porque este cargo ia ser extinto. Então, me colocaram lá como pesquisadora auxiliar, e eu comecei a fazer a mesma coisa que o bolsista: estudava o dia inteiro.

Na medida em que integrava esses alunos bolsistas, novos pesquisadores e professores assistentes, a FACE conseguiu manter seus cursos funcionando. Clóvis Salgado (1957), ministro da Educação e Cultura, em discurso na FGV, afirmou que, dado o êxito dos cursos de Administração da FACE, da EAESP e da EBAP, já era momento de dar reconhecimento

oficial aos cursos e permitir o registro de diplomas dos alunos (o que, entretanto, só aconteceu nove anos mais tarde).

Em 1959, há registro de convênio com o DASP para a realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização em Administração Pública em conjunto com a FACE (BRASIL, 1959), em consonância com o Decreto 43.176, de fevereiro de 1958 (BRASIL, 1958). Pelo convênio professores especialistas da Escola de Serviço Público ficariam por período a combinar em Belo Horizonte, com vistas a ministrar aulas aos alunos dos cursos lecionados sob o acordo firmado.

Além disso, o acordo previa:

> A Faculdade se encarregará de ministrar, em Belo Horizonte, os cursos de - Administração Pública, previstos no decreto citado, que forem julgados essenciais para o aperfeiçoamento dos servidores federais, estaduais, municipais e de autarquias e entidades paraestatais, sediados no Estado de Minas Gerais.

Esses acordos envolvendo a Prefeitura de Belo Horizonte e o DASP indicam que a FACE desempenhava funções vinculadas à formação do corpo técnico dos órgãos públicos sediados em Minas Gerais. Além disso, as entrevistadas Moema Siqueira (2012, em entrevista) e Talita Luz (2011, em entrevista) afirmaram ter atuado em projetos vinculados à reforma do estado em Minas Gerais. Entretanto, ambas confirmam que a relação se estabelecia não de maneira institucional, mas, principalmente, a partir de laços pessoais, como os que eram cultivados pelo ex-professor da FACE Adalmo de Araújo Andrade. Outros membros da Faculdade, vinculados principalmente aos cursos de Economia, também desempenharam funções nos governos. Esse trânsito mostra que a Faculdade se inseria nas discussões sobre gestão e planejamento no estado, possivelmente abrindo espaço para que seus alunos e egressos também atuassem neste campo profissional.

Durante a década de 1950, o professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, em nome da Faculdade, chegou a conversar com a *Michigan State University* a fim de estabelecer parceria para o aprimoramento do pessoal e do ensino ministrado. Como discutido anteriormente, esse seria o mesmo acordo que beneficiou os cursos de Administração da UFRGS, UFBA, EBAPE e EAESP. Contudo, as conversas foram rompidas em 1957, como mostra Taylor (1968). Posteriormente, elas foram retomadas, mas novamente rompidas. Um telegrama de Claude

McMillan[65] (1959) recolhido na Universidade de Michigan aponta que a Universidade de Minas Gerais estava fora "de novo" e que ela deveria ser ignorada nos planos que estavam sendo tratados para fornecer apoio técnico a universidades brasileiras.

Na reunião de fevereiro de 1959 da congregação da Faculdade afirma-se:

> Disse o senhor Diretor que a Faculdade fora convidada a participar de um convênio com o Ponto IV para o ensino de Administração Pública e de empresa. As bases desse convênio no entanto não atendiam aos interesses da Faculdade, não tendo sido aceitas.[66]

Apenas um registro de que o acordo teria acontecido foi encontrado numa *newsletter* direcionada ao *staff* da Universidade de Michigan (FAZE, 1974, p. 1). Entretanto, é interessante ressaltar que, apesar de nesse trecho ser mencionada a participação das faculdades de Minas Gerais no acordo, conforme registrado em ata, essa não ocorreu. Destacamos, ainda, que essa é a única menção a esse acordo presente nos dados colhidos. Consideramos, assim, que as informações são imprecisas.

Nessa mesma reunião (de número 90), o diretor afirmou que vinham se ampliando os laços da instituição com outras entidades nacionais e estrangeiras. Convidado a conhecer a Universidade de Porto Rico, enviou Jouve Camisassa em seu lugar, que "tomou conhecimento do ensino de administração". A Universidade de Porto Rico havia sido apontada por Elwyn A. Mauck como um dos possíveis destinos para intercâmbio docente e discente em 1954. A menção à Universidade de Porto Rico exatamente na mesma reunião em que se comentou a rejeição de um acordo com o Ponto IV, indica a possibilidade de haver conversações envolvendo ambas as escolas, mas não foram encontradas mais considerações sobre o assunto. As informações presentes na ata não permitem avaliações sobre algum possível acordo proposto, nem da visita em si.

---

[65] Claude Mc Millan. Telegrama para o líder do projeto. 13 de junho de 1959. Cortesia do professor Bill Cooke. O remetente da mensagem era o chefe da missão técnica no Brasil, com sua designação disponível em <http://spartanhistory.kora.matrix.msu.edu/files/3/15/3-F-199-56-JUNE%2013%201958.pdf> acesso em 19/10/2012.

[66] Ata da 90ª Reunião da Congregação da FACE, de 13 de fevereiro de 1959.

Transcrevemos um trecho de carta endereçada a Ruben Austin, coordenador do projeto de apoio aos cursos de Administração no Brasil e que passou a coordenar um projeto sobre Administração Pública no Vietnã, em 1960 (cf. MUSOLF, 1960). Infelizmente, não fica claro o autor da carta coletada nos arquivos da Universidade de Michigan e datada de 16 de junho de 1959:

> O dia no qual que ele deveria vir ao Rio para assinar o contrato do projeto e fazer da Universidade de Minas Gerais, uma das partícipes do programa expandido, o diretor Ivan [sic] se recusou a assinar o acordo, solicitando uma reformulação da alteração que tinha sido realizada visando acomodar sua assinatura. O Rio [?] concordou em reformular a emenda ligeiramente, e convidou-o para voltar na semana seguinte. O diretor Ivan [sic] não voltou, mas enviou uma carta ao ICA / Rio afirmando vigorosamente que todo o plano tendia a subordinar sua escola ao EAESP e à EBAP, e que ele não poderia se juntar sob estas circunstâncias. Ficamos surpresos, claro, uma vez que ele havia sido avisado de que o Presidente Kubitschek o instruiu a se juntar ao grupo. É possível que não tenhamos ouvido sobre isso pela última vez, e que Ivan [sic] aparecerá no Rio de novo, em breve, por insistência de outra pessoa. No entanto ICA/Rio já decidiram deixar a Universidade de Minas Gerais fora, e não reconsiderarão aceitar a UMG. Eles estão retomando suas negociações com a Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. [...] Antes de partir do Brasil, o diretor Seelye sugeriu a conveniência de se deixar a Universidade de Minas Gerais de fora do acordo. Herder, ao que me lembre, não achou que devia ser tomada uma atitude tão drástica, mas também era cético. Mac Millan confiava plenamente que a U MG poderia ser trazida de volta para se tornar uma participante produtiva. Os desenvolvimentos posteriores tornaram evidente que teríamos feito bem ao deixar a UMG de fora meses atrás. Assim, as negociações estão em andamento mais uma vez com a Universidade do Brasil.[67]

Embora haja aí a menção da escolha da Universidade do Brasil para substituir a FACE, parece que isso não ocorreu. Taylor (1968) aponta que a escola escolhida havia sido a que se desenvolvia na capital de Pernambuco, embora esse acordo também não tenha se efetivado. Ao que nos parece, as agraciadas foram de fato os cursos das universidades federais do Rio Grande do Sul e da Bahia e aqueles ligados à fundação Getúlio Vargas.

---

[67] No original: The Day He [Yvon] was supposed to drop into Rio to sign the Project agreement and make the University of Minas Gerais a participant in the expanded program, Dean Ivan [sic] declined to sign, requesting a rewording of the amendment which had been written to accommodate his signature. Rio agreed to reword the amendment slightly, and invited him to return the following week. Dean Ivan [sic] did not return, but rather sent a letter to ICA/Rio stating in effect that the whole plan tended to subordinate his school to the EAESP and to EBAP, and he could not join under these circunstances. We were surprised of course, since he had been advised that it was President Kubitschek who instructed him to join the group. It is possible we have not heard the last of it, and that Ivan [sic] will show up in Rio Again soon at the insistence of someone else. However ICA/Rio has, they say, finally written the University of Minas Gerais off, and will not reconsider accepting the U. of M.G. They are renewing their negotiations with the University of Brazil in Rio. [...] before he departed from Brazil, Dean Seelye suggested the propriety of dropping the University of Minas Gerais. Herder, so I recall, did not feel we should move that far, but was also skeptical. Mc Millan was entirely confident that the U. of M.G. could be brought around to becoming productive participants. Subsequent developments have made it apparent we might have done well to drop de U. of M.G. months ago. Thus negotiations are once again underway with the University of Brazil.

O relato anterior nos apresenta a versão dada por Yvon para a sua desistência: a posição subordinada em que a Faculdade que dirigia seria colocado, o que de fato ocorreria, pois como afirmam Taylor (1968) e Alcadipani e Bertero (2012), a ideia era utilizar as escolas da FGV como centros para disseminar os saberes administrativos para outras escolas, que, por sua vez, contribuiriam com a disseminação destes saberes na região em que se inseriam. Chama a atenção a menção ao pedido direto do presidente Juscelino Kubitschek para que Yvon aceitasse o acordo, o que é plausível considerando que aquele participava como vice-diretor do Conselho Administrativo da FACE quando de sua fundação e da escolha deste para seu primeiro mandato (PAULA, 2006).

Está registrado em documentos presentes na FGV, mencionados por Rafael Alcadipani (2012, *via e-mail*), o pedido da FACE em janeiro de 1955 por apoio de uma missão dos EUA para que pudesse estabelecer o curso de Administração de Empresas. Dois professores chegaram a ser enviados para a escola em fevereiro do mesmo ano. Em 1956, a FACE pediu apoio à FGV para seu curso de Administração de Empresas. Em novembro do mesmo ano, um professor de Marketing da EAESP e um estadunidense vieram a Minas Gerais para um curso de Marketing de uma semana, apoiado pelas associações comerciais do estado. Já em maio de 1957, professores dos EUA e da FGV estiveram na FACE para uma visita. Em junho de 1957, ficou decidido que seriam enviados professores dos EUA à FACE, sendo que ocorreram visitas à faculdade durante o ano. Ainda em janeiro de 1957, no dia 23, cinco professores da UFMG visitaram a EAESP para compreender como se dava o funcionamento do curso naquela escola. Estas informações são também trazidas por Taylor (1968).

Contudo, gostaríamos de levantar outra possibilidade que não elimina aquela que fundamenta a desistência da FACE em uma disputa por prestígios, mas traz um elemento que pode ter facilitado ou encaminhado para essa tomada de posição. O ano em que se efetivou a desistência definitiva da saída da FACE das conversações, 1959, permite indagar se as relações com o corpo estudantil não podem ter influenciado a decisão do diretor. Como apontam Siegel (2010) e Taylor (1968), a presença estadunidense causava desconforto nas outras escolas, culminando com a saída do curso de Administração da Universidade de Pernambuco do acordo. A agitação estudantil que se avizinhava para 1960 e que derrubou o então diretor Yvon Leite de Magalhães Pinto pode ter influenciado na decisão da Faculdade

de não participar do acordo. O próprio ex-diretor chega a apontar que havia intranquilidade na FACE no ano de 1959 (MAGALHÃES PINTO, 1963).

Também Carvalho (2012, em entrevista) acredita que este pode ter sido um fator chave da desistência do curso em participar destes acordos. Carvalho (2012, em entrevista) afirmou que em um ambiente altamente politizado e atravessado por um nacionalismo de um lado a outro do espectro político a assinatura de um acordo com uma instituição estadunidense poderia ser muito mal vista.

Em certo sentido, a oposição aos acordos, por serem considerados "ingerência" estadunidense, teriam ampla ressonância nas intenções que os EUA tinham ao ofertar apoios técnicos. Storm e Markey (1959), autores do relatório do programa de apoio técnico oferecido à EBAP pela *University of Southern California*, ao discorrer sobre a experiência, apontam a importância dada à suplantação de determinadas características culturais dos países receptores. A perspectiva evidencia que se percebia a necessidade de o Brasil superar seu atraso para atingir um nível não apenas econômico, mas também cultural. Para isso, a Administração seria um instrumento de grande valia, na medida em que contribuiria para a inserção de novos valores, que, por sua vez, seriam mais próximos dos ideais, que eram os defendidos pelos estadunidenses.

Ao mesmo tempo, os autores apontam que se poderia ter boas expectativas em relação à transmissão de conhecimentos (e atitudes). Isso porque os receptores do conhecimento, os brasileiros, não são "aborígenes" e têm motivação para superar o hiato cultural e atuar conjuntamente para a reengenharia cultural.

> O programa brasileiro foi potencializado pelo fato do Brasil ser uma nação ocidental com uma herança cultural parecida com a dos Estados Unidos. Há uma clara tendência no Brasil para admirar os padrões culturais dos Estados Unidos. Esta familiaridade cultural era, ao mesmo tempo, um aspecto positivo e uma limitação. As relações pessoais e a atividade docente eram facilitadas, mas a significância das diferença culturais eram minimizadas (STORM e MARKEY, 1959, p. 14).[68]

---

[68] No original: The Brazilian program was enhanced by the fact that Brazil is a western nation with a cultural heritage similar to that of the United States. There is a marked tendency in Brazil to admire U.S. culture patterns. This cultural familiarity was at the same time a value and a limitation. Teaching and personal relations were facilitated, but the significance of cultural difference was minimized.

Contudo, ainda que fosse percebida certa proximidade cultural entre ambos os países, um dos fatores analisados para se avaliar a efetividade do curso era a mudança nos valores e nas atitudes fundamentadas na cultura brasileira. Outros pontos analisados eram a apreensão geral de conhecimentos e mudança na percepção da Administração Pública dos Estados Unidos. Dentre outros elementos eram feitos teste na entrada do aluno no curso e na saída para se captar a mudança de posicionamentos.

Storm e Markey (1959) evidenciam a todo o momento o peso que mudanças de "postura" têm mesmo no instrumento final de avaliação. Este relatório é interessante por ser representativo de como a disseminação de conhecimentos em Administração serviu para disseminar os valores culturais dos EUA. Não que programas em outras áreas não fossem sujeitos a este mesmo tipo de aculturação dos indivíduos, mas aqueles na área de Administração (como, possivelmente, em outras especialmente ligadas às Ciências Humanas e às Ciências Sociais) intentavam provocar a mudança nas instituições sociais, como mostram as discussões sobre *institution building*.

Assim, acreditamos que o rompimento das conversas sobre uma possível ajuda estadunidense à FACE se deu pela conjunção de dois fatores: a insatisfação de parte do corpo discente em relação à atuação de um mecanismo que proporcionaria um canal institucional para a influência estadunidense na FACE, aliada à rejeição de uma posição subordinada em relação à FGV, que foi a alegação dada por Yvon Leite de Magalhães Pinto. Entretanto, lembramos que o curso de Administração Pública já havia sido criado em 1952 sob a sombra da EBAP e que ficou registrado na reunião da congregação, de dezembro de 1957,[69] que ocorreram alterações no currículo do curso de Administração de Empresas, visando a que este ficasse com a mesma formatação de seu correlato da EAESP. Além disso, Mauck (1954a) já havia mencionado um acordo futuro envolvendo a FACE e instituições dos EUA, o qual parecia ir ao encontro das necessidades e dos anseios da Faculdade.

A FACE permaneceu, contudo, como partícipe no processo de institucionalização dos currículos de Administração, como demonstra um trecho do parecer do Conselho Nacional de

---

[69] Ata da 87ª Reunião da Congregação da FACE, 10 de dezembro de 1957.

Educação de 1960[70] que ratifica a mudança de currículos nos cursos de Administração Pública, Sociologia e Política e Administração de Empresas da FACE (MEC, 1960): "sejam considerados os presentes currículos como padrões básicos oficiais para os respectivos tipos de ensino, com vistas a autorizações e reconhecimentos que venham a ser pleiteados por outras instituições".

Contudo, o trecho "padrões básicos oficiais" foi riscado, tendo sido sobrescrita a expressão "fase de estudo", o que pode indicar que estavam em discussão quais seriam as bases para o currículo de pelo menos um dos cursos analisados no parecer (possivelmente mais que um). Paulo Roberto Motta (1999, p. 122) indica que a FACE fez sugestões ao MEC acerca do currículo mínimo do curso.

> Houve um acidente histórico que prejudicou muito o ensino de administração no Brasil. A Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais[71] foi a primeira a registrar no Conselho Federal de Educação algumas matérias de administração, junto com ciências contábeis.

Encontramos evidências de que a FACE realmente fez diversas sugestões de disciplinas em 1962, como mostra o livro de documentos do Departamento de Ciências Administrativas.[72] O pedido para que as sugestões fossem feitas havia sido realizado pelo reitor da universidade, presente na reunião 128 da congregação da Faculdade em fevereiro de 1962, mediante solicitação do Conselho Nacional de Educação. As disciplinas sugeridas foram: Economia Política, Sociologia, Ciência da Administração, Contabilidade Geral, Matemática, Estatística, Geografia Econômica, Ciência Política, Contabilidade Comercial, Organização e Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública, Organização e Contabilidade Industrial, Revisões e Perícias Contábeis, Análise de Balanços, Legislação Fiscal, Tributária e do Trabalho, Direito do Trabalho e Direito Privado.

---

[70] Ministério da Educação e da Cultura. Comissão de Estatutos Regulamentos e Regimentos. **Parecer nº 552.** 23 de novembro de 1960.

[71] Como se vê, o nome da faculdade está grafado erroneamente, embora não seja possível atribuir o erro ao próprio Motta ou à quem transcreveu a entrevista.

[72] Departamento de Ciências Administrativas. **Histórico do Curso de Administração**. Volume 1 – 1952 à 1984. Belo Horizonte.

É interessante notar que as disciplinas elencadas não contemplam nenhuma das áreas funcionais da Administração (como Recursos Humanos, Marketing ou Finanças, por exemplo). O material denota que disciplinas importantes para a formação de administradores públicos ou de empresas foram deixadas de lado e que a confusão da área com a de Ciências Contábeis, como sugeriu Motta (1999), tem fundamento.

Outro elemento mostra que o curso de Administração de Empresa ocupava uma posição secundária na faculdade. Em 05 de julho de 1963, os alunos do curso de Administração enviaram uma carta denunciando que a Faculdade era omissa no sentido da projeção do curso visando ampliar o número de matriculados. Atestavam eles, ainda, que "já não bastasse o nome da Faculdade que obscurece todos os demais cursos, com exceção de Economistas" não havia promoção dos outros cursos, especialmente do de Administração de Empresas. Esse sentimento de que o curso de Administração de Empresas era relegado no interior da Faculdade parecia ser relativamente compartilhado, estando de acordo, pelo menos, com a maior parte do material colhido nas entrevistas. Além disso, a importância dada à promoção do curso chama a atenção, embora possa se considerar que ela ainda estava em fase de consolidação, sem ter sido ainda reconhecida pelo Governo Federal, o que só veio a acontecer em 1966. [73]

Na reunião de julho de 1963, os alunos ameaçam lançar uma campanha, aparentemente não realizada, para sua separação em outra faculdade (de Administração Pública e de Administração de Empresa), reclamando do descaso da Faculdade para com os cursos de Administração e Contabilidade. Além disso, os alunos se queixavam do excesso de faltas dos professores do curso e que havia excesso de aulas teóricas. Apontaram, ainda, para a baixa quantidade de bolsas para o curso de Administração de Empresas, atestando que os bolsistas ficavam abandonados à própria sorte, sendo que apenas um professor foi contratado em tempo integral para a área do total de 15 existentes então.[74]

---

[73] Departamento de Ciências Administrativas. **Histórico do Curso de Administração**. Volume 1 – 1952 à 1984. Belo Horizonte.

[74] Ata da 146ª Reunião da Congregação da FACE, de 5 de julho de 1963.

Em sua resposta, o Departamento subscreve a maior parte da reclamação dos alunos, mas com pontos relevantes na argumentação. A primeira é a ênfase na técnica, inclusive apontando que o curso de Administração de Empresa "é orientado no sentido de formação de técnicos".

> Realmente, a ausência de aulas práticas vem distanciando o curso de Administração de Empresas da moderna orientação universitária, seja pela deficiência do currículo, de projeções em aula, pela absoluta falta de trabalhos práticos os próprios alunos ressentem grandemente esta deficiência. O curso de Administração de Empresas, ao contrário de outros da escola, é orientado no sentido da formação de técnicos. Não se pode negar a grande necessidade de ampla cultura humanística e técnica para o futuro administrador profissional. De outro lado, também, não se pode negar que a objetivação fundamental do curso exige uma ampla e indispensável complementação prática. Os alunos ao fim do curso desconhecem os mais comezinhos problemas empresariais; e resultado disto se verifica na enorme dificuldade encontrada pela maioria, uma vez formados. E, infelizmente, é esta a primeira impressão que permanece no espírito do empresário, trazendo grandes entraves ao mercado de trabalho. Com o intuito de sanar tal omissão o departamento sugere o seguinte: Realização de um programa intensivo de seminários, cursos paralelos, trabalhos práticos, pesquisas, estágios orientados e administração simulada (*Business Game)*. E, finalmente, ao invés da criação de um "Escritório Modelo", o convênio com as várias empresas que trabalhem com máquinas de escritório em geral para [ilegível] para eles de demonstração de seus vários tipos de máquinas; [...] [em relação às bolsas] basicamente o departamento concorda com os apontamentos dos alunos e afirma que pelo fato do curso ser novo, era ele quem precisava de maior apoio.

A ideia de que o curso de Administração formava técnicos foi repetida quando a profissão de "técnico em administração" foi reconhecida, e não a de "administrador". Essa visão, somada ao fato de que um número maior de alunos do curso trabalhava, como apontam informações dispersas nas atas, fornece elementos que explicariam a baixa quantidade de bolsistas. Ao mesmo tempo, essa característica parece que se verificava também entre os professores, que atuavam em outras organizações, o que pode explicar o baixo número de docentes em tempo integral. Isso também se relaciona, possivelmente, com o fato de a maior parte das disciplinas "centrais" da Faculdade estar mais ligada aos outros cursos, em especial ao de Economia.

O espaço de cada curso dentro da Faculdade também era diferente:

> Isto é correto [o curso de Administração Pública tinha preponderância sobre o de administração de empresas]. O de administração de empresas era mais um curso voltado, como o próprio nome indica, para empresa [não para discussões acadêmicas]. E era uma coisa que tinha... que existia muita relação com ciências contábeis e era um curso que era muito voltado para a prática. O nosso era um curso mais voltado... acadêmico, principalmente por causa da sociologia, que a influência foi muito grande. [...] os cursos realmente que tinham mais espaço eram economia e sociologia. Administração Pública era quase que um apêndice da sociologia. [...] o curso de administração de empresas também não tinha muito espaço não e formava menos alunos que o de

> Administração Pública. O de ciências contábeis formava muita gente e ciências atuariais era muito pouquinho. Muito pouco. Estes três cursos: ciências atuariais, contábeis e administração de empresas, eles tinham muita relação entre si. Sociologia com administração e economia. Mas os que mais tinham espaço eram esses dois. (LUZ, 2011, em entrevista).

A entrevistada aponta que a clivagem entre os cursos "práticos" e os cursos teóricos os dividia em dois grupos. Isso pode ter contribuído para o *status* de cada um dentro da Faculdade, que redundaria na divisão de recursos para os cursos dentro FACE. Contudo, declara Dulci (1990, p. 123): "Após 1964, o treinamento em Economia e Administração de Empresas confere grande prestígio para o acesso às posições tecno-empresariais". Na visão do autor, o regime que se estabeleceu após o golpe militar contribuiu sobremaneira para a valorização e reputação dos saberes que circulavam na FACE e, enfatizamos, relacionados à Administração de Empresas.

A instauração da ditadura militar se deu ao mesmo tempo em que a FACE passava por um momento de efervescência política, da qual a saída de Yvon Leite de Magalhães Pinto foi um indício, mas não significou seu fim. Schwartzman (1997, s. p.) dá pistas de como era o espírito dos jovens que estudavam na FACE nos anos de 1960:

> Uma das forças, mas uma das fraquezas também da geração de sociólogos e economistas formados pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG a partir dos anos 60, era a sensação de que não havia nada antes de nós, que tudo tinha que ser reinventado e recriado. Éramos arrogantes e iconoclastas, mas [...] éramos também carentes, não tanto de idéias e conceitos, que, achávamos, era só uma questão de ler e estudar (nos livros franceses que chegavam na livraria Duas Cidades ou em inglês que nos trazia, Deus sabe de onde, Júlio Barbosa), mas de modelos de viver, pensar e estar no mundo, que Iglésias, quem sabe, poderia nos ajudar a encontrar.[75]

Herbert de Souza (1991, s. p.), conhecido como "Betinho", localiza a existência de duas vertentes de esquerda dentro da FACE, uma ligada ao catolicismo e outra de caráter marxista:

> [uma] tensão, que se manifestou na JUC, era a divergência com o grupo marxista. Ali, no mesmo edifício da Faculdade de Ciências Econômicas, onde estavam os fundadores da Ação Popular, estavam também os fundadores da Polop (Política Operária). Teotônio dos Santos Júnior, Simon Schwartzman etc. Era o conflito entre cristãos e marxistas, que, de alguma forma, levou o grupo

---

[75] O professor Júlio Barbosa aparece como uma figura importante na construção do pensamento sociológico no interior da FACE. Sua gestão à frente da Revista Brasileira de Ciências Sociais, então editada e impressa na FACE, demonstra o periódico à par dos grandes debates que aconteciam no Brasil naquele momento, especialmente tratando do desenvolvimento nacional. Interessante que o primeiro e último número editado na FACE após o golpe de 1964 trazia discussões já entre a chamada "escola paulista" de sociologia e ex-alunos da FACE recém retornados de estudos no exterior, com uma visão mais cientificista das ciências sociais.

> cristão a estudar marxismo. Eu não li primeiro Marx, li sobre Marx através de um jesuíta. Mas Teotônio e os outros já estavam lendo direto Marx. O nosso grupo nasceu e teve que debater com os novos marxistas, com o Partidão, com este grupo cultural que infernizava a nossa vida e com a Igreja tradicional.

José Murilo de Carvalho (2010, p. 229-230) concorda com a visão de que a FACE era um polo de atividade política, tanto por causa das figuras que lá estudava como pela atuação de pelo menos quatro grupos, dentre eles a Ação Popular (AP) e o PCB (o Partidão). Havia também a direita:

> Esta última se dividia em um grupo não religioso, o mais truculento, e a TFP, Tradição, Família e Propriedade, cujos militantes eram fanáticos, mas não violentos. Nós os chamávamos de donzéis. Na extrema esquerda, havia ainda a POLOP, Política Operária, leninista. Era tão pequena que constava que fazia convenção num fusca.

Também fora da Faculdade havia manifestações políticas à direita e à esquerda. Uma das mais marcantes ocorridas à época foi a reação a um comício que seria feito por Brizola, que sofreu forte reação de setores antiesquerdistas que também atuavam em Belo Horizonte:

> O Brizola tentou fazer um comício em Belo Horizonte, no prédio da Secretaria de Saúde. Enquanto nós estudantes arregimentávamos ouvintes, mulheres rezadeiras ocuparam o auditório e a mesa, de onde rezavam e agitavam terços. Eram militantes da Cruzada do Rosário promovida pelo padre irlandês Patrick Peyton a serviço do governo americano. Pedro Peyton promovia imensas marchas da "Família com Deus pela Liberdade", com milhões de participantes, para combater o comunismo. Quando o Brizola chegou, não conseguiu entrar no prédio. Falou cinco minutos no saguão e foi embora. [...] Era 64. Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, foi fazer uma palestra lá na Faculdade. O pessoal de direita ameaçou perturbar o evento. Nós nos armamos com porretes enfiados nas calças. Todo mundo andando de perna dura dentro do auditório (Carvalho, 2010, p. 31).

Como se percebe dentro e fora da Faculdade o ambiente político era carregado e radicalizado. Na FACE, imediatamente após o golpe, pelo menos Herbert de Souza, Theotonio dos Santos e Simon Schwartzman se retiraram da Faculdade imediatamente após o golpe de 1964, expulsos pela ditadura, direta ou indiretamente. As circunstâncias nas quais eles foram desligados mostram que o governo que assumiu o controle do País após o golpe de 1964 estava atento à presença de figuras que considerava de esquerda na FACE., o que pode esclarecer parte da intensidade da repressão exercida na Faculdade imediatamente após o golpe.

Carvalho (2007, p. 6-7) aponta que houve uma mudança em relação ao perfil do estudante bolsista no momento que sucedeu ao golpe:

> [...] na faculdade [...] [atuava] toda a base fortíssima de lideranças estudantis no Brasil. Interessantemente os grupos políticos de esquerda escolhiam [...] seus jovens mais promissores e mandavam eles fazerem o curso de Sociologia [...] aqui. E esses líderes [...] quase todos eles eram bolsistas.

Carvalho (2007) aponta que após o golpe de 64 a atuação política ganhou preponderância em relação à dedicação aos estudos. Ao mesmo tempo, atividades consideradas "antiamericanas" foram punidas na FACE, no momento em que Peter Bell, representante da Fundação Ford, foi visitar a Faculdade. Em dezembro de 1964,[76] um aluno foi suspenso por oito dias por ter escrito em um quadro "Abaixo aos vendidos da Ford Foundation". O relatório que recomendou a punição do aluno foi fruto de sindicância instaurada após denúncia realizada pelo professor Ruy Ferreira da Cunha. Bell (2012, s. p.) atesta que a hostilidade recebida quando foi à FACE foi um momento marcante em sua carreira. Mas Bell (2012) deixa implícito que a hostilidade inicial foi apaziguada no decorrer do tempo:

> Eu nunca vou me esquecer de quando fui recebido com uma ensurdecedora explosão na minha primeira visita à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Os jovens professores com os quais me encontrava tentaram me garantir que eram apenas fogos de artifício. Um deles depois me confidenciou, no entanto, que era uma bomba detonada por estudantes como uma forma de aviso para manter distância. Com o passar dos anos, alguns desses jovens professores integraram o núcleo que desenvolveu o programa de pós-graduação em ciências políticas da universidade.

A punição às manifestações contrárias aos interesses "americanos" é coerente com o ideário dos militares que assumiram o poder em abril de 1964. Como aponta Moniz Bandeira (2011, p. 134) à época "qualquer manifestação contrária aos Estados Unidos, por serem considerados o 'guardião do mundo livre', passara a equivaler a um atentado à própria segurança nacional do Brasil". Esse alinhamento quase automático do interesse de ambos os países parece ter chegado a um ápice exatamente durante o governo de Castelo Branco.

Desperta a atenção o fato de que o mesmo sistema de bolsas que abrigava os alunos "mais politizados" preparou os alunos que foram posteriormente selecionados para bolsas patrocinadas pela Fundação Ford. Para José Murilo de Carvalho (1998, p. 361-362), o sistema de bolsas foi fundamental para a habilitação dos estudantes que foram para a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 1962 e que depois foram apoiados pela

---

[76] Ata da 161ª Reunião da Congregação da FACE, 9 de dezembro de 1964.

Fundação Ford. Depois eles voltaram para lecionar na FACE, já com uma carga mais americanizada de conhecimentos:

> [...] veio uma nova influência via Flacso. Um atestado da eficácia do sistema de bolsas da Faculdade de Ciências Econômicas é que vários alunos lá formados foram aceitos pela Flacso com bolsa. [...] Essas pessoas foram para a Flacso, voltaram e começaram a dar aulas imediatamente. [...] E aí sim, entrou um outro estilo de pensamento, uma outra orientação: entrou a ciência política americana, via Flacso. [...] houve uma mudança importante, que na época, inclusive, gerou debate. [...] certamente havia um conflito bastante grande entre a nova orientação e o que se praticava em São Paulo e no Rio de Janeiro, particularmente no Iseb.

Sobre esta experiência, Fabio Wanderley Reis (2010, s. p.) afirma:

> [...] a FLACSO era uma coisa mais ou menos incipiente. Nós fomos selecionados para a terceira promoção (1962-63, cada promoção tomava dois anos), com a particularidade de que o grupo de brasileiros selecionados para essa promoção (pelo Professor Lucien Brams, que viajava em 1961 pela América Latina recrutando gente) foi composto inteiramente pelo grupo de graduados da FACE. Todos tínhamos participado do programa de bolsas criado havia pouco na FACE [...], e na FLACSO fomos expostos a algo bem diferente daquilo a que éramos expostos aqui. Aqui a gente tinha marcadamente e quase exclusivamente uma influência francesa. Lembro de apenas um professor, Eugênio Rosi Filho, que seguia algum curso de nível de pós-graduação na Escola Livre de Sociologia de São Paulo e tinha uma perspectiva distinta, mais atenta à sociologia dos Estados Unidos [...]. Apesar de termos sido recrutados por um professor francês e da presença de vários professores europeus na FLACSO, [...] a orientação geral era inequivocamente norte-americana. [...] De todo modo, a experiência na FLACSO nos fez voltar como os "jovens turcos", trazendo a novidade e comprando briga com o pessoal de orientações mais tradicionais no país e que eram então dominantes [...].

Fábio Wanderley Reis (2004, p. 10) salienta ainda um aspecto que ilustra o esforço que se fazia à época nos Estados Unidos para dar aceitabilidade científica às Ciências Sociais, um esforço que, como se viu, também aconteceu no campo da Administração.

> lá [na FLACSO] fomos expostos a conteúdos, orientações e perspectivas totalmente distintas daquelas que prevaleceram na nossa experiência do curso de Sociologia da FACE. Uma orientação norte-americana, com grande atenção para a produção sociológica dos Estados Unidos e a preocupação com a articulação entre o trabalho teórico e a referência empírica, acompanhado da ênfase no treinamento em Metodologia.

Gabriel Cohn (2008, p. 80), que chegou a ser recrutado para estudar na FLACSO, embora não tenha ido, afirma citando nominalmente Florestan Fernandes, que havia clara rejeição aos conhecimentos que se propagavam naquela instituição.

Cohn aponta:

> A ideia da modernização das Ciências Sociais nesse período de horror que foi a Guerra-Fria, na segunda metade do Século XX, significava introduzir no Brasil, através de ações institucionais, o que se produzia nas universidades de origem anglo-saxônica. [...] A FLACSO recrutava jovens na América Latina inteira e lhes dava uma boa formação. Eram predominantemente selecionados jovens intelectuais de esquerda. Basta mencionar aquela brilhante turma de estudantes de Minas Gerais [...] no recrutamento da FLACSO na USP, veio um professor norueguês (John Galton??). Ele fez uma entrevista comigo e propôs que eu fosse. Florestan me chamou e disse: "Você pode ir, mas aqui não volta mais".

Mudanças institucionais também começaram a ser realizadas. Elas designavam o iminente fim da convivência na FACE dos cursos de Economia e Ciências Contábeis/Atuária e de Administração Pública, Sociologia e Política e Administração de Empresas. As vagas para os cursos de Administração Pública e de Administração de Empresas aparecem juntas pela primeira vez apenas no fim de 1964 para a entrada de 1965.[77] Essa menção do número de vagas para ambos os cursos num só processo seletivo indica a posterior incorporação do primeiro pelo segundo, que aconteceu formalmente em 1968. Há, ainda, o fato do curso de Administração de Empresas, na prática, ter sido mantido sob o nome de "Curso de Administração", com algumas modificações.

Reis (2002, p.11-12) afirma sobre sua experiência como estudante da última turma de Sociologia e Política da Face:

> Entrei na Faculdade em 1964, logo depois do golpe; foi a última turma antes da fusão dos cursos na Faculdade de Filosofia e não mais na de Ciências Econômicas. O curso de Sociologia e Política tinha uma aura. A influência da Economia era muito forte, por isso nós tínhamos um perfil diferente do pessoal de Ciências Sociais. Talvez eu possa dizer que o curso era um pouco de Economia Política, que é semelhante ao que é a Sociologia Política americana. Tínhamos Economia, Planejamento Econômico, História Econômica; isso tudo dava uma perspectiva, em termos convencionais, até pouco sociológica. Fui aluna da primeira geração de cientistas políticos em Minas, porque a Fundação Ford estava começando a entrar no financiamento da pesquisa e pós-graduação em Ciência Política no Brasil e fui treinada por alguns dos primeiros professores que fizeram parte desse projeto, como Fábio Wanderley Reis, Simon Schwartzman, pessoas que já se viam também como cientistas políticos, e não só como sociólogos. Ao mesmo tempo, a gente tinha toda a velha tradição da Sociologia; então, essa junção contribuiu para a minha formação.

Na 161ª reunião da congregação, foi discutido se o curso de Sociologia e Política não deveria ser transferido para a Faculdade de Filosofia, onde já havia um curso de Sociologia e maior afinidade com os temas tratados. Mas não era disso que se tratava. A questão era,

---

[77] Ata da 162ª Reunião da Congregação da FACE, de 18 de dezembro 1964.

principalmente, mudar o perfil dos integrantes da Faculdade. A ata registra que o motivo da transferência do curso seria o fato de os "agitadores" estarem, em sua maioria, ligados a esse curso. Ruy Ferreira da Cunha propôs a supressão do curso sob esta justificativa. Segundo o que consta na ata, Aguinaldo Sérvulo Botelho acrescentou que, na verdade, era no curso de Economia que se encontrava o maior número de elementos ligados à agitação, sem que com isso estivesse fazendo reparo, e sim um adendo ao que disse seu colega.

Jose Murilo de Carvalho (1997, p. 364-365) confirma que o estímulo e a divulgação de ideais "americanistas" era parte dos objetivos da Fundação Ford e que ela tinha importante papel durante a Guerra-Fria.

> A motivação da Fundação Ford veio obviamente da Revolução Cubana. Mas é preciso dizer em seu favor que ela nunca cobrou absolutamente nada. Simplesmente entregava à instituição o dinheiro destinado a bolsas, e a instituição usava-o como queria [...]. Era o problema da ameaça comunista na América Latina [que também trouxe americanos para o Brasil]. Naquele momento houve muito dinheiro para os centros latino-americanos e para bolsas na América Latina. Isso produziu uma primeira grande leva de estudantes norte-americanos que vieram fazer suas teses no Brasil. Surgiu a figura do brasilianista. Creio que houve uma melhor aceitação dos brasilianistas no Brasil na área de ciência política do que na área de história. Uma das explicações para o fato é que, como a Fundação Ford não financiou departamento de história aqui, não houve a ida de estudantes de história para lá. Com isso, a historiografia brasileira permaneceu profundamente vinculada à tradição européia.

Assim, Carvalho (1997) afirma que apesar, de ter tido um impulso inicial vinculado à divulgação do americanismo, a atuação da Fundação Ford teria se demonstrado benéfica às Ciências Sociais brasileiras, de modo geral. Esse apoio se concretizou não apenas nas bolsas de estudos concedidas, mas também em recursos para institutos de pesquisas no País, que estimularam o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil.

Fábio Wanderley Reis (2004, p. 16), na mesma linha comenta:

> É necessário dizer que (mesmo se se admite, como disse, a motivação ao menos remotamente política de sua iniciativa na área, tratando de criar condições para uma aproximação com o mundo acadêmico dos Estados Unidos) a atuação da Fundação Ford veio claramente a tornar injustificada a suspeita que suscitava, pois ela acabou tendo um papel muito importante, em termos políticos, num sentido oposto ao que a esquerda imaginaria. Independentemente do apoio trazido a programas de estudos e treinamento (pode-se discutir o mérito último de tais programas nesta ou naquela perspectiva política...), o fato é que a Fundação Ford se tornou um foco de resistência política contra o autoritarismo. No caso do Brasil, ela veio a ser sem dúvida mal vista pela ditadura, com frequência apoiando abertamente, por exemplo, as pessoas que eram cassadas.

Ambos os cientistas (Reis e Carvalho) fizeram parte do grupo com o qual Peter Bell se encontrou em Belo Horizonte em 1964. Um núcleo de cientistas sociais cujas disposições pareciam se ajustar de modo bastante favorável ao perfil intelectual que a agência pretendia estimular e que já haviam ido estudar na FLACSO, considerada "americana", como já dito (KEINERT; SILVA, 2010, p. 83). Dos 16 professores enviados aos EUA com bolsas para estudar Ciência Política, 12 eram oriundos da FACE (CANEDO, 2009).

Keinert e Silva (2010, p. 83) afirmam que a experiência de convivência entre os cursos de Administração Pública, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Atuariais e Ciências Econômicas foi determinante no interesse da Fundação Ford em investir na formação de acadêmicos da área de Ciência Política. Os autores afirmam que o grupo que estava estabelecido na FACE se encaixava no que a Fundação almejava, já que "a experiência de socialização acadêmica no âmbito da [...] [FACE], moldou um tipo de visão de mundo que se mostraria suscetível aos reclamos por uma ciência política mais especializada e aplicada".

A representação da Fundação Ford no Brasil foi estabelecida assim que as operações na América Latina se iniciaram, com o foco em desenvolver apoios institucionais ao ensino superior.

Bell (2012, s.p) afirma:

> Naquela época, "desenvolvimento" era convencionalmente entendido sob um viés econômico, infraestrutural e científico, e era mensurado a partir do aumento da renda per capita. Por isso, as primeiras bolsas apoiaram cursos de pós-graduação em ciências, engenharia, Administração Pública e economia.

Em certo sentido, a mesma postura que já era sustentada na CMBEU (1953, p. 207) em sua atuação no Brasil, que definia desenvolvimento como "o aumento no volume de capital **per capita** de sua população", uma definição bastante estreita e relacionada exclusivamente aos aspectos diretamente econômicos do desenvolvimento. As noções de desenvolvimento eram, assim, tecnocraticamente estabelecidas, sem considerar os aspectos políticos do país receptor de ajuda ou entendendo estes como uma variável menor. Como já discutido, Ribeiro (2006) afirma que neste momento nos órgãos de estado dos EUA a ideia da consolidação da ordem já havia superado as perspectivas progressistas que visavam estimular o desenvolvimento de forma descolada das questões de defesa do continente americano.

Bell (2012, s. p.) acrescenta ainda que estas eram áreas consideradas seguras para que a Fundação atuasse sem se indispor com o governo brasileiro:

> Sua essência era tecnocrática e apolítica, e tinha pouca propensão à controvérsia. [...] No ápice da Guerra-Fria, o governo norte-americano e suas agências de inteligência viam a América Latina e a maior parte do mundo através do prisma do combate ideológico e de poder contra a União Soviética e seus aliados. Nas décadas de 1960 e 1970, os EUA frequentemente viam o Brasil e outros países como "campos de batalha" na Guerra-Fria.

Mas, como já salientado, o fato de os temas serem considerados distantes de questões políticas e de tratados sob uma ótica eminentemente técnica não os despolitizava automaticamente e não excluía a possibilidade de que criassem efeitos políticos e que influenciassem nas configurações da sociedade.

O que José Murilo de Carvalho (1997, p. 366) afirma para Ciência Política vale também para a Administração

> Teorias podem ter impacto fora do seu país. [...] levar alguém que estudasse ciência política, que trabalhasse com teorias supostamente extra-nacionais – supostamente, porque várias delas tinham sido desenvolvidas lá dentro; e eram essas teorias, obviamente, que eles queriam que fossem difundidas [teria mais sucesso que levar alguém que fez história].

Possivelmente, o mesmo efeito pode ser visto dentro do campo da Administração, mas com a hegemonia de uma instituição e de seu *modus operandi* sobre as outras. Cabe lembrar que, se no campo das Ciências Sociais já havia fortes influências francesa e marxista estabelecidas, que criariam algum contraponto *a priori* à penetração do modo americano de fazer ciência, na Administração é possível que as críticas só tenham tomado corpo algum tempo depois, principalmente importando argumentos dessas outras áreas das Ciências Sociais que já haviam estabelecido diálogo com outras tradições além da estadunidense.

José Murilo de Carvalho (2010, p. 238) evidencia ainda que a convivência com as teorias estadunidenses e com os próprios americanos não era fácil, mesmo depois de decretado o Ato Institucional 5:

> De um lado, a ditadura, de outro, a má vontade de colegas e alunos pelo fato de termos estudados nos Estados Unidos com dinheiro da Ford. Henfil, então aluno da Faculdade de Ciências Econômicas, fazia críticas em suas primeiras charges. O antiamericanismo (lembrem-se da fórmula latifúndio e imperialismo) era forte. [...] um colega da economia comentou comigo: "Espero que não tenha voltado americanalhado".

As instituições estrangeiras tiveram um papel importante na formação posterior do DCP que abrigou parte dos professores que estavam anteriormente alocados na FACE. Fábio Wanderley Reis (2004, p. 14-16, grifos nossos) aponta que o curso na FLACSO foi muito importante para que a Fundação Ford optasse por apoiar a criação de um curso de Ciências Políticas no Brasil:

> [...] a experiência da Flacso tem uma consequência de relevância indiscutível, seja como for que, ao cabo, se prefira avaliá-la. [...] por termos aqui um grupo egresso daquela experiência, foi possível contar em seguida com apoio importante da Fundação Ford para as ciências sociais mineiras, particularmente para a Ciência Política. Deu-se o fato de que a Fundação Ford decidiu iniciar um programa de apoio às ciências sociais no Brasil, certamente com motivação ao menos remotamente política, e a UFMG foi a primeira instituição a ser aquinhoada com uma dotação significativa. Antônio Octávio Cintra teve papel importante nos contatos iniciais com a Fundação Ford, através de Peter Bell, que foi o primeiro agente efetivo da Fundação nessa área [...]. Um aspecto tem a ver com a imagem que se criou com respeito ao Departamento de Ciência Política junto à maioria dos estudantes como consequência do apoio da Fundação Ford. Como a Fundação era percebida, naturalmente, como agente do imperialismo norte-americano, o DCP surgia como uma espécie de instrumento imperialista, e nós, seus professores, éramos execrados por muita gente. Lembro, por exemplo, certo evento relacionado com a idéia do programa de Ciência Política, realizado na Faculdade de Ciências Econômicas, que contou com a presença do Peter Bell – e que foi acompanhado por nada menos que bombas dos estudantes. Isso em pleno 1964, com o golpe já tendo acontecido e com vigilância supostamente especial sobre os cursos da área de ciências sociais. As bombas explodiam na área interna do edifício da FACE, e a impressão que se tinha era a de que o prédio vinha abaixo. Na verdade, a resistência à Fundação Ford só se atenuou quando, mais tarde, também o Cebrap recebeu uma importante dotação dela. Como o Cebrap tinha uma imagem sacrossanta, seus fundadores e integrantes reconhecidamente de esquerda, a resistência começou a arrefecer.

A Fundação Ford, assim, construiu uma imagem positiva nas Ciências Sociais brasileiras, especialmente por ter dado ao menos relativa liberdade de pensamento àqueles que ela apoiava. Isso contribuiu para sua aceitação, mas não eliminou a possível motivação política no seu financiamento de instituições educacionais, pesquisas e pesquisadores no Brasil. É certo, também, que seus apoios não podem ser desconsiderados quando se traça um histórico das áreas que foram contemplados por recursos da Fundação.

É interessante notar que "a primeira instituição que recebeu recursos da Fundação Ford foi o DCP-UFMG, organizado em 1967, que também constituiu o primeiro programa de mestrado em Ciência Política no Brasil" (FORJAZ, 1997). A estratégia de formar quadros mais orientados para as escolas sociológicas estadunidenses surtiu pronto resultado. Embora os

cursos de Administração da FACE não tenham sido contemplados por programas de apoio após 1953, a FACE não estava fora do radar dos norte-americanos.

As controvérsias que estes apoios trouxeram parecem ter sido compensadas com os importantes recursos que a Fundação Ford proporcionou, especialmente no período pós-1964. O fato de os cursos de Administração terem sido deixados de lado enquanto o de Economia, por meio do CEDEPLAR, e o sucessor do curso de Sociologia e Política tenham sido agraciados, denota que o já constituído Departamento de Administração não deveria ser considerado um elemento prioritário dentro da Dinâmica das Ciências Sociais no Brasil.

José Alberto Carvalho (2007) argumenta também na direção de que a hostilidade inicial cessou depois que os recursos da Fundação chegaram aos cursos, no caso o Cedeplar.

> Então, por outro lado, outro paradoxo: a Ford americana, a Fundação Ford, que, poucos anos antes, eu ainda era aluno, eles vieram aqui oferecer algum apoio para o Bhering, porque... então diretor da faculdade, nós, estudantes ligados ao DA, jogamos bomba neles aqui. Os agentes do imperialismo. E eles é que nos deram apoio, o Cedeplar começou por causa deles. Quer dizer, não é incrível? A gente poder dizer: "eu vivi isso". Tanto isso é verdade que o Álvaro Santiago, do centro do BDMG, era o único que estava meio disposto para vir aqui. Mas na hora que ele viu que tinha dinheiro na Fundação Ford, não. E era aquele negócio bipolarizado, um paradoxo. [...] Porque se é verdade que nós jogamos bomba e que, depois, eles é que deram o primeiro apoio, é verdade. Agora, era uma situação muito tensa. Durante um certo período, o programa mais ouvido por nós era "A Hora do Brasil", para ver se o nome da gente estava... todo dia tinha a lista dos cassados.

A criação do DCP e do Cedeplar se integrava a um momento mais abrangente, no qual diversas mudanças vinham tendo lugar na UFMG, durante o reitorado de Aloísio Pimenta (1964-1967). Aluísio Pimenta (2010, p. 82) afirma que as mudanças que pretendia realizar durante seu mandato, como a eliminação de sobreposições de assuntos e a criação de institutos, foi anterior à reforma universitária realizada pelo governo militar com o auxílio da USAID. Para Cunha (2007), a universidade estabeleceu os mais avançados padrões de organização do País em meados da década de 1960, tendo exercido forte influência sobre a concepção da reforma universitária estabelecida posteriormente, em 1968. Iniciativas com o objetivo expresso de eliminar redundâncias no interior da instituição já vinham sendo estabelecidas, tendo, inclusive, afetado diretamente os cursos ministrados na FACE.

Contudo, Pimenta (2010, p. 82) afirma:

> Uma das coisas que fiz muito – e que agora não estou mais tão convencido se isso, realmente, é válido – foi levar para a universidade as cadeiras de ciências básicas e reuni-las. Isso significava uma grande economia. Mas, se você tem uma escola de alto padrão, acho que uma das funções importantes da universidade é manter o chamado "*scholarship*". [...], às vezes, você está desfazendo uma escola excelente se transferi-la.

Aluísio Pimenta (2010, p. 83) prossegue citando como exemplo as mudanças realizadas na FACE:

> [.,,] é a crítica que faço a mim mesmo, no sentido de que devia ter preservado aquele setor [de Sociologia e Política na FACE], podia ter mantido esse *scholarship*. Ali havia uma massa crítica que não valia a pena diluir. Acho que se podia fazer o seguinte: pegar o grupo da Filosofia, apoiá-lo e procurar melhorá-lo em termos do Instituto de Ciências Sociais [...].

Ao mesmo tempo, Schwartzman (1988) afirma que a reforma realizada não considerou apenas as mudanças levadas a cabo durante o reitorado de Aloísio Pimenta, mas também as mudanças das quais a Universidade de Brasília foi precursora. Para o autor, não foi a adoção das reformas – com a aproximação das escolas do formato americano, dominante no mundo – ou a repressão desencadeada nos anos 1970 que trouxeram todas as dificuldades enfrentas pela universidade brasileira naqueles anos.

> A principal dificuldade foi que a reforma, ao tratar de implantar no país um modelo considerado ideal, não tomou em consideração a realidade do sistema educacional do país daqueles anos, e, principalmente, não conseguiu prever as tendências de crescimento explosivo do ensino superior nos anos que se seguiriam. No antigo sistema, o poder universitário residia basicamente nas congregações, e as melhores dentre as escolas profissionais mais tradicionais haviam construído, ao longo dos anos, tradições de trabalho que garantiam certos padrões de desempenho. Ao propor a dissolução das antigas faculdades e sua substituição por departamentos e institutos centrais, a reforma de 1968 terminou, em muitos casos, por destruir instituições ou programas já constituídos, antes que os novos formatos pudessem adquirir consistência. (SCHWARTZMAN, 1988, s. p., grifos nossos)

José Alberto Carvalho e Otávio Dulci (2007) apontam também que a transferência dos cursos de Sociologia e de Ciência Política para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi uma perda para os cursos e para a FACE. Carvalho (2012, em entrevista) afirma, ainda: "No fundo, no fundo, o argumento formal era válido, mas a saída daqui [da FACE] [...] foi logo depois do golpe. Foi muito mais por razões ideológicas [o pensamento parecia ser]: 'Eles eram muito esquerdistas e tinha que tirar daqui'." Com isso, houve uma reconfiguração das orientações políticas dentro da FACE, que talvez possa ser verificada numa pesquisa que se estenda para um período além do que foi contemplado aqui.

Os cursos que ficaram e os que foram retirados sofreram com as mudanças estruturais estabelecidas, tendo feito definhar o debate na FACE. Pimenta (2010) afirma que a Faculdade vinha se destacando em sua área, tendo se desenvolvido rapidamente, mas que a reestruturação afetou negativamente o desempenho da escola:

> A [Faculdade] de Ciências Econômicas [...] teve no seu tempo uma grande presença; ora uma escola de comércio, foram buscar gente nas faculdades de comércio ou em bancos, empresas, etc. Foi uma pena que teriam retirado a ciência política e a sociologia da Faculdade, mas foi uma escola de primeira categoria. Depois ela decaiu.

Pimenta (2010) afirma que talvez a melhor saída para a Faculdade e seus cursos fosse transformá-la em um Instituto de Ciências Sociais Aplicadas ou outro modelo que permitisse que os cursos fossem mantidos.

Schwartzman (1988, s. p.) afirma que o

> [...] curso de Sociologia e Política foi praticamente destruído ao ser integrado com o antigo curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia. O curso de Economia, no entanto, permaneceu sem muitas mudanças, e sobreviveu.

Com as perdas sofridas pelo curso de Sociologia e Política, o curso de Administração Pública também foi desestruturado, deixando de ser citado nas atas da congregação em 1966, [78] quando foi criado o DCP, embora só tenha sido extinto formalmente dois anos depois. Em 1967, a FACE deixou de abrigar o curso de Sociologia e Política, elemento que lhe conferia certa distinção entre unidades equivalentes em outras universidades do Brasil (PAULA, 1991).

Em 1968, os cursos de Administração Pública e de Administração de Empresas deram lugar a um só curso de Administração, que era herdeiro direto do curso de Administração de Empresas. É interessante transcrever o trecho do parecer que defendeu a extinção do curso de Administração Pública:

> Embora sem estar convencidos da conveniência de manter-se um curso de Administração Pública em nível de graduação, os professores-signatários detiveram-se, também, no exame da questão.

---

[78] Departamento de Ciências Administrativas. **Histórico do Curso de Administração**. Volume 1 – 1952 à 1984. Belo Horizonte.

> A conclusão a que chegaram é a de que o curso em aprêgo [*sic*] deverá ter por base o curso de administração de empresas proposto, incorporando-se a ele algumas disciplinas especificamente relacionadas com o setor público, a saber: Direito Administrativo (nos termos [*sic*] da resolução que fixou o currículo mínimo) e mais Contabilidade Pública, Finanças Públicas, (incluindo administração orçamentária), Planejamento Governamental (incluindo teoria do desenvolvimento) e Governo e Administração do Brasil (um estudo das instituições governamentais, dos órgãos da administração e dos problemas principais que afetam a Administração Pública brasileira).
>
> A conclusão de basear o curso de administração publica no de administração de empresas procede pelo menos por duas razoes: primeiro, porque o mercado de trabalho aberto para graduados de administração publica tem sido o das empresas do Estado e não o do serviço público tradicional (sendo assim, o setor governamental só teria a lucrar se estes graduados tivessem um bom conhecimento da problemática administrativa própria das empresas); segundo, porque qualquer tentativa de ajustar os dois cursos de modo a fazê-los comuns, apenas por um número limitado de períodos letivos, tal como vem sendo o sistema adotado na Faculdade, conduziria a sacrificar, de alguma forma, o curso de administração de empresas. Tendo em vista que o curso de Administração Pública não tem sido capaz de atrair clientela, quando o contrário, e de maneira acentuada, vem ocorrendo com o curso de administração de empresas, pareceria injustificável que este se sacrificasse por aquele.
>
> A loção proposta atende, pois, a uma dupla circunstância da realidade: a do mercado de trabalho e a da clientela. [...]. As disciplinas indicadas deverão ser agrupadas em um semestre letivo, posterior ao último do curso de administração de empresas. Com isto, será possível talvez atrair candidatos para a especialização, já que se completa com um só semestre letivo (FACE, 1968, p.20-21).

"O curso de Administração de Empresa que funcionou com essa denominação até 1969, quando, após a extinção do curso de Administração Pública, passou a denominar-se curso de graduação em Administração" (RODRIGUES; LUZ, 1981, p. 8).[79] Com essa transformação final, um primeiro ciclo do desenvolvimento dos saberes administrativos na FACE foi encerrado e uma nova configuração, que escapa aos interesses desta nossa narrativa histórica, foi estabelecida.

---

[79] RODRIGUES, M.A.; LUZ, T.R. **Curso de Graduação em Administração**. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Administrativas, 35f.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos construir uma narrativa histórica da constituição e desenvolvimento dos cursos de Administração da FACE, de seus anos iniciais até a sua unificação. Entendemos que o surgimento e a posterior consolidação dos cursos não se vinculam apenas a processos internos à Faculdade. Pelo contrário, inserem-se em um momento histórico no qual a Administração de nível superior emergia como um conjunto de saberes capaz de contribuir com o desenvolvimento brasileiro e com a consolidação de uma organização socioeconômica mais urbana e industrial, diferente daquela vigente até então no País.

A FACE e os cursos que abriga, como procuramos defender e demonstrar, é parte componente das transformações vivenciadas não apenas local e nacionalmente. Neste trabalho, os cursos de Administração que lá se estabeleceram se tornaram o objeto privilegiado de observação e análise que nos permitiu extrapolar os elementos da cotidianidade da instituição para nos remetermos às diversas tramas que (também) se entrecruzavam na Faculdade e no delineamento dos seus cursos ao longo dos anos. Assim, foi possível pensar, por exemplo, sobre o impacto da industrialização do Brasil, que estabeleceu uma nova dinâmica de poder entre os estados da federação, como também pelos esforços de desenvolver o segundo setor mineiro, a fim de alavancar o desenvolvimento do estado.

Pudemos também pensar em como o desenvolvimento de teorias administrativas nos Estados Unidos se conformam num modelo específico, que enseja certos formatos institucionais e certas abordagens aos problemas empresarias que são depois exportados ativamente, via programas de ajuda legitimados, num consenso de que o que foi bom para os EUA seria bom para os outros países, mote, por exemplo, da Administração para o Desenvolvimento. Esses programas de ajuda, para além de fomentar o desenvolvimento de nações consideradas atrasadas, para que não se tornassem comunistas, visava fortalecer os ideais estadunidenses diante dos mesmos adversários.

De outro lado, não desconsideramos também o trabalho dos professores e dos alunos na construção de uma organização, embora as individualidades e suas riquezas não tenham sido o foco específico desta tese. Especialmente, nos chamou a atenção a atuação importante do

ex-diretor Yvon Leite de Magalhães Pinto, que, certamente foi uma pessoa que dominou a cena histórica do momento que estudamos. Registramos aqui nossa certeza de que um estudo aprofundado de sua trajetória lançaria luz sobre diversos aspectos da sociedade que o circundava e, especialmente, da FACE. Os anos que a Faculdade ficou sob sua direção foram extremamente ricos e, apesar de seu caráter centralizador, o ex-diretor foi fundamental, dentre outras coisas, para o estabelecimento de diversas iniciativas aqui mencionadas, como os cursos de Administração da FACE.

Ao abordar o desenvolvimento dos cursos de Administração da FACE, esperamos ter contribuído com a valorização da pesquisa histórica dentro da área. Seja por meio da análise de arquivos, seja pelo uso de entrevistas ou seja pelo esforço da escrita de biografias é possível estabelecer discussões capazes de enriquecer o campo, na medida em que permitem a emersão de novos conhecimentos e de novos pontos de vista. Estes desenvolvimentos se fazem ainda mais frutíferos se a história ou os elementos históricos não são utilizados apenas marginalmente, mas assumem o centro dos interesses do pesquisador.

Nesse sentido, subscrevemos este trabalho a outros esforços que vêm sendo desenvolvidos na Administração, especialmente no campo dos estudos organizacionais, que vem sendo designados de "virada histórica". Como discutido no seção **1**, não nos inscrevemos em nenhuma classificação dentre as que permeiam o campo. Contudo, esforços de mapear as iniciativas vêm sendo realizados, principalmente pelo valor heurístico que esses esforços representam e por serem esforços importantes na consolidação de uma agenda de pesquisa em história.

Com isso em vista, buscamos também delinear as influências que constituíram o pano de fundo para a escrita deste trabalho. Não intentamos nos eleger herdeiros ou fiéis seguidores dos autores e dos trabalhos citados, mas apenas deixar claro ao leitor quais foram nossas influências diretas na realização da pesquisa. É nossa intenção expressa nos esquivar do esforço, muitas vezes, legítimo, mas também, por diversas vezes, infrutífero de legitimar nosso trabalho a partir da leitura mais ou menos acurada de determinados autores. Reforçamos que não consideramos os esforços de quem visa fazer extensas discussões sobre a recepção de ideias no campo trabalho inútil, até porque isso soaria contraditório em relação não apenas a esta tese, mas também aos trabalhos que já desenvolvemos.

Contudo, ao evitar ao máximo as longas discussões teóricas que compõem parte dos trabalhos na área nos lançamos em um esforço prático de não ter que reforçar nossas filiações mediante o uso recorrente de citações, mas deixar ao leitor o trabalho de nos situar (ou não), se assim ele considerar frutífero. Além disso, acreditamos que essa estratégia permitiu impor maior evidência aos elementos que se vinculavam mais diretamente ao problema que investigamos e suas ramificações. Desenvolvemos um trabalho que discute o tema escolhido, pela abordagem selecionada, de forma mais clara, sem abrir mão de qualquer aspecto essencial.

Discutimos aqui aspectos que julgamos essenciais, como aqueles relacionados à formação dos saberes e práticas ligados à Administração. Exploramos de que forma aspectos da cultura e da sociedade dos EUA se tornaram elemento central das teorias administrativas que foram exportadas pelo mundo durante todo o século XX, num movimento que se ampliou a partir da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, discutimos como as teorias administrativas vieram se desenvolvendo como abordagens universalizáveis da gestão do objeto "coringa" organização. Apontamos que no contexto de Guerra-Fria as visões de mundo dominantes nos EUA daquele momento se articularam à produção de saberes para chancelar a hegemonia estadunidense no interior da área de Administração.

Os esforços da Fundação Ford e da Fundação Rockfeller em disseminar os resultados de seus diagnósticos realizados durante a década de 1950 e publicados em 1959 sobre o ensino superior em Administração nos Estados Unidos também foram discutidos. Tais iniciativas corroboraram para que determinado modelo institucional, que valorizava ao máximo a cientificidade da Administração dentro de um modelo funcionalista-positivista fosse disseminado e adotado como parâmetro para diversas escolas, não apenas nos EUA, mas também no mundo.

Além disso, os efeitos do Plano Marshall e da Administração para o Desenvolvimento foram apresentados, a fim de introduzir a discussão sobre o modo como os programas de ajuda se inseriram na dinâmica do saber administrativo de matriz estadunidense. Estes programas ocuparam papel central na estratégia de disseminar os saberes e as técnicas estadunidenses, contribuindo para reforçar a ideia universalidade do modelo e abrindo espaço para que os cursos superiores de diversos países, inclusive o Brasil, se estabelecessem tendo como parâmetros as escolas, os cursos e as disciplinas que existiam nos Estados Unidos.

Especificamente em relação ao Brasil, demonstramos de que modo o País construía suas relações com os EUA, numa relação de subordinação em que era polo receptor de ajuda. Contudo, deixamos claro que não havia completa harmonia no interesse de ambos os países e que diferentes governos brasileiros buscavam imprimir uma marca mais autônoma na relação, visando buscar a industrialização do País. Os programas de ajuda patrocinados pelos EUA ocuparam lugar importante na disseminação do ideário estadunidense concomitantemente com os programas de qualificação de funcionários do governo e de apoio ao estabelecimento de cursos superiores, por meio seja da ONU ou de diferentes agências estadunidenses.

Após apresentar a posição de dominação dos EUA na produção e na disseminação dos saberes administrativos, visamos deixar claro ao leitor que esse país ocupou papel ativo na exportação de saberes ao Brasil – que, por sua vez, buscou ativamente incorporar esses conhecimentos – e que isso influenciou de forma incontornável todos os cursos de administração brasileiros. Esse nosso posicionamento se fundamenta ainda na constatação de que tanto a primeira escola a estabelecer um curso superior em Administração Pública quanto a primeira a estabelecer um curso em Administração de Empresas, contaram como o apoio direto e expressivo dos EUA. Ambas, a EBAP e a EAESP, serviram de parâmetro para o estabelecimento de outros cursos superiores no Brasil, como os da UFMG, que se estabeleceram imediatamente após um e outro, contando também com apoio estadunidense, o professor Elwyn A. Mauck.

Contudo, esse nosso posicionamento não fez com que ignorássemos a existência de esforços de disseminação de saberes administrativos que precederam estes acordos de exportação e importação de conhecimentos. Por isso, exploramos a literatura disponível sobre as Escolas de Comércio e os cursos superiores que estavam vinculados a elas, intentando compreender melhor o cenário no qual os acordos técnicos entre o Brasil e os Estados Unidos (e aquele mediado pela ONU) se estabeleceram. Compreendemos que as Escolas de Comércio desempenhavam um papel importante de disseminação de diversos saberes, não apenas na área de Administração, mas também na de Economia e na de Contabilidade, mas que as demandas feitas a ela excediam suas capacidades, especialmente por estarem organizadas em torno de um ensino vocacional.

A primeira tentativa de estimular reflexões mais aprofundadas e, principalmente, a formação de egressos mais preparados para atuar num país que se industrializava e via as estruturas fundadas no poder do capital agrícola perderem espaço para a burguesia urbana fracassou,

com o Curso Superior de Administração e Finanças. Sem um foco específico e incapaz de apresentar discussões aprofundadas nas múltiplas áreas que visava abarcar, foi substituído em 1945 pelos cursos superiores de Economia, Contabilidade e Atuária, que naquele momento abarcavam ainda os assuntos que posteriormente seriam abrangidos pelos cursos superiores em Administração.

Esses cursos que se desenvolveram de forma lenta durante a década de 1950, com as supracitadas escolas da FGV, além dos cursos da FACE e do pioneiro e mal estruturado curso da ESAN. Contudo, em 1959, apoiados em um acordo entre os EUA e as universidades federais da Bahia, do Rio Grande do Sul e as escolas da FGV, os cursos de Administração ganharam novo impulso. Ainda no princípio da década de 1960, outras escolas se desenvolveram, como pode ser visto, por exemplo, em Machado (1966). Contudo, foi a regulamentação da profissão de técnico em administração em 1965, e a regulamentação posterior do currículo mínimo do curso de Administração, com o concomitante reconhecimento do grau superior aos seus egressos que o ensino na área deslanchou.

Nesse mesmo período, os três cursos superiores da FACE que se dedicavam a ensinar Administração, de forma sistemática se aproximavam de uma reestruturação que amputaria boa parte de sua especificidade. Três? Este foi um questionamento que nos acompanhou durante parte da pesquisa, mas que agora podemos responder com certeza: sim. Não apenas os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública se dedicavam a formar pessoas para assumir cargos de direção. O curso de Sociologia e Política, ainda que se direcionasse exitosamente para uma abordagem mais teórica do estado, se coadunava com o curso de Administração Pública e contribuía para que a Faculdade contasse com um corpo acadêmico cada vez mais preparado se não nas técnicas, pelo menos na compreensão dos problemas que a sociedade brasileira enfrentava.

Tendo em vista que a valorização de técnicas sem a compreensão de cenário em que elas são implantadas é parte importante de nossa crítica à importação dos saberes desenvolvidos nos EUA, não há como não destacar essa iniciativa desenvolvida na FACE. Isso ainda que ela esteja, em seu surgimento, ligada à contingência de o curso de Administração Pública não conceder, ainda, um diploma reconhecido. A saída encontrada pelos professores da FACE foi, no mínimo, engenhosa e deu início a um curso que ocupou um espaço importante, ainda que tenha existido por pouco tempo. Entretanto, como apresentamos isso não significou que o

curso tenha desenvolvido saberes administrativos puramente brasileiros, apesar das iniciativas originais.

No início deste trabalho, não imaginávamos ter que nos debruçar, por exemplo, sobre os efeitos das ideologias do tempo da Guerra-Fria e vinculadas aos interesses dos Estados Unidos no ensino de Administração. Os aspectos referentes à disseminação de certo grupo de valores e ideologias que se imbricam com os saberes administrativos de nível superior estão relacionados à maneira como o campo se constituiu. Assim, ainda que involuntariamente, os cursos de Administração da FACE se inseriam no contexto mais amplo de expansão dos ideais capitalistas estadunidenses pela via da consolidação da Administração enquanto Ciência Social. Contudo, também não há determinação direta entre os anseios hegemônicos dos Estados Unidos e o estabelecimento dos cursos de Administração da FACE, que objetivavam atender a necessidades colocadas pelo desenvolvimento tanto do mercado quanto do setor público. Assim, os cursos já eram gestados na Faculdade antes da presença estadunidense, do que é indício o pedido para que se enviasse um técnico para colaborar com o estabelecimento dos cursos, o que, por sua vez consolida os traços "americanos", que já se faziam presente no curso estabelecido nos moldes da EBAP.

Ainda que por segunda mão, o modelo de curso superior em Administração que se estabeleceu na FACE era diretamente influenciado pelo que se propugnava nos EUA, para o que a vinda de Elwyn Mauck apenas teria contribuído. Resistir a esta influência se torna mais difícil após 1966 quando o currículo mínimo do curso de Administração é aprovado e quando, em meio à ditadura militar, que já havia excluído professores e alunos do corpo da FACE, o curso de Administração Pública é extinto um pouco depois do curso de Sociologia e Política. Essa relação complexa era, também, mediada pelos professores e pelos acadêmicos dos cursos e pelo modo como eles e a instituição se inseriam nas disputas políticas de então.

Ao mesmo tempo, a Administração enquanto disciplina se apresenta como uma maneira eficiente de transmitir um conjunto de valores relacionados ao ato de administrar as empresas e como um conjunto de conhecimentos bastante influenciado pela Guerra-Fria e pelo conjunto de valores que se apresentavam como delineadores da sociedade dos EUA. Por isso, o curso tende a contribuir para a legitimação do modelo capitalista de produção, principalmente na sua vertente mais liberal, ao mesmo tempo em que serve para disseminar o ideário administrativo. Entretanto, é claro que isso não é uma lei de ferro e que, em geral

individualmente, há diversos exemplos de disseminação de práticas mais autorrefletidas e adequadas à realidade nacional e a interesses de diferentes grupos sociais.

Havia iniciativas da FACE, por exemplo, que indicavam no sentido de permitir o desenvolvimento de conhecimentos mais adaptados à realidade brasileira, como era o caso da própria convivência de múltiplas áreas de conhecimento na mesma instituição. Além disso, as bolsas e também o rigor da Faculdade na exigência de que os professores assistentes se tornassem livres-docentes após três anos na posição estimulavam o desenvolvimento intelectual de seus membros. Estas medidas, certamente, foram de extrema relevância para que a escola conseguisse manter seus cursos de forma atualizada, atraindo professores e alunos de grande qualidade durante todo o período estudado.

Um ponto interessante e que certamente é de relevo para se compreender o ambiente da Faculdade é o fato de parte dos bolsistas da instituição ter se tornado lideranças estudantis expressivas não apenas localmente. Como apontamos no trabalho há elementos que permitem sustentar que a resistência aos acordos entre escolas brasileiras e estadunidenses de 1959, era forte entre os estudantes. Possivelmente, havia bolsistas contrários a qualquer ação considerada como ingerência estadunidense, especialmente na faculdade que contava com jovens alunos que militavam em grupos de esquerda marxistas e católicos. Os estudantes da FACE derrubaram em 1960 o professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, já que naquele momento de efervescência um "diretor vitalício" não tinha lugar na imaginação estudantil, como coletamos em uma de nossas entrevistas.

Entretanto, foi também em meio a esse grupo que foram selecionadas, em 1961, as pessoas que fizeram um curso na FLACSO. Os egressos dessa experiência voltaram com uma ideia mais firme do que era seu campo de trabalho e consolidaram o formato do curso de Ciência Política como modelo mais autônomo do que o que vinha se desenvolvendo na FACE. A experiência também abriu espaço para a disseminação de uma visão "americana" das Ciências Sociais.

Posteriormente, o grupo de professores egressos do sistema de bolsas da Faculdade foi contemplado com bolsas da Fundação Ford após a conturbada visita de seu representante à FACE. As atas que se referem a esse momento dão ênfase especial à frase escrita num dos quadros: "Abaixo aos vendidos da Ford *Foundation*". Este dado foi um dos elementos

significativos do início de nossa pesquisa e que nos orientou a seguir diversos caminhos, buscando esclarecer o acontecimento. Foi assim que chegamos não apenas ao relato de Peter Bell, mas às outras entrevistas que mencionaram os acontecimentos na FACE.

O apoio da Fundação Ford, que foi de fundamental importância para a consolidação da EAESP como uma escola modelo na América Latina, foi também importante para os cursos de Economia da FACE e para a criação do DCP na UFMG, que recebeu o sexto maior volume de doações da Fundação Ford para as Ciências Sociais no Brasil entre 1966 e 1984 (FORJAZ, 1997). Esse movimento consolidou o DCP como pioneiro e referência no Brasil, ao mesmo tempo em que enfraqueceu os cursos de Sociologia e Política e de Administração Pública que já estavam sendo atacados por abrigarem muitos "subversivos".

Por fim, a área de conhecimentos abarcada pelo curso de Sociologia e Política da FACE foi transferida para a FAFICH, decretando, ao mesmo tempo o fim do curso de Administração Pública, oficializado em 1968. O curso de Administração de Empresas passou a se chamar apenas "Curso de Graduação em Administração". À primeira vista, pareceria que o curso de Administração da FACE não foi contemplado com apoios da Fundação Ford. Contudo, nesse momento acreditamos ser mais assertivo apontar que o curso de Administração Pública e o de Sociologia e Política foi (ou foram), sim, contemplados, embora tenha sido considerado dentro de um esforço da consolidação da Ciência Política no Brasil como área autônoma, que, aliás, é o lócus em que Elwyn A. Mauck situava Administração Pública.

A Administração de Empresa, por outro lado, tinha um lugar secundário dentro da Faculdade. Deixada de lado nos acordos com a Ford, foi posteriormente atraída de forma inconteste para área de influência da FGV, que estabeleceu as primeiras pós-graduações na área. Contudo, a forma como essa aproximação se deu e seus desenvolvimentos fogem ao escopo deste trabalho, cabendo a nós apenas apontar que pesquisas futuras podem abordar não apenas essa relação, mas também a força que a FGV exerceu sobre outros cursos do País, especialmente após ter estabelecido seu programa de pós-graduação e já ter sido a maior responsável pelo estabelecimento do currículo mínimo da área.

A esse possível desenvolvimento somam-se alguns outros que apontaremos aqui, mas que certamente não esgotam os possíveis temas conexos. Na busca por uma resposta, encontramos diversas perguntas que não havíamos feito e notamos que talvez pudéssemos ter abordado

nosso problema a partir de outras estratégias de pesquisa. Ao final dos trabalhos, por exemplo, nos demos conta de que as narrativas que coletamos dão conta da visão, principalmente, de pessoas que se ligaram à academia depois de formadas, padecendo, assim, de um possível viés. Ao mesmo tempo, essa lacuna na coleta dos dados fez com que nenhum aluno do curso de Administração de Empresa tenha sido entrevistado, enquanto apenas um ex-aluno ligado ao curso de Administração de um período posterior ao que nosso recorte tenha nos dado seu depoimento.

O curso de Administração de empresas, que foi o principal estruturador do novo curso de Administração (propondo-se a cobrir aquilo que houvesse de interessante no campo da Administração Pública) só parece ganhar algum destaque dentro da FACE depois que os cursos de Sociologia e Política são extintos. Antes disso, quase não há menções ao curso e não houve nenhuma indicação de quaisquer dos entrevistados sobre possíveis egressos do curso. O cenário certamente começa a mudar após o período estudado, o que mereceria atenção em outro trabalho.

De outro lado, um possível desenvolvimento da pesquisa realizada poderia se debruçar mais especificamente sobre as trajetórias intelectuais dos professores que aturam nos cursos da FACE. Embora pouca informação exista sobre boa parte deles, um trabalho dedicado à temática poderia encontrar outras fontes além daquelas com as quais nos deparamos. Além disso, um trabalho desta natureza poderia fazer mais jus às contribuições individuais dadas por diversas pessoas para a construção da instituição.

Outro desenvolvimento que poderia ser esclarecedor seria o mapeamento dos acordos entre órgãos públicos de Minas Gerais e o governo dos Estados Unidos. Isso permitiria que compreendêssemos melhor a atuação estadunidense no Brasil e no estado e como a disseminação de técnicas administrativas se vincula a certos interesses e posicionamentos políticos. Tal reflexão, ainda que levada a cabo a partir de dados históricos, permanece, certamente, extremamente atual, principalmente num contexto em que o desencanto com a política é tema recorrente de jornais, embora ela permaneça inevitavelmente permeando todas as esferas da vida humana na nossa sociedade.

Como se vê, esperamos que esta tese possa contribuir para que novos estudos sobre a Administração no Brasil, mais especificamente na FACE e em Minas Gerais sejam

desenvolvidos. Foi um trabalho difícil de ser conduzido devido à carência de dados, que foi agravada pela escassez de informações sobre o curso mesmo na faculdade. Ao mesmo tempo foram feitas e encontradas poucas menções, especialmente, sobre o curso de Administração de Empresas.

Algumas escolhas se mostraram infrutíferas, mas apenas posteriormente, impossibilitando uma correção de rumos. Só nos foi possível julgar que deveríamos ter nos dedicado mais, por exemplo, às notícias que saíam na mídia impressa quando verificamos que as estratégias de coleta de dados escolhidas não traziam a quantidade de informações esperadas. Optamos, também, por não seguir por esta outra trilha, dado que para fazê-lo a contento deveríamos dedicar a ela um esforço específico, com instrumentos metodológicos de análise mais elaborados.

Ficamos, assim, com a impressão de que se fizéssemos a partir de agora outro trabalho poderíamos ter feito outras escolhas, o que parece ser "natural" e, também, um bom sinal, dado que, embora não tenhamos partido do zero, iniciamos e percorremos o trajeto que ora se finda com pouquíssimas certezas e reduzida quantidade de informações. Soma-se a isso que a pesquisa acadêmica não deve se propor a encontrar respostas definitivas para os problemas a que se propõe solucionar. Tanto porque isso é impossível quanto porque o aprimoramento constante e a autocrítica permanente são importantes para o contínuo desenvolvimento de debates arejados.

Sustentamos que este trabalho intenta estimular o desenvolvimento de novas reflexões em Administração que sejam bem contextualizadas, de modo a não produzir um modelo de exportação/importação pouco refletido que orientou boa parte do desenvolvimento da área. Ao se perceber como se deu o desenvolvimento da área no Brasil, fica óbvio que sua "americanização" não é fruto exclusivo de uma postura "alienada" dos pesquisadores e professores da área.

Durante a trajetória da área, um conjunto de estruturas que estimulavam o americanismo se estabeleceu. Dentre elas, o fator mais abrangente é a própria hegemonia econômica e militar que os EUA vêm exercendo no mundo, desde pelo menos a Segunda Guerra. Mais especificamente na área de Administração, podemos citar, além dos próprios programas de apoio técnico, a concessão de bolsas de estudos no exterior e o financiamento de certas

pesquisas e abordagens em lugar de outras. Também não podemos negar o papel dominante que algumas instituições e regiões estabelecem mesmo dentro do Brasil, o que também contribui para a menor heterogeneidade.

Mais contemporaneamente, a valorização dos periódicos de língua inglesa (hegemonizados por aqueles situados nos EUA) no interior da academia, de modo geral, é uma força que deve ser levada em conta quando se pensa nas conformações assumidas pela academia. Como qualquer constatação, essas que fazemos não são imunes ao posicionamento de quem as faz. Mas, ao apontar possíveis limites ao desenvolvimento da disciplina no País subordinadamente aos EUA, não queremos negar que tenham existido benefícios advindos dessa relação.

Chamamos a atenção para o fato de que um saber contextualizado tende a ser mais compreensivo das realidades locais e, assim, mais efetivo. Consideramos que muitos desenvolvimentos são abortados exatamente pela fixidez dada pela hegemonia da permanência de um padrão mais ou menos unívoco na área. Em certo sentido, acreditamos que a experiência da FACE com seus cursos de Administração Pública e de Sociologia e Política era singular e não se adequava aos modelos. Não sabemos se sua permanência teria necessariamente gerado outros desenvolvimentos e outros conhecimentos, mas acreditamos que seu fim e o estabelecimento de um curso unificado de Administração (de empresas) foram um sinal de que experiências interessantes podem ser terminadas por serem consideradas desajustadas.

Uma vez que hoje vivemos num ambiente mais democrático e com maior abertura ao pluralismo, acreditamos que é o momento de estabelecer novas iniciativas que abram espaço para que a área se renove, não buscando emular o que acontece no exterior, mas procurando criar um ambiente que estimule o desenvolvimento de saberes contextualizados e adequados aos contextos e demandas locais. Claro que este é um caminho longo e difícil, mas acreditamos que um passo nesse esforço é dado sempre que nos voltamos para entender como chegamos onde estamos, para, assim, compreender e pensar sobre o presente e os futuros possíveis.

Por fim, gostaríamos de retomar o nosso título. Concluímos o trabalho afirmando que os cursos de Administração da FACE não estavam à margem do mundo como suspeitávamos no início do trabalho. São perpassados por diversas tramas que compõem sua constituição, ainda

que não tenham desempenhado um papel importante para além do âmbito estadual. De outro lado, ainda que tenha se recusado ficar à sombra da FGV no acordo que formalizaria tal posição, os cursos da Faculdade foram certamente obscurecidos pelo sucesso e pelo papel central e centralizador que as escolas da Fundação Getúlio Vargas assumiram nos primeiros anos da disseminação dos cursos superiores em Administração.

Referências

Abrahamson, E. 1997. The Emergence and Prevalence of Employee Management Rhetorics: The Effects of Long Waves, Labor Unions, and Turnover, 1875 to 1992. **Academy of Management Journal, n.** 40: 491-533.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio-junho, 2012.

Alvesson, M.,; WILMOT, H. (Eds). **Critical Management Studies**. London: SAGE, 1992.

AMORIM, M.L. O surgimento da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial. **História da Educação (UFPel)**, v.11, 2007. Pp. 149-171.

ANDERSON, D. **Management education in developing countries**: the Brazilian experience. Boulder: Westview Press, 1987.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, pp. 102-234, ago., 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art8_22e.pdf>. Acesso em: 18/02/2011.

ARRUDA, M.A.N.. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo, Sumaré, vol. 1, 1989.

AUGIER, M.; MARCH, J.G; SULLIVAN, B.N.. Notes on the evolution of a research community: organization studies in Anglophone North America, 1945-2000. **Organization Science**, vol. 16, n.1, pp. 85-95, 2005.

BACHA, E.L. Memória Acadêmica. **Economia Aplicada**, v.2, n.1, 1998. Pp. 197-210.

BAHIA, C.L.M. Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 12, n. 13, pp. 185-200, dez., 2005.

BARLEY, S.; R.; KUNDA, G.. Design and Devotion: surges of rational and normative ideologies of control in managerial discourse. **Administrative Science Quarterly**, vol. 37, pp. 363-399, 1992.

BARBOSA, D. H. D.; BARBOSA, L. S. Elites técnicas, estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas. **Caderno CRH, 2010**, *23*, 111-128

BARROCA, M.M.; RESENDE, M.C. C. **Diretrizes para a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos Apresentados na FACE/UFMG**. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2012. 52f. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/portal/files/biblioteca/Manual_normalizacao_FACE.pdf>. Acesso em 02/02/2013.

BARROS, A.N. de; CRUZ, R.C. ; XAVIER, W.S. ; CARRIERI, A. ; LIMA, G.C.O. . Apropriação dos Saberes Administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 43-67, 2011.

BELL, P. 'Para os EUA Brasil era campo de batalha na Guerra-Fria'. Entrevista concedida a Felipe Werneck; Heloísa Sturm. **Estado de São Paulo**, 16 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,para-os-eua-brasil-era-campo-de-batalha-na-guerra-fria-,931221,0.htm>. Acesso em 01/03/2013.

BELO HORIZONTE (1956a) **Decreto 472 de 26 de Janeiro de 1956**. Aprova instruções para a escolha de bolsista. Disponível em: <http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/2867fb533371c6c3032567df006ebda3?OpenDocument>. Acesso em 10/11/2012.

_____ (1956b). **Portaria 681 de 6 de Fevereiro de 1956**. Disponível em: <http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/2c160b8beb4107660325687a005cf375?OpenDocument>. Acesso em 16/10/2012.

BENSON, P. G. The Evolution of Business Education in the U.S. **Decision Line**, January, 2004.

BERTERO, C.O. **Pesquisa e ensino em administração**. São Paulo: EAESP/FGV, 2009. 115p. (Relatório de pesquisa 11/2009).

_____; KEINERT, T. M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, vol.34, n.3, pp. 81-90, mai./jun., 1994.

BERTRAND, A. The International Seminar at Rio de Janeiro on Public Administration Problems. In: Unesco. **International Social Sciences Bulletin**. V. 4, n. 4, 1952, pp. 739-744. Disponível em < http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000596/059694eo.pdf>. Acesso em 18/10/2012.

BLASÉ, M.G. **Institution Building** – A source book. University of Missoury Press, Columbia, 1986, 2° ed. Disponível em <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABA091.pdf>. Acesso em 25/10/2012.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management and Organizational History**, v. 1, n.1, pp.5-30, February, 2006.

BRASIL (1931). Legislação informatizada – decreto n° 20.158, de 30 de junho de 1931, republicação. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 15/01/2011.

_____ (1943). **Decreto-Lei N. 6.141** – de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6717. Acesso em: 15/01/2011.

_____ (1944). Decreto-lei nº 6.693 de 14 de julho de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6693-14-julho-1944-452525-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09/10/2012.

_____ (1946). **Decreto-Lei 9.786, DE 6 DE SETEMBRO DE 1946.** Fixa currículo mínimo para o curso de sociologia e política e reconhece a Escola Livre de Sociologia e Política, de São Paulo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9786.htm>. Acesso em 12/01/2013.

_____ (1950). **Acordo Básico de Cooperação Técnica Entre o Brasil e os EE. UU. América**. 19 de dezembro de 1950. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_39/> e em <. Acesso em 24/10/2012.

_____. **Diário Oficial da União de 19 de julho de 1951**. Disponível em < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2620233/dou-secao-1-19-07-1951-pg-8/pdf>. Acesso em 19/10/2012.

_____ (1952). **Diário Oficial da União de 05 de setembro de 1952** Disponível em < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2725678/dou-secao-1-04-09-1952-pg-5/pdfView> Acesso em 18/10/2012.

_____ (1953). **Acordo Sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais entre o Govêrno [*sic*] dos Estados Unidos da América e o Govêrno [*sic*] dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1953. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/>. Acesso em 24/10/2012.

_____. **Decreto nº 43.176**, de 4 de Fevereiro de 1958. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43176-4-fevereiro-1958-381946-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18/10/2012.

_____ (1959a) Senado Federal. Subsecretaria de Anais. **Decretos Legislativos**. Volume IV, 1956-1959. Brasília. Pp. 707-715. Disponível em <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Decretos/1956,%201957,%201958%20e%201959.pdf>. Acesso em 08/10/2012.

_____ (1959b). Diário Oficial que acusa recebimento do referido Decreto Legilativo: Brasil. **Diário Oficial da União.** Página 8, seção 1, 20/11/1959. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3076951/dou-secao-1-20-11-1959-pg-8/pdfView>. Acesso em 08/10/2012.

_____ (1959c) **Decreto nº 45.660, de 30 de Março de 1959.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45660-30-marco-1959-384928-publicacaooriginal-1-pe.html>. acesso em 08/10/2012.

_____ (1959d). Coleção de Atos Internacionais. N.º 448. Brasil – França. **Acôrdo Sôbre Cooperação Técnico-Administrativa.** Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1959. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1959/b_9/>. Acesso em 24/10/2012.

_____ (1962). **Decreto do Conselho de Ministros nº 1.108**, de 30 de Maio de 1962. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1108-30-maio-1962-353091-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01/12/2012.

_____ (1961). **Decreto nº 50.420, de 7 de Abril de 1961.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50420-7-abril-1961-390080-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08/10/2012.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória**. São Paulo: Atelie, 2003.

BOTELHO, A.S. Sobre o "Scientific Management" de F.W. Taylor. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, ano 2, n. 3, pp.54-58, 1953.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

BRESSER-PEREIRA, L.C. The rise of middle class and middle management in Brazil. **Journal of Inter-American Studies**, v. 4, n.3, pp. 313-326, July, 1962.

BRITO, Silvia H. Andrade de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, J. C.. (Org.). Navegando na história da educação brasileira. 1 ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, 2006, v. 1, p. 1-24.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURREL, G.; MORGAN, G.. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**: elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, Miguel; ALCADIPANI, Rafael. (North)Americanizing Latin America: A Post-colonialist account of the Americanization of Brazilian Management. In: 2005 Iberoamerican Academy of Management Conference, 2005, Lisboa. **Proceedings of the 2005 Iberoamerican Academy of Management Conference**, 2005.

CANABRAVA, A.P. As condições sociais, econômicas e políticas da fundação. In: CANABRAVA, A.P. **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1946-1981**. São Paulo: USP, 1984, pp. 7-33.

CANALI, H.H.B. A trajetória da formação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. **V Simpósio Sobre Trabalho e Educação**. 2009. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/paulolima/arquivo/ept/texto%2012.pdf>. Acesso em 09/01/2011.

CANEDO, L. Les Borsiers de La Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes. Le cas de la science politique. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs**, v. 2, p. 33-55, 2009.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

CARRIERI, A.P. **O mascate e o caixeiro-viajante: identidades e estratégias no resgate da história das práticas comerciais mineiras**. Relatório de pesquisa, 2009.

_____; PAÇO-CUNHA, E. Notas provisórias sobre o desenvolvimento e a superação dos estudos organizacionais. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2009, São Paulo. **Anais**... Rio de Janeiro, ENANPAD, 2009.

CARTER, C.; McKINLAY, A.; ROWLISON, M.. Introduction: Foucault, management and history. In: **Organization**, vol. 9, n. 4, pp. 515-526, November, 2002.

CARVALHO, J.A.M. **Projeto Memória Oral da Ciência na Universidade Federal de Minas Gerais**. Entrevista concedida a Otávio Soares Dulci. Pp. 1-46, fev., 2007.

CARVALHO, M.M. de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: v. 44, n. 99, p. 72-98, jul./set. 1965.

CASTRO, C. M. A profissionalização do administrador e o amadorismo dos cursos. In RAE – **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, pp. 59-66, mar./abr. 1974.

_____. ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. In RAE – **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 3, pp. 58-61, jul./set. 1981.

CASTRO, N. J. de. As origens da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. FEA/UFRJ – **Texto de debate**. Mimeo. 1991. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/publicacoes/castro12.exe Acesso em: 14/01/2011.

CINTRA, E. P. de U.. Cursos comerciais em colégio católico feminino: uma aparente contradição? Curitiba, 1940-1950. **Educar**. Curitiba, n. 33, p. 235-252, 2009.

CLARK, P.; ROWLISON, M.. The Treatment of History in Organization Studies: towards an 'historic turn'? **Business History**, vol. 46, n. 3, pp. 331-352, July, 2004.

COELHO, E. C. Prólogo (à guisa de teoria). In **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999. P. 19-70.

COELHO, F. de S.. **Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público**: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2006. 151f.

COMISSÃO MISTA BRASIL – ESTADOS UNIDOS. Normas de elaboração de projetos de desenvolvimento econômico. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, ano 2, n.3, pp.207-222, 1953,

COHN, G. **Entrevista Realizada em Maio de** 2004. In: BASTOS, E.R.; ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M.R.; REGO, J.M. **Conversa com Sociólogos Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006, pp. 115-134.

COOKE, B. Managerialism as knowing and making Latin America: International development management and world bank interventions. In Faria, A.; GUEDES, A. (eds.), **International Management and International Relations A Critical Perspective from Latin America.** London: Routledge, 2010. P. 161-184.

_____.; MILLS, A. J. The right to be human and human rights: Maslow, McCarthyism and the death of humanist theories of management
Organizational History, **2008**, *3*, 27-47.

_____; MILLS, A. J. KELLEY. E. S. Situating Maslow in Cold War America: a recontextualization of management theory. **Group & Organization Management**, **2005**, *30*, pp. 129-152.

_____. The Management of the (Third) world **Organization**, v. 11, n. 5, pp. 603-629, Sep. 2004.

_____. Writing the Left out of Management Theory: The Historiography of the Management of Change. **Organization**, v. 6, n. 1, pp. 81-105, **Feb**. 1999.

CORRÊA, M.L. Estado e desenvolvimento no Brasil: um estudo de caso sobre engenheiros e economistas (1956-1961). **Revista Intellectus**, ano 6, v.1, 2007. Pp.1-15.

_____. Notas sobre a formação do Estado capitalista no Brasil: nacionalização e especialização (1930-1964). **História Revista**, Goiânia, v.13, n.1, jan./jun., 2008. Pp.21-44.

COSTA, A.S.M.; BARROS, D.F.; MARTINS, P.E.. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 50, n. 3, jul./set., 2010, pp. 288-299.

COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de política nos cadernos do cárcere. In COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1991.

CUNHA, L.A.. **A Universidade Reformanda** - O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

CUNHA, R.A.C. A Universidade no tempo de seu jubileu de prata. **Revista da Universidade de Minas Gerais**, n.10, pp.7-111, maio, 1953.

CUNNINGHAM, J.L.. **Preface.** In: Elwyn A. Mauck. **The Establishment of a Public Administration Training Program in the School of Economic Sciences U.M.G.** under a

project agreement between The Institute of Inter-American Affais and the University of Minas Gerais, Brazil. Belo Horizonte: Institute of Inter-American Affais, 1954.

CURADO, I.B. Pesquisa Historiográfica em Administração: uma proposta metodológica. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXV. Campinas, 2001. **Anais**... São Paulo: ANPAD, 2001.

_____. EAESP- FGV: um passeio pelo labirinto. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.34, n.3, 1994. Pp. 8-24.

CZARNIAWSKA, B.. Has organization theory a tomorrow? **Organization Studies**, vol. 28, n.1. pp. 27-29, January, 2007.

DALIO, D. J.; MIYAMOTO, S. O Governo Vargas e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, momento formativo. **Ideias,** 2010, *1*, 152-181

DEPARTMENT OF STATE. **Point 4**: what is and how it operates. Washington, July, 1951. 20p. Disponível no site: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACR484.pdf>. Acesso em

_____. **Foreign Relations of the United States, 1958–1960**. VOLUME V, AMERICAN REPUBLICS, DOCUMENT 2. Report From the Operations Coordinating Board to the National Security Council 1. Washington , May 21, 1958 . Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v05/d2>. Acesso em 08/11/2012.

DIAS, F.C.. **UFMG**: Projeto intelectual e político. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997.

DINIZ, C. C. Lucas Lopes: o visionário do desenvolvimentismo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.46, n. 2, jul.-dez. 2008. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM07A122008_LucasLopesovisionariododesenvolvimentismo.pdf>. Acesso em 10/10/2012.

DULCI, O. Empresariado e política em Minas Gerais". **In Revista do Departamento de História**, UFMG, n.10 e **Cadernos do DCP**, UFMG, n.8, (edição conjunta),1990. Pp. 93-124.

DOMINGUES, I. **Epistemologia das Ciências Humanas**. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004. 671 p.

DUREPOS, G.; MILLS, A. J.; WEATHERBEE, T.G. Theorizing the past: Realism, relativism, relationalism and the reassembly of Weber. **Management &; Organizational History**, v.7, n.3, pp.267-281, August, 2012.

DWIVEDI, O. P.; NEF, J. Crises and continuities in development theory and administration: first and third world perspectives. **Public Administration and Development**, 1982, *2*, 59-77.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1945). **Franklin D. Roosvelt**. Executive Orders. Disponível em: < http://www.archives.gov/federal-register/executive-orders/1945-roosevelt.html>. Acesso em 25/10/2012.

FACE - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. **Graduação**. Administração. O curso. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/portal/cursos/graduacao/administracao/o-curso.html>. Acesso em: 29 de novembro de 2010.

FAUSTO, B. Conflito social na república oligárquica: a greve de 1917. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 10, p. 79-109, out./dez., 1974.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O que é, o que faz, como funciona**. Rio de Janeiro, 1974

_____. **Fundação Getúlio Vargas, 30 anos a serviço do Brasil**. Rio de Janeiro, 1974.

_____. CPDOC. **Lucas Lopes.** Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucas_lopes>. Acesso em 19/10/2012.

FISCHER, T.M . A Difusão do conhecimento Sobre Organizações e Gestão no Brasil: seis propostas para o decênio 2000/2010. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, 2001, pp. 123-139.

FISCHER, T.M. O ensino de administração pública no Brasil: da tutela estrangeira à autonomia necessária. **Anais**... 1985. Pp. 165-170.

FOUCAULT, M.. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

FOURNIER, V.; GREY, C.. At the Critical Moment: Conditions and Prospects for Critical Management Studies. **Human Relations**, v. 53, n.1, pp. 7–32, January, 2000.

FORJAZ, M. C.S.. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 19/04/2011.

_____. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). **Revista de Administração de Empresas**, vol. 24, n.3, pp. 35-46. Rio de Janeiro: jul./set., 1984.

FRENKEL, M.; SHENHAV, Y. From Binarism Back To Hibridity: a postcolonial reading of management and organization studies. **Organization Studies**, vol.27, n.6, pp. 855-876. London, June, 2006.

_____;_____ From Americanization to Colonization: the diffusion of productivity models revisited. **Organization Studies**, vol. 24, n. 9, pp. 1537-1561, November, 2003.

FURTADO, C.. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GALDIOLI, A. da S. **A Cultura Norte-Americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos**: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança. Dissertação

(Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP/PUC-São Paulo: São Paulo, 2008.

GALVÃO, R. de A. ESAN: Primeira Escola Brasileira de Administração. **Aconteceu**. 1991, pp. 4-8.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.1987.

GRAHAM, L.S. **Clash between formalism and reality in the Brazilian civil service**. (Thesis, doctor of philosophy). University of Florida, 1965, 429f.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Trad. Org. e Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. 4ª Ed.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Trad. Org. e Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. 4ª Ed.

GRANT, J. D.; MILLS, A. J. The quiet Americans: formative context, the Academy of Management leadership, and the management textbook, 1936-1960. **Management & Organizational History**, 2006, v.1, n.2 201-224.

GREY, C. Organization studies: publications, politics and polemic. **Organization Studies**, vol.31, n.6, pp. 677-694, June, 2010.

GODOY, M. M.; BARBOSA, D. H. D. B. B. L. S. Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968 e o plaejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, 2010, 20, 343-388

HALBWACHS, M.. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HAINES, G. K. **The Americanization of Brazil**: a study of U.S. cold war diplomacy in the third world. Wilmington: SR Books, 1989.

HILTON, S. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship. **The Journal of American History**, 1981, v.68, n.3, 599-624

IBARRA-COLADO, E.. Organization Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, vol. 13, n. 4, pp. 463-488, 2006.

JACQUES, R.S. **Manufacturing the employee**. London: Sage Publications, 1996.

_____. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management and Organizational History**, vol.1, n. 1, pp. 31-49, February, 2006.

KEINERT, F.C.; SILVA, D.P. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, vol. 22, n. 1, pp. 79-98, junho, 2010.

KEINERT, T.. M. M.. O que é Administração Pública no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXIV. Florianópolis, 2000. **Anais**... Florianópolis: ANPAD, 2000. pp. 148-159.

_____. Os paradigmas da administração pública no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 35, n. 3, pp. 41-48, mai./jun. 1994.

KIPPING, M.; ÜSDIKEM, B. PUIG. N. Imitation, tension, and hybridization: multiple "americanizations" of managemetn education in mediterranean Europe **Journal of Management Inquiry**, v. 13, 98-108, 2004.

_____; ENGWALL, L. ÜSDIKEM. B. Preface - The transfer of management knowledge to peripheral countries. **International Studies of Management and Organization**, v. 38, n.4, pp. 3-16, Winter, 2008/2009.

KELLEY, E. S.; MILLS, A. J.; COOKE, B. Management as a Cold War phenomenon? **Human Relations**, 2009, v.59, n.5, 603-610

KHURANA, R.; SPENDER, J. C. Herbert A. Simon on what ails business schools: more than 'a problem in organizational design'. **Journal of Management Studies**, 2012, v.49, n.3 619-639

KHURANA, R.; KIMURA, K.; FOURCADE, M. **How Foundations Think: the Ford Foundation as a dominating institution in the field of American Business Schools**. Working Paper. Disponível em: <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/11-070.pdf>. Acesso em 10/01/2013.

KIESER, A.. Why Organization Theory Needs Historical Analyses – and how this should be performed. **Organization Science**, vol. 5, n. 4, pp. 608-620, Nov. 1994.

KIPPING, M.; ENGWALL, L.; ÜSDIKEM, B.. The Transfer of Management Knowledge to Peripheral Countries. **International Studies of Management and Organization**, v.38, n.3, pp.3-16, September, 2008.

LANDAU, O. Is Organizational Discourse's Historiography a Captivated Field? Abstract for the management and organization history stream. **CMS Conference 2005**.

LAWRENCE, B. S. Historical Perspective: using the past to study the present. **Academy of Management Review**, 1984, vol. 9, n.2, pp.307-312.

LEBLEBICI, H.; SHAH, N. The Birth, transformation and Regeneration of Business Incubators as New Organisational Forms: understanding the interplay between organisational history and organisational theory. **Business History**, vol. 46, n. 3, pp. 353-380, July, 2004.

LESSA, A.C. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000, pp. 28-58.

_____. Há Cinquenta Anos a Operação Pan-Americana. **Revista Brasileira de Política Internacional.** V. 51, n. 2, Brasília, jul./dez., 2008. Pp. 5-7.

LINHARES, H. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. São Paulo; Alfa-Omega; 1977.

LOCKE, R.R. **Management and Higher Education Since 1940**. The Influence of America and Japan on West Germany, Great Britain and France. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1989.

LOCKE, R. **The Collapse of the American Management Mystique**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LOPES, L.S.. **Luiz Simões Lopes**: Fragmentos de Memória. SILVA, S.B. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACHADO, M.B. **O Ensino de Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1966.

MAGALHÃES PINTO, Y.L. O **O movimento estudantil de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Santa Maria, 1963.

MARANHÃO, C.M. **Industria cultural e semiformação**: análise crítica da formação dos administradores. 2010. 249f.. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MARCH, . G. The study of organizations and organizing since 1945. **Organization Studies**, vol. 28, n.1. pp. 09-19, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil. **Ciência e Cultura** (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), 41(7): 663-676, julho, 1989.

MATITZ, Q.R.S.; VIZEU, F. Construção e Uso de Conceitos em Estudos Organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXIV. Rio de Janeiro, 2010. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

MAUCK, E.A.. **The Establishment of a Public Administration Training Program in the School of Economic Sciences U.M.G.** under a project agreement between The Institute of Inter-American Affais and the University of Minas Gerais, Brazil. Belo Horizonte: Institute of Inter-American Affais, 1954a.

_____ . El Estudio de la Administración Publica. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, ano 3, n. 6, julho-dezembro, pp. 68-83, 1954b.

_____ . **The Graduate School of Public Administration of Seul National University.** San Francisco: United States Mission to Korea, 1962.

McLAREN, P.G.; MILLS, A.J. A product of "his" time? Exploring the construct of the ideal manager in the Cold War era. **Journal of Management History**, v.14, n.4, pp. 386-403, 2008.

_____. James Burnham, The Managerial Revolution, and the development of management theory in post-war America. **Management & Organizational History**, v.6, n4, pp. 411-423, November, 2011.

MIGNOLO, W.D. **The Idea of Latin America**. London: Blackweel, 2005.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente, 1950-1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 3ª Ed.

MONTEIRO DE BARROS, M. J. (s.d.) **Resumo do livro** "A família Monteiro de Barros", escrito por Frederico de Barros Brotero (1877-1962). Disponível em: <http://fammonteirodebarros.com.sapo.pt/genea%20tituloV.pdf> Acesso em 10/11/2012.

MONTEIRO, J. V.; CUNHA, L.R.A. Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil (1934-1963). **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, fev., 1974. Pp.1-24.

MOTTA, F.C.P. A questão da formação do administrador. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, n. 23, vol. 4, pp. 53-55, out./dez.1983.

MOTTA, P.R. Administração para o desenvolvimento – a disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.3, pp.39-53, jul./set., 1972.

MOTTA, R. P.S. Modernizando a Repressão Brasileira: a USAID e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 59, pp. 237-266, 2010.

MOTTA, R.P.S. O Perigo é Vermelho e vem de Fora. **Lócus**: revista de história. Juiz de Fora, v.13, n.2, 2007. Pp. 227-246.

MUSOLF, L.D. (1960). **Eleventh Report of the Michigan State University Advisory Group in Public Administration to the Government of Vietnam.** Saigon, June, 1960. Disponível em <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACP809.pdf>. Acesso em 28/11/2012.

NELSON, D. Frederick W. Taylor and the rise of scientific management. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.

NEWTON, T.. Knowledge and Practice: organization studies within a historical and figurational context. **Organization Studies**, vol. 31, ns. 9-10, pp. 1369-1395, 2010.

NICOLINI, A. M. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, Vol. 43, n. 2, pp. 44-54, 2003.

_____. A trajetória do Ensino de administração analisada por um binóculo institucional: lições para um novo caminho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXVIII. Curitiba, 2004. **Anais**... Curitiba: ANPAD, 2004.

NATIONAL PLANNING ASSOCIATION. **Technical Cooperation in Latin America**. A statement by the NPA Special Policy Committee on Techincal Cooperation, May, 1955.

PAULA, J.A. de. O ensino e a pesquisa em economia na Universidade Federal de Minas Gerais. **Análise**. Porto Alegre, vol. 17, n. 2, pp. 329-334, jul./dez, 2006.

_____. **Passado e Presente de uma Instituição**: memória da Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 1991.

PAULA, R. Z. A. de . Indústria mineira: origem e desenvolvimento. In: 10 Seminário sobre Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais...**, 2002. Pp. 1-18.

POLLAK, M.. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

PAÇO-CUNHA, E. Estatuto Filosófico da Organização ou Para uma Crítica aos Estudos Organizacionais. Encontro de Estudos Organizacionais, 2008, Belo Horizonte. **Anais**... Belo Horizonte, ENEO, 2008.

PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J.B.; SILVA, Glauco Peres; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**. Edição 30 anos de doutorado, junho, 2007.

PERES, F.A.. Alguns Apontamentos Sobre o Ensino Comercial no Brasil. **Mimeo**, s.d., 25p. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/encontro/encontro1/trab_pdf/t_fernando%20antonio%20peres.pdf. Acesso em 11/01/2011.

PONZONI, E.; BOESRMA, K. Writing history for business: The development of business history between 'old' and 'new' production of knowledge. **Management &; Organizational History**, vol. 6 n. 2, pp. 123-143, May, 2011.

PIMENTA, A. **Aluísio Pimenta (depoimento, 1978).** Entrevista concedida a Simon Schartzman. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 84p.

PIMENTEL, T. A. V. Caso do economista de Minas Gerais: a construção de uma entidade de classe. **Mimeo**, 1997. Disponível em: http://www.portaldoeconomista.org.br/arquivos/HistoricoCASAdoEconomista.pdf. Acesso em: 24/01/2011.

RAGO, M.. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 7 n.1-2, pp. 67-82, outubro de 1995.

RAPOSO, E. O federalismo, os ciclos da política econômica brasileira e o desenvolvimento do nordeste (dos governos Dutra a Lula). **Cadernos do Desenvolvimento**, v.5, n.7, out., 2010.

REED, M.. Rediscovering Hegel: the 'new historicism' in organization and management studies, **Journal of Management Studies**, vol.33, n.2, pp.139-158, 1996.

REIS, E. Situando a Sociologia Política. Entrevista para a revista Política & Sociedade. **Política e Sociedade**, n. 1, set. 2002, pp. 11-35.

REIS, F. W. Entrevista com Fábio Wanderley Reis. Concedida à Guilherme Rodrigues. **Revista Três Pontos** – Centro de Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG, n.2, ano 6, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60549409/Entrevista-2010-para-a-Revista-Tres-Pontos>. Acesso em 09/11/2012.

_____ . Minas e as ciências sociais: evocações e alguma polêmica. Transcrição, revista pelo autor, de palestra proferida na Faculdade de Filosofia e CiênciasHumanas da UFMG e publicada em **Teoria & Sociedade**, número especial "Imagensde Minas: Homenagem a Fernando Correia Dias", maio de 2004, pp. 14-31. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/59963566/Minas-e-as-ciencias-sociais-Evocacoes-e-alguma-polemica>. Acesso em 09/11/2012.

REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO Jr., J.C. **A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil.** Coleção Diálogos Para o Desenvolvimento. IPEA: 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf>. Acesso em 10/12/2012.

RIBEIRO, R. A. A teoria da Modernização, a Aliança Para o Progresso e as Relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**. São Paulo, vol. 30, pp. 151-175, 2006a.

_____. **A Aliança Para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. (Tese, doutorado em ciência política). Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

RIBEIRO, D.A.; SACRAMENTO, A.R.S.. Ensino e currículo em administração: a opção brasileira. **Gestão & Planejamento**, vol. 10, n. 2, pp. 193-205. 2006.

RODRIGUES, L.; GOMES, D.; CRAIG, R.. Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo? Trabalho apresentado no XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES). **Anais**... Aveiro, Portugal, 15-16 nov. 2002. Disponível em: <http://www.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Gomes%20&%20Lima.PDF>. Acessado em: 13 jan. 2006.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de P.. A Tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.5, edição especial, pp.81-102, 2001.

ROUANET, S.P.. **Imaginário e Dominação**.Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1978. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

RUNTE, M.; MILLS, A. J. Cold War, chilly climate: exploring the roots of gendered discourse in organization and management theory. **Human Relations**, v. 59, n.5, pp. 695-720, May, 2006.

SASS, Steven A. Getting Down to Business: The Development of the Commercial Curriculum at the Wharton School in 1910. **Business and Economic History**, vol. 10, n.2. 1981.

SAES, F. A. MARQUES de; CYTRYNOWICZ, Roney. O Ensino Comercial na Origem dos Cursos Superiores de Economia Contabilidade e Administração. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo: v. 3, n. 6, p. 37-59, jun.2001.

SALGADO, C. O ensino de administração de empresas. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, ano V, n. 11, pp. 14-28, janeiro-junho, 1957.

SALGADO, P.(s.d.). **Professor Paulo Neves de Carvalho**. Disponível em < http://www.mcampos.br/JORNAL/n74/pag07.htm> acesso em 25/09/2012).

SANSON, J. R.; NICOLAU, J. A.. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de economia em Santa Catarina. **Análise**, vol. 17, n. 2, pp. 297-312, jul./dez., 2006.

SARAIVA, E. (2004) **Estado e empresas estatais. Criação e crescimento. O papel das empresas estatais como instrumento de política pública.** Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/080707_GEST_SemInter_estado.pdf>. Acesso em 10/12/2012.

SANTOS, W.G. **Quem Dará o Golpe no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SARAIVA, L.A.S.; COSTA, A.M.. O que Lembrar e o que Esquecer? Memória e formalização social do passado nas organizações. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXIV. Rio de Janeiro, 2010. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras; FARIA, Alexandre. A utilização do método histórico em pesquisa acadêmica de marketing. **Estratégia & Negócios**, vol. 2, n. 2, jul./dez., 2009.

SCHARTZMAN, S. (1977). **Avaliação e Perspectivas da Área de Ciência Política**. Preparado pelo Comitê Assessor em Ciências Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Abril de 1977. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/cpolitica.htm. Acesso em 07/11/2012.

_____. Questões e comentários feitas durante a entrevista à Aluísio Pimenta. In PIMENTA, A. **Aluísio Pimenta (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 84p.

_____. (1988). Brasil: oportunidade e crise no ensino superior. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/oportun.htm>. Acesso em 07/11/2012.

_____. (1989). **Resenha de Sérgio Miceli, História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 1, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, 490 pp. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/miceli.htm>. Acesso em 07/11/2012.

_____. **Francisco Iglésias.** enviado para publicação em *O Tempo*, Belo Horizonte, em março de 1997. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/figlesias.htm>. Acesso em 07/11/2012.

SCHERWOOD, F. P, Some notes and memories on EBAP in its earlier days. **Revista de Administração Pública**, vol.36, n.5, set./out., 2002, pp. 813-827.

SCOTT, W.R. Reflections on a Half-Century of Organizational Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 30, pp. 1-21, August, 2004.

SHENHAV, Y. **Manufacturing rationality**: the engineering foundations of the managerial revolution. Oxford University Press, 2002.

_____. From chaos to systems: The engineering Foundations of organization theory, 1877-1932. **Administrative Science Quarterly**, 40: 557-585, 1995.

_____. Fusing sociological theory with engineering discourse: The historical and epistemological foundations of organization theory. *In* KNUDSEN, Christian;

_____; WEITZ, E. The Roots of Uncertainty in Organization Theory: a historical constructivist analysis. **Organization**, vol. 7, n. 3, pp. 373-401, 2000.

_____. **Manufacturing Rationality**: The Engineering Foundations of the Managerial Revolution. New York: Oxford University Press, 1999.

SIEGEL, G. The school of public administration involvment in international education and institution building programs. In: CLAYTON, R.; NELSON, E. K.; NEWLAND, C.; JENSEN, C. **Futures of the Past**: collected papers in celebration of its more than eighty years University of Southern California's School of Policy, Planning and Development. Bloomington: Iuniverse, 2010. Pp. 371-400.

SILVA, A.M. **A política externa de JK**: Operação Pan-Americana. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

SILVA, B. Gênesis do Ensino de Administração Pública no Brasil. **Cadernos de Administração Pública**. Rio de Janeiro, vol 49, 42p., 1958.

SILVA, F.V.G. A evolução da empresa; tendências principais. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, ano 2, n. 3, pp.18-53, 1953.

SILVA, G.S.. Administração de Empresas e Desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 3, pp. 15-20, jul./set., 1971.

SILVA, V. G. A **Aliança para o Progresso no Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961 – 1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOUZA, H. **Memória: Entrevista - Betinho. Teoria e Debate nº 16 - outubro/novembro/dezembro 1991**. Por Renato Simões e Sérgio Ferreira. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-entrevista-betinho. Acesso em 07/09/2012.

SOUZA, N.J. **O economista**: a história da profissão no Brasil. *Análise*. Porto Alegre, v.17, n.2, pp. 377-383, jul./dez., 2006.

SPECTOR, B. The Harvard Business Review goes to war **Management & Organizational History,** 2006, v.1, n.3 pp. 273-295.

SPIANDORELO, Simone C. **Fragmentos da Constituição da Profissão de Administrador** *(1931-1966)*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade São Francisco, 2008.

SPINK, P. Possibilidades Técnicas e Imperativos Políticos em 70 anos de reforma administrativa. In BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. (Orgs.) **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Pp. 141-172.

SRINIVAS, N. Epistemic and performative quests for authentic management in India. **Organization**, **2012**, *19*, 145-158

STOLER, A.L. **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton University Press, 2010

STORM, W.B.; MARKEY, B.G.. **Technical Assistance in Public Administration. The Domestic Role II: a report on the Brazilian program**. University of Southern Carolina 1952-1954. January, 1959, pp. 68. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015081239066>. Acesso em 25/09/2012.

SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.8, n.4, out./dez., 1988. Pp.5-16.

SUZIGAN, W. Notas Sobre o Desenvolvimento Industrial e Política Econômica no Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, v.4, n.1, jan./mar., 1984. Pp. 132-143.

TAYLOR, D.A. **Institution building in business administration : the Brazilian experience**. East Lansing: Michigan State University, 1968.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Cultura e Dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria. **Perspectivas**. São Paulo, v. 27, 2005, pp. 111-122.

TRUMAN, H.S.: "**Statement by the President on the Point Four Program**" April 18, 1951. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project. Disponível no site: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=14065>. Acesso em 20/09/2012.

TSOUKAS, H. (eds.). **The Oxford Handbook of Organization Theory: Meta-theoretical Perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2003. pp. 183-209.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **A Study of USAID Assistance to Brazil: 1961-1974**. Final Report. Washington, June 2, 1986.

_____. Mission to Brazil (USAID). **Report on examination of Getulio Vargas Foundation Construction**. Grant agreement n°. 512-31-660-263.1 and counterpart cruzeiro release for the period december 3, 1964 though June, 30, 1967.

UNITED NATIONS. Special Comitee on Public Administration Problems. **Standards and techniques of public administration** – with special reference for under developed countries. Disponível em <http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015015206868>. Acesso em 27/09/2012. New York, 1951. Pp. 67.

_____ (1952?). **Yearbook of the United Nations**. Economic and Social Questions. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4e1ee76e0.pdf>. Acesso em 27/09/2012.

_____. **Contribution of the United Nations to the improvement of public administration** – a 60 –year history. United Nations: New York, 2008. Pp. 85.

ÜSDIKEM, B.; ÇETIN, D. From betriebswirtschaftslehre to human relations: Turkish management literature before and after the Second World War. **Business History**, v. 43, n. 2. 99-124, 2001.

_____; KIESER, A.. Introduction: history in organization studies. **Business History**, vol. 46, n. 3, july, 2004, pp. 321-330.

VARGAS, J. T. **Ordem liberal e relações de trabalho na primeira república**. (Tese – doutorado em história). Universidade de Campinas, departamento de história, 1999.

_____. **Negócios e representações: os industriais paulistas entre os anos vinte e trinta.** (Dissertação – mestrado em história). Universidade Estadual de Campinas, departamento de história, 1995.

VERGARA, S. C.; PINTO, M. C. S. Referências Teóricas em Análise Organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição Especial, 2001, pp. 103-121.

VIZEU, F.. **Management no Brasil em Perspectiva Histórica**: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940. Tese (Doutorado em Administração). EAESP/FGV. São Paulo: 2008.

_____. Potencialidades da Análise Histórica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 50, n.1, jan./mar., 2010, pp. 037-047.

WHITE HOUSE (1953). **Repport To Congress on the Mutual Security Program**. Disponível em: <http://www30.us.archive.org/stream/reporttocongress1953unit/reporttocongress1953unit_djvu.txt>. Acesso em 27/11/2012.

_____. **Report to Congress on the Mutual Security Program**. 1955. Disponível em <http://www23.us.archive.org/stream/reporttocongress1955unit/reporttocongress1955unit_djvu.txt>. Acesso em 18/10/2012.

WEATHERBEE, T.G.. Caution! This historiography makes wide turns: Historic turns and breaks in management and organization studies **Management & Organizational History,** v.7, n.3, pp. 203-218, August, 2012.

WU, C.Y.. L'administration publique pour le development national: analyse du Programme de l'Organisation des Nations Unies en matiére d'administration publique. **Revue Internationale des sciences socials**. V. XXI, 1969, n. 1, pp. 132-152.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. O desenvolvimento econômico de Juiz de Fora e a Educação Superior. **Varia História**, Belo Horizonte, n°. 24, jan. 2001, pp. 245-265.

ZANETTI, A.; VARGAS, J. T. **Taylorismo e Fordismo na Indústria Paulista**: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920 – 1940. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2007.

ZAPPA, G. L'azienda come instituto economico destinato a perdurare. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, ano 2, n. 3, pp.59-83, 1953.

ZEITLIN, J. Introduction: Americanization and its limits: Reworking US technology and management in post-war Europe and Japan. In _____; HERRIGEL, G. (eds.). **Americanization and its Limits: Reworking US technology and management in post-war Europe and Japan**. New York: Oxford University Press, 2000. Pp.1-40.

ZIMMERMAN, J.L. (2001). **Can American Business Schools Survive**? pp.1-31. Disponível em < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=283112>. Acesso em 15/12/2012.